



Instituto Superior
de Ciências Sociais e Políticas
UNIVERSIDADE DE LISBOA

U LISBOA

UNIVERSIDADE
DE LISBOA

Trajetórias de Vida e Integração Social de Jovens Pós-Institucionalizados. Estudos de Caso na Casa Pia de Lisboa (2002-2011).

Autor: José Rosado Medinas Martins

Orientadora: Professora Doutora Anália Cardoso Torres

Tese de doutoramento em Ciências Sociais na especialidade de Política Social

Lisboa
2015

VALORIZAMOS PESSOAS

Título: Trajetórias de Vida e Integração Social de Jovens Pós-Institucionalizados.

Subtítulo: Estudos de Caso na Casa Pia de Lisboa (2002-2011).

Nome: José Rosado Medinas Martins

Instituição: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas

Orientadora: Professora Doutora Anália Cardoso Torres

Doutoramento em Ciências Sociais na especialidade de Política Social

Setembro de 2015

Índice

Índice de quadros	VII
Índice de figuras	VIII
Índice de gráficos	IX
Dedicatória	X
Agradecimentos	XI
Siglas e abreviaturas	XII
Introdução	1
PARTE I - DA FAMÍLIA À INSTITUIÇÃO:	
PROPOSTAS TEÓRICAS E RESULTADOS DE INVESTIGAÇÕES RECENTES	4
Capítulo I – Família, condições de vida e institucionalização: para um debate teórico	4
Introdução	4
1. Família e infância	4
2. Carência socioeconómica	14
3. Maus-tratos: risco/perigo e proteção em que ocorrem as vítimas	18
Síntese	28
Capítulo II – Acolhimento institucional de crianças e jovens:	
contributos internacionais e a experiência da Casa Pia de Lisboa	30
Introdução	30
1. Instituições	31
2. O campo de ação da política social	33
2.1. A intervenção social	43
3. Acolhimento institucional de c/j	56
3.1. A forma como as c/j entram em acolhimento	71
3.2. A forma como decorre o acolhimento	77
3.3. A forma como as c/j saem do acolhimento – a integração social	93

4. A Casa Pia de Lisboa como laboratório de educação: o acolhimento de crianças e jovens em risco/perigo	99
Síntese	122
 PARTE II – TRAJETÓRIAS DE VIDA EM RISCO:	
DA PRECARIIDADE À INSTITUCIONALIZAÇÃO E À INTEGRAÇÃO	124
 Capítulo III – Estratégia de investigação e metodologia	
Introdução	124
1. Hipóteses de investigação	125
2. Métodos mistos	127
3. Técnicas de pesquisa	132
3.1. Pesquisa bibliográfica e documental	132
3.2. Inquéritos por entrevista	134
3.2.1. Amostragem	136
3.2.2. Protocolo metodológico	137
4. Tratamento e análise de dados	138
4.1. A construção da base de dados: o SPSS	138
4.2. A análise de conteúdo: o Maxqda	140
5. Constrangimentos ao estudo	142
Síntese	143
 Capítulo IV - O percurso da população e da amostra:	
do risco ao acolhimento e à desinstitucionalização	145
Introdução	145
1. Observação dos registos psicossociais da população (n=500)	145
1.1. Fase de pré-institucionalização	145
1.2. Fase de institucionalização	150
1.3. Fase de pós-institucionalização	157
2. Observação da amostra (n=50)	158
2.1. Fase de pré-institucionalização	158
2.2. Fase de institucionalização	160

2.3. Fase de pós-institucionalização	170
Síntese	183
Capítulo V – Trajetórias de vida e integração social de jovens pós-institucionalizados	185
Introdução	185
1. Hipótese I: A relação entre as condições de vida anteriores ao acolhimento e a integração social	186
2. Hipótese II: O papel do acolhimento na viabilização da integração social, apesar das desvantagens iniciais	206
3. Hipótese III: A correspondência entre as eventuais relações de <i>mentoring</i> em acolhimento e a integração social	237
4. Hipótese IV: A relação com as famílias de origem, durante o acolhimento, e a integração social	243
5. O processo de integração social	249
5.1. As expectativas face à desinstitucionalização	252
5.2. A experiência da desinstitucionalização a curto/médio prazo: dificuldades e resoluções	254
5.3. Relações sociofamiliares e transições habitacionais	260
5.4. Posicionamento face à escolaridade e formação profissional	269
5.5. Situação ocupacional e tempos de lazer	273
5.6. O quotidiano e as perspetivas de futuro: na rota do bem-estar e da felicidade	281
5.7. Integração social e saída	286
Síntese	291
Notas finais	294
1. Relativas às trajetórias de vida e à política social	294
2. Relativas a possíveis percursos de investigação	304
Referências bibliográficas	307
Referentes à legislação	321
Referentes a documentos institucionais	322

Referentes a fontes eletrónicas	322
Outras fontes	322
Anexos ¹	Vol. II

¹ Os Anexos (vol. II) agrupam-se em duas partes e têm um índice próprio.

Índice de quadros

Quadro 1 - Número de c/j em LIJ/apartamento de autonomização e taxa de desinstitucionalização nacional anual	51
Quadro 2 - Protocolo metodológico	138
Quadro 3 - Motivos conducentes à cessação do acolhimento	156
Quadro 4 - Famílias de proveniência antes do acolhimento (amostra)	187
Quadro 5 - Indivíduos com estabilidade profissional	286
Quadro 6 - Indivíduos com investimento educativo	287
Quadro 7 - Indivíduos com atividades ocupacionais ascendentes e empreendedoras	288
Quadro 8 - Indivíduos com situação ocupacional pontual/precária	288
Quadro 9 - Indivíduos sem ocupação	289

Índice de figuras

Fig. 1 – Medidas de promoção e proteção previstas na Lei 147/99	48
Fig. 2 – Medidas em meio natural de vida previstas na Lei 147/99	48
Fig. 3 – Medidas de colocação previstas na Lei 147/99	49
Fig. 4 - Natureza jurídica das instituições de acolhimento segundo a Lei 147/99	49
Fig. 5 – Natureza funcional das instituições de acolhimento segundo a Lei 147/99	50
Fig. 6 – Direitos das c/j em acolhimento segundo a Lei 147/99	50
Fig. 7 – Triângulo relacional ideal em acolhimento	59
Fig. 8 – Tipologia dos LIJ de acordo com a filosofia de funcionamento	60
Fig. 9 – Atribuições institucionais da CPL	111
Fig. 10 - Aspetos vigentes no modelo socioeducativo da CPL	112
Fig. 11 – Áreas de intervenção do modelo socioeducativo da CPL	113
Fig. 12 – Tipologia das respostas sociais	114
Fig. 13 – Modelo de análise	124
Fig. 14 – Famílias de proveniência	147
Fig. 15 – Situação socioeconómica das famílias de proveniência	148
Fig. 16 – Situação relativamente à migração	148
Fig. 17 – Motivos conducentes ao acolhimento	149
Fig. 18 – Aspetos escolares de satisfação e insatisfação	168
Fig. 19 – Influência do início da atividade laboral no percurso escolar	170
Fig. 20 – Aspirações para o futuro em tempo de acolhimento	171
Fig. 21 – Sentimentos experienciados pós-acolhimento	172
Fig. 22 – Escolaridade frequentada	177
Fig. 23 - Hipótese I	186
Fig. 24 – Hipótese II	206
Fig. 25 – Hipótese III	237
Fig. 26 – Hipótese IV	243
Fig. 27 – Casos de integração social	290
Fig. 28 – Casos de desintegração social	290

Índice de gráficos

Gráf. 1 – Número de c/j caracterizados em PII entre 2004 e 2011	51
Gráf. 2 – Composição por sexo	146
Gráf. 3 – Proveniência na admissão	147
Gráf. 4 – Situação escolar antes do acolhimento	150
Gráf. 5 – Estabelecimentos escolares frequentados	151
Gráf. 6 – Idade com que tiveram b.p./p.t.	152
Gráf. 7 – Situação ocupacional na cessação do acolhimento	153
Gráf. 8 – Localização física das unidades de acolhimento (entre 2002 e 2011)	154
Gráf. 9 – Situação escolar na cessação do acolhimento	155
Gráf. 10 – Destino à saída do acolhimento	157

Dedicatória

*“A vida é sempre mais. Sobra sempre vida à história que contamos dela.”*² Este trabalho de investigação é dedicado aos entrevistados que, de forma generosa, partilharam as suas histórias de vida e incentivaram a realização do estudo. Com certeza que as histórias individuais são mais ricas do que aquilo que conseguimos transportar para a escrita porque as trajetórias de vida são indescritivelmente compósitas por fatores multidimensionais e é isso que, paradoxalmente, as torna singulares.

Não só por eles, mas sobretudo pelas crianças e jovens que lhes sucedem, insta implementar mudanças num tipo de intervenção que nunca se considerará completo nem se adjetivará como irrepreensível, mas que pode beber na fonte das histórias vividas formas de atuação que se aproximem das respostas adequadas a cada caso na sua unicidade.

Porque só a resiliência não basta, dado que é relevante criar e fazer atuar políticas sociais para uma melhor qualidade dos serviços prestados...

² José Tolentino Mendonça in *Revista, Jornal Expresso* (2013.07.06).

Agradecimentos

Pela materialização deste trabalho agradeço a todos aqueles que, de forma direta ou indireta, me possibilitaram a sua realização:

- Aos jovens que colaboraram nas entrevistas, pois sem a sua generosa disponibilidade este trabalho não teria sido possível;
- À Dr.ª Rita Rodrigues por todo o apoio prestado;
- Às educadoras Ana Canejo, Lucília Mestre e Esmeralda Carmona que possibilitaram alguns contactos;
- À Dr.ª Maria Alice Bastos pelo incentivo e encorajamento iniciais;
- Às Dr.ªs Sandra Alves e Sandra Veiga pelo acesso à informação processual e pelo estabelecimento de contacto com a população;
- Ao Dr. António Santinha pelo interesse e incentivo demonstrado e por ter ajudado a reequacionar algumas questões;
- À Dr.ª Carla Travessa, à Dr.ª Carina Faria e à Assistente Técnica Cristina Martins pela colaboração na recolha de dados;
- Ao Dr. Rui Brites e às Dr.ªs Cláudia Casimiro, Diana Maciel e Clara Oliveira pela partilha de instrumentos técnicos;
- À Dr.ª Cristina Figueiro pela necessária autorização de investigação;
- Um obrigado muito especial para a Professora Doutora Anália Cardoso Torres que com o seu estímulo, experiência, sensibilidade, apoio e confiança orientou todo o processo de investigação incentivando a sua conclusão nomeadamente em momentos de maior fragilidade;
- Seguindo a lógica de que *os últimos são os primeiros*, um agradecimento muito especial vai, inequivocamente, para a Alice Martins e Teresa Cipriano pelo tempo subtraído às relações familiares e pela compreensão e apoios prestados de forma abnegada e generosa.

A todos **MUITO OBRIGADO!**

Siglas e abreviaturas

AIF – Apoio à inserção familiar	OMS – Organização mundial de saúde
ATL – Atividades de tempos livres	ONG's – Organizações não governamentais
b.d. – Baixa definitiva	p.s. – Processo de saída
b.p. – Baixa provisória	p.t. – Processo de transição
c/j – Criança e jovem	PCI – Plano cooperado de intervenção
CASA - Caracterização anual da situação de acolhimento das crianças e jovens.	PDP – Projeto de desenvolvimento pessoal
CAT – Centro de acolhimento temporário	PE – Projeto educativo
CEAS – Centro de educação e ação social	PII – Plano de intervenção imediata
CED – Centro de educação e desenvolvimento	PPP – Processo de promoção e proteção
CNPCJR – Comissão nacional de proteção de crianças e jovens em risco	PSEI – Plano socioeducativo individual
CPCJ – Comissão de proteção de crianças e jovens	RAIA – Residência e apoio à integração de adolescentes
CPL – Casa Pia de Lisboa	REF – Respostas educativas e formativas
CWLA – Children welfare league of America	SAM – Serviços administrativos e de manutenção
ET – Equipa técnica	SAP – Serviço de acolhimento e proteção
EUA – Estados Unidos da América	SPSS – Statistical package for social sciences
IDS – Instituto para o desenvolvimento social	STASE – Serviços técnicos de apoio socioeducativo
LIJ – Lar de infância e juventude	TIC – Tecnologias da informação e comunicação
LPCJP – Lei de proteção de crianças e jovens em perigo	UASA – Unidade de ação social e acolhimento
MB - Mulberry Bush	UE – Unidade de emergência
NEE – Necessidades educativas especiais	UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância

Introdução

Quando cheguei às instituições que me receberam para desempenhar funções em diferentes zonas do país, com vários anos de diferença, em ambos os casos após hecatombes marcantes para a vida institucional e, principalmente, para as vivências individuais, fui abordado, por algumas crianças/jovens, sensivelmente nestes termos num primeiro contacto: *“então é o senhor que vem mudar a nossa vida?”*.

Esta demanda, aparentemente tão simples e, paradoxalmente, de esclarecimento tão difícil, tem-me acompanhado ao longo do tempo. Anos decorridos, e após me ter cruzado com muitas vidas no acolhimento institucional, uma resposta é-me possível dar: o meu percurso de vida tem sido privilegiado por se ter vindo a cruzar, ao longo do tempo, com muitas outras trajetórias de vida de crianças e de jovens sendo que, como magistralmente, referiu Exupéry, *"aqueles que passam por nós, não vão sós, não nos deixam sós. Deixam um pouco de si, levam um pouco de nós."* Assim, os percursos de vida de indivíduos com um passado de institucionalização são o mote que dá origem a este trabalho de investigação, na área da política social, denominado *Trajetoórias de Vida e Integração Social de Jovens Pós-Institucionalizados. Estudos de Caso na Casa Pia de Lisboa (2002-2011)*.

A pesquisa inscreve-se na problemática da institucionalização de crianças e jovens em lares de infância e juventude (LIJ), devido à aplicação de medida de acolhimento de longa duração, onde desenvolvem parte substancial do seu processo de socialização. Os percursos de vida são, genericamente, multidimensionais, por isso se torna relevante conhecer as trajetórias de vida em articulação com a Casa Pia de Lisboa como instituição de enquadramento. Assim, a questão de partida que nos guia ao longo da investigação é: *qual o papel do acolhimento institucional na mobilidade social e nos modos de vida dos jovens na fase de pós-institucionalização?* Esta pergunta inicial traduz-se na tentativa de saber como é que o acolhimento institucional contribuiu para a integração social dos jovens, ao nível dos seus modos de vida, uma vez que a instituição assumiu o papel ressocializador dos indivíduos.

A investigação é guiada por pelo seguinte objetivo geral: compreender de que forma as políticas sociais públicas de acolhimento institucional de crianças e jovens em perigo, promoveram a sua socialização preparando os indivíduos para o sucesso da

integração social. O objetivo geral encerra quatro objetivos específicos: 1. caracterizar e tipificar as razões conducentes ao acolhimento institucional, nomeadamente o de longa duração; 2. caracterizar o acolhimento institucional de crianças e jovens em perigo; 3. caracterizar o processo de socialização das crianças e jovens em acolhimento institucional; 4. compreender se após a desinstitucionalização existiu integração social e como é que esta se manifesta.

Nesta senda, originamos conhecimento sobre a forma como as problemáticas conducentes à institucionalização, o acolhimento institucional, as relações familiares e as relações de *mentoring* influíram nas trajetórias de vida dos jovens. Debruçamo-nos, longitudinalmente, sobre a pesquisa de três fases marcantes nas referidas trajetórias de vida: pré-institucionalização, institucionalização e pós-institucionalização. Numa outra forma de expressão, a fase pós-institucional e a integração social dos sujeitos começou a ser “construída” nos períodos anteriores, pelo que nos parece relevante apreender como é que isso aconteceu e, em suma, quais foram os “resultados” dessa intervenção.

No enquadramento teórico, houve recurso a extensa bibliografia, principalmente internacional, de onde se destacam os artigos científicos produzidos, principalmente, nos últimos quinze anos. Na literatura consultada surgem alguns aspetos transversais como, por exemplo, as problemáticas anteriores ao acolhimento, a importância da estabilidade nas colocações, as dificuldades e resultados escolares pobres, a importância das relações de *mentoring* e a manutenção das relações familiares durante a fase de acolhimento.

Formularam-se quatro hipóteses que orientaram esta pesquisa e que têm como denominador comum a integração social dos indivíduos, uma vez que as trajetórias de vida confluem no (in)sucesso da fase de pós-institucionalização a qual, na maioria dos casos, marcou a transição para uma vida adulta já desinstitucionalizada e em que houve, necessariamente, uma influência inextinguível das etapas biográficas precedentes.

A população em estudo (n=500) é composta por indivíduos que tiveram baixa definitiva/processo de saída do acolhimento institucional na Casa Pia de Lisboa, a partir de LIJ/RAIA afetos a seis centros de educação e desenvolvimento, no decorrer de um período de dez anos (2002-2011), e sobre a qual construímos uma base de dados, recorrendo a metodologia quantitativa. Nesta sequência, procedeu-se a contactos telefónicos de *follow-up* (n=137). A partir dos referidos contactos foi selecionada a amostra (n=50) que

entrevistámos presencialmente de forma aprofundada tendo a informação sido tratada qualitativamente.

No prosseguimento da edificação prévia de um modelo de análise construído para orientar a pesquisa, apresentamos um estudo sustentado em duas partes estruturantes (da família à instituição: propostas teóricas e resultados de investigações recentes; trajetórias de vida em risco: da precariedade à institucionalização e à integração), e em cinco capítulos organizadores (família, condições de vida e institucionalização: para um debate teórico; acolhimento institucional de crianças e jovens: contributos internacionais e a experiência da Casa Pia de Lisboa; estratégia de investigação e metodologia; o percurso da população e da amostra: do risco ao acolhimento e à desinstitucionalização; trajetórias de vida e integração social de jovens pós-institucionalizados). Ao longo da tese, revemos o contexto teórico e os conceitos que enquadram a temática da proteção à infância e debatemos os resultados da análise empírica.

Por fim, as notas finais transportam-nos para a importância de um trabalho concertado nesta área que estabeleça um ponto de equilíbrio escorado entre os diferentes vetores que constituem o meio vivencial das crianças e jovens com percurso institucional. Salienta-se a importância de se concretizar mais investigação neste território de intervenção que permita uma melhor rentabilização do capital individual e social.

PARTE I - DA FAMÍLIA À INSTITUIÇÃO: PROPOSTAS TEÓRICAS E RESULTADOS DE INVESTIGAÇÕES RECENTES

Capítulo I – Família, condições de vida e institucionalização: para um debate teórico

Introdução

Neste capítulo identificamos os contextos de vida que usualmente conduzem as c/j à institucionalização: família e infância, carência socioeconómica e maus-tratos (risco/perigo e proteção) em que ocorrem as vítimas.

Cada uma destas situações cria as condições de alarme para a intervenção social no campo da proteção das c/j em risco/perigo, fazendo reconhecer quais as problemáticas de base que canalizam os indivíduos para respostas de acolhimento institucional.

É na família que assenta a infância, mas quando nesta existe carência económica e/ou maus-tratos que tornam as c/j vítimas, estamos perante situações de risco/perigo e cumpre à sociedade e ao estado zelar pela sua proteção e desenvolvimento sustentável, numa lógica de abordagem sistémica e integrada.

1. Família e infância

Do exame da literatura que realizámos, apreendemos três contextos de vida intersetados em que podem ocorrer fatores de risco/vulnerabilidade conducentes ao acolhimento institucional das c/j: o meio natural de vida, derivado das suas características contextuais; as famílias, devido às incapacidades/dificuldades educativas dos cuidadores (Cashmore et al. 2007), e disfunção familiar (Bradshaw et al. 2011). A estes contextos acrescem, também, as características individuais das próprias c/j que contribuem com as suas especificidades.

A disfuncionalidade familiar relaciona-se amiúde com a infância e a educação das crianças dada “ (...) a fragilidade ou rigidez dos limites intergeracionais” (Carneiro et al. 1997: 562-563), o que pode determinar distúrbios comportamentais e de delinquência com a

agência de “(...) *condutas desviantes*” (Reis 2009: 115). Este último autor diz-nos que o papel da família “ (...) *é determinante no desenvolvimento da sociabilidade, da afetividade e do bem-estar físico dos indivíduos*” (p. 109).

A pesquisa, cujos resultados agora se apresentam, baseia-se na identificação e compreensão dos fatores de identidade pessoal e social das c/j, o que remete necessariamente para uma análise crítica das características, trajetórias e interações das mesmas com as suas famílias “ (...) *antes, durante e depois do período de institucionalização*” (Gomes et al. 2005: 31). As crianças são, inevitavelmente, provenientes de famílias³. Poderá haver famílias sem crianças mas nunca haverá crianças que não sejam, no limite, oriundas de uma família, mesmo que desta hajam sido separadas logo após o nascimento.

A organização humana, devido à estrutura solidária e gregária inerente ao comportamento humano, leva-a a basear-se em famílias. As famílias são as células sociais que permitem o desenvolvimento harmonioso e a metamorfose da criança que se tornará mais tarde adulto, “*podemos supor, com razão que as crianças têm sido e continuarão a ser uma componente constante das sociedades humanas. Os indivíduos e as coletividades reproduzem-se biológica e culturalmente e as crianças surgem como concretizações práticas destes processos. As crianças constituem a renovação perpétua das relações humanas. Estão codificados bio-geneticamente mas também são imbuídas de valores sociais e de capital cultural através da socialização precoce e da educação formal*” (Jenks 1994: 111).

É à família que cabe proporcionar à criança a sobrevivência biológica, a mediação cultural com o meio, e o suporte afetivo para um crescimento equilibrado, pois “ *a criança, na definição do que são agora conceituadas as configurações culturais pós-modernas, tornou-se o local ou a deslocalização de discursos sobre a estabilidade, a integração e o vínculo social*” (Jenks 1994: 118).

As famílias são um componente importante no exercício dos princípios contemporâneos de adaptação e integração; são fundamentais para a sua racionalidade por facilitarem a mudança e, ao mesmo tempo, demonstrarem estabilidade aos seus membros. Nesta medida, “*os pais são vistos como agentes responsáveis, não apenas pelas suas próprias ações, mas pelas ações daqueles por quem eles têm a responsabilidade, os seus*

³ Cf. *Diretrizes de Riad* (1990) Organização das Nações Unidas (consultar anexos).

filhos” (Wyness et al. 2004: 84). Porém, as famílias assumem diferentes formas, conforme as sociedades, que irão determinar os destinos pessoais (Carneiro et al. 1997). Por outro lado, as famílias também são participantes em determinados estilos/modos de vida, “lifestyle involves the typical features of everyday life of an individual or a group. These features pertain to interests, opinions, behaviors, and behavioral orientations. (...) At the individual level, lifestyle denotes self-expression, personal taste, and identity (Featherstone, 1991). At the group level, the concept refers to shared preferences and tastes that are reflected primarily in consumption patterns and in the possession of goods (Weber, 1946). Lifestyles give members of a group a sense of solidarity, and mirror the differentiation between groups in society” (Katz-Gerro 2007: 2644).

Para Morin (1991), *“a família é um subsistema aberto sobre o sistema social”* (p. 155), ou seja, a família não só intervém no meio, como se encontra sujeita ao efeito (des)regulador do meio social em que se insere, pelo que é muito afetada pela *“(...) evolução sócio-económica e tecnológica e sofreu uma profunda mutação”* (Carneiro et al. 1997: 560). Também Silva et al. (2001), vai nesta linha ao referir que *“a família é uma instituição social que regula grande parte do sistema de relações entre as pessoas com o resto do mundo”* (p. 21), na medida em que *“cada família possui um dinamismo que a torna uma e única com a sua individualidade e autonomia próprias”* (p. 42).

Segundo Giddens, citado por Amaro (2006), a família *“(...) é um grupo de pessoas unidas diretamente pelo parentesco, no qual os adultos assumem a responsabilidade de cuidar das crianças”* (p. 13).

Destacamos alguns tipos de família mais relacionados com a população que estudamos. A família nuclear ou de origem é constituída, através da procriação, pelos pais e pelos filhos solteiros que habitam separadamente de outros membros da família (Barata 2004).

A família extensa ou alargada é formada *“(...) pela família nuclear e outros parentes, como tios, avós ou núcleos familiares com origem no casamento dos filhos”* (Amaro 2006: 71). Verificamos, de acordo com Barata et al. (1998), que este tipo de família se mostra *“(...) pouco funcional nas atuais sociedades industrializadas e urbanizadas que*

requerem uma família com grande capacidade de mobilidade geográfica, em virtude das exigências profissionais dos seus membros” (p. 109).

A monoparentalidade é uma característica bastante comum em muitas famílias e é socialmente mais observável enquanto condição feminina. Nesta perspetiva Sampaio et al. (2011), referem que *“o número de famílias monoparentais, especialmente femininas, tem vindo a assumir uma expressão significativa. Este dado parece continuar a atender ao que têm sido os papéis tradicionais atribuídos a um e outro género na educação das crianças no país”* (p. 45). Barata et al. (2010), dizem-nos, sobre a definição de família monoparental, que a mesma se aplica *“(…) a um agregado familiar composto por apenas um dos progenitores e por um ou mais filhos solteiros que dele dependem economicamente”* (p. 225).

As famílias de acolhimento são constituídas *“(…) por duas pessoas casadas entre si ou que vivam uma com a outra há mais de 2 anos em união de facto ou parentes que vivam em comunhão de mesa e habitação”*⁴.

Para além dos tipos de família referidos anteriormente, surgem outras novas formas de família, destacando-se nas sociedades ocidentais as famílias reconstruídas, que resultam da união de um dos ex-cônjuges com uma terceira pessoa e com a presença de filhos dependentes de um dos parceiros; as famílias unipessoais, compostas por uma só pessoa; as famílias homossexuais, constituídas por duas pessoas do mesmo sexo com ou sem filhos (Amaro 2006).

Focalizando-nos neste trabalho apuramos que, *“a nível internacional, estão identificados dois tipos de famílias que tendem a apresentar um risco significativamente mais alto do que os restantes agregados com crianças: as monoparentais e as alargadas”* (Sarmiento e Veiga 2010 op. cit. in Sampaio et al. 2011: 49). Todavia, nem sempre as configurações das famílias são suficientes para explicar as disfunções familiares porque há que ter em consideração aspetos referentes às condições de vida e ao nível socioeconómico.

Tal como existem diferentes tipos de famílias, também estas se organizam de formas diversas com o intuito de descobrirem estratégias para darem resposta às necessidades do dia-a-dia, nomeadamente no que diz respeito aos cuidados a dispensar a faixas etárias usualmente consideradas mais vulneráveis como idosos e crianças e,

⁴ <http://www4.seg-social.pt/familia-de-acolhimento-de-criancas-e-jovens>.

eventualmente, a outros membros com autonomia reduzida ou inexistente, num espírito de entreaajuda (Barata et al. 1998).

Na rota das relações familiares nascem, constroem-se e desenvolvem-se as vinculações afetivas. Esses vínculos entre seres são definidos por Bowlby (2001) como a “(...) *a atração que um indivíduo sente por um outro indivíduo*” (p. 96). O mesmo autor explica ainda que “*a vinculação afetiva é o resultado do comportamento social de cada indivíduo de uma espécie, (...)*” (p. 97). Também Sá et al. (2005) referem Bowlby (1980), ao expor que a primeira vinculação do indivíduo é feita com a mãe, portanto no seio de uma família, o que lhe permite segurança e satisfação.

Quando os vínculos afetivos são insuficientes ou são interrompidos, tal representa consequências psicológicas, quase sempre nocivas para os indivíduos, como explanam diversos autores através das suas contribuições⁵.

Vários investigadores, falam-nos sobre a supremacia da família, relativamente ao desenvolvimento das crianças, enquanto primeira agência de socialização privilegiada (Dias 2003: 22), uma vez que é nela que se inicia a construção da “*identidade de um indivíduo*” ao serem (in)satisfeitas as “*necessidades afetivas e materiais*” (Rosado et al. 2005: 79), que irão condicionar direta ou indiretamente o (in)sucesso do projetos de vida individuais.

Torres e Marques Lito (2008), referem que “*(...) não são as situações conjugais formais – estar estavelmente casado, por exemplo – que se constituem em si mesmas como fatores protetores de vivências problemáticas dos filhos, mas antes a qualidade relacional, quer da relação conjugal, quer da relação parental, (...)*” (pp. 41-42).

Em Portugal “*prevalecem, (...) valores de socialização infantil que privilegiam a conformidade com a ordem estabelecida e o ponto de vista da autoridade do adulto: a criança deve aprender em casa as qualidades e as regras que lhe permitem integrar (e reproduzir) o mundo e as competências instrumentais dos pais*” (Vala et al. 2003: 80-81).

A infância é construída de formas diferentes ao longo da evolução histórica, tendo em conta aspetos de género, classe social (condições socioeconómicas), etnia e cultura. A criança é uma pessoa em formação, pelo que deverá poder contar com as condições

⁵ A sistematização das contribuições dos vários autores pode ser consultada nos anexos.

necessárias ao seu desenvolvimento harmonioso, considerando-se o seu bem-estar fulcral nesse empreendimento.

Pela primeira vez na história, Rousseau levou um grande grupo de pessoas a acreditarem que vale a pena os adultos prestarem atenção à infância, estimulando o interesse no processo de crescimento ao invés de apenas ao produto, *“se a filosofia do Iluminismo trouxe à Europa do século XVIII uma nova confiança na possibilidade da felicidade humana, o crédito especial deve ir para Rousseau (1762) por chamar a atenção para as necessidades das crianças”* (Jenks 1994: 115).

Nas sociedades ocidentais o período da infância caracteriza-se por ser uma fase de transição, *“a suposição dominante é que as crianças desenvolvem as habilidades necessárias e entendimentos do mundo social durante este período”* (Wyness et al. 2004: 84).

A escola foi, talvez, a principal instituição que distinguiu a noção de infância ao separá-la do “universo adulto”. Foi a medicina e a filosofia, essencialmente, que desempenharam um papel de maior relevo, no decorrer do século XVIII, para que se alterasse a concepção de infância e se atribuisse às crianças um lugar de visibilidade no meio familiar. Porém, até finais do século XX, a criança correspondia aos desejos e projeções dos adultos, mas a infância não ecoava uma categoria social, a qual só apareceu com a valorização da sua condição específica. Nesta senda, a criança tem vindo a perpassar três épocas distintas: pré modernidade, modernidade e pós modernidade ou modernidade tardia. Na primeira época era vista, basicamente, como força de trabalho, sendo explorada, abusada e negligenciada.

Na modernidade, passou a ser alvo dos afetos e do interesse da família e da escola, numa perspetiva de socializadora e de mobilidade social. Por fim, na terceira fase, a criança tornou-se consumidora e constituinte de um mundo global, a quem são reconhecidos, para além de obrigações, fundamentalmente, direitos individuais e sociais, nomeadamente o direito à proteção e à garantia de bem-estar.

A infância é construída e um produto da sociedade moderna emergente. Toda a sociedade é dependente de crianças para a sua existência e todas as crianças são dependentes dos adultos (relação hierárquica) para a sua sobrevivência, mas os adultos individuais não são dependentes de crianças. As crianças tomam parte na construção de vida

dos adultos que os cercam através das relações estabelecidas e encontram-se à mercê da arbitrariedade e da responsabilidade dos adultos.

Comumente a infância divide-se em idade lactente, primeira infância e idade escolar. A fase mais crítica e mais vulnerável no desenvolvimento de qualquer criança é a primeira infância pois é nesse período que se alicerça o seu desenvolvimento psíquico estrutural. Pode-se observar que em todas as culturas a infância é protegida devido à fragilidade da criança e à sobrevivência do grupo em termos de futuro.

Em Portugal, em termos jurídicos, é-se criança até aos dezoito anos como nos diz a lei 147/99, de 1 de setembro, art.º 5.º, alínea a), (cit. in Carneiro et al. 2005: 414), “ (...) considera-se «criança ou jovem – a pessoa com menos de 18 anos ou a pessoa com menos de 21 anos que solicite a continuação da intervenção antes de atingir os 18 anos».” Porém, a responsabilidade criminal é imputada a partir dos dezasseis anos.

É possível viver a infância de forma diversa conforme os diversos contextos de socialização onde as c/j se inserem uma vez que esta é construída social e psicologicamente tendo em conta um denominador comum que é a necessária observância do bem-estar infantil.

Enquanto fase inicial do ciclo de vida, a infância é, para diversos autores (Rosado et al. 2005), crucial na perspetiva da relação que a família estabelece com a criança, a qual deve ser de qualidade no sentido da promoção da sua educação e do seu desenvolvimento integral. A competência relacional tem por base a qualidade da comunicação existente, a qual irá gerar o comportamento e a deducional (des)integração social.

Um pouco mais tarde, na fase adolescente, é, também, à instituição familiar que cabe, segundo vários autores (Campos 1990), providenciar as condições necessárias a um desenvolvimento equilibrado e integrado pois a família promove, em simultâneo, a vinculação e a autonomia numa perspetiva de transição para a vida adulta em que são reestruturadas as relações iniciais próprias da infância e se passa a interagir mais acentuadamente em ciclos exteriores à família.

Eventuais fragilidades no sistema familiar, mesmo que latentes, podem agudizar-se ou eclodir durante a fase de adolescência dos filhos, pelo que uma boa comunicação é muito importante porque auxilia na “ (...), constante na definição de regras e limites” (Strecht 2005: 131).

A infância é alvo de afetos no meio familiar, respeitando-se a personalidade e identidade infantil, tal como a sua vulnerabilidade e necessidade de proteção. Todavia, a criança faz parte de um *“grupo minoritário”* (Silva et al. 2001: 285), que é interpretado como inferior ao grupo preponderante (adultos) e, nesse aspeto, está arredada da participação integral na vida social. Neste seguimento, torna-se importante a existência e a manutenção de uma parentalidade adequada que mais não é do que a *“ (...) (capacidade de empatia com a criança/jovem, reconhecimento da sua individualidade), (...) ”* (Gomes et al. 2005: 21).

Nesta sequência, verificamos que a parentalidade nem sempre é capacitada no que ao seu exercício diz respeito, pois os pais podem estar ausentes, física ou emocionalmente, na vida dos filhos, pelo que estes não se podem reconhecer em relação a modelos de referência (Gomes et al. 2005). Nesta linha de pensamento cabe a parentalidade parcial ou disparentalidade em que existem posturas parentais disfuncionais tais como agressões e/ou negligência. Assim, constatamos a fragilidade do modelo de controlo dos pais relativamente às c/j antes da institucionalização, o qual centraliza a agência quotidiana no âmbito do risco, como nos explica Gomes et al. (2005), *“ (...) é necessário ter em conta que ele tem por princípio básico a emergência e o desenvolvimento desses controlos através dos laços que os indivíduos estabelecem com os «outros» e com as instituições e em situações de fraca intensidade desses laços sociais, o sentimento de integração e a ação dos controlos internos e externos também se fragiliza e por vezes anula-se na relação de parentalidade, introduzindo o desvio e o risco como possibilidade de ação”* (p. 24).

As ações adultas fundamentam-se na família de origem do indivíduo, pelo que cada indivíduo assenta a sua identidade no seu meio familiar. Aos pais cabe proteger e educar as c/j sem exposição a qualquer tipo de abuso. Usualmente as c/j não abdicam das famílias mesmo que estas não sejam competentes do ponto de vista educativo e/ou não lhes garantam resposta às necessidades afetivas e materiais.

De acordo com os valores vigentes (Carneiro et al. 1997), na generalidade da sociedade portuguesa, prevalece a autoridade dos adultos e as c/j reproduzem as formas de funcionamento dos pais (Vala et al. 2003), sendo a família a primeira agência de socialização (Silva et al. 2001), na medida em que é nesta que *“ (...) o indivíduo começa em primeira mão a receber os materiais com que há de construir o seu caminho* (Dias 2003: 22). Isto é particularmente verdade na idade adolescente em que *“ (...) a família providencia um*

conjunto de relações sociais e de experiências de aprendizagem (...) ” (Campos 1990: 65). Portanto, é através dos afetos familiares (Pappámikail 2004) e da definição de regras e limites que se evitam e/ou ultrapassam riscos na adolescência. Concluímos que, em cada idade da vida, a família desempenha funções relevantes para o crescimento contrabalançado das c/j.

As famílias poderão ser, por força, de várias circunstâncias com que se confrontam, “multiproblemáticas” ou disfuncionais tal como explicitam Mondragón e Trigueros (2002), *“estas familias son inestables e impredecibles en sus acciones y reacciones porque tienen contactos personales que, o bien son erróneos o bien no son permanentes, no suelen interiorizar las normas, están hiperestimuladas y tienen poca capacidad de respuesta, hacen una insuficiente auto-observación, suelen tener baja autoestima; (...)”* (p. 54). Nesta senda, as famílias são consideradas os territórios em que ocorrem inúmeros problemas intrafamiliares, ao mesmo tempo que são afetadas por problemas sociais exógenos. As famílias alargadas e as monoparentais parecem ser, segundo Sampaio et al. (2011), as que comportam maior exposição ao risco. Contudo, a maior parte das famílias com problemas não tem sempre e só problemas, podendo precisar de ajuda exterior para os resolver.

As famílias pobres têm maiores dificuldades habitacionais, podem não desempenhar cabalmente as funções parentais, logram fornecer pouco apoio socio-afetivo às c/j e manifestam determinadas características psicológicas e sociais, em que predominam os problemas económicos, nomeadamente no que concerne ao acesso e à manutenção do emprego (Barata et al. 1998). Por si, estas são múltiplas desvantagens sociais que podem patentear a disfuncionalidade familiar e ocasionar a existência de maus-tratos infantis (Cansado s/d). Usualmente, as c/j em perigo são oriundas de famílias que também estão em perigo.

O controlo social está presente no trabalho de proteção à criança, na medida em que a sociedade regula a conduta dos pais, sendo que existe pouca participação das c/j na tomada de decisão quanto ao seu futuro e os interesses das c/j podem colidir com os dos progenitores.

As mulheres e as crianças são mais propensas a ser vítimas de violência por parte de indivíduos do sexo masculino e causam menos danos graves às c/j. O sistema de proteção à

criança afeta sobretudo as famílias mais carenciadas através da ameaça e da sanção e focaliza-se mais nas mães do que nos pais.

As crianças passam por diferentes estádios de desenvolvimento, que vão evoluindo de acordo com as interações que vão mantendo com os adultos, os quais contribuem para a sua formação. O processo de desenvolvimento entrelaça-se com o crescimento e este é afetado pelo ambiente circundante que o facilita ou dificulta.

Quando existe privação de estímulos em determinada etapa do crescimento, o desenvolvimento é prejudicado, sendo que, em muitos casos, é necessária a intervenção social, principalmente naqueles em que as famílias não demonstram condições para, por si, conseguirem inverter os desafios que se lhes colocam, uma vez que quando as crianças se veem confrontadas precocemente com adversidades múltiplas se tornam desinvestidas em vários níveis.

As normas que regem as relações criança-adulto estão ligadas a construções discursivas da infância, que são, por sua vez moldadas por relações mais amplas de poder/saber. As crianças e os adultos devem ser regidos por modos de *“realização de conduta”* (Smith 2012: 34), como premissa a autonomia e participação. As crianças criadas em famílias com dificuldades socioeconómicas têm sido consideradas inadequadamente socializadas.

Carmo (1999) refere que a UNICEF reitera a importância dos governos e ONG's terem em particular atenção *“sete grupos de alto risco”* de c/j (pp. 219-220), que correm perigo relativamente ao seu desenvolvimento ou existência física: crianças em estratégia de sobrevivência; crianças maltratadas e abandonadas; crianças institucionalizadas; crianças em conflito armado; crianças em desastres naturais e ecológicos; crianças com necessidades específicas; crianças de rua.

Na impossibilidade das famílias poderem garantir o bem-estar e o desenvolvimento regular das c/j, cabe à sociedade e ao Estado a sua proteção, tal como nos explicam Sampaio et al (2011: 40), *“um ideal de proteção da infância é algo relativamente recente. Em Portugal, o início de uma intervenção sustentada nesta área remonta somente à segunda metade do século XIX, numa primeira fase, em torno de três tipos de serviços: os de assistência, os de instrução e os de justiça.”*

2. Carência socioeconómica

É comum as c/j estarem inseridas, antes da institucionalização, em meios sociocomunitários carenciados (Martin e Jackson 2002), nomeadamente no que concerne à escola e à forma como esta é vivida (Hagaman et al. 2010), e à violência na vizinhança (Hummer et al. 2010). O meio social de origem tem um papel importante nas realizações educacionais posteriores das c/j que sofreram desvantagens sociais (Creed et al. 2011) no início da sua vida (Massinga e Pecora 2004).

Muitas vezes, a (des)integração social (Bastos e Machado 2009) afeta negativamente as c/j que vivem nestas comunidades. As famílias das crianças que entram em acolhimento tendem a ter dificuldades sociais e parentais diversas e complexas (Forrester et al. 2009). Todavia, os jovens que desfrutaram de ambientes saudáveis em casa, apesar de viverem em comunidades de alto risco, são bem-sucedidos (Ungar 2004).

A carência socioeconómica familiar (Slack et al. 2004), é uma das características mais presentes na vida das c/j antes de ingressarem no sistema de acolhimento e pode manifestar-se de diferentes formas, isoladamente ou em coocorrência: falta/instabilidade habitacional; pobreza; desemprego; reclusão; atividade criminosa; progenitores com baixa escolaridade, principalmente a mãe. Se não tiverem sustentabilidade económica adequada, os pais nem sempre são os agentes perfeitos para tratarem dos seus filhos (Brandon 2001).

O domínio da habitação, isto é, da sua falta, más condições ou instabilidade, é um dos aspetos que atinge maior representatividade quando se aborda a temática dos fatores determinantes para o acolhimento de c/j (Bastos e Machado 2009). A falta de habitação (Spencer et al. 2010) pode estar na origem do acolhimento e muitas destas c/j, antes de serem admitidas, já passaram por diversas casas, numa impermanência persistente (Robinson et al. 2012).

A pobreza, como “ (...) *situação de privação resultante de falta de recursos*” (Bruto da Costa et al. 2011: 26), tem agregação frequente a uma “*cultura da pobreza*” (Barata et al. 1998: 120) e é um dos fatores que mais pode determinar a desestruturação das famílias, tornando-as disfuncionais, sendo que isto se pode vir a observar longitudinalmente como um legado transgeracional.

As famílias, similarmente, podem ser problemáticas ou disfuncionais quando existem conflitos reiterados, condutas negativas e abusos (consumos aditivos; transtornos mentais; etc.) e esse se torna o padrão de funcionalidade da família afetando, necessariamente, de uma forma mais ou menos acentuada as crianças que crescem nesses meios familiares tóxicos onde, é comum, a violência fazer parte do cotidiano que, frequentemente, encontra a sua significação no meio circundante (Costa 2005).

A pobreza é abarcada na exclusão social e pressupõe o não acesso a bens e serviços, *“social exclusion is a rupturing of the social bond. It is a process of declining participation, access, and solidarity. At the societal level, it reflects inadequate social cohesion or integration. At the individual level, it refers to the incapacity to participate in normatively expected social activities and to build meaning-ful social relations”* (Silver 2007: 4411).

Tal como nos explicam Sarmiento e Veiga (2010) op. cit. in Sampaio et al. (2011), *“(…), Portugal é um dos oito países da UE onde se registam taxas mais elevadas de pobreza infantil, e uma das especificidades neste campo prende-se com o risco elevado junto de crianças que vivem em agregados com adultos inseridos no mercado de trabalho”* (pp. 48-49).

Com frequência, as c/j são provindas de famílias onde preponderam fatores de *stress* socioeconómico (pobreza) (Griffith et al. 2009), e onde imperam *status* ocupacionais e socioeconómicos inferiores (Hartley 2002), antes de serem institucionalizadas.

A experiência da pobreza, a qualquer momento durante a infância, pode fazer com que os indivíduos se sintam à margem, o que aumenta significativamente o risco de crescer pobre e sem qualificações quando adulto (Welbourne e Leeson 2012). O aumento dos rendimentos do agregado familiar é associado com a diminuição dos problemas emocionais e comportamentais das c/j (Robinson et al. 2012). Contudo, a pobreza, apenas por si, não explica a existência de negligência pois é relevante a natureza e a qualidade da prestação dos cuidados prestados, mas certos indicadores podem estar associados com o risco de negligência física infantil. É preciso explorar como os vários aspetos da pobreza se relacionam com as múltiplas formas de maus-tratos. As estratégias de prevenção da negligência infantil devem atender às necessidades materiais das famílias específicas (Slack et al. 2004).

Explica-nos Giddens (2009: 377), que *“(...) o trabalho tende a ser um elemento estruturante na constituição psicológica das pessoas e no ciclo das suas atividades diárias.”* Na mesma linha de pensamento segue Carmo (2011), *“o direito ao trabalho está consagrado constitucionalmente (artigo 58.º), estando atribuídas ao Estado a promoção do pleno emprego, a igualdade de oportunidades, a formação cultural e técnica e a valorização profissional dos trabalhadores (n.ºs 1 e 2).”* (p. 163).

Carmo (1999), refere que *“(...) o desemprego é um dos fatores principais de exclusão social nas culturas que possuem uma economia de mercado.”* (p. 221). O desemprego afeta negativamente muitos enquadramentos sociofamiliares, pois apresenta consequências nefastas *“(...) as dificuldades em encontrar emprego e as situações de desemprego trazem graves consequências, desde logo em termos de diminuição do rendimento, o que implica uma quebra do consumo e, muitas vezes, a própria restrição das redes sociais, uma vez que existem custos associados à manutenção dos contactos sociais”* (Centeno, Erskine e Pedrosa 2000 cit. in Barata et al. 2010: 434).

O estudo conduzido em Portugal por Bastos e Machado (2009), no âmbito da pobreza infantil, concluiu que um dos grupos mais vulneráveis é o das c/j com ambos os pais desempregados. De igual forma, Hartley (2002) e Slack et al. (2004), escreveram que a negligência infantil existe num quadro familiar onde ocorre ou coocorre desemprego dos cuidadores.

O desemprego pode ter um efeito de exclusão social na medida em pode assumir perenidade caso os indivíduos se mantenham afastados do mundo laboral durante muito tempo, nomeadamente pode levar a *“(...) violência contra os outros e si próprio”* (Perret-Clermont et al. 2005: 362).

A reclusão de um ou de ambos os progenitores pode constituir um sério fator de risco para as c/j (Courtney et al. 2001), que pertencem a agregados familiares em que há prática de atividades criminosas (Tyler 2006).

Genericamente, os pais das c/j que são acolhidas têm baixa escolaridade e verifica-se que os ambientes familiares mais equilibrados estão relacionados com a formação educacional dos pais (Mennen e Trickett 2011).

Um dos grupos mais vulneráveis à privação é o das c/j cujos pais têm baixos níveis de escolaridade (Bastos e Machado 2009). Os ambientes das crianças pequenas são frequentemente controlados e modelados pelos pais, sendo que a baixa escolaridade materna pode ser um fator de risco para os maus-tratos (Robinson et al. 2009; 2012).

3. Maus-tratos: risco/perigo e proteção em que ocorrem as vítimas

Os maus-tratos são os principais fatores de risco e/ou perigo a que estão sujeitas as c/j no âmbito da sua relação com os cuidadores, usualmente os progenitores, antes de ingressarem em acolhimento, pelo que são referidos por vários investigadores em múltiplos trabalhos realizados em diferentes contextos nacionais, tais como EUA (Jones 2008); Grã-Bretanha (Martin e Jackson 2002); Canada (Marquis et al. 2008); Austrália (Raymond e Heseltine 2008); Israel (Arad e Wozner 2001); Suécia (Vinnerljung e Sallnäs 2008); Portugal (Figueiredo et al. 2001), entre outros.

Em Portugal, a investigação nacional sobre os maus tratos às crianças na família foi encabeçada, entre 1994 e 1998, por Nunes de Almeida et al. (1999), que nos apresenta uma tipologia, com nove tipos de maus-tratos, baseada na atividade empírica que decorreu desta pesquisa, tendo este sido o primeiro trabalho impulsionador nesta área⁶. Também Sá et al. (2005), se auxiliam de vários autores para estruturarem, através das suas contribuições, a definição e classificação dos maus-tratos infantis e as suas consequências psicológicas quase sempre nefastas⁷.

Nas últimas três décadas tem aumentado o abuso infantil (físico; sexual e psicológico/emocional), ou o seu reporte. A atenção prestada aos abusos aumentou em virtude de se ter alterado a forma de encarar a infância, sendo que se trata de uma característica constante e perene das sociedades humanas a qual é considerada, atualmente, como sendo uma doença social e a tendência é para remover as vítimas e criminalizar os agressores.

As práticas de cuidados prestados às c/j refletem a qualidade da nossa cultura nesta área. A família moderna tornou-se a unidade básica de coesão social e como tal é autossustentável e auto vigia-se, sendo reprodutiva biológica e culturalmente. Os abusos infantis no presente atacam a sociedade e têm uma reação coletiva. Na visão de Jenks (1994), o grito estridente de “abuso” é um grito de nossa própria dor coletiva com a perda da nossa identidade social.

⁶ A sistematização das contribuições dos vários autores pode ser consultada nos anexos.

⁷ A sistematização das contribuições dos vários autores pode ser consultada nos anexos.

De acordo com Courtney et al. (2001), quando dá entrada em acolhimento, por ordem judicial, a maioria das c/j já experienciou, pelo menos, uma forma de maus-tratos, pelo que se podem considerar multidesafiadas, (Staudt 2007), dados os múltiplos fatores de risco (Olmstead et al. 2011), que enfrentam.

A cronicidade (não a severidade) dos maus-tratos usualmente é relacionada com a delinquência posterior. A colaboração entre os vários sistemas que acompanham a c/j é importante para dar respostas eficazes e prevenir a recorrência aos maus-tratos (Yampolskaya et al. 2011).

Para Bradshaw et al. (2011), os progenitores insatisfeitos/desagradados com a vida são mais propensos a infligir maus tratos aos filhos (abuso; violência doméstica; negligência), sendo que a satisfação dos pais pode funcionar como um amortecedor contra o abuso infantil e a negligência.

No entender de O'Reilly et al. (2010), dificilmente os serviços têm capacidade para dar resposta aos inúmeros casos de negligência e abuso infantil. As intervenções são centradas nas famílias e visam a prevenção.

A investigação qualitativa tem como função alavancar a intervenção junto das famílias de alto risco. O apoio domiciliário, só por si, não resolve os problemas (multicausais) pelo que é necessário concertar abordagens abrangentes (multidimensionais) em simultâneo com a colaboração das várias agências responsáveis pelo bem-estar infantil.

Somos a concordar com Brandon (2001), quando argumenta que o aumento do abuso infantil e da negligência resultam da falta de competências parentais e não da falta de altruísmo dos pais. O estado enfrenta um *“problema de agência”* (p. 285), quando se intervém em nome das crianças maltratadas, porque não podem controlar plenamente os pais considerados incompetentes para criar os filhos.

Sem intervenção ecológica junto das famílias os problemas dos pais permanecem inalterados e as c/j em risco. A prevenção dos maus-tratos infantis requer um *“trabalho específico”* com as famílias (p. 298). Até os pais benevolentes poderão colocar os filhos em risco se não possuírem as competências adequadas. Muitas c/j abusadas desenvolvem competências para viverem em ambientes inseguros e dão aos pais inúmeras oportunidades para tomarem as atitudes adequadas (Henry 1999).

Os maus-tratos às c/j definem-se como todas as ações dos pais, familiares ou outros cuidadores que provoquem um dano físico ou psicológico, ou que, de algum modo, lesionem os direitos e necessidades da criança, no que respeita ao seu desenvolvimento psicomotor, intelectual, moral e afetivo (Carmo et al. 2001). Igualmente, concordamos com Nunes de Almeida et al. (1999) quando defende que “ (...) *os maus tratos são transversais aos diferentes tipos de família, aos vários grupos sociais*” (p. 119).

Os autores espanhóis Mondragón e Trigueros (2002), na busca por uma definição de maus-tratos infantis, dizem-nos o seguinte: “*el Centro de Protección de la Infancia de Berlin, dice que «los malos tratos que se aplican a los pequeños no son sólo un acto de brutalidade aislada. También hay que considerar un conjunto de condiciones de vida, de actos y de negligencias que motivan que el derecho a determinadas condiciones de vida, a la educación y a una ayuda real, se encuentren restringidos. Los déficits entre estos derechos y sus condiciones de vida reales constituyen el conjunto de los maltratos»*” (p. 58).

De acordo com Robinson et al. (2009), nos EUA a maior parte dos casos de maus-tratos são referenciados quando as crianças têm entre 0 e 3 anos. As crianças maltratadas exibem mais raiva, mais interiorização da sintomatologia, menos afeto positivo e apresentam maiores dificuldades de regulação das emoções. A “*dança interativa*” (p. 428) entre a criança e o cuidador pode ser afetada em contexto de maus-tratos e as reações individuais a estes são complexas, verificando-se bastante internalização.

A tipologia das situações de perigo é referida no âmbito da LPCJP (Lei n.º 147/99, de 1 de setembro) a qual enumera dezassete situações tipo: negligência; exposição a modelos de comportamento desviante; abandono escolar; maus-tratos psicológicos / abuso emocional; maus-tratos físicos; prática de facto qualificado como crime por c/j com idade igual ou inferior a doze anos; abandono; abuso sexual; consumo de estupefacientes; ingestão de bebidas alcoólicas; problemas de saúde; mendicidade; exercício abusivo da autoridade; exploração do trabalho infantil; corrupção de menores; pornografia infantil; prostituição infantil.

Naturalmente, os maus-tratos, mesmo os intrafamiliares, são considerados crimes mas fazem parte de um “*tipo de criminalidade complexa*” a ser analisada em separado da restante criminalidade (Costa 2005: 103).

Os maus-tratos físicos definem-se como sendo “ (...) a categoria mais facilmente identificável, dadas as suas consequências visíveis. Pressupondo contacto físico entre o cuidador e a criança, ele pode especificar: a) um ato parental (neste caso é avaliado o comportamento parental; os métodos disciplinares e suas intenções; a forma como é perpetrado); b) uma consequência de um ato parental (nesta situação avalia-se o resultado físico do mau trato na criança); c) ambas as situações” (Calheiros et al. 2011: 20).

Segundo Canha (2003), “no mau trato físico, cujo protótipo é a criança batida, estão incluídos a síndrome da criança abanada (sacudida ou chocalhada); as queimaduras; as fraturas; os traumatismos cranioencefálicos; as lesões abdominais; a sufocação; o afogamento e as intoxicações provocadas” (p. 33).

O abuso físico antes da institucionalização é uma realidade para muitas c/j (Dworsky e Courtney 2009). Têm aumentado muito os casos de negligência e de maus-tratos físicos (Marquis et al. 2008), com raízes familiares (Tyler 2006), pelo que estas c/j têm que lidar com as consequências emocionais e, às vezes, físicas de maus-tratos (Tilbury et al. 2009).

O abuso físico infantil ocorre mais frequentemente em quadros familiares em que existem ou coexistem cuidadores que consomem drogas e álcool e famílias monoparentais (Hartley 2002), ou marcadas por stress socioeconómico (Slack et al. 2004). Este tipo de maus-tratos ocorrem em maior número no seio familiar (Figueiredo et al. 2001), e podem deixar, ou não, sequelas, tais como a externalização (Robinson et al. 2009).

Na perspetiva de Canha (2003), os maus-tratos psicológicos ou emocionais podem ser definidos “ (...) como a incapacidade de proporcionar à criança um ambiente de tranquilidade, bem-estar emocional e afetivo, indispensável ao crescimento, desenvolvimento e comportamento adequados” (p. 34).

Os maus-tratos psicológicos ou emocionais são “ (...) atualmente a forma de mau trato mais prevalente. É identificado por alguns autores como aquele que tem um impacto mais destrutivo na criança e assume-se que diz respeito a todos os aspetos afetivos e cognitivos do mau trato, abrangendo todas as áreas do desenvolvimento psicológico da criança” (Calheiros et al. 2011: 20).

Para Sá et al. (2005), os maus-tratos psicológicos/emocionais englobam o “abandono psicológico referimo-nos a um termo lato, encarado numa vertente interna ou

psíquica, que é a do afeto, onde englobamos as insuficiências, os rompimentos afetivos e os maus-tratos psicológicos” (p. 15).

O abuso emocional (James et al. 2006) e a negligência são traumáticos, muitas vezes crônicos e apontam para dificuldades cognitivas e de desenvolvimento, incluindo a resolução de problemas e competências emocionais (Welbourne e Leeson 2012).

Sobre a problemática do abuso sexual infantil, centramo-nos na definição de Gabel (1992), a qual cita a OMS, *“a exploração sexual de uma criança implica que esta seja vítima de um adulto ou de uma pessoa sensivelmente mais idosa do que ela e com a finalidade de satisfação sexual desta”* (p.11).

A visibilidade do abuso sexual elevou-se vertiginosamente nas últimas décadas (Jenks 1994). Por vezes as c/j são institucionalizadas por terem sido vítimas deste tipo de abuso (Cashmore et al. 2007), nomeadamente no meio familiar mais próximo, o qual inclui os progenitores (Courtney et al. 2001). As raparigas são mais referenciadas do que os rapazes relativamente a este tipo específico de maltrato (Griffith et al. 2009).

As experiências de abuso sexual, durante a infância e a adolescência, encontram-se entre as que são relatadas por um elevado número de indivíduos na idade adulta. As c/j vítimas de abuso sexual estão em maior risco de se virem a envolver, mais tarde, com o sistema de justiça (Yampolskaya et al. 2011).

Com frequência, as vítimas de abuso físico são igualmente vítimas de abuso sexual e este é mais corrente antes do que depois do início da adolescência, em ambos os casos.

Segundo Carmo et al. (2001), a violência doméstica *“ (...) pode assumir várias formas e envolver todos os elementos do agregado familiar, mas os tipos de violência mais estudados têm sido a violação conjugal, os maus tratos a crianças e a pessoas idosas e a violência física sobre o cônjuge”* (p. 351). Também Silva et al. (2001), definem violência doméstica *“ (...) como um padrão de comportamento exibido por uma pessoa com o objetivo de obter e manter o controlo e o domínio relativamente a outra pessoa com a qual mantém relações familiares ou similares. Ou seja, a violência doméstica é toda a violência que ocorre na família”* (p. 254).

A violência na família ou *“violência intrafamiliar”*, (Cansado s/d: 3), o abandono e a negligência das crianças fazem oscilar a família enquanto instituição social na medida em que têm efeitos absolutamente prejudiciais para o desenvolvimento dos elementos com

maior vulnerabilidade (Carneiro et al. 1997). Para estes autores *“no que respeita às características dos pais, estes são referidos como sendo pessoas de pouca instrução, de personalidade agressiva, com profissões mal remuneradas e de pouco prestígio social”* (Carneiro et al. 1997: 554).

A violência doméstica afeta negativamente as c/j, bastando para isso experienciar a mesma direta ou indiretamente (Williams 2011), sendo que as memórias perduram pela vida fora (Welbourne e Leeson 2012).

As mulheres e as crianças são mais propensas a ser vítimas de violência por parte de indivíduos do sexo masculino e causam menos danos graves às c/j (Scourfield e Welsh 2003). A violência conjugal pode afetar negativamente a qualidade de comportamentos parentais da mulher uma vez que existem múltiplas vulnerabilidades (Hartley 2002).

A negligência é outra das formas de maus-tratos que afeta as c/j antes de serem acolhidas (Bessell 2011). O conceito de negligência cruza-se com o conceito de carência de cuidados, o qual é referido por Sá et al. (2005), ao citar Seabra Diniz (1993), *como sendo “ (...) um problema dos pais, dos filhos e da sociedade, sendo uma situação extrema que exige intervenções rápidas e decisivas, nas situações de abandono ou de grave carência da relação familiar, de um ponto de vista predominantemente jurídico, com prejuízo das necessidades e dos direitos da criança, a favor dos direitos dos adultos”* (p. 19).

Por seu turno, Alves (2007), diz-nos que se trata de *“ (...) incúria parental face às necessidades afetivas e de desenvolvimento da criança ou jovem; (...) ”* (p. 49).

A negligência pode ser psicológica ou física, como é definida por Calheiros e Monteiro (2000), *“a negligência psicológica, definida por omissões dos adultos em relação à supervisão na organização da vida diária e atividade escolar da criança. A negligência física engloba a falta de supervisão em relação à segurança e falta de provisão em relação às necessidades de desenvolvimento físico da criança relacionadas com a aparência e bem-estar, higiene, alimentação e saúde”* (p. 163).

O abuso e a negligência ocorrem dentro de sistemas familiares complexos que apresentam diversos fatores de risco (Marquis et al. 2008). A negligência precoce e a subestimação pode levar à extinção de caminhos neuronais que sustentam o desenvolvimento da linguagem e o desenvolvimento cognitivo-comportamental e sócio emocional (Welbourne e Leeson 2012). Todavia, a negligência não se encontra relacionada

com o envolvimento, posterior, com o sistema de justiça juvenil (Yampolskaya et al. 2011), embora seja relatada por muitos indivíduos na idade adulta, (Figueiredo et al. 2001), como fruto de uma infância caótica (Fowler et al. 2011).

A teoria prevê que o abuso infantil e as taxas de negligência serão menores em comunidades, que têm como alvo programas de competências para os pais, em vez de programas abrangentes para crianças e pais (Brandon 2001).

A Terceira Pesquisa Nacional sobre a Incidência de Abuso e Negligência de Crianças – (NIS-3)⁸, nos EUA, inclui na negligência física infantil a recusa de cuidados de saúde, a demora no atendimento de saúde, o abandono, a expulsão, a supervisão inadequada, ou outra negligência física (alimentação inadequada, vestuário e / ou higiene; desatenção a riscos; desrespeito a segurança da criança e do seu bem-estar), como nos informa Slack et al. (2004).

O abandono consiste na “ (...) *ausência de proteção da criança ou jovem por desistência ou recusa da assunção das competências parentais; (...).*” (IDS 2000b: 20).

Na perspectiva de Sá et al. (2005), “*os maus-tratos infantis, onde se inclui o Abandono Psicológico, apresentam-se como um fenómeno complexo e multifatorial, já que se trata de um conceito amplo, suscetível de análise e de classificações em função de vários critérios, dimensões e culturas*” (p. 20). O referido autor (2005), ilustra bem como se processa o abandono infantil a partir dos sentimentos das c/j, “ (...) *é, então, relativamente simples abandonarmos uma criança. Basta que ela perceba que não somos capazes de a compreender e de comunicar para que se sinta abandonada por dentro*” (p. 10). Nesta senda, também Strecht (2003), defende que “*a pior forma de abandono emocional é a indiferença* (p. 37).

Tal como o abandono, a rejeição familiar também se nos afigura como uma forma grave de negligência infantil das c/j como explica Canha (2003), “*a rejeição foi definida como o não reconhecimento da criança como elemento da família, associado à ausência de ligação emocional e afetiva de um ou ambos os progenitores*” (p. 56). Tanto o abandono (James et al. 2006), como a rejeição familiar (Martin e Jackson 2002), são apontados na literatura como fatores que conduzem ao acolhimento institucional das c/j.

⁸ Cf. Slack, K. S. et al. (2004). Understanding the Risks of Child Neglect: An Exploration of Poverty and Parenting Characteristics. *Sage Publications & American Professional Society on the Abuse of Children*, pp. 395–408. United Kingdom.

As crianças que são afastadas dos seus pais para serem acolhidas sofreram negligência, trauma ou abuso e, às vezes, as três coisas em sobreposição (Courtney et al. 2001).

Tendencialmente, os pais que abusam de substâncias (drogas ou álcool) têm maior propensão para maltratar os filhos dada a disfunção familiar que se instala (Bradshaw et al. 2011), sendo que esta problemática atinge transversalmente os vários grupos sociais, como nos informam Torres e Marques Lito (2008), *“(...) embora a toxicodependência seja um fenómeno que atravessa todos os setores sociais, (...)”* (p. 40.)

Vários estudos, que não distinguem entre abuso e negligência, consideram que os pais maltratantes têm interações de menor qualidade e frequência e inferiores com as suas crianças, respondem de forma inconsistente às suas necessidades, sabem menos sobre o desenvolvimento da criança e, conseqüentemente, esperam mais deles, atribuem intenções negativas ao comportamento dos seus filhos, punem mais através de palmadas, e argumentam menos com eles em comparação com os pais não maltratantes.

As c/j sobre as quais foram perpetrados abusos familiares, ou outros, são vítimas. Barata et al. (2010), socorrendo-se de Landau e Longo (1990), ajuda-nos a clarificar o conceito *“(...) qualquer indivíduo, grupo ou instituição prejudicada ou atingida por outros ou por acontecimentos, que podem ou não perceber-se a si próprios como tal e que são ou virão a ser reconhecidos pelos outros como vítimas”* (p. 342). Também, Costa (2005), chama a atenção para a *“vulnerabilidade”* das vítimas (p. 66).

Naturalmente, a situação de vítima remete para a existência de traumatização e de necessidades próprias que têm que ser consideradas casuisticamente no respeito pela garantia dos seus direitos individuais e sociais e, se necessário, pela sua ressocialização como acontece, muitas vezes, no caso das c/j que são institucionalizadas. Se a proteção das vítimas não se tornar uma realidade e existir exposição à agressão *“(...) poderá haver lugar a vitimizações múltiplas”* (p. 104).

As c/j vítimas de situações de perigo são protegidas ao abrigo de um acordo de promoção e proteção, *“(...) o compromisso reduzido a escrito entre as comissões de proteção de crianças e jovens em perigo ou o tribunal e os pais, representante legal ou quem tenha a guarda de facto e, ainda, a criança ou jovem com mais de 12 anos, pelo qual se*

estabelece um plano contendo medidas de promoção de direitos e de proteção” (alínea f do artigo 5.º da Lei n.º 147/99, de 01 de setembro cit. in Reis 2009: 258).

Os fatores de risco e os fatores protetores prendem-se com as circunstâncias contextuais e emocionais. Apesar dos maus-tratos ou da negligência parental, os jovens percecionam a família como uma forma de organização interna e de proteção (Mota e Matos 2010).

Hammond (2003), explica que os maus-tratos infantis constituem um grave problema de saúde pública que levam à presença de doenças nos adultos e podem ser prevenidos através de intervenções precoces que promovam as competências parentais, pelo que não devem ser tolerados nos diferentes contextos sociais.

Os fatores de risco e de proteção, ao longo da vida dos indivíduos, podem emergir, interagir e perder a sua influência. Os fatores de proteção (na infância; no enquadramento familiar; na comunidade) podem, segundo Kazdin e Buela-Casal (2001), “ (...) *cancelar ou atenuar o efeito dos fatores de risco conhecidos e incrementar, de algum modo, a resistência*” (pp. 36-37). Também o investigador britânico Corby (2003), referiu que o apoio às famílias é a melhor forma de proteger as crianças através de uma intervenção precoce sem prejudicar a família, por isso é necessário responder com maior ênfase no apoio à família e na prestação de garantias às crianças. Para Slack et al. (2004), as intervenções precoces junto das famílias reduzem a incidência de abuso infantil.

Strecht et al. (2003), apresentam alguns fatores de proteção aos maus-tratos ao nível da infância, do enquadramento familiar e da comunidade⁹.

A infância é importante para contextualizar o “risco” dentro de quadros socioeconómicos, culturais e institucionais, sendo que as famílias medeiam as relações das c/j com as estruturas sociais mais amplas (Backett-Milburn e Harden 2004).

Fatores de vária ordem podem influenciar a estrutura e o funcionamento familiar, uma vez que “ (...) *«...há grupos que são duplamente vulneráveis devido à existência de circunstâncias específicas ou potenciais da sua vida pessoal, familiar, social ou económica»* (Rodrigues, 1997, p. 553). *São estas crianças que, perante situações de grande vulnerabilidade, ficam expostas a situações de risco*” (Mendes dos Santos 2010: 2), tais

⁹ A sistematização das contribuições dos vários autores pode ser consultada nos anexos.

como: “ (...) desemprego do (s) progenitor(es), família numerosa, história criminal na família, deficiências físicas ou mentais de membros familiares, alcoolismo, toxicodependência, prostituição, violência e maus tratos na família, falta de competência educativa parental, abandono familiar, negligência, entre outros ” (p. 3).

Verifica-se que entre os conceitos de “risco” e de “perigo” existe um efeito de gradação, na medida em que o “perigo” implica a ameaça à vida, enquanto o “risco” pode anteceder o “perigo” e é mais abrangente (Calheiros et al. 2011). É, portanto, uma linha tênue a que separa os dois conceitos embora se revisitem reciprocamente com frequência e de forma longitudinal ao longo do percurso de vida de cada indivíduo.

Segundo Rosado et al. (2005), *“os riscos e os perigos a que a criança está atualmente sujeita são complexos, multidimensionais e vivenciados diferencialmente. A intervenção de qualidade exige uma atenção especial à sensibilidade de cada menor, à sua resiliência e ao modo como a mesma vai integrando as suas experiências basilares”* (p. 80).

As c/j encontram-se em risco devido a uma constelação de fatores (económicos; biológicos; psicológicos; sociais; familiares; situacionais; individuais), que combinados no contexto específico de uma família que se encontrem expostos a situações de vulnerabilidade e de risco (Bessell 2011).

Segundo um estudo concretizado pelo IDS (2000b), *“as situações de risco e/ou de perigo vividas por crianças e jovens, (...), obedecem à regra da transversalidade social, isto é, não são apanágio exclusivo de situações sociais de pobreza”* (p. 21). Porém, *“não resta dúvida acerca da maior visibilidade que os maus-tratos infligidos no seio de famílias social e economicamente mais desfavorecidas adquirem”* (idem).

Concordamos com Gomes et al. (2005), quando referem que *“(…), não é de estranhar que se encontre na família e nas problemáticas transgeracionais a génese de situações de risco que levaram à institucionalização destes jovens”* (p. 21).

As c/j em perigo “ (...) são aqueles que, pelas suas características biológicas e/ou pelas características da sua família, estão sujeitos a elevadas probabilidades de vir a sofrer de privações que comprometam a satisfação das suas necessidades básicas de natureza material ou afetiva” (Martins de Sá 2000 op. cit. in Manual de Processos-Chave, Lar de Infância e Juventude 2007: 1).

Lúcio et al. (2001), advoga que se encontra “ (...) em perigo a criança negligenciada, que não recebe os necessários cuidados educacionais, higiénico-sanitários, médicos, ou a que é obrigada à prática de atividades ou trabalhos excessivos ou inadequados à sua idade ou situação pessoal, incompatíveis com a sua dignidade ou prejudiciais à sua formação ou desenvolvimento” (p. 86).

Segundo Calheiros e Monteiro (2000), em Portugal a lei não procede à distinção entre “perigo para a segurança, saúde ou formação moral” e “perigo para a educação” (p. 167), como acontece noutros países (por exemplo, em França) em que a educação se enquadra mais no âmbito das liberdades e familiares, sendo que o perigo para a segurança, saúde e formação moral merecem maior atenção objetiva.

Síntese

Tendo como ponto de partida a construção de um debate teórico sobre a família, condições de vida e institucionalização, considerámos relevante analisarmos o contexto pré-institucional das c/j que são acolhidas, fazendo uma espécie de gradação relacional entre vários aspetos, tais como a família e a infância, a carência socioeconómica, os maus tratos (as vítimas) e os fatores de risco/perigo e proteção. Assim, apreendemos que todos os pontos se intersejam quando é referido o ingresso de c/j maltratadas em acolhimento institucional, na medida em que a família precisa de ser cuidada interna e externamente para que possa proporcionar bem-estar e apoio às c/j.

Com frequência a carência socioeconómica cria as condições para a perpetração de maus tratos que produzem c/j vítimas que se encontram em risco/perigo e a favor das quais é necessário intervir no sentido de fomentar a proteção e o desenvolvimento equilibrado.

É neste âmbito que surge o acolhimento institucional - quando outras respostas não se verificam plausíveis para proporcionar o melhor enquadramento à singularidade de cada caso, na certeza, porém, que a prevenção ainda é a melhor solução no superior interesse dos envolvidos. Contudo, a intervenção, em situações desta natureza, deverá ser precoce e mínima, como é determinado pela lei de enquadramento, “ (...) deve ser efetuada logo que a situação de perigo seja conhecida e ser exercida exclusivamente pelas entidades e

instituições cuja ação seja indispensável à efetiva promoção dos direitos e à proteção da criança e do jovem em perigo” (art.º 4.º, da Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo cit. in Calheiros et al. 2011: 18).

Capítulo II – Acolhimento institucional de crianças e jovens: contributos internacionais e a experiência da Casa Pia de Lisboa

Introdução

No decorrer deste capítulo debruçamo-nos sobre alguns pontos que nos parecem associar-se, na tentativa de explicar o processo de pré-institucionalização, institucionalização e pós-institucionalização, e que são: as instituições; a política social; o acolhimento institucional de c/j; a forma como as c/j entram em acolhimento; a forma como decorre o acolhimento; a forma como saem do acolhimento – a integração social; o acolhimento de c/j em risco/perigo na Casa Pia de Lisboa.

Faz sentido agora definir o que são instituições, enquanto cenários em que decorre uma parte importante da infância de muitas das c/j que ingressam em acolhimento no âmbito de uma determinação do sistema de proteção, e como funciona o acolhimento institucional de c/j em risco/perigo, no que concerne à forma como entram em acolhimento, como este decorre e socializa os indivíduos e, finalmente, como é feita a integração social, finda a institucionalização.

O conceito de política social não é determinado com transparência pela literatura especializada. De forma geral, a partir da perspetiva das ciências sociais, a política social é compreendida, primeiro, como uma forma de política pública e, depois, como ações governamentais que têm fins próprios quando são executadas.

Atentamos especificamente ao caso da CPL e à sua forma de funcionamento que tem atravessado os últimos centenários tentando-se adequar aos desafios sociais, sendo considerada por alguns como a instituição nacional de referência quando se aborda a temática da proteção infanto-juvenil, na medida em se afigura como um laboratório de educação aprendente.

1. Instituições

O uso do termo instituição tem-se tornado comum nas ciências sociais, nos últimos anos, refletindo o crescimento da economia institucional e o uso do conceito de instituição em várias outras disciplinas, incluindo filosofia, sociologia, política e geografia. No entanto, ainda hoje, não há unanimidade na definição deste conceito. *“Institutions are the kinds of structures that matter most in the social realm: they make up the stuff of social life. The increasing acknowledgement of the role of institutions in social life involves the recognition that much of human interaction and activity is structured in terms of overt or implicit rules”* (Hodgson 2006: 2).

Em parte, a durabilidade das instituições decorre do fato de que estas podem criar expectativas estáveis no comportamento dos outros. Geralmente, as instituições permitem pensamento ordenado, expectativas e ações através da imposição de forma e de consistência às atividades humanas. Assim, podemos definir instituições como sistemas de sociais estabelecidos e com regras prevalentes que estruturam as interações sociais. Nalgum momento temos que considerar como as instituições estruturam as interações sociais e em que sentido estão estabelecidas e incorporadas, na medida em que dependem dos pensamentos e das atividades de indivíduos, mas não são redutíveis a estes.

“As instituições, ou regimes de regras, são definidas como sistemas de regras incompletamente integrados e associados a modos de sanção (...)” (Pires 2007: 35). As instituições tanto constroem como ativam o comportamento.

As regras são consideradas como disposições sociais ou culturalmente transmitidas, com real ou potencial conteúdo normativo. O termo “regra” é amplamente entendido como uma normativa socialmente transmitida e habitual injunção ou disposição imanentemente normativa que, em determinadas circunstâncias, leva a certas consequências.

A apreciação e valorização das regras é, inevitavelmente, um processo de interação social, sendo que as regras e normas diferem de formas diferentes porque elas impõem tarefas aos indivíduos. As instituições só funcionam porque as regras envolvidas são incorporadas nos hábitos comuns de pensamento e comportamento.

O comportamento repetido é importante para estabelecer um hábito e este é uma disposição para se envolver num comportamento anteriormente adotado ou adquirir

comportamentos ou pensamentos provocados por um estímulo apropriado ou por um contexto.

Hábitos persistentes e compartilhados são as bases de costumes e, através da reprodução de hábitos compartilhados de pensamento, as instituições criam fortes mecanismos de conformismo e de acordo normativo. Por sua vez, estas normas morais ajudam a reforçar as instituições em questão e a estrutura de regras apoia na criação de hábitos e preferências que são congruentes com a sua reprodução. Os hábitos são o material constitutivo das instituições e proporcionam-lhes maior durabilidade, potência e autoridade normativa. Na medida em que as instituições regulam os comportamentos, são estabelecidos, entre a população, hábitos concordantes que levam a fins congruentes e a crenças, o que mantém a estrutura institucional.

Como as instituições, simultaneamente, dependem das atividades dos indivíduos e os restringem e os moldam, através do *feedback* positivo obtido surge autorreforço e auto perpetuam-se determinadas características. Isto não significa, no entanto, que as instituições fiquem separadas do grupo de indivíduos envolvidos porque dependem, para a sua existência, dos indivíduos, das suas interações, e de determinados padrões comuns de pensamento.

Qualquer indivíduo nasce num mundo institucional pré-existente que o confronta com as suas regras e normas e, assim, os indivíduos e a estrutura institucional, embora distintos, estão, portanto, ligados num círculo de interação mútua e de interdependência.

As instituições são os resultados das interações das aspirações humanas, sem serem conscientemente projetados em cada detalhe pelos indivíduos ou grupos, pois, historicamente, as instituições precedem os indivíduos.

Geralmente, todas as instituições dependem de outras instituições a fim de fazerem cumprir efetivamente as suas regras e há muitos exemplos em que algumas instituições são sustentadas e suportadas por outras.

As estruturas sociais incluem todos os conjuntos de relações sociais, incluindo as episódicas e as sem regras, bem como as instituições sociais. As instituições são sistemas de regras sociais estabelecidas e incorporadas que estruturam as interações sociais, através da habituação que é o mecanismo psicológico pelo qual os indivíduos adquirem disposições para participar em comportamentos anteriormente adotados ou adquiridos.

2. O campo de ação da política social

No que concerne à *política social*, esta pode ser encarada como um facto associado ao estabelecimento da sociedade burguesa e ao estilo capitalista como esta produz. Segundo expressa Carmo et al. (2001), “*a progressiva centralização do poder nas mãos do soberano que se registou concomitantemente com a desagregação da sociedade do Ocidente medieval, deu origem a um modelo de Estado a que alguns autores chamaram Estado Protetor*” (Rosanvallon 1984 op. cit. in Carmo et al. 2001: 55).

No final do século XIX a *Política Social* teve início com a criação das primeiras legislações e medidas de proteção social. Após a segunda Guerra Mundial verificou-se que a Política Social se generalizou dada a construção do *Welfare State* nos países da Europa Ocidental, e com os diversos paradigmas de proteção social nos países de capitalismo central e nos países de periferia.

Historicamente, a inquietação com o bem-estar na sociedade, ou o que fazer com os menos favorecidos, os considerados pobres, e o papel do Estado nesses processos, remonta há muito tempo atrás. Com o alvorecer do liberalismo muda a forma de se pensar a economia e a sociedade e ganha força uma vontade de fragmentar as relações instituídas entre o clero e a aristocracia ou o Estado absoluto. Neste campo de ação, a partir das lutas de 1848, a visão social do mundo, por parte do liberalismo, esvaiu-se quando o capital se tornou preponderante e os trabalhadores começaram a desenvolver seu projeto independente suspeitando dos limites da burguesia.

Na segunda metade do século XIX e no início do século XX, o liberalismo debilitou-se nos seus suportes materiais, o que se traduziu nalguns processos político-económicos, tais como: o desenvolvimento do movimento operário; a vitória do movimento socialista em 1917 na Rússia, e a mudanças no mundo da produção. O primeiro, reconheceu direitos de cidadania política e social mais amplos para esse segmento; o segundo tentou defender-se do capital frente ao movimento operário; e, por fim, o terceiro, no decorrer do aparecimento do *fordismo*, conferiu maior poder coletivo aos trabalhadores bem como a concentração e a monopolização do capital.

Segundo Carmo (2011: 40), “ (...), *pode definir-se Política Social como um sistema de políticas públicas que procura concretizar as funções económicas e sociais do Estado, com o*

objetivo de promover a coesão social e a condução coletiva para melhores patamares de qualidade de vida.”

A expressão política social tem tido nos últimos anos uma utilização adaptável às circunstâncias quando é preciso aclarar a ação do Estado, isto é, esclarecer o que faz o Estado em prol do bem-estar social dos sujeitos, pelo que muitas vezes se confunde com a noção de Estado Providencia, o que se compreende visto que se inter-relacionam.

Caeiro (2010: 22), diz-nos que *“importa então definir o conceito de política social, para que se perceba a qual realidade social nos referimos, quando aplicado o termo «social». A política social, em sentido corrente é a “política relativa à administração pública da assistência, ou seja, ao desenvolvimento e direção dos serviços específicos do Estado e dos serviços locais em aspetos, tais como a saúde, a educação, o trabalho, a habitação, a assistência e os serviços sociais”* (op. cit. de Montagut, Teresa, *Política Social. Una introducion*, Barcelona, Ariel Sociològica, p. 20). *Neste sentido, a política social pretenderia prosseguir objetivos como a resolução de determinados problemas sociais ou alcançar objetivos que de certo modo se aceitam como respostas àqueles problemas.”*

A definição de política social não é unanime entre os diversos países europeus que buscam a procura de um consenso nesta matéria.

Pereirinha (2008b), recorre a Walker (1985: 141), para veicular o significado de política social, *“«social policy» might be defined therefore, as the rationale underlying the development and use of social institutions and groups which affect the distribution of resources, status and power between different individuals and groups in society”* (p. 31). Também Barata et al. (2010), se socorre do Dictionary of Social Work Collins Educational (1998), para definir política social como *“ (...) «a política governamental na área do bem-estar (welfare), e o estudo académico do seu desenvolvimento, implementação e impacte» (...)”* (p. 10).

Por seu turno, Caeiro (2010) cita Montagut (p. 20), para dizer que *“a política social, em sentido corrente é a «política relativa à administração pública da assistência, ou seja, ao desenvolvimento e direção dos serviços específicos do Estado e dos serviços locais em aspetos, tais como a saúde, a educação, o trabalho, a habitação, a assistência e os serviços sociais».* Neste sentido, a política social pretenderia prosseguir objetivos como a resolução de

determinados problemas sociais ou alcançar objetivos que de certo modo se aceitam como respostas àqueles problemas.” (p. 22).

Embora a razão de ser da política social se prenda, na sua essência, com a promoção do bem-estar social, pelo que usa métodos e técnicas próprias, verifica-se, amiúde, que não consegue atingir os objetivos a que se propõe, pois aparece-nos com um duplo desenvolvimento na medida em que tenta descobrir respostas e resoluções para as contrariedades da vida e, assim, encontrar o bem-estar social e, por outro lado, tenta enunciar a conceptualização teórica do termo.

Podemos encontrar dois significados para o termo política social: o conjunto de políticas públicas com objetivos sociais e enquanto disciplina científica componente das ciências sociais.

Prossegue Caeiro (2010: 23), (...), *“a política social pretende alcançar e promover o bem-estar social. E neste aspeto, releva-se a prossecução da satisfação das necessidades sociais, a garantia dos direitos sociais (civis, políticos e sociais) e avaliar os fatores que do ponto de vista coletivo, estão na origem da não satisfação das necessidades, não garantia de direitos (tais como os derivados de fatores demográficos, ritmo de crescimento, alteração das características de emprego, etc.), e finalmente, no sentido da perceção coletiva do bem-estar.”*

As principais áreas de atuação da política social são: o emprego e o rendimento mínimo; a proteção; a promoção das condições de trabalho; a educação, formação e cultura; a higiene pública e saúde; a assistência e social; o urbanismo e habitação; o tempo livre e recreio. Nesta direção, podemos enumerar os objetivos da Política Social que se relacionam com a promoção e redistribuição do rendimento e da riqueza; com a gestão dos riscos sociais; com a promoção da inclusão social. Para atingir os objetivos a que genericamente se propõe, a Política Social utiliza três instrumentos: a regulação; a provisão de bens e serviços; a provisão de benefícios monetários. Esclarece-nos o mesmo autor que “(...), importa ainda referir que a política social se encontra ligada aos direitos de cidadania, ou seja, aos direitos dos cidadãos, e à possibilidade de participar no exercício do poder político” (p. 24). Nesta ótica a área da política social define-se melhor quando é abordada sob o conceito de cidadania.

Relativamente às medidas de proteção social implementadas pelo Estado, recorrendo a políticas sociais, estas manifestam-se heterogêneas por não terem o mesmo sentido político e jurídico no que diz respeito à prática dos direitos sociais.

Por ser um sistema de políticas públicas, a *política social* também integra o conceito de intervenção social porque se trata de uma intervenção social de escala macro sendo o sistema interventor a administração pública, o Estado ou uma entidade supra estatal. Nesta medida o processo de intervenção é geral, abstrato e tipificado (não personalizado) e traduz-se numa estratégia de coesão social que defende os direitos humanos e o desenvolvimento o que se concretiza através de políticas públicas diversas.

Relativamente a outros subsistemas de intervenção social a política social assume um papel de decisão e de orientação. Para ser eficaz e eficiente a política social precisa de colher informações dos outros subsistemas existentes.

Somos a concordar com Carmo et al. (2001: 57), quando explica que *“com a revolução industrial e a emergência de problemas económicos e sociais que daí resultaram, o Estado foi chamado a assumir funções de regulação e de orientação progressivamente maiores, sobretudo nas áreas da política económica e social, tendo emergido a consciência crescente de que o Bem-Estar constituía um fim do Estado, (...)”*

As diversas configurações assumidas pela proteção podem ser desagregadas a partir do contexto social e político no qual tradicionalmente tiveram origem, desde o surgimento do Estado moderno. Portanto, podemos identificar três modalidades fundamentais: assistência social, seguro social e o Estado do bem-estar social, pelo que também se diferenciam historicamente ao nível das relações políticas, jurídicas e institucionais.

As primeiras medidas de proteção social tiveram início numa conjuntura rigidamente liberal, na qual se refutava a necessidade de interferência estatal nas questões de natureza social, sob o argumento da eficiência do mercado no trato dos problemas sociais ocorrentes. Todavia, durante o liberalismo, o mercado demonstrou-se incapaz de se ocupar e de resolver os problemas que ele próprio criava, pelo que se exigiu uma gradual intervenção do Estado na área da produção, através da regulamentação das relações de trabalho, como no domínio da reprodução, pela implementação de medidas de proteção social.

As políticas sociais, que tiveram começo neste contexto, eram conhecidas sob a denominação de “assistência social” e abrangiam o reconhecimento de uma carência e de propostas para a amenizar. Nesta perspectiva, assume-se que uma situação de necessidade é decorrente de um problema manifestado pelo necessitado e, por este entendimento, a assistência é posta em prática de forma a compensar lacunas passadas e a prevenir carências futuras.

A essência compensatória e punitiva destas medidas é evidente, por exemplo, na perda de direitos pertencentes à condição de cidadania (no caso dos menores protegidos pelo Estado), ou em limitações de ordem simbólica tais como rituais de degradação, atestados de miséria, etc., a que eram subjugadas as famílias necessitadas.

Esta política de cidadania inversa caracteriza-se pelo facto do indivíduo entrar em relação com o Estado na circunstância em que se admite como um não-cidadão, isto é, tem como atributos jurídicos e institucionais, respetivamente, a ausência de uma relação formalizada de direito ao benefício que se reflete na volubilidade das políticas assistenciais, além de um apoio institucional que reproduz um modelo de voluntariado das organizações de caridade, mesmo quando estas são exercidas em instituições estatais.

O seguro social dirige-se à cobertura da população trabalhadora com a qual se celebra uma relação jurídica do género contratual, ou seja, os benefícios são, em regra, harmónicos com a contribuição efetuada, não tendo uma relação direta com as necessidades efetivas do beneficiário. As instituições responsáveis pela prestação dos serviços e benefícios inclinam-se a ser custeadas com base no tributo salarial, de acordo com os requisitos específicos do Estado, e subordinam-se a uma coerência de capitalização das suas reservas. Esta forma de auxílio envolve questões de igualdade, justiça social e redistribuição de receita entre a população beneficiária. Por outro lado, conserva a injustiça do sistema produtivo, ao afastar da proteção os grupos mais carecidos que são os que se encontram marginados face ao mercado formal urbano de trabalho. Também é de salientar que o Estado de Bem-Estar Social rompe com as conceções de proteção social ao inculcar uma relação de cidadania plena, na qual o Estado está compelido a abonar a garantia de um mínimo vital a todos os cidadãos, em relação à saúde, educação, pensão, seguro desemprego, etc.

O Estado do bem-estar social fundamenta-se numa relação de direito social inerente à condição de cidadania e, do ponto de vista institucional, contende uma organização nacional da política social, na qual o Estado assume os pesos basilares da administração e financiamento do sistema. Trata-se de um projeto de redefinição das conexões sociais visando a redistribuição da receitas e, logo, a equidade e justiça social para toda a sociedade.

Nos nossos dias a organização social manifesta incapacidade para fazer face às necessidades básicas de todos os cidadãos, o que deixa subentendido a existência de profundas discrepâncias e, concomitantemente, a não oportunidade de todas as pessoas gozarem de um padrão de vida adequado.

O modelo de desenvolvimento sustentável expresso e presentemente perfilhado contrapõe-se à produção escassa de bens e serviços para replicar a estas necessidades e a uma desequilibrada partilha dos recursos imprescindíveis à obtenção desses bens e serviços.

As manifestações verificadas em Seattle, Gotemburgo e Génova provam nitidamente que a globalização falhou no que se refere às questões sociais e ambientais. Isto significa que a administração económica, só por si, não é satisfatória, sendo também necessária uma governação social.

Ao nível internacional, nacional, regional ou local, a resposta a conjunturas de carência, as quais perturbam um número abundante de indivíduos, aparece através das designadas políticas sociais que têm como essencial intuito prevenir, abrandar ou resolver essas dificuldades sociais e que se transferem para situações de exclusão social e pobreza.

Alguns predicados da sociedade atual, designadamente o envelhecimento demográfico ligado a crescentes taxas de desemprego assim como as sequelas negativas do progresso das novas tecnologias, despontam como factos inquietantes que, por sua vez, legitimam a interferência ao nível das políticas sociais.

Nos últimos anos, tem-se vindo a sublinhar a vulnerabilidade da sociedade, pela globalização marcadamente económica que fomenta um crescimento do emprego precário, deterioração dos modelos tradicionais de vida familiar, rejeição dos menos capazes de se adaptarem e contingente oposição à mudança.

A multiplicação de grupos sociais marginalizados acontece face à existência de sentimentos de identidade bastante assinalados pela cultura, raça, religião, etc. e que são cultivados pela angústia e desagrado.

Com a Revolução de 1974/76, o Estado de proteção social generalizou-se de forma ininterrupta e célere mas não se tem demonstrado eficiente, pois persistem evidentes discrepâncias sociais por falta de organização e de recursos humanos e materiais, sendo que a mudança social verificada no país ficou-se a dever, essencialmente, à abertura do país ao exterior.

A complexidade e a multidimensionalidade que a pobreza e a exclusão social demonstram não equivalem ao constante entendimento a que tais conceitos se referem na sua revelação extrema: a pobreza. Ou seja, omite-se a existência de distintos níveis de dependência e privação.

Contemporaneamente, a pobreza equivale a uma situação de carência por privação de recursos, e apresenta-se como uma forma de exclusão social ao assumir-se como a incapacidade de proceder a escolhas e de ter oportunidades para usufruir de uma vida admissível: o indivíduo nestas circunstâncias é excluído de alguns dos sistemas sociais básicos ao revelar acentuadas perdas na capacidade de intervenção cultural, política e ambiental, ou seja não intervém na sociedade em plena cidadania.

As pessoas deverão colocar-se no centro do esforço de desenvolvimento, porque são elas a verdadeira riqueza de qualquer sistema territorial – mas esta máxima tem vindo a ser frequentemente relegada para segundo plano ou até mesmo esquecida quando o intuito principal é a riqueza material e financeira.

Estes novos conceitos do desenvolvimento, têm vindo a ser complementados por outros, como sejam desenvolvimento local, desenvolvimento humano, desenvolvimento comunitário e desenvolvimento social. Perante o *slogan* “a Europa deve ser a Europa dos cidadãos”, um dos desafios atuais da União Europeia consiste na criação de um sistema de proteção social que permita a melhoria da qualidade de vida e contrarie a exclusão social.

Para Leal (1985), as políticas sociais são essencialmente ações de natureza pública que não cabem exclusivamente ao Estado, pelo que é desejável “ (...) *conceber as política sociais como ações destinadas a realizar ou a satisfazer os direitos dos trabalhadores (tanto*

de natureza cívica como de natureza económica), os direitos sociais e o direito à educação” (p. 925).

As políticas sociais constroem-se a partir do cruzamento de recursos - *“hibridação”*, (Carmo 2011), e têm vindo a evoluir e a expandir-se de forma universal. De forma alargada, as políticas sociais pretendem dar resposta às necessidades globais de bem-estar social, o que se pode conseguir através do estabelecimento de parcerias sustentáveis¹⁰.

Estas políticas apresentam, sobretudo, três características marcantes: apoio ao bem-estar; possuírem finalidades económicas e extraeconómicas; apoiam a redistribuição da riqueza (Caeiro 2010). Por natureza, as políticas sociais apresentam um *“ (...) caracter homogeneizador (...) ”* (Rodrigues 2003: 18), que ao colocar todos os indivíduos numa única plataforma não atende às particularidades mas, antes, antes ao sistema social como um todo embora os dois conceitos se imbriquem: *“não é fácil distinguir o indivíduo do sistema social, já que ele próprio é um sistema socializado e não pode ser considerado a não ser no seu meio ambiente”* (Weber 2011: 105).

As políticas sociais realizam-se no âmbito das políticas públicas, as quais fazem parte da intervenção do Estado na sociedade, de forma a regular o funcionamento dos mercados, e nas estruturas sociais tal como nos elucida Pires (2007), *“ (...) conjunto de propriedades sistémicas ordenadoras da ação social com o estatuto de realidade emergente reconhecível pelos seus efeitos objetivos (...) ”* (p. 29). Determinadas características das estruturas sociais impedem, muitas vezes, os indivíduos de realizarem plenamente as suas potencialidades enquanto cidadãos. Porém, as políticas sociais distinguem-se das outras políticas públicas porque visam a promoção do bem-estar social. Por um lado a política social pretende responder às adversidades da vida através da promoção do bem-estar social e, por outro, pretende idear sobre o contexto em que ela própria ocorre sob o ponto de vista e análise das ciências sociais (Caeiro 2010).

Estão subjacentes à política social as ideias de equidade (igualdade de oportunidades) e de justiça social. A equidade diz respeito à forma como o Estado distribui os recursos existentes, tendo como objetivo a minoração das desigualdades sociais através de uma via solidária que promova a igualdade de oportunidades dado que esta representa uma das dimensões centrais nos tempos atuais (Silva 2006).

¹⁰ *“A sustentabilidade é uma propriedade do sistema social que permite responder às necessidades do presente sem comprometer as gerações futuras”* (Carmo 2011: 213).

Segundo Pereirinha (2008b), a política social assume três modelos: social-democrata; liberal clássico; conservador. O primeiro tem princípios socialistas e surgiu nos países escandinavos em finais do século XIX. O segundo valoriza a importância dos mercados, sendo que os direitos sociais passam a depender minimamente do Estado. Por fim, o modelo conservador caracteriza-se pela manutenção das “ (...) *relações de estatuto social existentes na sociedade*” (p. 82). Para o referido autor, a política social pode ser refletida como “*atuação política dirigida ao bem-estar social*” (p. 53).

Para Núncio (2010), a política social integra-se numa tipologia¹¹: modelo residual; modelo particularista; modelo institucional e redistributivo. Através do modelo residual o Estado limita a sua intervenção apenas à garantia de sobrevivência dos indivíduos, tratando-se de “ (...) *uma proteção social de carácter paliativo* (...) ” (p. 73). O modelo particularista assenta na responsabilidade dos indivíduos para com o funcionamento dos mercados. Os indivíduos, através do próprio emprego, garantem a proteção social e “ (...) *a política social só intervém para corrigir disfunções do mercado* (...) ” (idem). O último modelo, institucional e redistributivo, baseia-se na produção e distribuição de serviços sociais públicos, funcionando à margem dos mercados, na medida em que se reconhece o bem-estar como “ (...) *uma aspiração legítima de todos os indivíduos* (...) ” (ibidem), e privilegia a solidariedade social e a redistribuição da riqueza.

O objeto da política social é a promoção do bem-estar social que sugere atingir através do uso de métodos e técnicas que incidam na realidade social. Os instrumentos da política social são a regulação, a provisão de bens/serviços e de benefícios económicos. A política social faz parte da intervenção social porque se situa no domínio das políticas públicas.

Os objetivos da política social compreendem a redistribuição da riqueza, a gestão dos riscos sociais e a promoção da inclusão social, sendo que o último aspeto é um dos mais importantes na atualidade, uma vez que a exclusão social afeta grande número de pessoas o que não possibilita a equidade social.

A exclusão social é definida por Giddens (2009), como “*o produto de múltiplas privações que impedem os indivíduos ou grupos de participarem plenamente na vida*

¹¹ In Titmuss, Richard, excertos em P. Alcock, H. Glennerster, A. Oakley & A. Sinfieln (Eds.), *Welfare and Wellbeing: Richard Titmuss's contribution to Social Policy*, Cambridge: The Polity Press.

económica, social e política da sua sociedade” (p. 692), o que implica desvantagens sociais nomeadamente no acesso ao mercado de trabalho e manutenção do emprego.

A exclusão pode ser, de acordo com Bruto da Costa et al. (2011), superficial ou profunda e abrangente, sendo que esta última “ (...) *corresponderá à situação de rutura com todos os sistemas sociais básicos*” (p. 72). Uma das formas de exclusão social mais evidenciada e reconhecida socialmente é a pobreza que pode compreender, ou não, privação material mas que pressupõe sempre o (in)acesso a bens e serviços. Quando nos referimos a exclusão social, referimo-nos, naturalmente, a vários tipos de vulnerabilidade social (Rodrigues (2003), em áreas transversais à existência humana, tais com o a saúde, habitação educação, emprego, etc.

Para Barata et al. (2010) a qualidade da política social “ (...) *implica um elevado nível de proteção social, bons serviços sociais, acessíveis a todos, proporcionando reais oportunidades para todos e a garantia dos direitos fundamentais no combate às discriminações e por uma sociedade inclusiva*” (p. 209).

A política social depara-se, genericamente, com vários desafios: construção de um modelo de financiamento que abarque a equidade e a justiça social; construção do papel da política social na sociedade de informação; construção de modelos teóricos que confirmem sustentabilidade às intervenções práticas. A nível europeu, os desafios sobressaem ao nível da promoção do emprego e da inclusão social. Neste âmbito, o conceito de bem-estar social, desde sempre presente na génese da política social, prende-se com o recurso às abordagens decorrentes das diferentes ciências sociais, nomeadamente a economia que trata os conceitos de equidade e de justiça e, por isso, abrange o bem-estar individual e social.

O mesmo autor diz-nos que “*a Política Social é uma atuação política, de um dado sistema político, num certo contexto*” (Pereirinha, 2008b: 54). Esta frase leva-nos à questão da análise das políticas a qual é composta por determinados elementos: *inputs*; processo; variáveis de mediação; *outputs*; *outcomes*; contexto. Os *inputs* estão relacionados com recursos que existem. O *processo* prende-se com as decisões que são tomadas na teia institucional. As *variáveis* de mediação caracterizam-se por serem constituídas por grupos de pressão. Os *outputs*, os *outcomes* e o *contexto* são o espaço em que são tomadas e executadas as decisões políticas.

Burawoy (2009) defende, precisamente, a conjugação e articulação entre o conhecimento instrumental e o conhecimento reflexivo. Nesta ótica, somos a apreender a política Social de uma forma mais relacionada com a instrumentalidade e com o pragmatismo e as ciências sociais mais ligadas a um conhecimento reflexivo que seja organizador dos indivíduos e os ajude a situarem-se socialmente. Sem dúvida uma relação de carácter complexivo.

A política social revela-se como um conceito compósito que sofre as múltiplas influências emanadas pelas diversas ciências sociais e, por seu turno, vai ele próprio, através das ações governamentais e institucionais, ter influência sobre as ciências sociais, por isso, também as políticas sociais devem ser entendidas a partir da contextualização da época histórica e dos regimes políticos em que são conceptualizadas e implementadas.

Concludentemente, a política social tem um lugar de referência e presta um contributo de subsidiariedade no quadro das ciências sociais e estas cooperam, de forma distinta, para a enunciação das políticas sociais numa relação que é dialética e só faz sentido se for complexiva e articulada.

2.1 A intervenção social

O conceito de Estado social surgiu no século XX, na sequência da II Guerra Mundial, fruto de uma filosofia ou ideologia política, e tem inerente a ingerência do poder político na promoção do bem-estar individual e social num processo estruturante da sociedade. Na conceção veiculada por Giddens (2009), trata-se de um *“sistema político que proporciona uma gama ampla de benefícios da segurança social aos seus cidadãos”* (p. 691).

A ação do Estado social, providência, de bem-estar ou *welfare state*, abarca quatro áreas numa ótica de responsabilidade social¹²: saúde; educação; pensões sociais; subsídio de desemprego. Este tipo de Estado assenta sobre três pilares: prestação de assistência; promoção de bem-estar; caraterístico da sociedade industrial. Os Estados Providência podem ser sociais-democratas, como é o caso do existente na Suécia, conservadores-

¹² “ (...) una expectativa de que las personas ayudarán a aquellos que dependen de ellos” (Myers 2004: 328)

corporativos, como se verifica em Itália e na Holanda ou liberais, como é constatável no Reino Unido (Núncio 2010).

O Estado social é intervencionista (Carmo et al. 2001), e objetiva a redução das assimetrias sociais satisfazendo as necessidades básicas dos indivíduos. A sua ação materializa-se através da assunção de regulação ao nível político, económico e social, assumindo os cidadãos direitos e o Estado deveres na premissa de existência de solidariedade social. Este tipo de Estado tem uma relação estreita com a política social e, por vezes, existem indivíduos que vivem na dependência do sistema de Segurança Social com se de um “modo de vida” se tratasse (Giddens 2009).

A intervenção social é o conjunto de atuações desenvolvidas para reduzir desigualdades sociais e situações de exclusão e marginalidade, tentando-se que exista uma mudança social. Trata-se, portanto de uma dialética estabelecida entre um “*sistema-interventor*” e um “*sistema-cliente*” (Carmo 2011). Esta intervenção poderá ser direta, quando se trata de uma relação de presença física entre o interventor social e o cliente, ou indireta, quando as ações realizadas não implicam o contacto presencial entre as duas partes.

No âmbito da proteção social encontra-se a proteção à infância devido ao crescente reconhecimento dos direitos sociais das c/j. As c/j maltratadas são consideradas vítimas de determinados problemas sociais, e devem poder contar com mecanismos sociais, no contexto de políticas sociais, e não apenas penais, pois as vítimas têm direitos individuais e sociais que lhe devem ser restituídos. Nesta perspetiva são reconhecidas várias entidades com competência em matéria de infância e juventude, nomeadamente quando as c/j se encontram em risco/perigo complexos e multidimensionais, como é o caso de escolas, hospitais, CPCJ, etc. Contudo, quando representa uma melhor proteção para a c/j estar em acolhimento institucional, essa decisão é tomada embora os custos financeiros se verifiquem superiores do que se a opção pela proteção da c/ for de outra natureza, como é o caso da adoção ou da integração numa família de acolhimento.

As políticas para a infância e juventude surgem pouco representadas no cômputo das políticas sociais do Estado de bem-estar, tal como são as políticas direcionadas à família. Através da análise destas políticas torna-se evidente a forma como o Estado intervém socialmente, por vezes, “ (...) desvalorizando os contextos reais de sua aplicação (...) ” porque

as trajetórias de vida podem ser complexas e ocorrer em “*terrenos complexos*” (Pais 2005: 64). É necessária uma tipologia de intervenção precoce que detete o risco atempadamente para que não se evolua para situações de perigo eminente ou mesmo fatais, nomeadamente através de cuidados de proximidade que atuem no terreno.

Os serviços do Estado e a comunidade são as principais entidades mobilizadoras da segurança social no que se refere à proteção de crianças/jovens. As principais causas de participação de situações aos serviços do Estado são a negligência e o abandono de menores, de ambos os sexos. Na grande maioria dos casos são dadas respostas não institucionais, embora, segundo dados da Segurança Social, existam cerca de catorze mil c/j a viver em lares para crianças desprovidas de meio familiar.

Refere-nos Carmo et al. (2001: 57), que “*com a revolução industrial e a emergência de problemas económicos e sociais que daí resultaram, o Estado foi chamado a assumir funções de regulação e de orientação progressivamente maiores, sobretudo nas áreas da política económica e social, tendo emergido a consciência crescente de que o Bem-Estar constituía um fim do Estado...*”.

Nos últimos tempos, apareceu pensamento relativo a uma justiça reparadora nas mãos do Estado, que visa facilitar a participação e os esforços de religação entre a sociedade (entidade mediadora), o autor do delito, a vítima e a comunidade local, convergindo para um panorama de participação e emancipação dos atores sociais, num modelo de justiça que visa restaurar os laços sociais e culturais no sentido de haver uma melhor regulação social.

A carência de respostas sociais é um problema colateral em todo o sistema de proteção de crianças/jovens em risco ou que praticaram factos qualificados pela lei penal como crime. Ao Estado compete efetivamente a proteção dos “*menores em perigo*”. Conquanto, devemos considerar que esta ideologia da proteção da infância em perigo contém, em si, a proteção da sociedade.

O modo como o Estado prepara a proteção à infância é consequência de uma harmonia entre diferentes disposições, de que se ressalta o comprometimento da comunidade, no sentido de que haja efetiva integração social das crianças/jovens. Para além da abordagem comunitária, que é muito importante, há também que considerar uma abordagem técnica multidisciplinar ao nível das instituições.

Diferentes países iniciaram procedimentos de melhoramento legislativo, no âmbito dos quais a proteção judiciária não aparece isolada, havendo uma valorização da comunidade e de especialistas de diversas áreas que intervêm socialmente sem o estigma relacionado a uma mediação judicial.

Estas instâncias, derivado da sua constituição e maneira de atuação informal, estão num posicionamento privilegiado para satisfazer as necessidades sociais, porque atuam de forma não-reproadora, o que faculta a cooperação dos pais e da comunidade na qual o menor se insere, ao mesmo tempo que promove uma responsabilização coletiva face aos problemas.

Na generalidade, a intervenção é concretizada, pelos serviços, numa ótica de acompanhamento integrado, tentando-se a articulação e a integração de respostas inter-serviços, de forma pluridisciplinar e articulada, no sentido de que a intervenção seja abrangente e se estenda à família, uma vez que é no meio desta que se encontram as principais causas da problemática do menor. Tenta-se, sobretudo, manter as c/j junto da família biológica ou, quando são afastados desta, procura-se atuar de forma a tornar possível a sua reintegração.

A Lei n.º 147/99, de 1 de setembro, denomina-se *Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo* e enquadra-se numa política social protetora da infância e juventude emanada pelo Estado português, a qual se inspirou em legislação internacional sobre esta matéria. De acordo com esta norma, os processos tutelares passaram a designar-se processos de promoção e proteção (PPP) e a Comissão Nacional de Proteção das Crianças e Jovens em Risco (CNPCJR) reorganizou as Comissões de Proteção de Menores que passaram a designar-se Comissões de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ).

No caso específico das CPCJ, de acordo com o *Estudo de Diagnóstico e Avaliação das Comissões de Proteção de Crianças e Jovens – Relatório Final* (Torres et al. 2008), estas “ (...) atuam face às situações de perigo, (...)” (p. 46) e organizam-se na seguinte tipologia: tipo cooperante (intervenção rápida e segura); tipo coeso (trabalho coletivo, articulado e próximo da comunidade); tipo difuso (passividade e insegurança na aplicação das medidas e no seu acompanhamento); tipo centralista (intervenção distante e casos remetidos diretamente a tribunal) (idem). Este relatório conclui que a medida que é mais

frequentemente aplicada é a de *“apoio em meio natural de vida”* (p. 177), e que uma parte residual é de *“colocação institucional”* (idem).

O objeto desta lei é a promoção dos direitos e a proteção das c/j em perigo em território nacional, de forma a garantir o seu bem-estar e desenvolvimento integral.

A intervenção é legítima quando quem tem a guarda de facto das c/j as coloca em perigo ao nível da saúde, formação, segurança e educação/desenvolvimento. A intervenção nestes casos é orientada por dez princípios: audição obrigatória e participação; interesse superior da c/j; privacidade; subsidiariedade; intervenção precoce; intervenção mínima; proporcionalidade e atualidade; responsabilidade parental; prevalência da família; obrigatoriedade da informação.

As medidas de promoção dos direitos e de proteção têm como finalidades: afastar o perigo; promover a segurança; promover a saúde; promover a formação; promover a educação; promover o bem-estar e desenvolvimento integral; garantir a recuperação física e psicológica. Estas medidas são executadas no meio natural de vida ou em regime de colocação e podem ser provisórias, com duração até seis meses, em situações emergência, enquanto dura o diagnóstico do caso.

Os LIJ podem ser especializados ou ter valências especializadas de acordo com as especificidades da população que abarcam.

As equipas técnicas a operar devem ser pluridisciplinares, compreendendo profissionais da área da psicologia, educação e serviço social. São estas equipas que diagnostica a situação das c/j e definem e executam os PPP.



Fig. 1 – Medidas de promoção e proteção previstas na Lei 147/99

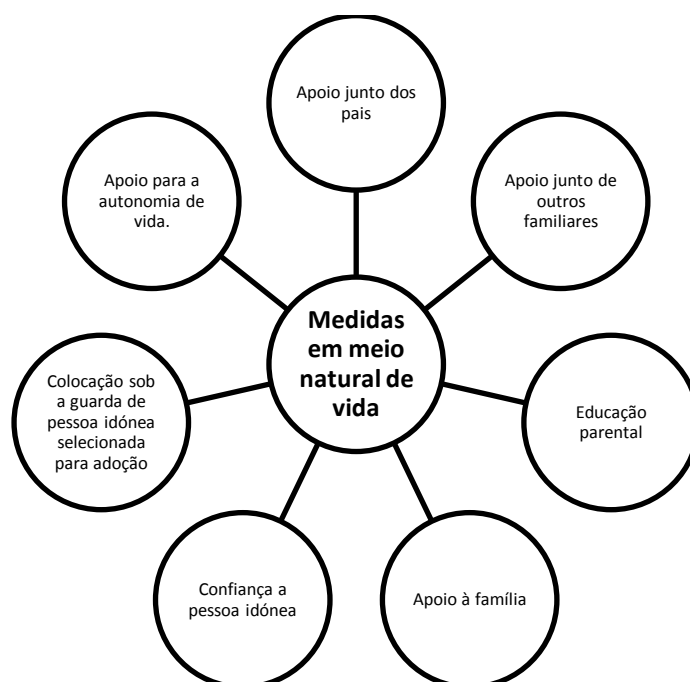


Fig. 2 – Medidas em meio natural de vida previstas na Lei 147/99

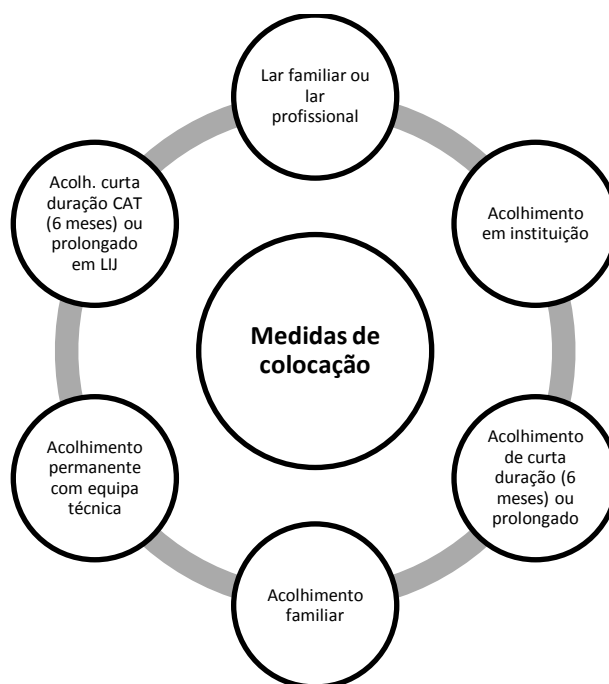


Fig. 3 – Medidas de colocação previstas na Lei 147/99

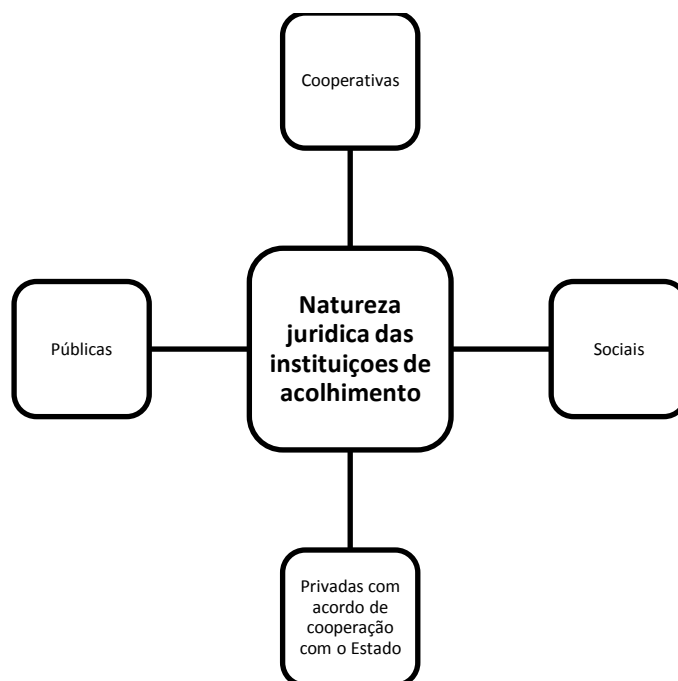


Fig. 4 - Natureza jurídica das instituições de acolhimento segundo a Lei 147/99

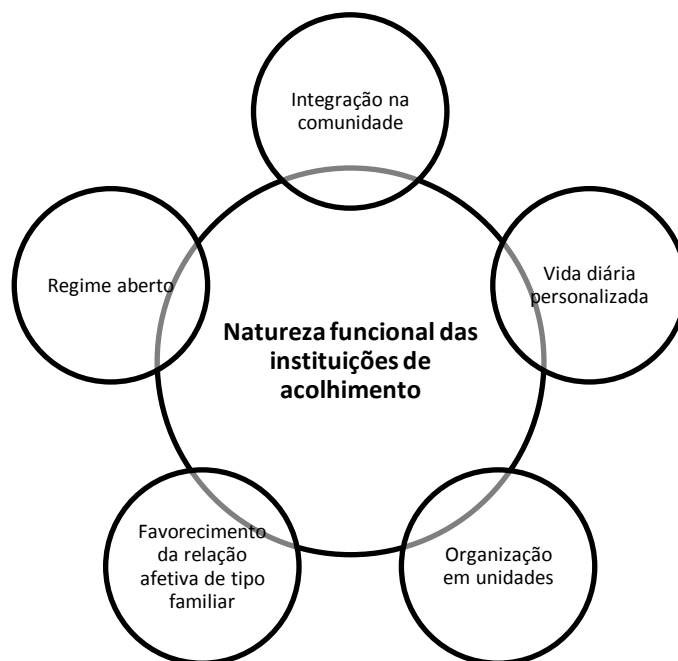


Fig. 5 – Natureza funcional das instituições de acolhimento segundo a Lei 147/99

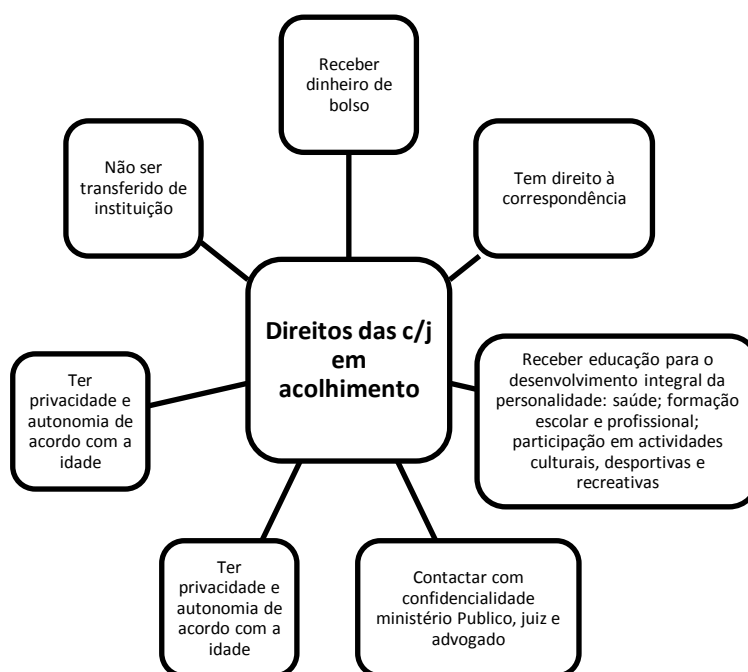
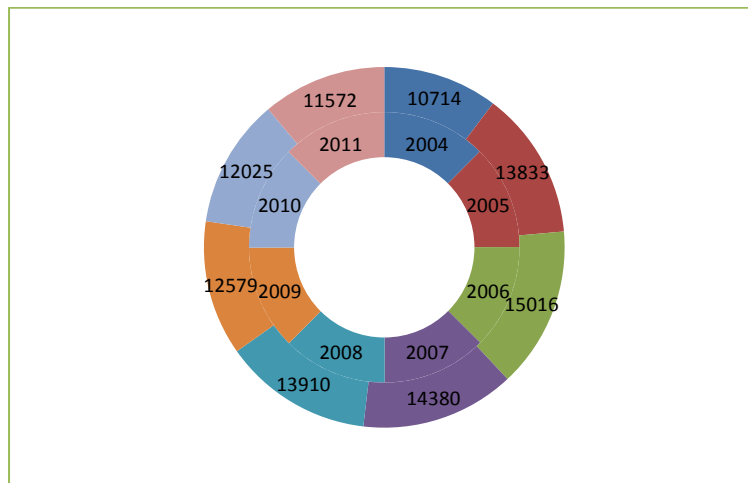


Fig. 6 – Direitos das c/j em acolhimento segundo a Lei 147/99

Os Planos de Intervenção Imediata (PII)¹³, referem, entre 2004 e 2010, os números de c/j institucionalizadas, dados que são continuados com o Relatório CASA a partir de 2011.



Gráf. 1 – Número de c/j caracterizados em PII entre 2004 e 2011

	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
LII	6088	7671	7267	7079	6799	6395	5954	5834
Ap. de autonomização	Sem dados	46	46	56	40	44	42	41
Taxa de desinstitucionalização nacional	Sem dados	Sem dados	19%	21%	27%	21%	22%	21%

Quadro 1 - Número de c/j em LII/apartamento de autonomização e taxa de desinstitucionalização nacional anual

O decreto-lei n.º 11/2008, de 17 de janeiro, estabelece o regime de execução do acolhimento familiar no âmbito da medida de promoção dos direitos e da proteção das c/j em perigo.

O acolhimento familiar consiste na atribuição da confiança da c/j a uma pessoa singular ou a uma família habilitada para o efeito, visa a integração da c/j em meio familiar e a prestação de cuidados adequados às suas necessidades e bem-estar. As pessoas singulares

¹³ Relatórios anuais publicados pelo Instituto de Segurança Social, IP/Departamento de Desenvolvimento Social / Unidade de Infância e de Juventude / Sector para a Qualificação do Acolhimento.

ou famílias de acolhimento são selecionadas pelas instituições de enquadramento. É previsível que a c/j regresse à família natural ou que se prepare para autonomia de vida.

As CPCJ acompanham a execução da medida de acolhimento familiar, a qual é controlada pelo Tribunal. A execução da medida obedece a um plano de intervenção elaborado pela equipa técnica da instituição de enquadramento e tem a participação da c/j, dos pais e da família de acolhimento.

Em acolhimento em lar familiar podem estar até duas c/j com um limite de quatro c/j em coabitação. Usualmente são acolhidas três c/j.

Nos lares profissionais são colocadas c/j com problemáticas e necessidades especiais (deficiências; doenças crónicas). Podem colocar-se até duas c/j identificados com problemáticas especiais. O lar profissional deve utilizar os recursos sócio terapêuticos da comunidade. As instituições de enquadramento são os serviços da Segurança Social e a St.ª C. Misericórdia de Lisboa ou outras entidades com competências no âmbito da infância e juventude e que possuam as equipas técnicas (ET) previstas.

As ET devem ser pluridisciplinares. A composição da ET é dimensionada em função das necessidades e recursos existentes. No seio da ET é escolhido o coordenador de caso que é o interlocutor privilegiado junto da família natural. Compete à entidade de enquadramento garantir formação inicial e continua à ET.

A família de acolhimento em lar profissional tem de possuir formação técnica adequada e a atividade é exercida em regime de exclusividade.

Podemos, assim, afirmar que o Estado adota um papel de intermediário entre a comunidade e as formas de proteção constituídas na própria comunidade. A sociedade civil, não pode ser posta à margem nem demitida neste processo de socialização destas crianças e jovens *“desinseridas do meio familiar”* (Decreto Lei n.º 2/86, de 2 de Janeiro).

Os esforços de reabilitação a que o Estado deve aprovisionar, deverão ser orientados no sentido de facilitar às crianças/jovens experiências em falta, como sejam: educadores estáveis e carinhosos para crianças oriundas de famílias instáveis; estruturas e limites apropriados para crianças que crescem sem qualquer orientação; oportunidades para dominar os diferentes estádios de desenvolvimento para crianças com comportamentos problemáticos; utilização pelo sistema legal de modelos de desenvolvimento das

capacidades funcionais das crianças em termos de responsabilização; utilização pelo sistema legal de modelos de desenvolvimento em termos de reabilitação.

As igrejas, as escolas, as associações cívicas, os grupos de pais e as agências de serviços instituem o tecido social. Assim, os esforços em prol das crianças serão tão mais fortes quanto as famílias, as comunidades e as estruturas de apoio cultural, dentro das quais a criança se desenvolve, o forem.

O ambiente da comunidade é também melhorado por organizações financiadas para além do nível local: proteção policial, bombeiros, saúde pública, bibliotecas. Acontece, frequentemente, que algumas destas infraestruturas sociais, que podem apoiar as famílias, estão ausentes ou empobrecidas em muitas comunidades.

O Artigo 33º da Lei da Segurança Social n.º 28/84, de 14 de agosto, fornece-nos os principais objetivos da ação social: *“a ação social, tem como objetivos fundamentais a prevenção de situações de carência, disfunção e marginalização social e a integração comunitária. Destina-se ainda, a assegurar especial proteção aos grupos mais vulneráveis, nomeadamente, crianças, jovens, deficientes e idosos, bem como a outras pessoas em situação de carência económica ou social ou de outras situações de risco, que não sejam, ou não possam ser superadas através dos regimes de seguranças social...”*.

A Convenção das Nações Unidas aborda, de forma integrada, os direitos da criança e considera que o seu desenvolvimento equilibrado envolve direitos sociais, culturais, económicos e civis, na busca de harmonia entre os direitos das crianças/jovens e dos seus responsáveis legais. Em conformidade, as crianças/jovens devem ser chamadas a participar nas decisões relativas ao seu projeto de vida.

As linhas orientadoras, neste âmbito, devem ter em consideração a integridade e individualidade de cada uma das crianças/jovens acolhidos. Porque às necessidades das crianças e jovens, antes das necessidades das instituições ou serviços, deve ser concedida a primazia na atuação técnica.

Aos serviços de segurança social compete a supervisão, sempre numa perspetiva pedagógica e funcionando como elemento facilitador das responsabilidades atribuídas aos lares no que à escolarização das crianças/jovens acolhidas e da sua inserção profissional diz respeito. Compete-lhes também fornecer o apoio e os pareceres técnicos necessários a este trabalho, sempre que a equipa técnica do lar manifestar vulnerabilidades a este nível.

Parafraseando Gil Marta (2004), quando o ambiente em que a criança se insere, mais precisamente a família, coloca em perigo o seu normal desenvolvimento, outra alternativa deve ser encontrada. Sendo assim a criança que é privada de uma família, quer pela sua inexistência, quer seja pela sua desestruturação, tem direito a um amparo e o Estado tem a obrigação de garantir esse direito.

A adoção é uma alternativa à falta da família, outras alternativas são as famílias de acolhimento, LIJ para crianças e jovens e centros de ação social. A criança sonha sempre com a família ideal, ainda que irreal, no entanto, em situação de perigo, o Estado tem que intervir no sentido de encontrar a solução adequada. A grande preocupação na aplicação das leis e no adequar das respostas deve estar sempre centrada no bem-estar da criança.

Dos serviços de segurança social, ao nível do acompanhamento do desenvolvimento psicológico e afetivo das crianças/jovens acolhidas, espera-se o acompanhamento do trabalho técnico dos LIJ. Por outro lado, e porque o diagnóstico evidencia que o acolhimento em LIJ se sucede à vivência no seio da família de origem (grande parte das quais é a própria a solicitar o acolhimento), a estes serviços acomete-se o trabalho ao nível do desenvolvimento das competências familiares, quer ao nível afetivo, quer financeiro, quer cultural.

Desconhece-se o número total de crianças/jovens que vivem em lar com o objetivo de poderem prosseguir a carreira escolar académica que seria interrompida se continuassem a residir junto da família de origem, ou por questões económicas que os empurrariam para o mundo do trabalho no intuito de contribuir para a economia familiar, ou pela distância que os separa da escola ou da universidade. Nestas situações, a solução poderia passar por outro tipo de apoio ao núcleo familiar que evitaria o afastamento do jovem do seu meio de origem.

À comunidade envolvente do LIJ (que pode ser definida genericamente como “sociedade civil”) compete a tarefa de acolhimento e inserção destas crianças/jovens nas estruturas de que dispõem para o seu acompanhamento (escolas, associações juvenis, coletividades, etc.), no sentido de lhes proporcionar a diversidade social nos processos de socialização nas mais diversas vertentes.

Uma das dimensões centrais no processo de socialização e inserção social das crianças/jovens que vivem em LIJ é a questão da sua escolaridade e/ou inserção profissional. Quando se verifica que c/j institucionalizadas, em idade escolar, não frequentam a escola,

isso revela-se preocupante no sentido em que, tendo os lares de c/j como competência o proporcionar das condições adequadas ao desenvolvimento e integração das crianças/jovens que acolhem (e que lhes foram confiadas), parecem (alguns), no que à questão da escolaridade diz respeito, não assumir tais competências. A consequência será a baixa escolaridade atingida na generalidade por estes jovens, não escapando ao ciclo de reprodução de pobreza dos seus meios de origem.

Ao LIJ incumbe-se o incentivo à escolarização como forma de promoção social e elemento facilitador da integração profissional e social destes jovens. É certo que esta questão se prende frequentemente com o facto de a escola não desenvolver linguagens e estratégias pedagógicas dirigidas às características de baixos capitais culturais destas crianças/jovens.

Aos LIJ, enquanto instituição substituta da família destas crianças, no entanto, atribui-se a responsabilidade de promover, quer apoios paralelos à estrutura escolar (apoio escolar, salas de estudo, apoio de psicologia, etc.), que efetivem o sucesso da aquisição de competências culturais e académicas por parte destas crianças e jovens, quer estratégias conjuntas com as entidades escolares alternativas aos currículos formais, no sentido de cativar e inibir o abandono e absentismo escolares, não raros nestes jovens.

No que diz respeito à escolarização das c/j que vivem em LIJ, a sociedade civil pode revelar-se particularmente útil através da instituição escola, na pessoa dos professores que diariamente lidam com estas crianças e do acesso que aquele permite, quer a currículos alternativos, quer a projetos de acompanhamento e incentivo escolar, quer ainda na promoção de outros programas inovadores dirigidos a este tipo de população.

A escola pode ainda contribuir para o obviar destas questões através de contatos diretos com o LIJ, assim como com os serviços de segurança social, sempre que sentir dificuldades na resolução ou no cativar das crianças para o ensino.¹⁴

No que concerne as questões da integração profissional dos jovens que vivem em LIJ, à sociedade civil compete também a abertura e disponibilidade que resulta das proximidades locais para o acolhimento e empregabilidade dos mesmos.

Aos LIJ, responsáveis pelo desenvolvimento e integração social destes jovens, compete o trabalho de articulação com Centros de Emprego e Formação Profissional e

¹⁴ O recurso ao Serviço Social Escolar (ainda que não seja uma realidade disponível em todas as escolas) pode ainda ser uma estratégia útil na integração destas c/j, enquanto elo de ligação entre a escola e o LIJ.

outras entidades empregadoras no sentido de acompanhar as suas trajetórias, no âmbito das suas escolhas individuais, tendo por objetivo uma integração profissional que permita a subsistência económica, a integração e promoção social, assim como um bem-estar psicológico que resulte da realização profissional.

Cabe ao interventor social *“conhecer a cultura do sistema-cliente”* (Carmo 1999: 41), sujeitando-se a uma *“autoscopia permanente”* (idem), para que se assegure a sustentabilidade da intervenção, na medida em que nesta tarefa não existe inocuidade mas, antes, a determinação da postura dos indivíduos.

A integração social *“(...) refers to the interrelation of elements in a social system”* (Strobl: 2007: 4429), e é parte constituinte das políticas sociais, pelos que as c/j, geralmente em idade adolescente e atingida a maioridade, são (re)integradas socialmente. Tal empresa deve ser iniciada aquando da admissão, fazendo-se um percurso de respeito pela sua identidade, e não numa reta final do processo de acolhimento porque esse pode não ser o tempo do indivíduo e a desintegração social pode levar à discriminação e à exclusão, como expõem Perret-Clermont et al. (2005). Neste sentido, a intervenção social deve ser autonomizadora (Núncio 2010), contemplando a capacidade individual de dar resposta aos seus próprios problemas do interior para o exterior.

Este tipo de intervenção concorre positivamente com uma intervenção assistencialista (idem), que se limita responder às necessidades através do provimento de bens e serviços, indo o meio exterior em auxílio do indivíduo não lhe permitindo *empowerment* para buscar a sua autonomia e autodeterminação.

3. Acolhimento institucional de c/j

O acolhimento institucional de c/j inclui-se no modelo de proteção social próprio da assistência pública para dar resposta a determinados problemas sociais. Os primeiros internatos foram construídos, nas sociedades ocidentais, em grande número nas periferias dos centros urbanos, o que reforçava a disciplina, a aprendizagem profissional e o afastamento da família.

Eram considerados locais de depósito de crianças e focalizavam-se mais no grupo e pouco nos indivíduos. Makarenko (1980) op. cit. in Carneiro et al. (2005), considerava que “ (...) *«uma verdadeira coletividade não despersonaliza o ser humano, antes cria novas condições para o desenvolvimento da sua personalidade»*” (p. 50).

As primeiras instituições que tomaram em mãos a proteção das c/j em risco/perigo foram, essencialmente, totalitárias tal como nos demonstram Rosado et al. (2005: 90), quando citam Goffman (1970: 88), “ (...) *nas instituições totais «os indivíduos realizam uma diversidade muito grande de tarefas e funções vitais no mesmo espaço, em relação de promiscuidade com um grande número de outras pessoas, submetidas ao mesmo tratamento e às mesmas obrigações».*”

Neste modelo existia uma autoridade única que determinava as ações comuns de um grande número de acolhidos num mesmo local e sem respeito pela diversidade dos indivíduos, para além da de género, uma vez que o masculino e o feminino não coabitavam no mesmo espaço físico.

Os horários são inflexíveis e organizadores a partir de uma certa forma de interpretar o quotidiano e de acordo com regras formais de vigilância e controlo social. Nestas condições, existia isolamento social face à restante sociedade. Esta situação prolongou-se no século XX, muito ligada ao exercício da caridade e do paternalismo “ (...) *para onde eram enviadas, indiscriminadamente e por tempo indeterminado, as crianças órfãs, desvalidas, abandonadas, mendigas e pervertidas que, assim, intencionalmente segregadas da sociedade, deixavam de incomodar as consciências*” (Cansado s/d: 4). A perspetiva era a da exclusão social.

Com o passar do tempo as instituições têm vindo a progredir e a adaptar-se aos novos desafios que são lançados pelas c/j e pelas suas famílias, tendo em conta o desenvolvimento harmonioso e integrado, numa linha de atuação socioeducativa consonante com as necessidades reais e efetivas, como nos explica Canha (2003: 20-21), “*a Igreja Católica tentou ajudar as crianças abandonadas, criando asilos para as acolher. O primeiro foi fundado em 787, em Milão, pelo arcebispo Datheus, seguindo-se-lhe o de Florença em 1421 (Ospedale degli Innocenti), o de Paris em 1638 (l’Hôpital des Enfants Trouvés, de S Vicente de Paulo), entre outros, em várias cidades europeias. Os problemas, porém, subsistiam dada a superlotação, a falta de higiene, a prevalência de doenças infecto-*

contagiosas e a falta de preparação do pessoal para cuidar dessas crianças, o que levou a uma elevadíssima taxa de mortalidade. Esta realidade levaria à desconfiança e ao descrédito destas instituições perante as populações.”

Segundo o artigo 49º da LPCJP, citado in Alves (2007: 74), o acolhimento institucional de c/j em perigo é a sua “ (...) colocação (...) aos cuidados de uma entidade que disponha de instalações e equipamento de acolhimento permanente e de uma equipa técnica que lhes garantam os cuidados adequados às suas necessidades e lhes proporcionem condições que permitam a sua educação, bem-estar e desenvolvimento integral.”

Na atualidade, a institucionalização encontra-se determinada pela vivência de situações de risco/perigo em meio familiar devido à ausência da função educativa familiar e visa a promoção do seu “ (...) desenvolvimento biopsicossocial equilibrado (...) ” (Amado et al. (2003: 27).

As instituições, de acordo com Brazelton e Greenspan (2004), têm como desafio maior a existência de afetividade e de atenção individualizada. Para que tal aconteça é necessária a formação dos agentes educativos e, também, mais apoios, nomeadamente financeiros.

Dado que o acolhimento institucional de c/j continua a ser necessário, é através da implementação de estratégias focalizadas nos indivíduos e, simultaneamente integradoras que se constrói o caminho da intervenção nesta área.

As instituições educativas deverão permitir erros (Perret-Clermont et al. 2005) aos seus utentes, na medida em que se aprende e se constroem as personalidades em confronto direto com os desafios reais. A institucionalização de uma c/j também pode representar para a mesma uma forma de violência (Cansado s/d).

A institucionalização representa um movimento de centrifugação concretizado socialmente, dado que sociedade espera a posterior reintegração do indivíduo. Segundo escreveram Peixoto et al. (2009), sobre a realidade de Portugal, “as medidas em meio natural de vida constituem a primeira opção no sistema de promoção e proteção das crianças e jovens, por melhor garantir os seus direitos e salvaguardando o seu superior interesse” (p.3).

Em Portugal, tal como noutros países, o acolhimento institucional pode assumir muitas formas. O acolhimento temporário poderá ir até aos seis meses e tem lugar em CAT.

O acolhimento de longa duração abrange as c/j sem meio familiar ou que têm problemáticas que levam ao afastamento prolongado das famílias por uma questão de disparentalidade¹⁵.

As unidades de emergência (UE) (IDS 2000a), têm como propósito o acolhimento de c/j em situação de perigo iminente por um período de tempo não superior a 48h. Verifica-se que muitos LIJ congelam vagas para responderem a essa necessidade. Os LIJ “ (...) *são equipamentos sociais que têm por finalidade o acolhimento de crianças e jovens proporcionando-lhe estruturas de vida tão aproximadas quanto possível às das famílias, com vista ao seu desenvolvimento físico, intelectual e moral e à sua inserção na sociedade (...)* ”. (Art.º 2.º Decreto-Lei n.º 2/86 de 2 de janeiro cit. in Amado et al. 2003: 29).

Estas respostas sociais são organizadas segundo determinados modelos educativos e poderão ser especializadas. Os LIJ, ou acolhimento de longa duração (IDS 2000a), funcionam em regime aberto tendo em consideração as necessidades educativas e de proteção das c/j determinadas pelos serviços, nomeadamente pelos tribunais, através da elaboração de um projeto de promoção e proteção (PPP).

De acordo com o IDS (2000a) e com Alves (2007), os LIJ podem dividir-se em quatro categorias diferenciadas relativamente à sua filosofia de funcionamento e tipologia de eixos de relacionamento: lares de acompanhamento; lares de institucionalização; lares de incorporação e lares de acolhimento. Destas, é a primeira categoria a que melhor corresponde a um modelo educativo de desenvolvimento harmonioso das c/j uma vez que permite a interseção de vários vetores na vida dos utentes de uma forma dialética: família; comunidade; LIJ.

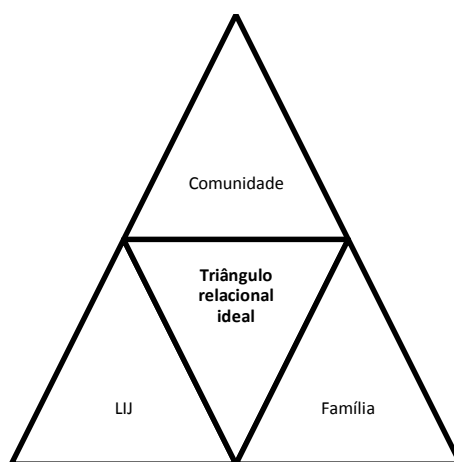


Fig. 7 – Triângulo relacional ideal em acolhimento¹⁶

¹⁵ Disparentalidade - “(...) atribuída às situações de maus tratos físicos, abusos sexuais, crueldades mentais ou negligências graves, em contextos familiares.” (Gomes et al. 2005: 21).

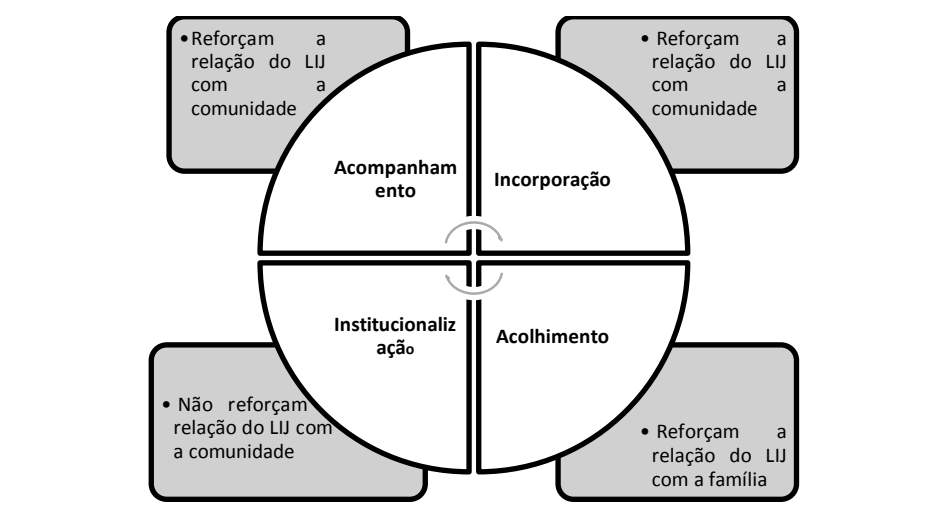


Fig. 8 – Tipologia dos LIJ de acordo com a filosofia de funcionamento¹⁷

O sistema nacional de acolhimento e acompanhamento de c/j em situações de perigo ajuda a caracterizar, resumidamente, as respostas destinadas à proteção da infância, distinguindo três níveis diversos, em função das necessidades decorrentes da análise das problemáticas com que se depara: o acolhimento de emergência que se destina a acolher c/j em situação de perigo iminente por um período de tempo que não ultrapasse as 48 horas, intuito para o qual algumas das instituições de acolhimento permanente congelaram vagas, constituindo aquilo que se designa por unidades de emergência (UE); o acolhimento temporário, que visa o acolhimento, por períodos que não excedam os doze meses, de situações de c/j para o qual tecnicamente se diagnosticou a necessidade de afastamento temporário das famílias de origem, objetivo efetuado pelas casas de acolhimento temporário (CAT) ou pelas famílias de acolhimento e, finalmente, o acolhimento de longa duração, para as situações de c/j desprovidas de meio familiar ou cujas problemáticas justificam o afastamento definitivo em relação às famílias de origem.

O acolhimento familiar pode ir de seis a doze meses, sendo efetuado diagnóstico da situação. É neste nível das respostas sociais para c/j de carácter definitivo que se situam os LIJ, a par da adoção. Também, após um período de afastamento temporário, a criança ou o jovem pode regressar ao seio da sua família de origem, se o diagnóstico técnico da situação considerar ser esta a solução mais adequada.

¹⁶ Fonte – IDS 2000a.

¹⁷ Fonte – IDS 2000a.

O sistema de acolhimento e acompanhamento de c/j em situações de perigo possui portas de entrada em todos os níveis de acolhimento, de acordo com as necessidades específicas intrínsecas às diversas situações de risco.

As respostas de carácter definitivo, particularmente os LIJ para c/j, espera-se que sejam respostas de *“fim de linha”* (IDS 2000a: 16), ou seja, que constituam um recurso quando esgotadas todas as possibilidades de trabalho social com a família de origem e com a própria c/j (em simultâneo com o seu acolhimento temporário), no sentido de evitar cortes afetivos cujos efeitos perversos serão dificilmente mensuráveis a curto prazo.

Mediante uma avaliação técnica favorável, a c/j pode regressar à família e é obrigatório o delineamento atempado de um projeto de vida individual, *“por projeto de vida entende-se o plano tecnicamente traçado que tem por pressuposto a projeção no futuro de determinado estilo de vida considerado desejável para a criança ou jovem. O projeto de vida inclui, em termos conceptuais, as orientações para a prossecução do fim desejado e as atividades a levar a cabo pela criança para atingir esse objetivo. Porque o projeto de vida assim percecionado deve ter em conta as necessidades escolares e de formação. As necessidades afetivas e as necessidades relacionais, a sua definição e implementação torna-se o cerne do trabalho técnico de acompanhamento das crianças e jovens que vivem em lar”* (IDS 2000a: 74). Sá et al. (2005), explica que *“(...) a definição dos projetos de vida depende das circunstâncias individuais de cada caso.”* (p. 31).

De acordo com o Manual de Processos-Chave dos LIJ (2007), estes equipamentos devem obedecer a vários princípios que organizam a sua intervenção. Assim, devem receber c/j que se encontrem em situação de perigo, como medida de proteção e inseri-los numa estrutura de tipo familiar que lhes proporcione um desenvolvimento equilibrado através de uma intervenção personalizada (reparadora; securizante; educativa; formativa).

As unidades residenciais devem funcionar em regime aberto e estar inseridas na comunidade facilitando o acesso à cultura, autonomia e o espírito crítico. Os lares devem fornecer bons modelos de interação social e de comunicação para alterar padrões comportamentais antissociais.

De forma sumária pode dizer-se que o Manual de Processos-Chave dos LIJ (2007), veio regulamentar a qualidade do serviço prestado nos LIJ na busca por uma melhoria constante das instituições de acolhimento, e é constituído por seis processos-chave que

organizam a intervenção: acolhimento; avaliação diagnóstica; plano socioeducativo individual; organização e gestão das atividades (projeto educativo); cuidados especiais; nutrição e alimentação.

O processo de acolhimento inicia-se com a admissão da c/j e dessa decisão fazem parte três aspetos relevantes: a c/j deve residir no distrito em que se encontra o lar; deve haver lugar para uma audição prévia das c/j e de quem tem a guarda sobre o seu acolhimento; deve ser considerado como critério relevante para a admissão em determinado LIJ a existência de irmãos acolhidos nessa mesma unidade.

Na entrada para o acolhimento é aberto um processo individual para a c/j e é designado um gestor de caso que deve manter o processo atualizado. Do programa de acolhimento inicial faz parte receber fisicamente a c/j, tendo em conta que é a altura considerada como propícia para garantir que alguns aspetos não são descurados, pois visam permitir um enquadramento positivo no novo espaço residencial. Assim, é altura de se fazer a identificação e organização do novo espaço da c/j; a familiarização com os espaços coletivos do LIJ; a proximidade com os pares do LIJ; a familiarização com os adultos do LIJ, com espaços de trabalho e funções; o conhecimento das regras e do modo de funcionamento do lar pelas c/j e famílias, através da abordagem do regulamento interno vigente.

Paralelamente ao processo de acolhimento a equipa técnica desencadeia o processo de avaliação diagnóstica no sentido de conhecer e descrever a c/j, sendo possível, desta forma, identificar capacidades, características e comportamentos sociais; fornecer informações; identificar áreas fortes e fracas do desenvolvimento da c/j; estabelecer diretrizes gerais e conhecer a família. Nesta sequência, pode verificar-se ser necessário adequar ou redefinir o projeto de vida, pelo que, consequentemente, a recolha de informações no exterior deve ser feita de forma multidisciplinar após o primeiro mês de acolhimento.

A avaliação diagnóstica do estado de saúde da c/j é feita em consulta a decorrer no centro de saúde, a que está adstrito geograficamente o lar, após o primeiro mês de acolhimento. Esta primeira avaliação em contexto institucional irá decorrer um mês e meio após a entrada da c/j no LIJ, altura em que será feita uma avaliação da adaptação à casa; uma entrevista psicológica à c/j e a apreciação da forma como decorrem as rotinas diárias.

Um mês após o acolhimento é feita a avaliação do desempenho escolar, através de informações recolhidas antes da entrada no lar, transversalmente em articulação com a escola que frequenta, e da avaliação das aprendizagens específicas, dos recursos e das competências pessoais demonstradas.

Igualmente, um mês após o acolhimento, é concretizada uma avaliação diagnóstica do contexto familiar. Após o diagnóstico, o lar deve informar os serviços locais no sentido de haver uma mobilização de recursos com o objetivo de avaliar se a c/j pode regressar à família. A referida avaliação deve ser uma súmula de vários aspetos a serem considerados e que envolvem a realização de duas entrevistas (uma para recolha de dados e uma psicológica), a observação e registo das visitas da família à instituição e a realização de visitas domiciliárias.

Tomando cada c/j como um todo singular que recebe influência e influi sobre outras pessoas e sobre o meio com que interage, verifica-se ser, também, importante envolver outras entidades, profissionais e elementos da comunidade na avaliação diagnóstica, através daquilo que pode ser considerado como uma perspetiva ecológica de abordagem com o intuito de ser delineado o melhor projeto de vida.

Finalmente, o processo de avaliação diagnóstica é encerrado com a produção do relatório, o qual ocorre dois meses após o acolhimento e deve compilar as conclusões e contar com a intervenção de todos os técnicos intervenientes. Este relatório passa a constituir-se como um meio, um recurso e um instrumento indispensável ao plano de intervenção.

O terceiro processo é a preparação do Plano Socioeducativo Individual (PSEI) que é construído a partir de dois tipos de intervenção: interna e externa. A intervenção interna é a própria elaboração do PSEI, após assegurar a sua exequibilidade, de acordo com as necessidades identificadas na avaliação diagnóstica, sendo que a intervenção deve conter as estratégias a desenvolver no lar e com a família.

O PSEI é constituído por um ou mais projetos de intervenção, isto é, cada intervenção a desenvolver com a c/j integra um projeto do PSEI. Sumarizando, a intervenção interna baseia-se nos objetivos identificados para cada c/j de acordo com as suas necessidades sociais e educativas.

A intervenção externa contempla a articulação entre o lar e outras entidades da comunidade, a qual passa pela elaboração de um Plano Cooperado de Intervenção (PCI) com as mesmas no sentido de potenciar meios sociais, culturais e educativos para proporcionar educação completa à c/j e facilitar a integração na família.

No âmbito do PSEI, cabe às equipas locais de ação social e ao lar a promoção da capacidade educativa e do *empowerment* da família. O PSEI é elaborado pela equipa técnica com a supervisão de um psicólogo, e é levado à aprovação da direção técnica do lar.

Os projetos que compõem o PSEI são avaliados no período de realização para aferir se os objetivos foram completamente atingidos ou não, e, posteriormente, os resultados deverão ser partilhados com todos os intervenientes no processo. Quando os objetivos do PSEI não são alcançados, a equipa técnica vai refletir e reformular o mesmo, corrigindo as variáveis que não tiveram sucesso.

A preparação da saída da instituição é uma componente do PSEI e pode assumir cinco configurações: integração na família nuclear; integração na família alargada; adoção; vida autónoma; confiança à guarda de 3.ª pessoa.

O quarto processo denomina-se organização e gestão das atividades (Projeto Educativo) e compreende os fatores determinantes para uma intervenção eficaz e reparadora.

O ambiente institucional e o meio envolvente devem ser saudáveis e promotores de bem-estar e de confiança, integrando espaços de privacidade, de encontro social e espaços para atividades lúdicas e desportivas, dado que as condições físicas têm impacto na saúde mental e na autoestima das c/j. As instituições são responsáveis por contextos enriquecedores e estimulantes para as aprendizagens o que é tangível através de um bom ambiente educacional.

Os ritmos, rituais e rotinas são práticas organizadoras e fundamentais no lar porque surgem atitudes e relações de melhor qualidade, importantes para o bem-estar coletivo. Os cuidados diários são planeados no quotidiano e visam a estimulação de competências essenciais, sendo prestados por equipas qualificadas e preparadas, de uma forma assertiva e disponível.

Os adultos que trabalham em LIJ precisam de ter um forte compromisso com as c/j, alto nível de autoconfiança, responsabilidade e consciencialização. Devem poder contar com

supervisão técnica e formação contínua. Os profissionais, para além de serem autorreflexivos, devem, também, ter capacidade para compreender os diferentes momentos das c/j e, por isso, necessitam de ter uma visão contextual alargada com um conhecimento global sobre as c/j.

Precisarão, identicamente, de ser competentes ao nível da capacidade de partilha e de trabalho conjunto para, eventualmente, repararem relações disfuncionais e proporcionarem condições para que c/j experimentem novos padrões relacionais através de relações abertas e honestas. Igualmente, deverão ter capacidade para mediar as relações sem reações agressivas, racionalizando os comportamentos sem emitirem juízos de valor.

Os educadores devem ser empáticos e atentos; devem ter comportamentos socialmente desejáveis e coerentes no que explicam e ensinam, no sentido de desenvolverem a autoestima das c/j (segurança; confiança; autoconhecimento; pertença a um grupo; competência).

Os objetivos educacionais integram, simultaneamente, as atividades do Projeto Educativo, o PSEI e as necessidades impostas pela escola.

A resiliência (Cyrulnik 2003), que se define pela capacidade de gerir e lidar com os problemas causados pelas adversidades a que as c/j estiveram expostos e que os ajudam a lutar e a sobreviver, deve ser desenvolvida porque perante a superação das dificuldades a pessoa pode transformar-se e tornar-se mais forte na medida em que desenvolveu fatores de proteção. Os principais fatores de proteção são: ter relações afetuosas; ter a capacidade de apreciar positivamente o desempenho dos outros e ser capaz de participar e contribuir positivamente.

Através de uma comunicação e de práticas educativas participadas estimula-se a responsabilidade social das c/j, rentabilizam-se competências e recursos, desenvolvem-se práticas de intervenção flexíveis e transversais e partilha-se o poder. O compromisso, a responsabilidade e a participação interrelacionam-se e traduz-se em cooperação.

O projeto educativo (PE) é um plano de formação pessoal e de preparação para a vida: adaptação pessoal e social. Promove, assim, os direitos (sociais; culturais; económicos; civis) das c/j de forma integrada através do ambiente, afeto, aceitação empática e da liberdade responsável, dando, no entanto, resposta às necessidades individuais e de

desenvolvimento das c/j, através da prestação de cuidados básicos de qualidade (educação; saúde; segurança), e incide sobre os direitos e responsabilidades das c/j.

O PE também investe em áreas como o partenariado com os pais e a cooperação entre as c/j. O planeamento e avaliação das atividades deste projeto são realizados em cooperação por todas as c/j do lar, pelo que deve ser flexível e permitir a cobertura do PSEI ao envolver os técnicos do lar e os professores na escola. Desta forma, foca-se no desenvolvimento holístico da c/j.

As atividades da vida diária também integram o PE: as c/j de todas as faixas etárias podem e devem ajudar nas tarefas domésticas as quais devem ser partilhadas porque promovem a responsabilização e boas atitudes em relação ao trabalho.

Outras atividades de vida diária igualmente importantes e construtivas da personalidade e do desenvolvimento da c/j são a aprendizagem da música, a promoção da leitura e de atividades desportivas e o incentivo ao diálogo sobre programas televisivos. Os brinquedos existentes no lar devem ser estimulantes e estar de acordo com a faixa etária das c/j.

O LIJ deve criar condições para a participação das c/j em atividades de lazer, desportivas e culturais e também na comunidade, pois estas promovem o desenvolvimento global (resiliência; tolerância) e contribuem para a construção coletiva de objetivos comuns.

O PE também deve tratar de desenvolver valores nas c/j, pois estes fazem parte de uma atitude democrática e tolerante. Os principais valores a desenvolver são: amizade; civismo; compaixão; confiança; constância; cooperação; criatividade; diálogo; generosidade; justiça; liberdade; ordem; paciência; paz; alegria; prudência; respeito; responsabilidade; sinceridade; tolerância.

A mesada é uma forma das c/j acederem à autoconstrução, pelo que tem um valor educativo. A sua atribuição cabe às instituições de acolhimento, segundo critérios justos e proporcionais. O dinheiro de bolso deve ser gerido de acordo com as necessidades e interesses das c/j.

As ausências do lar das c/j, sem terem para tal autorização, podem estar relacionadas com procura de segurança ou como uma forma de encontrarem alívio para a ansiedade. No regresso ao lar deve-se dialogar com a c/j e compreender a sua motivação para a ausência.

O quinto processo, constante do Manual de Processos-Chave (2007), a vigorar nos LIJ, são os cuidados especiais, de que fazem parte os cuidados de higiene das c/j, os cuidados de higiene dos técnicos, os cuidados de saúde e a prevenção de situações de negligência, abusos e maus-tratos.

Através dos cuidados de higiene das c/j promove-se uma relação próxima; individualizada e dialogante ao mesmo tempo que adquirem competências de autonomia. Os cuidados de higiene devem ser partilhados com a família das c/j para que haja continuidade nas rotinas. Também, os técnicos a operar nos LIJ devem usar vestuário e calçado adequado às funções que desempenham, por forma a garantir a segurança, a avaliação dos riscos, a higiene, limpeza e manutenção dos espaços, principalmente nos quartos de cama das c/j.

Relativamente aos cuidados de saúde, o manual impõe que deve existir um técnico responsável pelos procedimentos em caso de ocorrerem acidentes ou doenças, mas devendo todos os técnicos ter acesso aos mesmos.

Pelo menos um dos técnicos deverá ter formação em primeiros socorros e deve haver uma caixa de primeiros socorros disponível. Em caso de contágio, a c/j doente deve ter um espaço isolado. Os contactos a acionar em caso de emergência devem estar acessíveis a todos os técnicos.

Deve haver especial atenção para a prevenção de situações de negligência, abusos e maus-tratos pois, quer ocorram a nível interno ou externo, deve ser informado o tribunal e a instituição deve tomar medidas de proteção afastando a c/j do fator de risco.

Outro cuidado importante a considerar é o apoio na alimentação porquanto as refeições são momentos privilegiados para uma relação individualizada e aquisição de competências da c/j. Na preparação das refeições, as c/j podem participar através da realização de pequenas tarefas. Cabe ao gestor de caso dar informações para o planeamento alimentar.

Os momentos de descanso e isolamento voluntário acontecem nos quartos das c/j e a distribuição pelos mesmos deve ter em conta a idade e o sexo. As idades devem ser heterogéneas. O acesso aos quartos é permitido ao longo do dia, sendo que o recolher noturno varia consoante as idades das c/j.

O sexto e último processo-chave constante neste guia denomina-se nutrição e alimentação. Na elaboração das ementas é necessário ter em conta as especificidades alimentares das c/j e a constituição da roda dos alimentos. As ementas são revistas trimestralmente, sob a supervisão de um nutricionista, e divulgadas *à priori* às c/j.

Durante a institucionalização devem ser atendidas as necessidades psicológicas e sociais das c/j, através de uma atenção individualizada, sendo que a interação com as famílias deve ser priorizada no decorrer da intervenção. A ação educativa assenta no pressuposto da existência de valorização positiva das c/j, na correção das suas atitudes menos corretas e na sua responsabilização progressiva.

A inclinação contemporânea aponta para que o acolhimento seja tão curto quanto possível, para que se atinjam determinadas metas, sendo que a maioria das c/j mantêm laços familiares e regressam posteriormente às famílias. Porém, em Portugal contabiliza-se um grande número de c/j institucionalizadas apesar da natalidade ser considerada em baixa. Por definição, a vida institucional de qualquer c/j “ (...) *será sempre transitória*” (Strecht 2005: 173).

O acolhimento tem uma função de socialização secundária dos indivíduos (Berger e Luckmann 2004), que nele vivem após a socialização primária que ocorre, na generalidade das vezes, no meio familiar de origem (idem), pois o meio em que se cresce influencia as ações e reações dos sujeitos, tal como nos explica Giddens (2009), “*processos sociais pelos quais as crianças desenvolvem uma consciência da existência de normas e valores sociais e alcançam uma noção própria de eu-social. Embora os processos de socialização sejam particularmente significativos durante a infância e a adolescência, continuam, até certo ponto, presentes durante o resto da vida. Nenhum indivíduo está imune às influências de outros à sua volta, modificando constantemente o seu comportamento durante todas as fases da sua vida*” (p. 702). Todavia, a socialização das c/j não deve invalidar os aspetos individuais. O papel dos LIJ atuais é fomentar um acompanhamento “*quasi-parental*” (Carneiro et al. 2005: 441), transversal aos vários componentes da vida das c/j, o qual deverá decorrer num “*ambiente familiar*” (Moos e Moos 1981 cit. in Gomes et al. 2005: 24).

O acolhimento institucional visa, essencialmente, proteger e educar. Neste sentido a educação é fruto de uma mescla com a socialização, nomeadamente a secundária “ (...) *como processo de transmissão de valores, normas, crenças e comportamentos*” (Ander-Egg

1999: 31). Nesta senda, os educadores ocupam um papel importante no epicentro do acolhimento institucional.

Dos educadores, espera-se que sejam uma autoridade protetora dentro das respostas sociais e “ (...) *profissionais do relacionamento e da presença* (...) ” (Trilla et al. 1998: 232), quando fomentam as mudanças necessárias (Marujo e Neto 2004). É importante que a sua formação profissional seja qualificada e especializada “ (...) *em torno de questões relativas à institucionalização das crianças e jovens* (...) ” (Rosado et al. 2005: 83).

Implícita nesta questão está a relação educativa que se constitui como o cerne do processo, “*a relação educativa é o conjunto de relações sociais que se estabelecem entre o educador e aqueles que educa para atingir objetivos educativos, numa dada estrutura institucional, relações essas que têm características cognitivas e afetivas identificáveis, que têm um desenvolvimento e vivem uma história*” (Postic 2008: 27).

Igualmente, Brazelton e Greenspan (2004), defendem que na relação educativa as necessidades físicas não podem ser separadas das necessidades emocionais no caso específico das c/j. Cada indivíduo deve ter designado um educador de referência/mentor que acompanhe transversalmente o seu desenvolvimento e promova a sua integração social, “ (...) *pondo-os em contacto com a vida, fonte de experiência, (...)*” (Costa Ferreira s/d op. Cit. In Carmo 2004: 16 in Carneiro et al. 2005: 43).

O padrão das c/j que são acolhidas em instituições alterou-se em anos mais recentes, na medida em que anteriormente predominavam os casos que provinham de famílias com carência socioeconómica e, atualmente, chegam em maior número c/j com “ (...) *dificuldades emocionais extremas* (...) ” (Strecht 2005: 170).

Quanto menos disfunções tiverem as c/j à entrada das instituições, maiores serão as suas melhoras no decorrer da institucionalização, pois, geralmente o afastamento da família provoca o agravamento das problemáticas. Embora as instituições garantam o bem-estar material, muitas vezes, melhor do que as famílias, não dão o suporte afetivo necessário. Assim, quando a institucionalização é prolongada no tempo aumentam os riscos sociais e psicológicos porque outras alternativas não são investidas.

O acolhimento institucional tem um propósito recuperador e/ou reintegrador e pode gerar resultados de três tipos: reintegrações reais; pseudointegrações sociais;

evoluções desfavoráveis. Neste âmbito, as respostas desta natureza, por toda a europa, têm-se vindo a especializar, sem se limitarem a garantir os cuidados básicos.

O objetivo último do acolhimento institucional de c/j é a sua integração, se possível, nas famílias e nas comunidades de onde são originários. Essa função encontra-se mais facilitada se, durante o acolhimento, a interação sociofamiliar não sofrer interrupções, porque isso permite que exista “ (...) *um interesse pelo próximo*” (Limbos 1974: 167), enquanto os indivíduos assumem uma identidade pessoal (Giddens 2009) e uma identidade social (Cuhe 2003), as quais afastam o isolamento (Campos 1990) e a inadaptação social (Mondragón e Trigueros (2002), principalmente na idade adolescente (Fernandes 1990).

Para Bourdieu (2003: 153), “ (...) *a idade é um dado biológico socialmente manipulado e manipulável; (...)* ”, pelo que não se pode falar dos jovens como “*unidade social*” (idem), porque os fatores que interferem nas idades da vida e na forma como estas são vividas constituem uma miríade de componentes que interagem e afetam. Porém, o fim da adolescência dá-se a transição para a vida adulta a qual é marcada, essencialmente, pelo ingresso na vida ativa e consequente autonomização (Dias 2004), económica, e familiar, e pela construção do próprio agregado familiar. O acesso e a manutenção de uma atividade profissional é determinante e cria, também, as condições para uma autonomia social, principalmente ao nível habitacional, relativamente à família de origem.

A transição para a vida adulta não avoca uma linearidade e pode revestir-se de várias formas conforme as características e percursos dos adolescentes, havendo, atualmente, uma tendência para se prolongar o tempo que se está com a família de origem, não só por razões socioeconómicas e habitacionais, mas também porque se prolonga o tempo de permanência no sistema de ensino (Dias 2004), dada a importância social que a escolaridade arrogou nas sociedades modernas. Contudo, é expectável a busca por uma autonomia identitária passando a ser cada indivíduo “ (...) *sujeito da sua própria história (...) a partir do seu potencial individual*” (Carmo 2010: 8).

No que concerne aos jovens que se encontram institucionalizados, a transição para a vida adulta assume, usualmente, a forma de “*desinstitucionalização*” (Berger e Luckmann 2004: 91). Os jovens que têm trajetórias desta natureza precisam, naturalmente, de contar com mais apoios nesta fase da sua vida, uma vez que as unidades familiares existentes ou

inexistentes dispõem de recursos limitados, ou não dispõem, para os poderem ajudar a integrarem-se socialmente e a atingirem formas de bem-estar (Núncio 2010), sustentáveis.

Nesta espécie de “perseguição pelo bem-estar” está implicada a resiliência individual, a qual se centra “ (...) *nos sistemas contextuais pessoais saudáveis conducentes à promoção de bem-estar positivo e à redução de disfunção*” (Cowen 1994 cit. por Goldstein e Brooks 2005 op. cit. in Calheiros et al. 2011: 25).

A preparação da saída das c/j que se encontram em acolhimento deve ser iniciada tão cedo quanto possível. Tal preparação integra a transferência de *empowerment*, “ (...) *criação e utilização de recursos e de instrumentos pelos indivíduos* (...) ” (Barata et al. 1998: 247), no sentido de facilitar a autodeterminação individual (Weber 2011) e de permitir a execução de uma cidadania integral. Este empoderamento pode ser muito útil aos adolescentes, na altura em que concretizam a transição para a vida adulta, porque lhes permite reconhecer a interdependência.

3.1 A forma como as c/j entram em acolhimento

Uma síntese apresentada por Kendrick (1998), nos EUA, sobre os cuidados prestados em acolhimento, menciona que as c/j ingressam devido a dificuldades familiares, problemas escolares ou a maus-tratos.

Outra pesquisa americana, conduzida por Courtney et al. (2001), refere que bastantes vezes, os cuidadores das c/j têm historial de abuso de substâncias (álcool/drogas) e existe doença mental de um deles. Confirma-se violência doméstica e reclusão de, pelo menos, um dos cuidadores e verifica-se a inexistência de competências parentais e situações de negligência, abandono, abuso físico e de abuso sexual, em menor número de casos. Quando dá entrada em acolhimento, por ordem judicial, a maioria das c/j já experienciou, pelo menos, uma forma de maus-tratos. Ainda nos resultados deste trabalho, verifica-se o aumento da incidência de situações de negligência e de abuso infantil ao mesmo tempo que se verifica o aumento de casos de toxicodependência. Há pais que não têm as competências básicas, apesar de possuírem altruísmo e amor pelos filhos - nesses casos, o Estado deve agir

como pais de substituição, mas os pais ainda são relativamente melhores e podem tornar-se mais competentes e produtivos nas suas funções.

Considerando as conclusões de um estudo realizado em Portugal por Figueiredo et al. (2001), as experiências de maus-tratos, negligência e abuso sexual, durante a infância e a adolescência, são relatadas por um elevado número de indivíduos na idade adulta. Com frequência, as vítimas de abuso físico são igualmente vítimas de abuso sexual. O abuso é mais corrente antes do que depois do início da adolescência, tanto no que se refere ao abuso físico como no que se refere ao abuso sexual. Tomamos conhecimento, em maior número, de vítimas de abuso (físico ou sexual) de mulheres do que de homens. Os abusadores sexuais das c/j podem acontecer dentro ou fora da família. Os maus-tratos físicos ocorrem em maior número no seio familiar. Podem ocorrer abusos com ou sem sequelas, sendo que o abuso com sequelas é menos frequente depois dos treze anos de idade. Figueiredo et al. (2001), concluem que é elevado (73.2%), o predomínio de história de abuso na infância ou adolescência dos pais portugueses (n=932).

Os investigadores britânicos Martin e Jackson (2002), concluíram que o acolhimento institucional acontece devido a circunstâncias familiares e não por “culpa” das c/j, pois estas são vítimas de abuso/negligência/rejeição e apresentam baixa autoestima. Advêm de famílias altamente desfavorecidas que vivem em comunidades carenciadas.

Hartley (2002), no campo de ação de um estudo concebido nos EUA, expõe que nem sempre a violência doméstica coocorre com os maus-tratos infantis e negligência. A coocorrência de violência doméstica e maus-tratos infantis estão relacionados com situações socioeconómicas frágeis, agregados familiares de grandes dimensões, presença de doença mental, presença de fatores de stress e consumo de substâncias dos cuidadores. Este autor conclui que as c/j do sexo masculino apresentam maior risco de serem abusadas fisicamente. A negligência infantil existe num quadro familiar onde ocorrem ou coocorrem as seguintes características: desemprego; famílias monoparentais; famílias numerosas; cuidadores que abusam de substâncias; depressão materna ou outras doenças mentais crónicas; antecedentes criminais dos pais. O abuso físico infantil existe num quadro familiar onde ocorrem ou coocorrem as seguintes características: cuidadores que abusam de substâncias; famílias monoparentais. Os agressores podem exercer poder e controlo substancial sobre as suas vítimas para evitar a divulgação do abuso e podem tender a isolar

socialmente as vítimas. Hartley (2002) sublinha que a violência conjugal pode afetar negativamente a qualidade de comportamentos parentais da mulher uma vez que existem múltiplas vulnerabilidades.

Segundo o autor britânico Corby (2003), o apoio às famílias é a melhor forma de proteger as crianças através de uma intervenção precoce. Existe a necessidade de proteger as crianças do abuso dentro da família sem prejudicar a família. É necessário responder com maior ênfase no apoio à família e na prestação de garantias às crianças. Os riscos infantis devem ser avaliados capazmente pelos interventores sociais. Uma grande quantidade de abusos infantis ainda não é respondida de forma eficaz pelas agências estatais.

Para o investigador americano Hammond (2003), os maus-tratos infantis constituem um grave problema de saúde pública que levam à presença de doenças nos adultos e podem ser prevenidos através de intervenções precoces que promovam as competências parentais e não devem se tolerados nos diferentes contextos sociais.

No prisma dos autores norte americanos Slack et al. (2004), as características relacionadas com uma parentalidade marcada por dificuldades socioeconómicas (desemprego; falta de afeto; punições físicas; muito tempo perante a televisão) são indicadores de negligência infantil. A maioria dos pais pobres não negligência seus filhos mas outros sim. A pobreza, apenas por si, não explica a existência de negligência pois é relevante a natureza e a qualidade da prestação dos cuidados prestados. Nos EUA, o CAPTA (Child Abuse Prevention and Treatment Act)¹⁸ define quatro formas de maus tratos: 1. abuso emocional; 2. negligência (física, educacional,) emocional; 3. abuso físico; 4. abuso sexual. Os agregados familiares mais pobres são mais propensos a negligenciar as c/j, mas as intervenções precoces junto das famílias reduzem a incidência de abuso infantil, sendo que a negligência pode coocorrer com outras formas de maus-tratos. O tempo que as c/j passam a ver televisão pode estar relacionando com interações familiares menos frequentes, com obesidade, menor desempenho escolar, comportamentos agressivos, *deficit* de atenção, hiperatividade e negligência/abandono. Estes autores referem que certos indicadores de pobreza podem estar associados com o risco de negligência física infantil e é preciso explorar a forma como os vários aspetos da pobreza se relacionam com as múltiplas configurações de

¹⁸ Cf. Slack, K. S. et al. (2004). Understanding the Risks of Child Neglect: An Exploration of Poverty and Parenting Characteristics. *Sage Publications & American Professional Society on the Abuse of Children*, pp. 395–408. United Kingdom.

maus-tratos. As estratégias de prevenção da negligência infantil devem atender às necessidades materiais das famílias específicas.

De acordo com o estudo de autoria do canadiano Ungar (2004), os jovens que ingressam em acolhimento são de alto risco, marginalizados pela pobreza, estigma social, pelas suas características pessoais e físicas, etnia ou desempenho escolar. A remoção das c/j de suas casas para evitar a sua exposição ao risco não aumenta o seu bem-estar nem promove o apego aos prestadores de cuidados. É referido que quando os ambientes domésticos são caóticos, os jovens vão procurar apoio em adultos significativos com os quais se identificam, mas os jovens também podem assumir os comportamentos negativos dos seus pais para ganhar um *status* igual ao deles.

De acordo com um estudo australiano, realizado por Cashmore et al. (2007), as c/j são institucionalizadas devido a problemas relacionados com a incapacidade educativa dos pais, negligência, situações de doença, em que se inclui a doença mental, abuso de substâncias (álcool e droga), abuso sexual e pobreza.

Em conformidade com o estudo elaborado nos EUA por Staudt (2007), as c/j oriundas de famílias com carência socioeconómica e multidesafiadas podem-se envolver menos nos acompanhamentos psicoterapêuticos. As crianças maltratadas são clientes mais comuns nestes acompanhamentos mas são necessárias estratégias para os envolver, tal como as suas famílias. Devem ser feitos esforços para que os acompanhamentos não sejam apreendidos pelos indivíduos como coercivos ou intrusivos.

Tendo em consideração uma investigação sueca liderada Vinnerljung e Sallnäs (2008), o acolhimento institucional acontece, sobretudo, devido a maus-tratos e problemas comportamentais, com relevo para os adolescentes masculinos.

A pesquisa na Austrália, levada a cabo por Raymond e Heseltine (2008), transmite que as c/j que são acolhidas são vítimas de traumas e de maus-tratos que os conduzem à institucionalização.

No âmbito da pesquisa comandada por Jones (2008), nos Estados Unidos, apreendemos que entre as c/j que ingressam em acolhimento institucional se verifica trauma emocional (abuso e perda), o rompimento de laços familiares e comunitários e *déficits* educacionais.

A investigação canadiana concretizada por Marquis et al. (2008), refere que o abuso e a negligência ocorrem dentro de sistemas familiares complexos que apresentam diversos fatores de risco. Os cuidadores abusam de substâncias e existe violência doméstica.

Para Griffith et al. (2009), num trabalho de investigação sobre a realidade americana, as raparigas apresentam, de forma crescente, delinquência e comportamento antissocial. Muitas vezes, esses jovens exibem um alto grau de psicopatologia e problemas de comportamento.

Os pesquisadores Forrester et al. (2009), ajudam a traçar a situação sobre esta temática na Inglaterra e no País de Gales, dizendo que tem que haver uma concentração no que acontece antes de entrarem em acolhimento, pois a grande maioria das crianças sofreram abusos ou negligência, e a maioria dos pais tem problemas de drogas ou álcool ou doença mental. Altas proporções de c/j são vítimas de violência doméstica e estas não são as famílias que se envolvem facilmente com os serviços.

O trabalho de investigação, concretizado em Portugal e desenvolvido por Bastos e Machado (2009), aclara que os domínios da habitação e da integração social são aqueles em que as c/j são mais carenciadas. As crianças incluídas em famílias grandes ou com composições incomuns estão particularmente em risco. A privação das crianças é particularmente afetada por questões relacionadas com a educação, saúde, habitação e integração social.

O estudo realizado nos EUA por Hagaman et al. (2010), concluiu que a maior parte das famílias das c/j que ingressam em acolhimento têm baixas possibilidades socioeconómicas. Genericamente estas c/j, antes de serem admitidos, já experimentaram abuso ou negligência e instabilidade familiar; passaram por diversas casas e inserem-se num meio escolar e social carenciado.

Uma pesquisa feita na Escócia por McClung e Gayle (2010), indica que o tipo de colocação, os motivos conducentes ao acolhimento e a idade à data de acolhimento, se revelam determinantes para o sucesso escolar. O meio de origem tem um papel importante na realização educacional das crianças que sofreram desvantagens iniciais. Existem fatores socioeconómicos de risco, que são associados com as ruturas familiares e de admissão nos cuidados que levam ao insucesso escolar.

Para a investigadora australiana Bessell (2011), as crianças que foram afastadas dos seus pais para serem acolhidas, sofreram negligência, trauma ou abuso e, às vezes, as três coisas em sobreposição.

Os investigadores americanos Olmstead et al. (2011), apuraram que as c/j em acolhimento demonstram várias fragilidades – falta de apoio social e financeiro; problemas de saúde mental; progenitores com abuso de substâncias ou reclusos.

A partir do ponto de vista do pesquisador americano Robinson et al. (2012), relativamente às c/j que ingressam em acolhimento, fazem-se sentir os efeitos do risco familiar (maternidade adolescente ou solteira, baixa escolaridade materna, a instabilidade residencial). O aumento dos rendimentos do agregado familiar é associado com a diminuição dos problemas emocionais e comportamentais das c/j.

Da análise dos pesquisadores britânicos Welbourne e Leeson (2012), as c/j que entram em acolhimento apresentam uma história familiar de violência e de abuso (multidesafiadas), sendo que sofreram negligência, *stress* ou disfunção familiar antes entrarem no sistema de cuidados (maus-tratos significativos) e muitos mantêm memórias vivas desse tempo. A experiência de pré-acolhimento e as dificuldades familiares em curso podem contribuir para a persistência de realizações baixas. Na entrada para o acolhimento, mais de metade das crianças manifesta dificuldades escolares específicas, incluindo atitudes, comportamentos ou problemas motivacionais e insucesso escolar. Têm altos níveis de distúrbios psicológicos que afetavam o humor, o comportamento e a capacidade relacional e significativos problemas de atenção, interação social, ansiedade e agressividade. Uma proporção alta está atrás do grau apropriado para a sua idade e muitos estão no intervalo clínico para um ou mais problemas emocionais e comportamentais. O abuso emocional e a negligência são traumáticos, muitas vezes crónicos e apontam para dificuldades cognitivas e de desenvolvimento, incluindo a resolução de problemas e competências emocionais. A exposição ao trauma é ligada à baixa escolaridade. Muitos entram nos cuidados depois de experiências traumáticas, sendo provenientes de famílias stressadas socioeconomicamente e encaram o acolhimento como sendo, ele próprio, muitas vezes traumático. A negligência precoce e a subestimação pode levar à extinção de caminhos neuronais que sustentam o desenvolvimento da linguagem e o desenvolvimento cognitivo-comportamental e sócio

emocional. A depressão materna é um fator de risco para a realização educacional, bem como para o ajustamento social.

A criança maltratada surge, enquanto fenómeno, predominantemente em cenários de exclusão e de desagregação social em que aparece facilitada a continuidade do ciclo de pobreza e de outras adversidades.

3.2 A forma como decorre o acolhimento

Uma sinopse apresentada por Kendrick (1998), nos EUA refere que as c/j em acolhimento institucional apresentam resultados educacionais pobres, sendo que a instabilidade das colocações remete para níveis altos de absentismo e de abandono escolar. Os prestadores de cuidados são fundamentais no estímulo e acompanhamento das c/j, mas investem pouco na escolaridade das c/j. Assim, os prestadores de cuidados devem *“colocar os esforços para assegurar que as crianças obtêm a melhor educação que puderem”* (s/p).

São de salientar os seguintes fatores de proteção nesta área: ter estabilidade e continuidade nas colocações institucionais; aprender a ler cedo e fluentemente; ter um pai ou encarregado de educação que valorize a educação; ter amigos fora dos cuidados com sucesso escolar; desenvolver, fora da escola, interesses e *hobbies*; encontrar um adulto significativo que lhes ofereça apoio constante e incentivo ao agir, possivelmente, como um mentor; frequência escolar regular.

Para o pesquisador americano Henry (1999), as c/j sofrem perdas quando entram no sistema de acolhimento e em cada mudança a que são sujeitas perdem segurança. Os adultos cuidadores, c/j podem validar as suas alegrias e dificuldades e, através dos seus comportamentos, atividades e interesses, as c/j fornecem pistas sobre a forma como eles lidam com os eventos da vida, tornando-se participantes ativos no desenvolvimento de novos relacionamentos.

De acordo com o autor dos EUA, Whittaker (2000), tradicionalmente, os serviços de cuidados de grupo para crianças são descritos como: um serviço de bem-estar infantil que oferece atendimento vinte e quatro horas em instalações residenciais concebidas para terem um ambiente terapêutico. Os programas e serviços são fornecidos através de uma

ampla gama de configurações, como apartamentos, casas de grupo de base comunitária, instalações em base de *campus* e noutras instalações independentes, incluindo unidades de segurança. Dentro dessas definições, as crianças e as famílias obtêm uma mistura adequada de serviços, incluindo aconselhamento, educação, lazer, saúde, nutrição, experiências de vida diária, habilidades de vida independente, serviços de reunificação, e serviços de pós-tratamento. Igualmente, obtêm uma mistura adequada de serviços, incluindo aconselhamento, educação, lazer, saúde, nutrição, experiências de vida diária, habilidades de vida independente, serviços de reunificação, e serviços de pós-tratamento.

As crianças em tratamento residencial tendem a ser, ou a ter sido, clientes de todos ou da maioria dos sistemas de serviços (bem-estar da criança, justiça juvenil, saúde mental). As tentativas de limitar as colocações residenciais num sector de atendimento através de esforços sistemáticos de desinstitucionalização que, muitas vezes, resultam num aumento das colocações residenciais noutro sector de atendimento, o que ressalta a necessidade de uma perspectiva intersistemas. Os recentes esforços da Liga do Bem-Estar Infantil da América (CWLA) e outros grupos têm colocado grande ênfase na qualidade das ligações entre a criança, o ambiente residencial, e a família. Por outras palavras, estar-se conectado com a comunidade, responsavelmente ligados às famílias, conscientes dos efeitos poderosos do meio ambiente e na orientação psico-educacional é contrastante com o *“tratamento residencial”*, o que se pode exprimir-se numa contradição em termos (Whittaker 2000: 68).

Segundo uma pesquisa americana conduzida por Courtney et al. (2001), a maioria dos jovens pensa que teve *“sorte”* (p. 700) de ter sido colocada em cuidados institucionais e está, genericamente, satisfeita com as suas experiências nesta vertente. Bastantes jovens relataram ter relações positivas com os seus cuidadores e não desejavam retornar às famílias de origem porque estas permaneciam problemáticas.

Os investigadores britânicos Martin e Jackson (2002), concluíram que as c/j em acolhimento apresentam poucas qualificações escolares e dificuldade de acesso ao ensino superior. As famílias de acolhimento, prestadores de cuidados, assistentes sociais e professores são importantes e responsáveis no apoio e incentivo escolar mas existem estereótipos negativos e baixas expectativas por parte dos prestadores de cuidados. Também, as colocações instáveis prejudicam os resultados escolares. Frequentemente

confrontam-se com prestadores de cuidados sem formação adequada que não promovem o incentivo escolar.

Para os referidos autores, as c/j precisam de desenvolver uma rede de relações de apoio com mentores que invistam nelas e as valorizem, o que só se consegue através de relações longas. A participação em atividades de lazer em contacto com pessoas de fora do sistema de cuidados é importante para uma sensação de realização e autoeficácia, o que aumenta a resiliência. Não poucas vezes, problemas de saúde mental, decorrentes de traumas passados, e problemas comportamentais conduzem ao insucesso escolar e, por vezes, à exclusão do sistema. Apresentam baixa autoestima e são alvo de discriminação, sendo que bastantes apresentam necessidades educativas especiais.

Os pesquisadores dos EUA Propp et al. (2003), referem que deve ser incentivada a ligação e o apego a um ambiente familiar, pois algumas famílias de nascimento não vão ser um apoio consistente quando os jovens saírem do acolhimento e muitos jovens planeiam iniciar uma vida independente. Os prestadores de cuidados incentivam a autossuficiência através da aquisição de competências tangíveis (competências concretas que incluem a educação, a vocação, a procura de emprego, procura de habitação, e as competências de consumo, tais como o orçamento) e intangíveis (tomada de decisão, competências de comunicação, competências de planeamento, de autoestima, e competências sociais). Para os jovens em acolhimento, manter as conexões e aprender a desenvolvê-las com os outros, muitas vezes, é difícil por causa das várias colocações, da falta de estabilidade e do estigma social de estarem acolhidos.

No ponto de vista do pesquisador canadiano Maclean (2003), por vezes, as c/j que dão entrada em unidades de acolhimento, são identificadas como sendo muito passivas ou muito ativas e apresentam uma multiplicidade de problemáticas. A institucionalização tem um forte impacto sobre todos os aspetos do desenvolvimento das crianças. A qualidade da instituição faz a diferença para efeitos de desenvolvimento (intelectual, físico, comportamental e sócio emocional) mas não condenam à psicopatologia. O impacto da institucionalização é maior quando combinada com fatores de risco no ambiente pré e pós institucional. No leste europeu as unidades de acolhimento são organizadas por grupos etários o que impede o desenvolvimento cognitivo - privação intelectual, física, social e emocional, mas sabe-se que o contacto entre c/j com diferentes níveis de desenvolvimento

contribui para resultados cognitivos positivos. A existência de brinquedos em acolhimento permite a interação social e o desenvolvimento. Quando a institucionalização é combinada com outros fatores de risco (por exemplo, baixo QI, problemas de comportamento, *stress* dos pais, baixo nível socioeconómico), torna-se mais fácil de prever resultados de desenvolvimento mais pobres, tornando-se a institucionalização um fator de risco.

O estudo realizado por Cameron (2004), no campo de extensão da comparação entre as realidades inglesa, dinamarquesa e alemã, concluiu que na legislação dinamarquesa e alemã, a criança é concebida como um cidadão ativo com responsabilidades. Em ambos os países as c/j têm o direito de crescer em família inseridos na sua própria comunidade. “ (...) *«As crianças e as pessoas jovens devem estar envolvidas, de acordo com seu nível de desenvolvimento, em todas as decisões que lhes dizem respeito, que sejam tomadas pelos serviços de juventude legais» na Alemanha (...)* ” (McQuail 2001: 5 op. cit. in Cameron 2004: 144), de acordo com a sua idade e maturidade. Nos ambientes residenciais dinamarqueses e alemães os cuidados pedagógicos incidem sobre as necessidades diárias para a saúde, educação, relacionamentos, intimidade e compreensão através de uma variedade de meios e os cuidadores assumem responsabilidades em articulação com as c/j.

Um estudante dinamarquês disse que um bom pedagogo era aquele que tinha um *“coração profissional”* (p. 145). A proximidade das relações entre adultos e c/j foi vista como um claro benefício para a qualidade dos cuidados e para a prática pedagógica. A ação cuidadora não pode ser apenas racional, pois devem ser encorajados os pequenos sucessos realizáveis. As três dimensões (mãos, cérebro e coração) são usadas em combinação para efetuar uma abordagem pedagógica para cuidar. Em Inglaterra os cuidadores têm uma formação abrangente e pouco específica, enquanto na Dinamarca e na Alemanha existe a contribuição da pedagogia social que apoia o trabalho técnico dos cuidadores.

Devem ser providas as necessidades de saúde, bem-estar e de suporte físico e emocional ao mesmo tempo que se promove a cidadania. A promoção da cidadania passa por ouvir as c/j respeitando os seus pontos de vista e envolve-los na tomada de decisão para que funcionem bem socialmente apesar das suas desvantagens. Os cuidadores deverão estimular os contactos das c/j com as famílias e com as escolas. Comparativamente com a Dinamarca e com a Alemanha, a Inglaterra não apoia tanto as relações sociais das c/j, mas as

relações sociais da vida quotidiana são vistas, para o indivíduo, como fontes de reflexão, de crescimento e de mudança.

De acordo com o estudo de autoria do canadiano Ungar (2004), os adolescentes querem e precisam de ajuda ao nível do autocontrole, especialmente quando crescem em ambientes de alto risco. Os pais e outros cuidadores exercem forte influência na saúde mental das c/j e ajudam a construir novas identidades, ao mesmo tempo que contribuem para superar as dificuldades associadas a ambientes pobres. Os adolescentes buscam relações estreitas com os adultos para se autoconstruírem (controle benigno). Os jovens institucionalizados referem que preferem estar expostos aos riscos que as suas famílias representam do que terem colocações em acolhimento, embora estes últimos possam oferecer mais bem-estar. Um jovem satisfeito com a sua autoconstrução é menos autodestrutivo e menos desviante/delinquente do que os seus pares rejeitados pelos prestadores de cuidados. Os adolescentes permanecem ligados aos pais, mesmo quando ampliam os seus contactos sociais e devem ser orientados para prestadores de cuidados com os quais estabeleçam relações positivas.

O investigador britânico Stein (2006), refere que se verifica instabilidade nas colocações e discriminação em meio escolar. O acolhimento é muitas vezes incapaz de ter um efeito curativo relativamente às experiências danosas. As colocações estáveis e a continuidade da escolaridade podem conduzir os jovens ao ensino superior. Para que se melhorem os resultados é necessário: intervir precocemente e apoiar as famílias; melhorar a qualidade dos cuidados, que permitam estabilidade e continuidade, de forma a serem compensados em relação aos traumas pelos quais passaram; proporcionar oportunidades para que as transições sejam graduais e não normativas; fornecer apoio contínuo aos jovens que precisem, principalmente aos que tiverem problemas de saúde mental e necessidades complexas.

Na perspectiva dos cientistas sociais americanos Freundlich e Avery (2006), existem preocupações sobre a qualidade da preparação da vida independente pois este treino incide pouco sobre vertentes práticas e inicia-se tarde, sendo que existe pouca disponibilidade dos serviços para prestarem apoio. Alguns jovens (outros não) sentem-se suficientemente preparados para deixarem o acolhimento. Não é promovida a necessária manutenção dos laços familiares no período de acolhimento. A saída dos indivíduos deve-se começar a

preparar a partir do momento em que são admitidos no acolhimento independentemente do tempo de estadia. As necessidades educacionais devem ser avaliadas e tratadas de forma continua em tempo oportuno articulando os aspetos formais e informais.

De acordo com um estudo australiano, realizado por Cashmore et al. (2007), a maioria das c/j em acolhimento tem resultados escolares fracos e abandono escolar precoce. É importante que as colocações sejam estáveis e que exista um adulto de referência. É relevante a participação em atividades extracurriculares para desenvolverem diversos interesses e potencialidades. Por vezes são alvo de *bullying* e de discriminação e sentem-se desiludidos com a escola. Frequentemente são alvo de suspensões escolares ou de expulsões. Apresentam, genericamente, uma clara desvantagem social.

Para os americanos Dale et al. (2007), a avaliação dos resultados deve-se concentrar em mudar comportamentos direcionados, melhorando profundamente problemas comportamentais e emocionais enraizados, conseguindo uma boa educação básica, e desenvolvendo hábitos de trabalho, atitudes e habilidades. Estes são elementos fundamentais hoje considerados pelos formuladores de políticas e pesquisadores por serem essenciais para os adolescentes se tornarem autossuficientes. Verifica-se que aumentou o número de jovens delinquentes e com problemas de saúde mental que são atendidos pela assistência social o que está relacionado com políticas financeiras e de justiça juvenil. A população atual de jovens em contextos de bem-estar infantil foi crescendo cada vez mais de forma heterogénea.

Tendo em consideração uma investigação sueca liderada Vinnerljung e Sallnäs (2008), bastantes c/j em acolhimento são antissociais (grupo de alto risco) e revelam problemas de saúde mental. A mudança de colocação pode levar à delinquência, principalmente entre os indivíduos masculinos, e é um indicador robusto de mau prognóstico para os adolescentes. É evidente a necessidade de prestação de serviços de saúde mental e de educação sexual.

Na pesquisa australiana, levada a cabo por Raymond e Heseltine (2008), é dito que as c/j institucionalizadas são um grupo populacional distinto com níveis mais elevados de comportamentos emocionais desproporcionais e que se relacionam com problemas de conduta. Muitos apresentam problemas complexos de saúde mental. Os ambientes são tradicionalmente caracterizados por um *ratio* desproporcional entre jovens e adultos, uma

equipa de prestadores de cuidados com elevada rotatividade, rotinas estruturadas e institucionalizadas, e podem incluir ambientes emocionalmente carregados ou voláteis. Os cuidadores parecem ter um papel central no fornecimento de modelos, uma vez que dizem respeito à construção de papéis adultos. Como os jovens se aproximam da sua transição para a independência e para a vida adulta, o papel e a importância do grupo cuidador de referência vai tornar-se mais importante função dos agentes que cuidam com os clientes permite relacionamentos duradouros com qualidade. Estes jovens são socializados e apoiados para obterem a independência - conseguida à custa da continuidade das relações com os cuidadores significativos. A idade adulta também é construída considerando a obtenção da responsabilidade face ao outro, o que representa ter capacidade para cuidar dos outros.

A investigação canadiana concretizada por Marquis et al. (2008), refere que as crianças negligenciadas e as que foram alvo de maus-tratos físicos apresentam necessidades diversificadas, pelo deverão ser integradas em respostas diferenciadas, sendo que as crianças maltratadas fisicamente apresentam dificuldades de adaptação devido a uma panóplia de dificuldades.

Os investigadores israelitas Grupper e Mero-Jaffe (2008), defendem que é necessário mudar a atitude dos prestadores de cuidados para com as famílias das crianças em acolhimento – os pais devem deixar de ser vistos como parte dos problemas das crianças, mas sim como parte das soluções, pois devem ser envolvidas no crescimento e desenvolvimento das c/j. Deve-se fomentar uma cultura de aprendizagem e desenvolvimento de competências, pelo que as famílias devem ser enquadradas no espaço de acolhimento e apoiadas na aquisição de competências para que se reabilitem as relações com as c/j e se tornem menos marcadas as diferenças entre as duas formas de vida. Os cuidadores têm uma imagem estereotipada das famílias relacionadas com os motivos do acolhimento, o que se pode esbater se se estreitarem os laços entre as residências de acolhimento e a comunidade envolvente. Em acolhimento o trabalho deve ser holístico com a finalidade de aumentar a eficácia do trabalho com os pais, pelo que é muito importante fortalecer os canais de comunicação com a comunidade local e com os serviços a que as crianças podem recorrer.

Também o estudo norte-americano, dirigido por Dworsky & Courtney (2009), revela que as c/j passam por colocações instáveis que não possibilitam o estabelecimento de relações fortes e contínuas com os prestadores de cuidados e, também, devido a características pessoais dos jovens (comportamentos ou problemas emocionais; problemas escolares; potencialidade para a autossuficiência; idade de entrada; fugas, etc.). É importante a manutenção dos laços familiares de forma a assegurar a continuidade do apoio após a transição. Também se salienta a importância da existência de relações de apoio consistentes com cuidadores adultos (mentores) como forma de lhes ser possibilitada a continuidade de apoio após a saída. Os jovens que ficam em acolhimento até aos dezanove anos, ou mais, apresentam melhores taxas de resultados do que os seus pares que são descarregados do sistema mais cedo. Muitos demonstram dificuldades em estabelecer relações positivas com prestadores de cuidados, mas permanecem os contactos com as famílias de origem.

Para os investigadores australianos Tilbury et al. (2009), estes jovens são desfavorecidos e apresentam resultados escolares diminutos, pelo que se encontram mal preparados para realizarem a transição para a vida adulta. Os jovens salientam os aspetos que consideram relevantes para o seu sucesso pela via do acolhimento institucional: a importância de terem confiança, otimismo e determinação pessoal; terem relações de apoio, terem alguém para acreditar neles e incentivá-los, terem oportunidades de alcançar os seus objetivos; terem vias para obterem informações sobre como conseguir o emprego desejado, terem experiências escolares positivas (ao nível académico e com os pares), e terem estabilidade noutros aspetos da vida, incluindo na colocação nos cuidados.

Os mesmos autores salientam que a instabilidade das colocações contribui para o fraco aproveitamento e abandono escolar. Sentir “segurança” é importante para o sucesso escolar. Todavia, algumas mudanças nas colocações e nas escolas poderão revelar-se positivas. Os jovens precisam de apoio para traçarem os seus percursos profissionais. Alguns sentem que não podem confiar em ninguém e que estão “por sua conta”. As intervenções devem ser orientadas para melhorar a confiança psicológica e o bem-estar relacionados com a carreira. As próprias crianças, como resultado das suas experiências, podem ter baixas aspirações para alcançar objetivos académicos e ocupacionais. Tal como outros jovens, eles têm aspirações de carreira que precisam ser nutridas e trabalhadas.

Ainda de acordo com Tilbury et al. (2009), os jovens que deixaram os cuidados apresentavam mais problemas de saúde mental do que os jovens sem-abrigo sem história de assistência social. As dificuldades escolares provêm de uma constelação de fatores: influências estruturais de classe social, etnia e género, privação de cuidados iniciais, incluindo desagregação familiar, altas taxas de exclusão escolar e de absentismo, frequentem movimentos nas colocações com consequentes interrupções escolares, falta de coordenação entre o pessoal de educação e proteção da criança, a falta de atenção às necessidades educacionais, profissionais, e baixas expectativas mantidas por famílias de acolhimento, assistentes sociais e professores.

Os pesquisadores britânicos Forrester et al. (2009), defendem que os resultados das c/j em acolhimento são geralmente considerados pobres. As crianças que entram em acolhimento tendem a ter sérios problemas, mas, em geral, o bem-estar melhora ao longo do tempo. A Inglaterra e País de Gales devem-se mover em direção a um sistema escandinavo de acolhimento, em que os cuidados são vistos como uma forma de apoio à família e são fornecidos para muitas crianças e famílias. O acolhimento fornece um modelo educativo que se aproxima da vida familiar normal, sendo que as relações positivas são nutritivas para as c/j. O acolhimento tende a melhorar o bem-estar das crianças mas tem implicações diferentes para diferentes tipos de crianças. O acolhimento permanente tende a produzir os melhores resultados para as crianças que ingressam. A maioria das crianças em acolhimento deve manter laços com a sua família de origem.

De acordo com os supracitados autores, a abordagem francesa, alemã e escandinava presta apoio a maior número de c/j mas também contempla os resultados a atingir entre este grupo vulnerável, ou seja, o acolhimento é uma forma de apoio às famílias com maiores dificuldades e não a remoção compulsória das c/j das suas casas. O acolhimento é caro mas é rentável a longo prazo porque é mais barato do que a prisão ou tratamento psiquiátrico hospitalar.

O estudo realizado nos EUA por Hagaman et al. (2010), concluiu que as c/j em acolhimento são um grupo heterogêneo que apresenta várias combinações de risco e podem ter comportamentos relacionados com a quebra de regras e agressões (níveis elevados de externalização), insucesso escolar, revelam *deficits* de funcionamento global relacionados com a escola o que se traduz em absentismo e em desistência. As crianças não

apresentam os riscos no mesmo grau pois existem diferenças na forma como os dois géneros manifestam os riscos. É uma população considerada de alto risco em que coexistem crianças com e sem problemas com e sem abuso de substâncias, crianças com e sem diagnóstico de deficiência e crianças com e sem risco para distúrbios de linguagem. A presença de heterogeneidade de problemáticas pode levar a riscos múltiplos e a resultados negativos (evasão escolar, abuso de drogas, falta de emprego estável e dificuldade no acesso a recursos e suportes na comunidade; psicopatologia familiar, insucesso escolar, a presença de um transtorno mental ou de diagnóstico de educação especial de abuso ou negligência, e problemas de comportamento, problemas na escola ou em casa, inaptações às relações sociais) o que conduz à necessidade de serviços especializados.

Uma pesquisa feita na Escócia por McClung e Gayle (2010), indica que frequentemente as c/j apresentam resultados escolares pobres e sofreram discriminação e exclusão social em várias áreas da sua vida em que se inclui a escola. Por vezes, são alvo de exclusão escolar durante muito tempo e muitas c/j sob cuidados encontram-se atrás do grau escolar considerado adequado à sua idade e sentem-se excluídas da escola (sentem que são perçecionadas de uma forma diferente). Alguns não dispõem de um lugar calmo para estudar em acolhimento e outros não usam esses espaços. A falta de empreendedorismo educacional é, muitas vezes, o produto da falha do sistema de cuidados sobre o reconhecimento e tratamento destas questões e que continua a culpar as crianças pelo seu insucesso. O tipo de acolhimento relaciona-se com os resultados escolares. As crianças que se tornaram cuidadas com mais de doze anos e as que se tornaram cuidadas como resultado do seu próprio comportamento devem poder beneficiar de um apoio adicional para compensar as experiências que tiveram antes de se tornarem cuidadas. Alguns autores defendem ser improvável que alcancem o seu potencial educativo, a menos que sejam tomadas medidas para compensar desvantagens anteriores.

No âmbito do estudo na Austrália, conduzido por Southwell e Fraser (2010), salienta-se a importância de se sentirem seguros, serem apoiados adequadamente e sentirem-se confortáveis e normais nas colocações institucionais, ao mesmo tempo que se sentem escutados sobre decisões respeitantes às suas próprias vidas, são aspetos muito valorizados pelos jovens em acolhimento institucional. Nos últimos anos tem havido uma tendência acentuada de passagem do grande grupo para o pequeno grupo em acolhimento

e uma prestação de cuidados mais individualizados que se focaliza nas necessidades de apoio manifestadas pelos jovens. Porém, considera-se que o acolhimento ainda assenta muito na prestação de cuidados básicos e de alojamento.

Nesta investigação, a maioria das c/j manifestaram satisfação com o acolhimento e sentem-se investidos pelos cuidadores (escutados e alvo de preocupações). A estabilidade das colocações é bastante valorizada pelos jovens. Sentem-se “oprimidos” mas bem tratados, apoiados e desejados pelos cuidadores. Os jovens mais novos manifestam maior exposição ao risco porque sentem pouco apoio social, pouca segurança e se sentem pouco investidos pelos cuidadores. Houve uma preocupação em assegurar a proximidade dos jovens com as suas famílias enquanto estão acolhidos. No âmbito da resiliência, as c/j que passaram por traumas conseguiram ter apoio social e ter relações encorajadoras com, pelo menos, um adulto significativo, o que se manifestou como sendo um fator protetor importante.

Estes autores concluíram que o acolhimento residencial fornece a forma mais cara e mais restritiva do atendimento a crianças com distúrbios emocionais e comportamentais, pois tendem a ter uma colocação mais volátil e recorrem mais ao uso de serviços. As evidências sugerem que as crianças em ambientes intensivos ou restritivos são mais velhos, vêm de famílias com múltiplos problemas familiares, e têm colocações extensas e instáveis. A investigação nesta área mostra crianças com extensas deficiências emocionais e comportamentos disruptivos que são mais graves do que os encontrados em crianças colocadas em ambientes de cuidados tradicionais.

Na visão dos investigadores portugueses Mota e Matos (2010), as c/j institucionalizadas necessitam de atenção individualizada que seja compensatória. As ligações de proximidade e afeto podem ser proporcionadas pelos prestadores de cuidados da instituição onde o jovem vive. A identificação afetiva com estas figuras pode ser relevante na natureza das trajetórias de vida potenciando o desenvolvimento da qualidade das relações com o exterior, nomeadamente através do desenvolvimento de competências de comunicação e confiança com os pares. O esquema de trabalho associado a um elevado absentismo, à rotatividade de funcionários e a uma grande desproporcionalidade de número de jovens para um só cuidador, parecem dificultar a formação de vínculos estáveis e seguros.

Para estes pesquisadores, a qualidade da ligação com os funcionários das instituições onde vivem é descrita como uma variável relevante na potenciação da segurança dos jovens. Destaca-se a importância da sensibilidade e da disponibilidade dos adultos com os quais se relacionam, podendo resultar numa importante fonte de organização interna dos afetos. Os prestadores de cuidados devem ter a capacidade de mostrar empatia e solidariedade e impor regras e limites (respostas pessoais, afetivas e sociais de qualidade) que reestruturem emocionalmente as c/j e promovam o seu desenvolvimento adaptativo e organização interna. Os pares das c/j são ótimos na partilha de competências, resolução de dificuldades, autocontrolo e manutenção de proximidade relacional (autoestima; vinculação). A resiliência permite estabilidade e bem-estar.

O autor húngaro Rácz (2010), aponta que muitas vezes as c/j institucionalizadas são alvo de discriminação e exclusão social e apresentam fraco empreendedorismo. Verificam-se dificuldades em estabelecer conexões sociais e integração social. Tanto os que entram nos cuidados muito novos como os que entram em idade adolescente têm maus resultados escolares. O tipo de colocação e a instabilidade da colocação (consequentemente de escola) influi no desenvolvimento mental das c/j e no seu aproveitamento escolar. As colocações estáveis nos cuidados são promotoras de sucesso escolar e aumentam as probabilidades de ingresso na universidade. A estabilidade nas colocações faz com que os prestadores de cuidados possam promover segurança emocional, motivação e apoio. Em acolhimento é difícil estabelecer relações personalizadas e segurança emocional.

O autor refere que se verifica abandono escolar precoce e os cuidadores demonstram baixas expectativas escolares face às c/j. O apoio financeiro permite suporte ao prosseguimento de estudos. Quando a família respeita a escola isso é estimulante para as c/j no sentido de prosseguirem estudos. A motivação no campo de estudos é vital para aumentar as oportunidades de emprego e prevenir o desemprego e o emprego precário e mal pago. Os fatores endógenos cobrem a tipologia dos fatores individuais e relacionam-se com: persistência; força de vontade; desejo de mudança; considerar o conhecimento como um valor; ter bons resultados escolares; realização de sonhos de infância; assunção de um compromisso com um futuro seguro; determinação; assumir a tomada de decisão; individualização progressiva; consciência da escolha da carreira; conhecimento da realidade do mercado de trabalho; orientação para o futuro. Os fatores exógenos prendem-se com

fatores circundantes aos indivíduos: sentir segurança na colocação institucional; ter apoio emocional e sentir suporte por parte dos profissionais; ter um bom ambiente escolar, boas relações com os professores e colegas; ter apoio para estudar; ter capacidades cognitivas; ter acompanhamento escolar; ter apoio na escolha da carreira profissional; ter apoio económico; ter alguém de referência a quem recorrer.

Para a investigadora australiana Bessell (2011), os jovens institucionalizados gostavam de poder participar na alteração das colocações, na escolha dos prestadores de cuidados, na escolha da escola e no tipo de relação a manter com a família biológica e com os amigos. A mudança de colocação e de escola causa ansiedade. A tendência australiana é para fazer aumentar a participação dos jovens, pois, muitas vezes, os jovens não são informados sobre as decisões que influem nas suas vidas. Os jovens apreciam muito os cuidadores que os ouvem e valorizam os seus pontos de vista (relações de confiança; apoio e amizade). Usualmente têm uma relação difícil com as famílias de origem e, alguns jovens, preferem permanecer em acolhimento em vez de retornarem às famílias de origem. A ligação com os pais de nascimento ou com outros membros da família é, muitas vezes, prioritária para muitas crianças em acolhimento.

De acordo com o estudo americano guiado por Hong et al. (2011), o acolhimento tem sido percebido como uma opção viável para as crianças cujos pais biológicos não podem cuidar delas. Para melhor se compreenderem as c/j é necessário o entendimento das inter-relações entre o indivíduo (criança) e os seus ambientes (por exemplo, biológicas famílias, da rede de apoio social). Existe uma imensa necessidade de maior apoio das comunidades, dos prestadores de cuidados e dos decisores políticos às c/j institucionalizadas.

Para o pesquisador canadiano Gharabaghi (2011), é dada pouca ênfase às questões educacionais das c/j que se encontram institucionalizadas, pois nota-se pouco envolvimento das famílias e dos prestadores de cuidados na escolaridade. Estas desenvolvem padrões comportamentais negativos e têm pouca escolaridade. O apoio individualizado pode ser de grande utilidade e o acolhimento deve ocorrer num ambiente familiar, onde haja relações estreitas entre os jovens e os prestadores de cuidados. Em acolhimento institucional verificam-se, naturalmente, regras de conduta também institucionais. Deve haver entrosamento entre as famílias e os prestadores de cuidados pois as relações familiares podem ser protetoras. Existe pouca participação destas c/j em atividades extracurriculares o

que poderá possibilitar melhores resultados escolares. O acolhimento deve potenciar a educação formal e informal e proporcionar experiências encorajantes. Existe instabilidade nas colocações e elevado número de transferências entre unidades de acolhimento o que é negativo por ser desmotivante e não permitir verdadeiras vinculações. Grande número de c/j em acolhimento continuam a não ter nenhum suporte de educação, porque não é oferecido, ou, alternativamente, porque eles próprios não estão motivados ou preparados (ou mesmo presentes) para aceitar esse apoio. Por si, a escolaridade funciona como um fator protetor.

A partir do ponto de vista do pesquisador americano Robinson et al. (2012), o tipo de acolhimento em que se integram as c/j após os maus-tratos é um fator a considerar no seu comportamento e desenvolvimento. A capacidade de uma criança maltratada formar um relacionamento positivo com um cuidador está associada com problemas de comportamento mais baixos e maiores níveis cognitivos. Os eventos traumáticos podem estar relacionados com as colocações em acolhimento. A Academia Americana de Pediatria recomenda que à entrada em acolhimento as c/j devem ser sujeitas a exames integrais à sua saúde física e mental. A intervenção deve visar a construção de relações mais fortes dentro da família e a melhoria do ambiente educativo em casa. Defende-se que intervenções breves mas intensas com c/j maltratadas podem ter impacto positivo nos resultados alcançados.

Da análise das pesquisadoras britânicas Welbourne e Leeson (2012), em geral, as c/j em acolhimento institucional, atingem resultados escolares baixos, sendo que experienciam exclusão e abandono escolar, o que é reflexo da situação de carência socioeconómica e do acompanhamento que lhe é prestado. Devem ter oportunidades semelhantes para o sucesso educativo e oportunidades semelhantes ao longo da vida, pelo que devem ter um plano de formação pessoal, e professores especializados. Eles não são um grupo homogêneo: entram em diferentes alturas da sua infância, por razões diferentes, e saem depois com diferentes intervalos. Muitas crianças têm experiências significativas de vida com as suas próprias famílias, e muitos movem-se entre a família e o acolhimento um número de vezes durante o seu crescimento. As dificuldades com a educação podem começar antes ou durante o tempo de acolhimento. Conduta e dificuldades comportamentais aparecem ligadas com problemas educacionais em muitas crianças em acolhimento e muitas apresentam necessidades educativas especiais.

Estas c/j podem apresentar sintomas psiquiátricos ou dificuldades psicológicas que tenham impacto sobre a sua capacidade de aprender. As sequelas físicas e psicológicas advindas do trauma inicial deverão ser compreendidas para que as intervenções sejam bem-sucedidas. As dificuldades de comunicação podem conduzir a dificuldades educacionais e comportamentais. O problema do baixo rendimento escolar aumenta com a idade, sendo que o tempo que passam em acolhimento é proporcional à dificuldade de resolução das dificuldades familiares (exposição a parentalidade caótica) e às dificuldades individuais que apresentam. A instabilidade das colocações conduz a resultados escolares pobres. O abuso prévio pode afetar a capacidade de atingir a estabilidade no sistema de cuidados, bem como a realização acadêmica, com a instabilidade a ser uma das principais causas das dificuldades acadêmicas. Estar sob cuidados aos dezasseis e aos dezoito anos está associado a um risco elevado de problemas de saúde mental, falta de moradia, desemprego e gravidez precoce.

Os principais fatores de resiliência são: ter estabilidade na colocação, sendo capaz de fazer alianças com outros e usar a ajuda; ter um sentido positivo de autoeficácia e autoestima, sendo capaz de planejar e estar no controle; ter alguém para ajudá-los a entender porque estão em acolhimento e a resolver os seus sentimentos de rejeição e de ressentimento. Precisam de apoio para lidar com os efeitos emocionais posteriores da negligência e do abuso como bem como com os *inputs* educacionais específicos, sendo que, frequentemente, apresentam comportamentos e atitudes que lhes foram úteis anteriormente. Confiam pouco nos adultos que consideram ameaçadores e podem sentir-se discriminados e alvo de *bullying*. Quando entram em acolhimento com pouca idade têm tendência a obterem melhores resultados escolares mas ter sucesso no ensino primário não significa propensão a continuar esse mesmo sucesso nas fases que se sucedem. O primeiro ano de acolhimento pode ser particularmente difícil. A qualidade da colocação final parece mais importante do que o número de mudanças. Podem-se elencar contributos para uma boa aprendizagem: abordagem individualizada (flexível e envolvente); desenvolvimento de relações de confiança com cuidadores; prática de atividades promotoras de resiliência. As que crianças que ingressam com menos de onze anos, tendencialmente apresentam melhores resultados escolares posteriores.

A maioria dos jovens entrevistados pelas investigadoras britânicas Welbourne e Leeson (2012), sentiu que tinha recebido cuidados de boa qualidade; os apoios educativos

são geralmente bons, a maioria fazem algum progresso social, comportamental e educacional. Pode ser necessário apoio terapêutico especializado, especialmente para as crianças mais velhas, juntamente com suporte especializado para os cuidadores e professores. A avaliação das necessidades educacionais das crianças em acolhimento deve ser integrada numa avaliação holística das suas necessidades emocionais, psicológicas e comportamentais para que se sintam seguras. Há exemplos de boa recuperação da desvantagem educacional das crianças em acolhimento se tiverem um cuidador disponível ou professor que invista. Os cuidadores também deverão ter estabilidade para que possam promover o sucesso o que se consegue através de adultos comprometidos. Se os adultos tiverem aspirações baixas relativamente às c/j isso poderá influenciar negativamente o empreendedorismo das c/j.

Segundo as suprarreferidas pesquisadoras, muitas c/j reentram no sistema de acolhimento após o deixarem, caso não tenham melhorado o seu bem-estar e autoestima. Ser bem-sucedido é um fator de proteção. É provável é que uma criança venha a exibir sintomas pós-traumáticos: distúrbios de comportamento, hiperatividade e desatenção na escola. O efeito da negligência e do abuso em padrões de apego pode levar à duração das dificuldades em manter relacionamentos significativos. A persistência de maus resultados é maior entre as crianças de famílias mais pobres, e o bom desempenho no estágio primário e no secundário inicial é menos provável de ser mantidas por crianças de famílias mais pobres. A pobreza, depressão e capacidade de parentalidade interagem para afetar o desenvolvimento da criança, o que pode seletivamente colocar em desvantagem as crianças que entram no sistema de cuidados. Muitas crianças em acolhimento podem ser educacionalmente desfavorecidas pelo impacto das circunstâncias socioeconómicas das suas famílias no âmbito da saúde mental materna e da capacidade parental, bem como os efeitos nocivos da própria pobreza. As crianças mais velhas lutam para recuperar níveis de escolaridade, especialmente quando experimentaram a adversidade prolongada ou severa em casa.

Em consonância com outros estudos, a autora australiana Mendes (2012), considera que é importante a manutenção das relações familiares durante o acolhimento. As colocações geograficamente distantes contribuem para a exclusão social (acesso ao

empregos e relações sociais pobres). A preparação para a autonomia deve ser iniciada ainda em acolhimento.

3.3 A forma como as c/j saem do acolhimento: a integração social

Um resumo apresentado por Kendrick (1998), nos EUA, sobre os cuidados prestados em acolhimento, menciona que melhores resultados educacionais e maior aposta no percurso escolar, geralmente, levam a melhores resultados posteriores de reintegração social. O desempenho escolar dos jovens que saem dos cuidados residenciais é crucial devido ao impacto sobre as suas oportunidades futuras de vida, pois um dos fatores que têm sido identificados como associados com a resiliência é a experiência educacional positiva.

Segundo uma pesquisa americana conduzida por Courtney et al. (2001), a transição para a independência é um momento difícil para os jovens que abandonam o sistema de acolhimento fora de casa, pois verifica-se instabilidade habitacional e situações de desabrigo e alguns são vítimas de violência. São necessários serviços que funcionem como uma rede de segurança na transição e tenham em atenção: habitação, emprego, laços afetivos com as famílias de origem, o envolvimento das famílias nos percursos dos jovens e a continuação dos serviços sociais e médicos iniciados em acolhimento.

Os investigadores britânicos Martin e Jackson (2002), transmitiram que em fase de transição, se identifica a necessidade de manutenção do apoio financeiro e de alojamento todo o ano pois, durante as férias universitárias, não têm a casa dos pais para estarem e destaca-se a importância da resiliência (resistem às pressões e recuperam dos traumas) e, também, a precisão da adequação de políticas e práticas às carências reais destes jovens. A maioria dos jovens deixa o acolhimento com poucas qualificações.

Os pesquisadores dos EUA Propp et al (2003), referem que, muitas vezes, os jovens sentem-se negligenciados, inseguros e despreparados para a vida fora do acolhimento, pois são encorajados a moverem-se em direção à meta de autossuficiência. É necessário enfatizar os valores de interdependência, conexão e colaboração. Os jovens que mantiveram a continuidade das relações com significativos, incluindo irmãos, pais adotivos e pais biológicos, têm melhores resultados de desenvolvimento adulto do que aqueles que não

tiveram estes suportes. A ênfase da autossuficiência é tão forte que os cuidadores consideram como negativos os pedidos de ajuda dos jovens após terem deixado acolhimento.

Similarmente, a pesquisadora americana Collins (2004), refere que os jovens que saem das unidades de acolhimento institucional são uma população vulnerável a maus resultados no decorrer da sua vida adulta e para alguns jovens, que apresentam múltiplas vulnerabilidades, a autossuficiência completa pode ser um objetivo inadequado. Os jovens que receberam treino de competências em cinco áreas-chave (dinheiro gestão, gestão de crédito, as competências de consumo, educação e emprego) tiveram resultados significativamente melhores para viver de forma independente do que aqueles que não receberam treino nessas áreas.

No campo de ação do estudo encabeçado, nos EUA, por Thomas et al. (2005), é veiculado que a elevada resiliência pode enfraquecer os fatores de risco e reduzir a probabilidades de reentradas no sistema de acolhimento.

Tendo em conta a visão dos cientistas sociais americanos Freundlich e Avery (2006), é importante avaliar a qualidade dos serviços prestados aos jovens quando estes transitam para uma vida independente. Quando têm pouca escolaridade e/ou competências profissionais, habitação insegura, poucos cuidados de saúde ou conexões com adultos de referência, deparam-se com maiores dificuldades. Por vezes passam por situações de desabrigo ou de desemprego. Após saírem alguns voltam, a recorrer aos técnicos de acolhimento o reflete a existência de relações privilegiadas. A falta de conexão com adultos de referência pode ser um fator de dificuldade. Os resultados pós saída devem ser avaliados e a saída deverá ser sustentada. Os primeiros doze meses pós saída são os mais críticos, principalmente no que concerne à eventual falta de habitação. Da avaliação feita melhora-se a programação da intervenção

O investigador britânico Stein (2006), concluiu que entre esta população se verifica a existência de exclusão social e más qualificações educacionais, isto é, níveis mais baixos de participação na educação após os dezasseis anos, maternidade/paternidade precoce, tomada de rumo sem-abrigo, e têm níveis mais elevados de desemprego, comportamentos ofensivos e problemas de saúde mental. Relativamente à existência de resiliência, há diferenças nos resultados que os jovens apresentam pois uns *“ultrapassam”*, outros

“sobrevivem” e outros tornam-se *“vítimas”* (p. 8). A resiliência prende-se com três aspetos: a qualidade dos serviços prestados; a transição para fora do acolhimento, apoio recebido após a saída. Verificam-se percursos profissionais inexistentes ou descontínuos; dependência de subsídios; problemas com a justiça; problemas de saúde mental e solidão. Usualmente, as famílias são ausentes ou problemáticas e não apoiantes. Os jovens com melhores resultados nesta fase têm uma forte ligação com um membro da família e com um parceiro ou com um membro da família do parceiro ou com um cuidador.

De acordo com um estudo australiano, realizado por Cashmore et al. (2007), poucos jovens continuam a estudar após deixarem o sistema de acolhimento e poucos têm trabalho a tempo inteiro, pois apresentam dificuldade em fazerem a transição para o mercado de trabalho. Por outro lado, também têm dificuldade em terem conexões familiares de suporte que os ajudem a lidar com a falta de emprego. Muitos têm empregos indiferenciados, mal remunerados e precários e experimentam a maternidade/paternidade precocemente. Quanto mais estável e seguro é o percurso em acolhimento, quantos mais anos de escolaridade completam, melhor se encontram 4-5 anos depois de deixarem o acolhimento.

Tendo em consideração uma investigação sueca liderada por Vinnerljung e Sallnäs (2008), ao deixarem a institucionalização, as mulheres têm melhores resultados do que os homens, independentemente das razões que conduziram ao acolhimento. É manifesta a existência de problemas de saúde mental e de maternidade/paternidade precoce. Verifica-se a hospitalização em unidades de saúde mental e comportamentos criminais (prisão). Apresentam níveis educacionais baixos quando deixam o acolhimento. Os indivíduos que foram acolhidos em idade adolescente são os que manifestam os piores resultados pois tornam-se pais precocemente. Existe um elevado nível de mortalidade entre esta população.

A pesquisa na Austrália, levada a cabo por Raymond e Heseltine (2008), transmite que os jovens que transitam dos cuidados residenciais para uma vida independente assumem responsabilidades mais cedo do que os jovens que se encontram em família. Quando confrontados com uma construção ambígua como a idade adulta, prontamente os jovens se socorreram dos seus cuidadores como sendo as referências para fornecerem clareza sobre a natureza deste papel. Deixam o acolhimento precocemente com pouco apoio adulto e podem experimentar exclusão social. Os resultados da vida destas c/j são

pobres. Têm oportunidades restritas se resolverem retornar ao acolhimento, ou seja, se o processo de vida independente se verificar problemático.

No âmbito da pesquisa comandada por Jones (2008), nos Estados Unidos, apreendemos que posteriormente, demonstram dificuldades em se reintegrarem socialmente (muitos deixam o acolhimento sem terem emprego pelo que não têm rendimentos estáveis). Algumas das famílias podem ter sido incapazes de criar os filhos, enquanto eles eram mais pequenos, mas mais tarde amadureceram e estabilizaram e conseguem satisfazer as necessidades dos jovens adultos. A maioria dos jovens que não estudavam tinha empregos não qualificados e precários. A maior parte já havia tido pelo menos uma conexão com o mundo adulto através da escola, casamento, trabalho no primeiro ano após deixar o acolhimento. Os jovens sem faculdade ou formação profissional enfrentam dificuldades consideráveis no mercado de trabalho. São pouco propensos a estudarem no ensino superior. Muitos regressam a casa dos pais de onde haviam sido retirados devido a se depararem com dificuldades. Alguns jovens continuam a frequentar a escola após a saída do acolhimento.

A investigação canadiana concretizada por Marquis et al. (2008), refere que em fase de transição, algumas c/j retornam ao acolhimento após terem deixado o sistema.

Os investigadores israelitas Grupper e Mero-Jaffe (2008), consideram que os programas que trabalham com os pais com o objetivo de capacitá-los e melhorar as competências, vão tornar mais fácil para as crianças encontrar o seu lugar na família depois de abandonarem o acolhimento.

Para Griffith et al. (2009), num trabalho de investigação sobre a realidade americana, é referido que muitas vezes os objetivos do acolhimento contemplam a reunificação familiar e a reintegração nas escolas e nas comunidades de origem. Frequentemente os ganhos conseguidos sob cuidados não são mantidos após a saída e, por vezes, as saídas resultam em novas colocações institucionais. É importante o desenvolvimento e a implementação de cuidados pós-acolhimento para auxiliarem na transição para a reintegração familiar (expectativas e riscos das configurações sociofamiliares). As raparigas têm mais comportamentos negativos do que os rapazes na altura da admissão mas fazem maiores ganhos durante o acolhimento o que lhes permite estar tão bem quanto os rapazes na altura de deixarem o acolhimento.

Os pesquisadores Forrester et al. (2009), ajudam a traçar a situação sobre esta temática na Inglaterra e no País de Gales, referenciando que tem de haver um foco contínuo no que acontece depois do acolhimento. Para a maioria das crianças a transição para a idade adulta é gradual, com apoio contínuo por muitos anos, dito de outra forma, as famílias são para toda a vida, não apenas para a infância (é a natureza aberta, flexível e amorosa do compromisso que é tão essencial).

Os jornalistas portugueses Silva e Vieira (2009), elucidam-nos sobre o conceito e o funcionamento das residências de autonomização. Estas, são espaços que visam acompanhar e promover a transição de jovens, com dezasseis ou mais anos, para uma vida social autónoma através de um treino de competências pessoais e sociais, fornecendo-lhes instrumentos para a sua autonomização plena, ao nível da formação escolar/profissional, emprego, habitação (art.º 45 da LPCJP). Os princípios orientadores das residências de autonomização, que assentam na especificidade de cada jovem, são: a participação ativa do jovem; a formação pessoal e social do jovem; o projeto de autonomização individual; o envolvimento dos parceiros. Nestas residências são desenvolvidas estratégias e mecanismos de participação e *empowerment*, de valorização e reconhecimento da sua individualidade, de interesses, de motivações, de expectativas, para que, através de um processo de autorreflexão, consigam perceber que eles são autores e atores da sua própria história.

Os autores americanos Spencer et al. (2010), apontaram que ao deixarem as unidades residenciais são jovens com múltiplas vulnerabilidades e o *mentoring* pode potenciar o sucesso da transição para uma vida independente e bem-sucedida/produtiva. Para além da importância do *mentoring* (individual) é necessária uma intervenção sistémica (políticas sociais adequadas). É necessário assegurar, na transição, a existência de habitação, cuidados de saúde, emprego e educação, para que o sucesso da transição seja sustentado. O *mentoring* não deve substituir políticas de enquadramento.

No âmbito do estudo conduzido por Southwell e Fraser (2010), é-nos comunicado que a Austrália tem uma taxa elevada de desinstitucionalização. Os jovens que tiveram menor número de colocações, após a saída do acolhimento contactaram maior número de vezes os profissionais que haviam cuidado deles.

O autor húngaro Rácz (2010), aponta que os jovens adultos que tiveram colocações estáveis e que também tiveram prestadores de cuidados apoiantes e motivantes,

demonstram melhores resultados escolares. As disfuncionalidades sistêmicas (mudanças de colocação, de escolas, de pares, de cuidados, de motivação, de afastamento dos pais biológicos, etc.) culminam em resultados que dificultam aos jovens adultos a resolução de problemas quotidianos ou de maior significância nas suas vidas.

O exame efetuado pela pesquisadora americana Avery (2011), referencia que os jovens que são alvo de programas de competências surgem despreparados para a vida social porque sofrem de alguns *deficits* (cognitivos, emocionais sociais). Os jovens devem continuar a ser apoiados após os dezoito anos de idade porque precisam de múltiplos suportes em dimensões variadas. Os programas de treino de competências para uma vida independente são pouco eficazes na fase de pós-institucionalização porque os seus pares fazem esse treino no interior de uma relação familiar contínua e não têm uma duração limitada. A verdadeira independência é uma meta inviável para a maioria dos jovens. O enfoque deve ser colocado em várias questões: como interagir com os outros, como estabelecer relações duradouras, pedir ajuda quando necessário, e aceitar o amor e apoio quando oferecido.

Outro estudo sobre a realidade australiana, produzido por Creed et al. (2011), explica que quando deixam os cuidados, expõem resultados pobres: taxa elevada de sem-abrigo; problemas com a justiça, abuso de substâncias; dificuldades de relacionamento; problemas de saúde mental; emprego precário e desemprego; necessidade de subsídios económicos. Não contam com o apoio dos pais os quais têm expectativas reduzidas em relação aos filhos. Muitas vezes não são alvo de uma preparação adequada às suas necessidades na fase de transição para fora dos cuidados residenciais no sentido de iniciarem uma vida independente. Apresentam altos níveis de mobilidade habitacional.

Para o pesquisador canadiano Gharabaghi (2011), os jovens institucionalizados apresentam dificuldades na transição para a vida adulta e para fora dos cuidados residenciais, sendo que podem tornar-se sem-abrigo ou regressar às famílias de origem, o que poderá compreender riscos elevados. Frequentemente, deparam-se com desemprego ou dificuldades em conseguir emprego, muitas vezes precário, o que inclui sérios riscos sociais, tais com a maternidade/paternidade precoce. O sucesso escolar é importante para virem a ter uma melhor qualidade de vida e reintegração social. A generalidade apresenta fracos resultados e problemas comportamentais e dificuldades de adaptação social, o que se traduz numa fraca preparação para uma vida autónoma.

A partir do ponto de vista do pesquisador americano Robinson et al. (2012), as crianças que retornam às famílias demonstram dificuldades cognitivas e não recebem os cuidados referentes às razões que motivaram o seu acolhimento. As reunificações falham devido à utilização limitada de serviços terapêuticos, às competências parentais pobres, ao ambiente físico e emocional desconfortável e aos meios socioeconómicos degradados, pois são c/j com maior necessidade de apoio educacional e dos pais

Em consonância com outros estudos, a autora australiana Mendes (2012), menciona que os jovens pós-institucionalizados constituem um grupo socialmente vulnerável e desfavorecido: *deficits* sociais, na saúde e na educação. A Austrália criou programas de acompanhamento à transição dos jovens. Os jovens identificaram algumas necessidades práticas que poderão auxiliar no processo de transição: restabelecimento de relações familiares; aquisição de carta de condução; acesso aos transportes públicos; lidar com questões legais; outros desafios do quotidiano. Muitos jovens retornam às famílias, uns com mais sucesso do que outros.

4. A Casa Pia de Lisboa como laboratório de educação: o acolhimento de crianças e jovens em risco/perigo

A narrativa da Casa Pia de Lisboa, enquanto laboratório de educação cuja missão é o acolhimento, formação e desenvolvimento de c/j em situação de risco/perigo, afigura-se seccionada em cinco períodos delimitados e encadeados: o período do Castelo (1780-1807); a fase do desterro (1811-1833); o período da monarquia liberal (1833-1910); o período da I República (1910-1926); a Casa Pia Contemporânea (1926-1999).

Embora a fundação da Real Casa Pia de Lisboa, em 1780, tivesse obedecido ao objetivo primordial de minorar a insegurança pública da cidade de Lisboa, que se fez sentir após o terramoto de 1755, nem por isso deixa de revelar as preocupações de carácter pedagógico que já na altura norteavam as medidas de carácter social, então desencadeadas pelo seu fundador o intendente-geral da Polícia da Corte e Reino, Diogo Inácio de Pina Manique. Sob a forma de uma “*casa de correção*”, ao mesmo tempo “*oficina de labor*”

(Marvão e Coelho 2000: 62), era criada a Real Casa Pia que recebe, numa primeira fase, treze mendigos, a que mais tarde se juntariam também mulheres.

Quando da inauguração formal da Casa Pia, em 3 de Julho de 1780, o novo estabelecimento dava já guarida a crianças recolhidas nas ruas de Lisboa, o que significa um primeiro passo no sentido da sua transformação, a breve trecho, numa casa de educação. Acumulava assim às funções de *“prisão penitenciária”* para reclusão e regeneração de vadios e *“mulheres de má nota”*, as de um asilo para *“amparo e proteção educativa”* (p. 63), de órfãos¹⁹.

É atribuído a Pina Manique o mérito de ter tido a perceção exata de que só uma *“sólida e sábia”* educação, serviria de solução *“própria a afeiçoar bons cidadãos”*, muitos deles vítimas da miséria e da carência de trabalho, pondo em prática uma *“caridade produtiva”* (idem), em antítese à política de marginalização social. Como refere César da Silva em 1896, foi verdadeiramente *“assombroso”* (p. 65), o desenvolvimento que a Casa Pia atingiu durante a sua estada no Castelo de S. Jorge.

É de referir que a Casa Pia esteve sempre aberta a alunos não internos, prática que continuou até 1860, altura em que as suas aulas passaram a ser exclusivo dos órfãos da Instituição, embora posteriormente voltasse a ser retomada.

Segundo César da Silva, consultado por Marvão e Coelho (2000), é provável que no período do Castelo, a par dos alunos verdadeiramente asilados, houvesse os chamados *“porcionistas”* (p. 66), ou seja, aqueles cujas famílias pagavam uma certa quantia em troca do ensino prestado.

São ainda mencionadas outras ações desenvolvidas pela Casa Pia no âmbito da assistência social que excediam o simples acolhimento e o ensino de órfãos ou a receção de reclusas da casa de correção de Santa Margarida, mulheres *“perdidas”* (idem), cuja pena de degredo passaria, a partir de 1795, a ser substituída pelo recolhimento no Castelo. Essas ações estendiam-se também à distribuição de medicamentos gratuitos aos pobres, através do laboratório farmacêutico do próprio estabelecimento, para além do socorro a enfermos e às pessoas *“envergonhadas”* (ibidem), a quem era prestado acolhimento e sustento, sendo distribuídas mais de quinhentas refeições diárias a indigentes e a inválidos.

¹⁹ A designação de *“órfão”* abrangia todas as crianças recolhidas na Instituição, a despeito de terem ou não pais.

A ação social da Casa Pia, explica-nos César da Silva, compreendia dois tipos de crianças: as que não tinham pai e aquelas que o tendo, viviam ao abandono quer pela miséria quer pelo desregramento dos seus progenitores, não havendo qualquer diferença entre uns e outros.

O período mais crítico em termos de rendimentos seria o compreendido entre 1811 e 1833, em que a Casa Pia precariamente fica instalada no convento de Nossa Senhora do Desterro. O ano de 1811 coincide com o rescaldo das invasões francesas e com o fim da chamada Guerra Peninsular em que portugueses, espanhóis e ingleses disputaram o território ibérico às tropas de Napoleão. Perante esta situação, o problema residia no espaço adequado para esse fim, uma vez que as instalações do Castelo de S. Jorge, onde estivera instalada a Casa Pia, tinham sido, em 1807, transformadas em casernas para os soldados franceses, com o conseqüente desmantelamento da instituição.

Como único recurso, face à urgência de socorrer o número de crianças desamparadas, que era cada vez maior, foi escolhido o convento de Nossa Senhora do Desterro, que na época se encontrava quase desocupado pelos seus fundadores, os monges de São Bernardo. Assim, a “moderna” Casa Pia (p. 69), como passou a ser designada, era inaugurada em 31 de Agosto de 1811. Desta consta o fim a que se destinava a instituição, que determinava poderem *“entrar todos os menores desamparados, que por ora se podem manter”* (idem). Deste modo, a Casa Pia recolheu nas suas novas instalações noventa e duas crianças, mas em 1815 já totalizavam, entre órfãos e órfãs, quinhentos e sessenta e nove elementos. Contudo, devido à situação vivida na época e à escassez de receitas que eram atribuídas à instituição, e que tinham prioritariamente de ser distribuídas pelo maior número possível de necessitados, os seus objetivos estiveram aquém dos desenvolvidos aquando da sua criação, limitando-se a sua função exclusivamente à de um *“asilo de crianças pobres, ao passo que a instituição do Castelo foi além disso o núcleo dos estudos científicos em Lisboa”* (p. 70).

Em 1820, é solicitado à Academia Real das Ciências, um estudo de apreciação, tendo em vista uma reforma profunda da instituição que obviasse o seu desenvolvimento. A partir de 1824, integrado na política de restrições em que se inseria o recurso à *“aula mútua”* (p. 72), cessa a frequência dos alunos nos cursos externos, são fechadas algumas

oficinas, ficando apenas em funcionamento as que se destinavam à iluminação pública da cidade e as indispensáveis para o fornecimento do próprio estabelecimento.

Quatro anos volvidos, recorria a Casa Pia a uma subscrição pública para fazer face à situação de rutura em que se encontrava, uma vez que *“aos males antecedentes ajuntara-se agora o do considerável aumento de sua população, que começou a crescer extraordinariamente”* (Silva p. 79 op. cit. in Marvão e Coelho 2000: 73).

À medida que se agravava a situação política e financeira do País, assim se deteriorava a própria estabilidade da instituição e a qualidade de vida dos asilados, cujo número aumentava indiscriminadamente. Passados três anos, a população da Casa Pia atingia o número de 1200 asilados, contra os quinhentos e vinte a quinhentos e quarenta do ano de 1828, verificando-se um verdadeiro *“empilhamento”* (idem), no dizer do autor com todas as consequências que lhe são inerentes.

Em consequência do novo regime em vigor afeto à Carta Constitucional de 1826, a Casa Pia, que não só foi poupada, como ainda foi valorizada e protegida, tendo em conta que *“representava no país o primeiro passo de progresso liberal, mas do progresso mais sólido o que faz elevar o nível intelectual dum povo pela disseminação do ensino”* (Silva p. 89 op. cit. in Marvão e Coelho 2000: 77).

Por decreto de 28 de Dezembro de 1833, a Real Casa Pia de Lisboa era oficialmente transferida para o mosteiro dos Jerónimos. Este projeto conferia à Casa Pia o estatuto de *“asilo de amparo, e educação, para órfãos desvalidos”* (Silva p. 97 op. cit. in Marvão e Coelho 2000: 78), e a capacidade para mil órfãos, seiscentos do sexo masculino e quatrocentos do sexo feminino a quem eram devidos sustento, vestuário, curativo e ensino.

No espaço dos claustros dos Jerónimos, improvisaram-se grandes salões que acolhiam agora os rapazes da Casa Pia, enquanto as raparigas eram alojadas nas celas dos frades, numa superfície reduzida. Como refere César da Silva, *“o estabelecimento era um verdadeiro hospital”* (Silva p. 105 op. cit. in Marvão e Coelho 2000: 79).

Por volta de 1859 existiam na Casa Pia quinhentos e vinte e cinco alunos, quatrocentas e dezanove alunas, dezassete porcionistas de beneficência, vinte e cinco surdos e cegos, num total de novecentos e oitenta e seis.

Por decreto de Joaquim António de Aguiar, datado de 15 de Fevereiro 1834, era integrado nesta Instituição o *“Colégio de Surdos-Mudos e Cegos da Luz”* (p. 82), criado em

1823 por decisão de D. João VI, a pedido de sua filha D. Isabel Maria. Devido a dificuldades de carácter essencialmente financeiro e pedagógico, o Instituto viria a ser extinto em 1860.

No ano de 1905 o referido Instituto, agora apenas destinado a surdos, seria novamente incorporado na Casa Pia de Lisboa. Foi da secção masculina que nasceu o Instituto de Surdos-Mudos de Jacob Rodrigues Pereira, cuja evolução iria culminar em 1922, no atual *“Instituto Jacob Rodrigues Pereira”* (idem).

Em 1842, com o derrube da Constituição de 1838 começavam também as dificuldades económicas da instituição, agravando-se a instabilidade, por força das mudanças introduzidas no regime de administração. De acordo com ordens governamentais era adotado o regime de provedores, residindo a principal diferença na designação e nas atribuições, agora mais amplas do que as atribuídas à Comissão Administrativa. Iniciava-se o segundo período da época de Belém que se prolongaria até 1872.

Simões Margiochi vai proibir expressamente os castigos corporais, já regulamentados em pormenor pela Comissão Administrativa em 1850, para o que emite uma portaria em 1889 em que condena o uso da palmatória. Neste sentido, cessa o uso da palmatoada, são inutilizadas todas as palmatórias e são elaborados de imediato os regulamentos de prémios e castigos que passam a ser o suporte da disciplina, sendo posteriormente, em 1892, dissolvida a *“polícia geral”* do Estabelecimento (p. 96).

Através de outra portaria do mesmo ano, é criado um conselho escolar em substituição do cargo de *“provisor dos estudos”* (idem), que datava de 1866, alargando assim a todos os professores a participação no projeto global da escola.

Volvidos alguns anos já Simões Margiochi reunia as condições propícias para introduzir as devidas reformas e inovações. É durante a sua administração que, em 1893, se desenvolve na Casa Pia um jogo que viria a transformar-se no *“desporto-rei”* (p. 103), o futebol.

Após a implantação da República em 5 Outubro de 1910, um decreto do ministro do Interior da República, Dr. António José de Almeida, de 7 de Março de 1911 põe termo ao regime de provedoria na Casa Pia, sendo os cargos de provedor e adjunto substituídos por uma direção cujas competências são emanadas da Direção Geral da Administração Política e Civil, com o aval do Conselho Superior de Beneficência. A esse propósito, um artigo do jornal *O Século*, publicado em 1911, comenta que *“a mudança de regime levou ali a sua onda*

transformadora e pouco tempo depois de 5 de Outubro, colocava na direção dos serviços da Casa Pia um inteligente espírito, médico reputado, o Sr. Dr. António Aurélio da Costa Ferreira” (p. 107).

A idade limite de estada no Estabelecimento continuou a ser a dos dezoito anos, mas os alunos podiam sair antes desde que fosse reconhecida a utilidade para bem do seu futuro. Entretanto, era mantida a coexistência do internato com o externato e com o sistema de patronato.

Dos dez aos doze anos, processava-se o ensino primário elementar com trabalhos manuais para *“educar o aluno e ainda dar-lhe os primeiros hábitos mecânicos que depois seriam aproveitados na oficina”* (p. 109); dos dois aos seis, seguia-se o aprendizado duma profissão, continuando-se a educação geral, o qual se fazia no internato porque nem a oficina nem as famílias portuguesas das *“classes populares”* (idem), estavam em condições de acompanhar o ensino profissional duma *“sã educação moral”* (ibidem); aos seis anos, *“o rapaz”* (p. 109), passava à oficina da cidade, ao exercício de uma profissão como aprendiz, instalando-se no externato ou indo viver com a família, caso esta reunisse as condições para o receber.

Existia, em qualquer dos casos, uma fiscalização feita diretamente pelo diretor para o caso do externato, ou pelos chamados *“visitadores”* (p. 109), para o caso dos alunos que passavam a viver com as suas famílias. Finalmente, aos dezoito anos, o aluno era *“entregue a si mesmo”* (p. 109), não sofrendo então com a mudança, *“que não se fez bruscamente, mas sim lentamente e ponderadamente”* (Costa Ferreira p. 134 op. cit. in Marvão e Coelho 2000: 109).

A intenção era acabar com o *“depósito”* e dar origem a *“uma obra que não anula, nem pode anular a ação da família”* (Costa Ferreira p. 136-137 op. cit. in Marvão e Coelho 2000: 109). Assim, era defendida uma instrução intuitiva e prática em que era valorizado o meio exterior entendido aqui não apenas como o meio envolvente em que o aluno vivia, mas também e sobretudo, o meio nacional. É precisamente como elemento ativo do chamado *“movimento da escola nova”* (p. 114), que Aurélio da Costa Ferreira cria um Instituto Médico-Pedagógico na Casa Pia de Lisboa.

A Casa Pia era vista como um *“estabelecimento destinado a recolher sustentar educar e instruir menores do sexo masculino, indigentes e desvalidos, e torná-los cidadãos*

úteis, aptos para, segundo as suas tendências, inteligência e aptidões, angariarem os meios de subsistência” (Costa Ferreira p. 126 op. cit. in Marvão e Coelho 2000: 114). Como o seu próprio dirigente afirmava, *“a Casa Pia é do povo, deve admitir rapazes do povo, educá-los para serem artistas conscientes, profissionais inteligentes*” (Costa Ferreira p. 139-140 op. cit. in Marvão e Coelho 2000: 114). Em consonância com estes objetivos, são valorizados diferentes tipos de instrução, cabendo a cada um o desenvolvimento de determinadas competências. À educação e instrução intelectual competia, assim, desenvolver o espírito crítico por meio de exercícios de observação e de experimentação, enquanto que à moral — que segundo a lei devia ser laica —, cabia o desenvolvimento da vontade, da iniciativa e o combate à ociosidade.

A educação e instrução cívica, privilegiando a instrução e o exemplo como meios, procurava formar cidadãos cumpridores dos seus deveres e conhecedores dos direitos, firmes nas suas convicções, porém nunca intolerantes. A ociosidade e a cobardia eram tidas como as faltas mais dignas de castigo.

Há a preocupação constante para tentar descobrir as causas dos problemas, bem como promover uma análise cuidada da evolução de cada caso, de modo a verificar se a terapia aplicada é a mais adequada para cada situação.

A instabilidade nacional provocada pela I Guerra Mundial afetou diretamente a Casa Pia de Lisboa. Entretanto, a Casa Pia como que *“hiberna”* (p. 127), sob a máxima elitista do Estado Novo segundo a qual *“se todos souberem ler e escrever, a instrução desvaloriza-se”* (Salazar 1935, decreto n.º 2074, op. cit. in Marvão e Coelho 2000: 127).

Num regime em que apenas os mais aptos e mais fortes estão preparados para o prosseguimento de estudos, a Instituição afasta-se da filosofia que fizera dela, desde a sua origem, uma verdadeira *“Universidade plebeia”* (p. 127).

A Casa Pia de Lisboa é na atualidade uma instituição destinada *“ao acolhimento, educação, ensino e reintegração social de crianças e de jovens sem apoio familiar normal ou em risco de exclusão social”* (p. 127).

Ao mesmo tempo que prepara os jovens para a sua integração social fomenta *“a destreza de mãos tanto quanto a inteligência, o desenvolvimento físico tanto quanto a formação espiritual, moral e religiosa, os valores da solidariedade tanto quanto os da cultura, da ecologia ou do desporto”* (Rebelo p. 5 op. cit. in Marvão e Coelho 2000: 127).

Com a evolução da sociedade a instituição foi-se adaptando e alterando as suas estruturas, “ (...) *as necessidades de internamento também já não são as mesmas. Os alunos internos são em menor número e deixaram de viver nas grandes camaratas de 60 ou 70 alunos para viverem em lares com dimensões familiares, e onde é possível uma educação personalizada*” (idem). A desmassificação do internato foi uma das preocupações da instituição durante a década de 70, devido à crise geral que então se instalara e que tomava proporções graves nas camaratas, onde os alunos estavam em número muito elevado.

A situação apresentava-se de tal modo caótica que mesmo os técnicos mais empenhados começavam a dar sinais de fraqueza, por não conseguirem individualizar a educação de modo a dar resposta às necessidades destes educandos, e também pela dificuldade de lhes inculcar as regras de conduta socialmente aceites. As primeiras soluções encontradas para tentar uma certa humanização das estruturas, que visava a resolução dos problemas de instabilidade e distúrbios nas enormes camaratas, passaram inicialmente pela utilização de divisórias que permitissem maior privacidade. Em simultâneo, foram concretizadas as ações que possibilitaram a aproximação de irmãos que não se conheciam, por não se encontrarem no mesmo internato ou nem na mesma instituição, já que a seleção e encaminhamento dos alunos se fazia em função da idade e do sexo. Desta forma tentava-se recuperar e reaproveitar aquilo que ainda existia em cada estrutura familiar dos alunos, facilitando e promovendo também um maior contacto com os pais, se os tivessem, através de deslocações ao fim de semana. Contudo, estas medidas não resolveram os problemas nem possibilitaram uma melhoria significativa na educação e responsabilização dos educandos. Tornava-se urgente a organização de pequenos grupos numa estrutura próxima da familiar com um acompanhamento maior e mais eficaz, “*foi a necessidade urgente de desmassificar o grande internato e a vontade dos educadores²⁰ em levar por diante o desafio de educação ou reeducação dos alunos da então Secção de D. Maria Pia que deu origem aos Lares, e principalmente aos Lares no exterior do grande estabelecimento*” (cit. in Revista da Casa Pia de Lisboa, n.º 8, 1991: 27).

A admissão destes alunos internos obedece a critérios rigorosos de análise das situações familiares, sociais e escolares, sendo normalmente indicados através dos Tribunais

²⁰ “ (...) o termo «educador» é utilizado para designar a função daqueles que acompanham diariamente os alunos nos tempos não letivos e também os que nos Lares fazem o acompanhamento dos internos” (Marvão e Coelho 2000: 128).

de Menores e da Família, serviços locais da Santa Casa da Misericórdia, centros regionais da Segurança Social, paróquias, Polícia de Segurança Pública e instituições de apoio à criança ou ainda pessoas conhecedoras de situações de abandono ou de risco em que determinada criança ou jovem se encontra.

Segundo a Revista da CPL²¹ (1988), *“são cinco as condições básicas que possibilitam a admissão de crianças em internato:*

1 - Inexistência de Família.

1.1 – Orfandade completa.

1.2 – Orfandade parcial, em que o progenitor assegura a educação da criança.

2 – Abandono de facto ou funcional, por incapacidade permanente e temporária hospitalização, doença prolongada e outras).

3 – Rejeição assumida ou camuflada, traduzida por formas de super-protecção ou desvalorização.

4 – Conflito, da criança ou do jovem, com o meio familiar (ou social) de que resultam situações de perigo físico ou moral.

5 – Necessidade de atuação educativa especializada em função das características da criança: (caso das crianças deficientes auditivas).”

A primazia é dada aos casos de inexistência de família, abandono de facto ou funcional por incapacidade permanente ou temporária dos familiares, rejeição assumida ou camuflada, conflito com o meio familiar ou social com risco de marginalização ou ainda em casos de necessidade de atuação educativa especializada, mantendo-se até hoje os princípios que estiveram na origem do internato dos primeiros “órfãos” da Real Casa Pia de Lisboa.

A eclosão do processo de pedofilia em 2002 levou à reestruturação da instituição nos anos posteriores numa tentativa de a desmassificar e recentrar na sua missão original.

Nos nossos dias o tipo de crianças/jovens que vão para acolhimento institucional tem sofrido alterações, tais como a idade, que é mais elevada, a necessidade de suporte emocional e educativo, etc. Na verdade, passou a haver muitas mais crianças com pais vivos, doentes, toxicodependentes e presos, com perturbações mentais graves, os chamados “órfãos de pais vivos”. Na contemporaneidade, os problemas familiares que levam a que os

²¹ Revista da Casa Pia de Lisboa, n.º 1, 1988.

menores sejam acolhidos em lares de c/j são, como a seguir se refere: alcoolismo; saúde mental; toxicodependência; doenças físicas/deficiências; problemas sociais não discriminados pelas CPCJ; condições precárias de habitabilidade.

Cada vez mais a necessidade que preside, na atualidade, à institucionalização de c/j é de cariz psicossocial. São constantes as crises intrincadas de conduta, provocadas por transtorno de relações parentais, que tocam muitas vezes as estruturas *border-line* ou depressivas, conjunturas que irão ajustar a inépcia de relação com os adultos, de relação com elas próprias e de relação com o ambiente escolar.

Demonstra-se essencial descobrir uma resolução que abarque a faixa etária dos doze aos dezasseis anos, particularmente os indivíduos do sexo masculino, pois usualmente não há nenhuma organização que queira atuar com jovens desta idade, o que complica depois, em vários aspetos de custos, a ação da comunidade e do estado. Contudo as instituições de acolhimento não têm sabido acompanhar devidamente essa mudança.

As c/j institucionalizadas são detentores de direitos, liberdades e garantias, reconhecidos pelo Estado de direito, tal como é referido pelo Juiz Conselheiro Gomes Leandro, citado por Carneiro et al. (2005: 229)²²

A partir dos conhecimentos que atualmente se detêm sobre estas questões é possível empreender alguma inovação no acolhimento, na estadia e na saída. É por altura do processo de admissão que assume maior importância a avaliação da criança e da família, porque se poderá realizar uma investigação oportuna.

Sucedem, amiudadas vezes, haver crianças a quem tudo corre bem no primeiro período de internamento – fase “lua-de-mel” – mas que depois demonstram grandes dificuldades de adaptação. Será recomendável haver, desde o começo, um envolvimento emocional/físico com quem acolhe a criança, de modo a ajudar uma referência direta criança/adulto. É desejável, no quotidiano do acolhimento residencial e educacional, fazer uma inclusão que permita, numa primeira fase, um melhor envolvimento das crianças que lhes permita começar depois a frequentar outros locais.

O trabalho com as famílias, desde a institucionalização da criança, deverá granjear, tanto quanto possível, uma atenção particularizada e assídua. Os paradigmas de reportagem indicados pela instituição inglesa Mulberry Bush (MB) enunciam este cuidado. Em MB, a

²² A referida citação pode ser consultada nos anexos.

faina com as famílias desenvolve-se em quatro fases: *“(I) Fase antes da colocação na instituição, admissão e início da intervenção; (II) Fase média da intervenção; (III) Fase final ou preparação para a saída; (IV) Fase depois de MB. Em todo o processo, a ênfase é colocada no trabalho de cooperação com a família, no sentido da construção e da manutenção de uma aliança que possibilite à criança uma experiência de crescimento”* (Carneiro et al. 2005: 80).

O protótipo presente em várias instituições é, ainda, o comportamental punitivo, sendo relevante a aproximação e a consolidação de um paradigma terapêutico de mediação (compreensivo/reconstrutivo). A palavra “terapêutico” significa, aqui, a própria organização do espaço físico, que deve ser hospitaleiro e respeitador de quem lá vive, e contíguo do modelo de unidade familiar, com um número adequado de crianças por adulto para que seja possível a criação e manutenção de laços afetivos e de confiança mútua.

Frequentemente, os adultos não são possuidores da aptidão desejada, nem existe o devido sustentáculo técnico. Por tal existem muitos educadores que necessitam de formação psicológica, social, de animação sociocultural, etc. É, também, importante apostar na qualificação e na apreciação do cumprimento dos adultos e em arquétipos seguros de supervisão.

Os lares em regime de coeducação são os preferenciais na medida em que amparam a incorporação afetiva e sexual das c/j, havendo proteção da intimidade e da privacidade, bem como o respeito pelos laços familiares, nomeadamente em relação a fratrias acolhidos.

A disponibilidade da instituição para acolher e dos técnicos para apoiar a construção de novos projetos de vida deverá estar afiançada, facultando-se as circunstâncias psicológicas para que essa ajuda seja facilitada e desejada.

Enquanto a permanência for uma realidade, é fulcral revisar o projeto terapêutico das crianças, considerando, eventualmente, a adoção e os fins de semana passados com outras famílias, desde acha para tal sustentabilidade.

A lidação e o investimento envolvidos na relação instituição-família não devem terminar com a saída da criança/jovem. Após a saída deve continuar a ser concretizada uma apreciação sistemática de efeitos e de melhoramentos propostos quanto aos objetivos previamente traçados.

As instituições de acolhimento de c/j devem incrementar métodos e hábitos constantes de esclarecimento dos utentes e das suas famílias, de informação junto dos cooperadores e de responsabilização próximo de toda a sociedade. É de igual importância o garante, por parte da instituição de acolhimento, de uma rede de apoios na comunidade, desde a saúde à educação, passando pelos tempos livres, etc.

É importante destacar o papel crucial que é devido à preparação profissional e aos laços que foram conservados ou criados com a família natural ou família de acolhimento.

Globalmente, é através da combinação de estratégias inclinadas para a construtura de mais resiliência em cada criança e em cada família que é fundamental desenvolver a intervenção, pois a institucionalização apenas é parte do processo.

Em forma de síntese Carneiro et al. (2005), referem-nos o diagnóstico da situação em internato: reduzido contacto por educando com o exterior; LIJ sobredimensionados; pessoal educativo em número insuficiente e com algumas lacunas. Perante este quadro são propostas algumas mudanças: valorização da família; desenvolvimento de atividades no seio da comunidade; redução do número de educandos por LIJ e por educador (4 para 1).

A Lei Orgânica da Casa Pia de Lisboa data de 31 de dezembro de 2007 e situa a mesma na esfera da administração central do Estado, sendo que age em prol do superior interesse da c/j (acolhimento, proteção, desenvolvimento integral educação formação e inserção social e profissional). Através desta nova Lei Orgânica, é introduzido um novo modelo de gestão e organização que recentra a instituição nas suas missões essenciais, enquanto regulamenta a reforma iniciada em 2003. Igualmente, pretende dotá-la com meios e recursos, restituindo-lhe prestígio e dimensão humana através da desmassificação.

A CPL tem uma vocação socioeducativa e dirige-se a c/j desfavorecidas socialmente e/ou com necessidades educativas especiais, ou seja, situações em que se verifique desigualdade de oportunidade no acesso ao sucesso.

A gestão institucional é orientada por processos, sendo que as c/j se encontram no centro da atividade, e tem uma estrutura de funcionamento em rede o que visa facilitar a coesão institucional. Nesta orgânica, o conselho diretivo tem funções de direção, o conselho institucional tem funções deliberativas estratégicas, o conselho de curadores velam pelo cumprimento da missão institucional e existe, ainda, um fiscal único.

A CPL é um instituto público com jurisdição nacional e, no âmbito da sua missão, ao

mesmo tempo que mantém autonomia técnica e pedagógica nas três áreas (social, educativa e formativa), pretende que haja uma maior abertura à comunidade e maior interação entre os CED e outras entidades, sendo que adota um regime de contrato individual de trabalho para que se verifique maior transparência.

A cooperação com outras entidades e a abertura a agentes sociais, culturais e económicos visa fomentar o desenvolvimento psicossocial das c/j, sendo cinco as atribuições institucionais.

A CPL pode requerer a tutela dos seus educandos se tal for necessário.

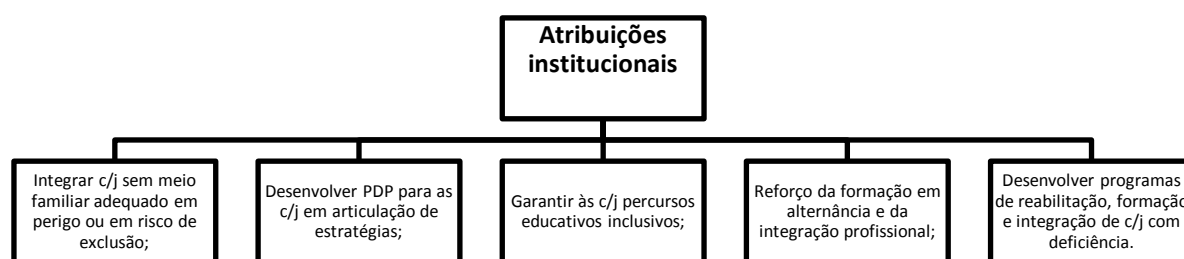


Fig. 9 – Atribuições institucionais da CPL

O modelo socioeducativo da CPL data de 2007 (4 de setembro) e contempla a cultura da participação como valor principal, numa perspetiva integradora e personalizada. Esta opção visa o sucesso do PDP de cada c/j, dado que são sujeitos aos quais são reconhecidos direitos, deveres e competências que influenciam a intervenção institucional. O modelo socioeducativo integra respostas sociais, educativas e formativas e a intervenção é focalizada nas c/j, numa lógica integrada e personalizada. Apela-se à responsabilização participada dos educandos, famílias agentes socioeducativos e sociedade. Neste segmento existe flexibilização e conceção de novas respostas, promoção da intervenção precoce e busca pela garantia da inovação e da excelência. O objeto do modelo socioeducativo sobrevém da missão da CPL: integrar c/j, principalmente em perigo e risco de exclusão; c/j com necessidades educativas especiais e fomentar aprendizagens inclusivas. Na prossecução das linhas anteriores evidenciam-se aspetos cruciais:

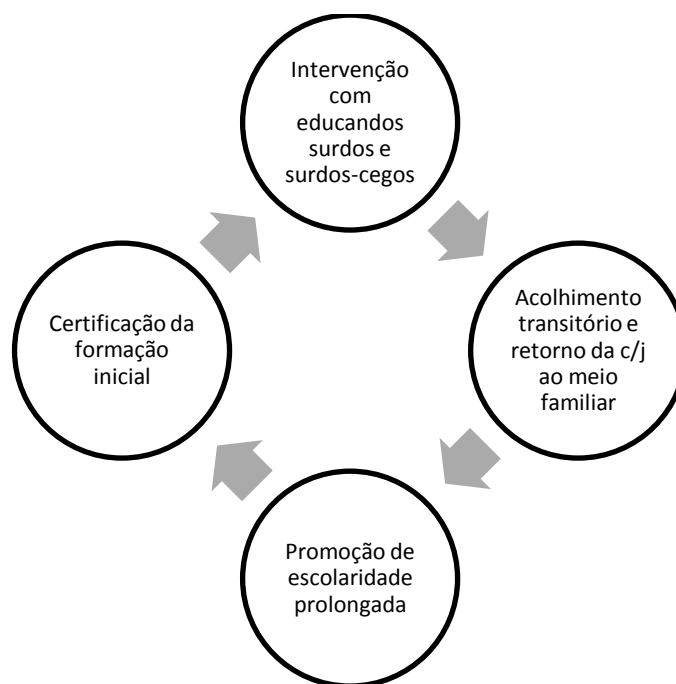


Fig. 10 - Aspectos vigentes no modelo socioeducativo da CPL

Os princípios gerais do modelo socioeducativo compreendem alguns valores basilares no sentido da vivência de uma cidadania plena, ativa e solidária:

- Participação - metodologias de envolvimento dos diferentes intervenientes através da coresponsabilização no PDP das c/j;
- Integração - promoção de intervenção integrada em contexto sistémico de participação (intervenientes, recursos, estratégias);
- Flexibilidade - adequação dos referenciais sociais, educativos e formativos às necessidades específicas das c/j e famílias;
- Adaptabilidade - respostas individualizadas a cada c/j e família;
- Precocidade - promoção da intervenção precoce junto de cada c/j e família através da inclusão e da aprendizagem permanente;
- Empreendedorismo - exercício de cultura de iniciativa, participação e responsabilidade sustentada na criatividade.

De acordo com o modelo socioeducativo desenhado, o qual se focaliza nas c/j e famílias, as competências da CPL desenvolvem-se em quatro áreas de intervenção:

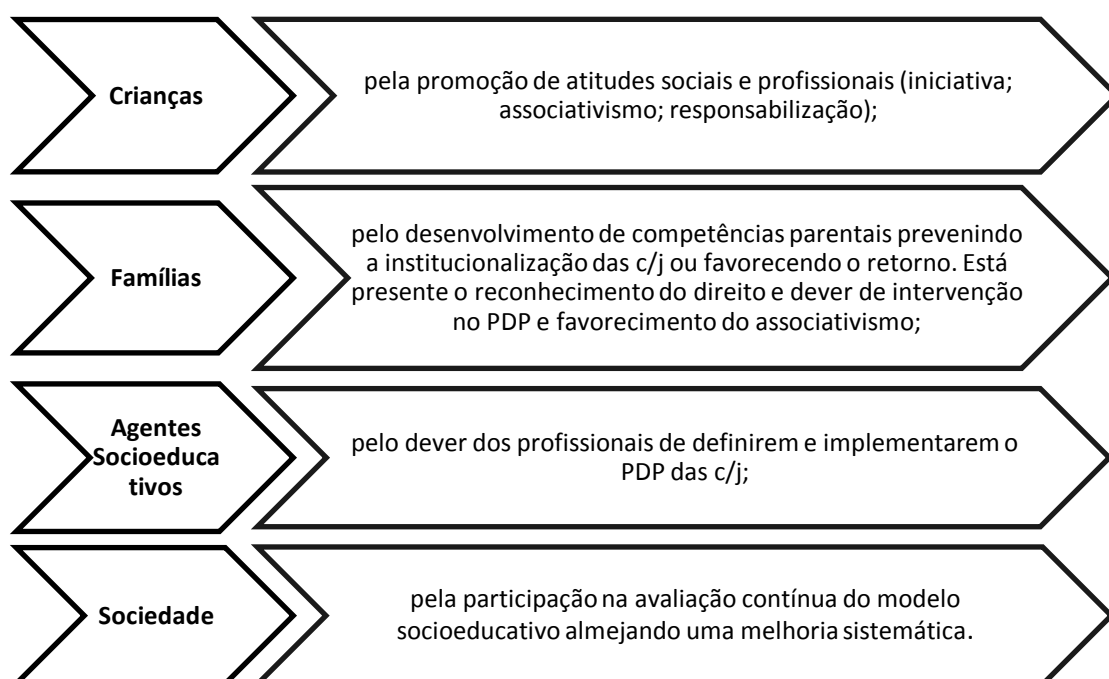


Fig. 11 - Áreas de intervenção do modelo socioeducativo da CPL

Os eixos da ação institucional pretendem assegurar os direitos e a proteção das c/j em perigo, risco de exclusão e com NEE, construindo com elas PDP que organizem a autonomia. Outras áreas previstas nos eixos de ação são as TIC, cultura, artes, desporto, saúde, segurança e dimensão social e humana, enquanto áreas transversais a todo o modelo socioeducativo.

Ao nível da qualidade, inovação e avaliação, é ambicionada a promoção de um processo sistemático de avaliação da qualidade (interno e externo) do modelo socioeducativo. Os processos são desenvolvidos através da implementação de respostas de qualidade, de equipas de excelência, da otimização de recursos, do incentivo à inovação e investigação e de um sistema de desenvolvimento de competências e de avaliação de desempenho.

O modelo socioeducativo prevê oito tipologias de respostas sociais:

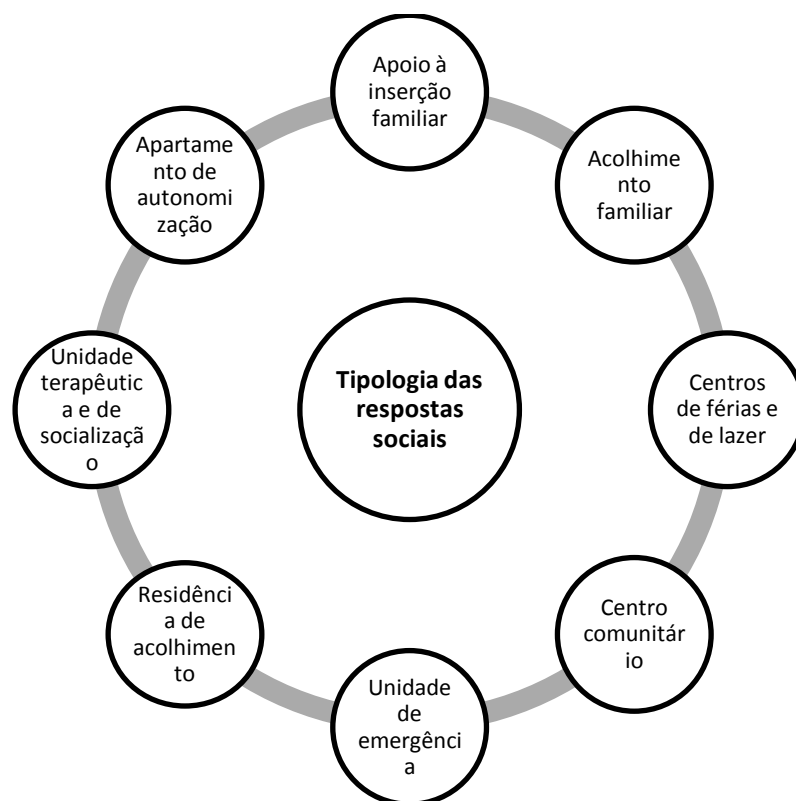


Fig. 12 – Tipologia das respostas sociais

Os estatutos institucionais (2007), têm como objeto definir o funcionamento dos órgãos e regular a organização, estrutura e competências dos dez centros de educação e desenvolvimento (CED) atualmente afetos, dos serviços centrais e do centro cultural casapiano.

Os CED podem ser de tipo I, II ou III e têm subordinadas diferentes respostas sociais.²³ Os CED de tipo I são dois (St.^a Catarina e St.^a Clara) e trabalham na área do acolhimento de c/j em risco/perigo.

Os CED de tipo II são cinco (Instituto Jacob Rodrigues Pereira; D. Maria Pia; D. Nuno Álvares Pereira; Pina Manique; Nossa Senhora da Conceição) e desenvolvem a sua atividade no âmbito da educação, ensino e formação. Por fim, os CED de tipo III são três (António Aurélio da Costa Ferreira; Francisco Margiochi e Centro de Educação e Ação Social - CEAS) e dedicam-se à educação e reabilitação de c/j com necessidades educativas especiais.

Cada CED é composto por três órgãos: diretor executivo; conselho socioeducativo e comissão pedagógica permanente do conselho socioeducativo. Os serviços dos CED são categorizados da seguinte forma: serviços de educação e formação; serviços de acolhimento

²³ A organização das respostas sociais dos CED de tipo I pode ser consultada nos anexos.

e proteção (SAP); serviços técnicos de apoio socioeducativo (STASE)²⁴ e serviços administrativos e de manutenção (SAM).

A quantidade e características dos recursos humanos de que estas instituições dispõem condicionam o tipo de trabalho que efetuam. Assim, o conhecimento dos meios técnicos e humanos que existiam nos equipamentos constituem um indicador do seu funcionamento, pois quanto mais elevado é o nível técnico das equipas, mais elevado se poderia exigir que fosse o projeto educativo da instituição para as c/j acolhidas.

Os adultos educadores, são como explica Strecht (2005), demasiadas vezes esquecidos, *“gente...com qualificação frequentemente parca perante o grau de exigência deste trabalho, nomeadamente no que diz respeito ao conhecimento da dinâmica interna destes adolescentes, a necessitar constante supervisão e apoio para saber lidar de forma coerente e suficientemente adequada com estas situações”* (p. 173).

Muitos profissionais emocionam-se durante o acolhimento das crianças e na sua despedida, pensam nas crianças acolhidas fora do horário do trabalho, sentem necessidade de se distanciarem das crianças acolhidas, pensam na adoção de uma das crianças acolhidas, sentem necessidade de partilhar sentimentos dentro da própria equipa de trabalho e sofrem um grande desgaste emocional. Os profissionais parecem encontrar outras fontes de satisfação profissional, sendo, provavelmente, uma delas, o investimento nas crianças.

A passagem por uma, ou mais, instituições é transitória – as c/j nunca são “deles”. Os contactos e relações com as famílias e com os meios de origem devem ser restabelecidos e estimulados, embora demarcados ao nível do individual.

O educador é a representação do mundo adulto e um modelo com duas funções principais: de acolhimento (afetiva, gratificante e satisfatória) e de limitação (organizadora e autoritária). Ambas são complementares se forem articuladas de forma a facilitar os processos de socialização. A intervenção dos educadores supõe a existência de limites que facilitem e garantam a convivência e a resolução de conflitos num espaço de aprendizagem, o que implica: capacidade de escuta, capacidade de espera, respeito, diálogo, ou seja, tudo aquilo que supõe a aprendizagem de padrões de comunicação inter-relacional, ao nível pessoal e social.

²⁴ As competências do SAP e do STASE podem ser consultadas nos anexos.

O educador é um profissional qualificado, que trabalha em equipa, e organiza e analisa a realidade da criança dentro da comunidade educativa, tendo em conta os objetivos gerais e a metodologia em vigor no projeto educativo de cada instituição. O educador, com o apoio da equipa técnica e da direção, deve participar na elaboração dos programas educativos, pondo em prática as linhas pedagógicas anteriormente definidas. O educador deve colaborar com a equipa para que o menor mantenha relações familiares adequadas, ajudando-o a redescobrir a realidade familiar de uma forma objetiva e crítica. Deve tentar que o menor participe em todas as dinâmicas educativas escolares e extraescolares. Deve interessar-se pelas atitudes de cada menor para os orientar e ajudar a atingir os objetivos fixados pela escola. Tem, também, como função facilitar um processo de socialização integrador, selecionando instituições e atividades, visitas culturais, passeios, acampamentos, etc.

O educador deve investir no desenvolvimento dos menores tendo em atenção a sua saúde física e psíquica, procurando assistência médica, incentivando a higiene pessoal, etc. É fundamental que o educador conheça os instrumentos documentais de funcionamento, educação e objetivos da instituição e a situação específica dos menores. Strecht (2003: 100), fala-nos da “...ridícula proporção entre adultos e adolescentes que, nalguns casos, era de 1/18, quando noutros países ou locais que conheci eram de 1 /1.” Nesta medida, quantos menos forem os adultos disponíveis, mais riscos correrão os próprios e os educandos, dado que haverá menos capacidade de comunicação e contenção.

Cabe aos educadores fazerem reforço narcísico nos educandos quando os valorizam; devem ser contentores e com capacidade para delimitar regras, ao darem uma autoridade protetora capaz de gerar “ (...) a relação de forças entre o grupo (...),” (p. 120). Devem tentar evitar a exclusão e responder, em tempo útil, aos conteúdos que aparecem nos significados simbólicos de todos os feitos.

Barbara Dockar-Drisdale, citada por Strecht (2003: 126), refere-nos que “*não chega dar boas experiências às crianças com privações emocionais, é preciso também ajudá-las a guardar essas coisas boas no seu interior; caso contrário, tudo se pode perder novamente...*”. É muito útil que os educadores induzam uma autoridade protetora, de uma forma participada, em que todos são ouvidos e as decisões tomadas.

As defesas das crianças, sobretudo dos adolescentes, são, muitas vezes, interpretadas pelos adultos como embuste ou manipulação. Se os adultos educadores fizerem este tipo de interpretação perde-se uma boa possibilidade de decifrar e modificar a angústia que lhe está subjacente.

O “segredo” do sucesso da intervenção terapêutica prende-se com a experiência de assimilação psíquica, através da existência quotidiana num espaço de limites bem esboçados, na relação com adultos disponíveis, de ambos os sexos, que estejam em permanente apreciação das dinâmicas de grupo.

É fundamental que os educadores contem com o apoio e supervisão de outros técnicos envolvidos no trabalho direto, porque este é um tipo de profissão que implica alto desgaste emocional, para que todos se sintam agregados e para que, serenamente, estes processos possam ser decompostos.

A relação educadores-educandos não pode ser nem muito distante, como aqueles que nem conhecem as caras dos diferentes rapazes, nem demasiado próximo ou confundido, como a técnica que dançava lambada com os miúdos.

Enquanto adultos, é possível que alguns educadores não suportem as projeções de alguns educandos e tendam a omiti-las ou a reagir de forma agressiva, dando lugar à falta de respeito e ao desejo de punição, ou sentimentos de falha que podem aumentar a vulnerabilidade narcísica dos adultos.

Numa escolha profissional exigente e desgastante, os educadores precisam, também eles, de acompanhamento. Muitas vezes, os técnicos de educação trabalham em turnos, com salários considerados baixos, em condições de contrato precário, o que contribui para que sintam inseguros e pouco reconhecidos.

As equipas educativas devem ser mistas no sentido de proporcionarem modelos de identificação, masculinos e femininos, dado que “ (...) quando um ambiente masculino é interrompido pela presença consistente de mulheres, a agressividade diminui. Contudo, para as senhoras que trabalham neste campo, há duas áreas da relação emocional que convém tornar sempre consciente: a possibilidade de intensas transferências maternas, com o que isso pode representar de positivo ou de complicado; a erotização das relações afetivas, que se podem tornar impregnadas de referências explicitamente sexuais” (Strecht 2003: 161).

As relações firmes, empáticas e afetivas, permitem às crianças aprenderem a ser mais afáveis e interdependentes, acabando por transmitirem os seus sentimentos, refletirem nos seus próprios desejos e desenvolverem o seu relacionamento com outras crianças e com adultos. As inter-relações pessoais também auxiliam as crianças a diferenciar os comportamentos adequados dos inadequados. Normalmente sentimos afinidade por aqueles que conosco mantêm relações empáticas. As crianças têm capacidade para assimilar comportamentos altruísticos, de fazer “o que está certo”, mas a preocupação com outro ser humano só é alcançada através de relações permanentes e securizantes.

De acordo com Brazelton e Greenspan (2004: 33) *“o sentido de identidade, de vontade, de finalidade, de afirmação, e o começo do pensamento lógico causal advêm todos destas maravilhosas interações recíprocas.”* As interações indispensáveis só podem ser inteiramente realizadas quando o adulto que vela a criança dispõe de muito tempo para lhe dirigir. As mães que têm a seu cargo muitas crianças pequenas não costumam ter tempo para estas longas séries de interação. Da mesma forma, uma mãe ou um pai abatidos ou uma outra pessoa que tome conta da criança e esteja sobrecarregada com outras, podem não ter a energia bastante para processos de interação e ajuste, formando-se relações marcadas por uma certa impessoalidade.

Para as c/j é muito negativo não terem pessoas que lhes demonstrem amor e segurança. Quando se verifica nas instituições que as crianças/jovens não estabelecem um relacionamento privilegiado e seguro com os prestadores de cuidados criam-se condições para o desequilíbrio emocional.

As crianças preferem ficar com progenitores negligentes ou maltratantes a serem levadas para um meio que lhes é desconhecido, como sejam as instituições de acolhimento, porque o grande receio da criança é perder a relação privilegiada. Se a pessoa que trabalha com a criança mostra adversidade e se desvia quando esta está descontente, a criança sente que a sua exasperação causa uma perda e um afastamento.

Quando os adultos educadores, que prestam cuidados às c/j, estão demasiadamente centrados em si próprios e não dedicam atenção às manifestações emanadas pelas crianças, a relação estabelecida pode ser afetiva sem que seja equilibrada porque não existe um verdadeiro entrosamento relacional. Por isso em grandes instituições de acolhimento se verificam enormes lacunas emocionais.

Por vezes, deparamo-nos com educadores afetuosos, carinhosos, flexíveis e emocionalmente sensíveis embora não tivessem tido formação específica na sua área profissional.

Para os educadores que trabalham em instituições de acolhimento de crianças/jovens é fácil chegar a um ponto de extenuação que pode assumir muitas formas, tais como negligenciar as crianças, maltratá-las e, até, em casos extremos, odiá-las. Por tal, é importante que as pessoas que trabalham nestas instituições tenham reuniões semanais com colegas de outras instituições e com um mentor, para tomarem conselhos sobre os seus problemas profissionais.

No sentido de se ajudar os educadores é necessário dar-lhes orientações, objetivos e uma motivação clara que se reflita no bem-estar das c/j acolhidas. Aos educadores não basta serem pessoas humanas, afáveis e seguras de si, porque tudo isso se vai esbatendo com o decorrer do tempo. Antes, é fundamental que ponham essas capacidades e qualidades em prática segundo objetivos a atingirem junto da população-alvo. Da mesma forma, é essencial que o seu processo de desempenho seja qualitativamente avaliado.

Tendo em conta os conhecimentos adquiridos sobre a utilidade de cuidados afetivos estáveis e de interações emocionais sensíveis, as intervenções técnicas que pautam o funcionamento dos lares de acolhimento de crianças/jovens devem poder reger-se por estes princípios. Por isso é necessário implementar estágios de formação, apoio permanente aos trabalhadores do sector e uma observação regular do seu desempenho, no contexto de modelos específicos como defendem Brazelton e Greenspan (2004).

Pelo que tem vindo a ser dito, é fundamental que nas instituições impere uma verdadeira afetividade, para que as crianças não sejam feridas por uma assistência impessoal. A título de exemplo, numa instituição de acolhimento de crianças/jovens é importante que cada criança acolhida fique entregue a um adulto que cuide dela com afeto, e não tenha mais de duas outras crianças por sua conta, e enquanto a criança permaneça nesse LIJ é sempre acompanhada pela mesma pessoa.

As crianças devem ser alvo de cuidados afetivos e constantes, incluindo interações diretas e “facilitadoras” durante o máximo do tempo disponível. Em cada período do desenvolvimento das crianças/jovens, são necessárias determinadas experiências para que aprendam a relacionar-se com os outros com equilíbrio; é necessário que os educadores lhes

proporcionem experiências afetivas e empáticas. Para interpretar os sinais sociais precisam de ser envolvidas em jogos e transações interativas e para desenvolverem a razão, necessitam que os crescidos se tornem companheiros nos jogos de faz-de-conta e nas controvérsias.

Para Brazelton e Greenspan (2004), a segurança interior que faz com que a criança preste atenção, também lhe dá a capacidade de ser terna, confiante, e estabelecer intimidade, quer com adultos, quer com outras crianças. Ajudar as c/j a atravessarem “fases” e a desenvolverem estas capacidades basilares exige muito tempo e energia ao adulto.

À medida que vão ficando mais velhas as crianças, que são disciplinadas através do medo, tornam-se mais vulneráveis a dificuldades relacionadas com o abuso do álcool e de drogas e a comportamentos delinquentes. Pelo contrário, quando a disciplina é estabelecida como uma aprendizagem e é fortalecida com empatia e carinho, as crianças sentem-se bem por seguirem as normas. *“A disciplina tem a ver com ensinar, não com punir”* (Brazelton e Greenspan 2004: 189). Em lugar de punirem, os educadores têm de aproveitar todas as ocasiões para explicarem às crianças/jovens que *“...cada vez que fizeres isto, tenho de te impedir, até que sejas capaz de te controlares a ti mesmo”* (idem).

Logo, na circunstância em que surge a indispensabilidade de disciplina, a primeira atitude deve ser usar medidas que interrompam rapidamente o ciclo (contenção, isolamento, afastamento). A segunda postura deve ser explicar isto à criança. A disciplina deve ser vista como um fim a atingir a longo prazo. O objetivo capital é ensinar a criança a controlar/orientar os seus próprios impulsos.

Em instituições orientadas pelo sistema educação e/ou pelo sistema de justiça, a proteção às crianças/jovens, por parte dos prestadores de cuidados, deve ser uma constante para que sejam experienciadas relações afetivas contínuas e estruturantes. Desta forma, as interações estabelecidas entre as crianças/jovens com os adultos devem ser promotoras de oportunidades de crescimento e de desenvolvimento.

As consequências da privação emocional são ainda mais devastadoras devido à dor emocional e à desorganização que causam. Tais privações enfraquecem o espírito humano e a capacidade de criar gerações futuras. Cuidar das crianças implica não separar as necessidades físicas das necessidades emocionais.

De facto, são os paradigmas ou os géneros de comunicação afetiva que se constituem na infância que regularizam parte dos comportamentos adolescentes. Por isso, é crucial que os educadores reconheçam, de forma securizante e confiante, o valor e respeitem os espaços próprios dos adolescentes, assim como a necessidade que estes têm de um tempo que é diferente do tempo dos adultos na medida em que é terreno propício a consolidações.

O tempo tem um significado diferente na adolescência e na idade adulta porque possibilita a incorporação da diferença de gerações, com a correspondente jurisdição de papéis, e o choque entre posições, que é importante para o desenvolvimento emocional dos jovens. Em busca de autonomia, os adolescentes opõem-se aos adultos e, por vezes, confrontam-nos. Este processo de afirmação será tranquilo na adolescência se tiver havido, igualmente, uma boa infância com equilíbrio e estabilidade afetiva, construída em modelos parentais em que fosse perceptível a definição de normas, físicas e psicológicas, delimitadas através do fundamento de princípios e limites.

Ao contrário do que por vezes se pensa, muitos adolescentes prezam e tiram partido e proveito da relação com os adultos; isto é, mesmo contestando-os, enfrentando-os até, necessitam de os ter por perto, como fonte de segurança, afeto e de modelos a apreender. A segurança emocional das crianças/jovens inclui que os educadores possuam boa inteligência de comunicação afetiva: valorização de manifestações quer sejam positivas ou negativas pois os jovens esperam dos adultos um “ (...) *constante reforço narcísico, que passa por não ignorar ou subestimar pontos fracos e por ajudar a desenvolver competências que os permitam ultrapassar*” (Strecht 2005: 42).

A prevenção deve ocupar um lugar charneira nas atitudes dos educadores. Com início na infância, a prevenção, a cargo de pessoas de referência, deve incidir sobre alguns aspetos fulcrais, assentes na consistência dos modelos de relação familiares e na força dos laços afetivos. Assim, é importante o afeto e as identificações com as referências duais de género; é relevante um bom nível de perceção e comunicação entre educadores e educandos; é fundamental a quebra ou o controlo de estímulos e estigmas, sociais e culturais. Com regras e limites, inculcados desde tenra idade, as crianças/jovens sentir-se-ão protegidos e contidos a nível físico e emocional.

De forma a privilegiar as relações interpessoais entre educandos e entre educandos e educadores o número de acolhidos em instituições não deve ser muito grande. Antes deve ter a estrutura de uma pequena unidade familiar, com uma relação equilibrada entre os géneros sexuais e com adultos com funções técnicas. A forma de atuação da equipa educativa para com as crianças/jovens deve ser orientada por pressupostos terapêuticos, fazendo da qualidade de relação entre educadores e educandos a base de refazimento e reedificação emocional.

Tendo esta linha de orientação sempre presente é absolutamente fundamental conhecer e atar expressões comportamentais às suas causas emocionais, para que possa haver atuações construtivas. Nesta perspetiva, as atuações punitivas são superadas e evitadas por fatores como a confiança, segurança, estabilidade, previsibilidade, contenção emocional e afetiva, sempre atuais nas relações pedagógicas, pois os educadores serão os protótipos do equilíbrio e da maturidade que permitirão desvanecer as lamentáveis experiências do passado, ao mesmo tempo que ajudam a construir um futuro mais positivo, *“para que a estadia em instituição não seja um mero congelamento temporal da vida do adolescente, repetindo-se trajetos de risco durante ou logo após a sua saída”* (Strecht 2005: 172).

Síntese

Apreendemos que as instituições servem para proteger e integrar os indivíduos, principalmente no que respeita à vida social e às interações, uma vez que ajudam a modelar os comportamentos individuais e grupais, contribuindo para a estrutura e coesão social. De uma forma celular, a família configura-se como uma micro-instituição que interage com outras instituições de média e de grande dimensão.

A política social abarca os planos, programas e medidas necessárias ao reconhecimento, implementação, exercício e gozo dos direitos sociais perfilhados numa determinada sociedade que decorrem do exercício da cidadania, o que concebe um rol de direitos e deveres que permitem aos cidadãos serem pertencentes a determinado Estado.

A proteção à infância através da intervenção social do Estado atua em vários níveis da estrutura social, e visa a integração social das c/j privadas de ambientes familiares padronizados promotores de bem-estar, segurança e equidade social.

O acolhimento institucional de c/j em risco/perigo inclui-se num modelo de proteção social à infância para dar resposta a determinados problemas sociais. O sistema de acolhimento tem vindo a alterar de uma forma transnacional, principalmente no mundo ocidental, sendo que, genericamente, ao longo dos séculos, as unidades que acolhiam grande número de c/j em coabitação, deram lugar a respostas com número reduzido, que privilegiam a relação e visam facilitar um desenvolvimento harmonioso aos utentes acolhidos.

Atualmente em Portugal, todo o processo que respeita ao acolhimento é guiado pela Lei 147/99 (1 de setembro) e, mais especificamente, pelo Manual dos Processos-Chave dos LIJ quando se determina que o acolhimento é prolongado neste tipo de respostas sociais, tendo em conta o superior interesse das c/j. Este manual visa uniformizar o funcionamento das respostas de acordo com boas práticas, assentando, essencialmente, na proteção e na educação das c/j.

Desta forma, percorremos as trajetórias de vida das c/j que passam pelo acolhimento em cada uma das três fases que se relacionam: pré-institucionalização; institucionalização e pós-institucionalização, tendo em conta os motivos conducentes, a forma como decorre o acolhimento e o processo de saída do mesmo e se integram (ou não) socialmente.

Por fim, centramo-nos na CPL, fundada no século XVIII, a qual tem vindo a sofrer alterações na sua configuração, fruto das diversas hecatombes económicas, sociais e políticas nacionais e internacionais. A partir de 2003, a instituição começou a sofrer a sua mais recente reestruturação.

PARTE II – TRAJETÓRIAS DE VIDA EM RISCO: DA PRECARIEDADE À INSTITUCIONALIZAÇÃO E À INTEGRAÇÃO

Capítulo III – Estratégia de investigação e metodologia

Introdução

A pergunta de partida que despoletou a construção das hipóteses e ajudou a construir esta pesquisa foi: *qual o papel do acolhimento institucional na mobilidade social e nos modos de vida dos jovens na fase pós-institucionalização?* Isto porque, essencialmente, nos importa conhecer, através da voz dos indivíduos, qual é, de facto, o “peso” efetivo dos fatores que os conduziram ao acolhimento institucional, como decorreu o próprio acolhimento e as suas trajetórias de vida, sobretudo quando fazem a transição para fora dos cuidados e, eventualmente, para a vida adulta e se encontram desinstitucionalizados, percebendo o que contribuiu para a sua (des)integração social.

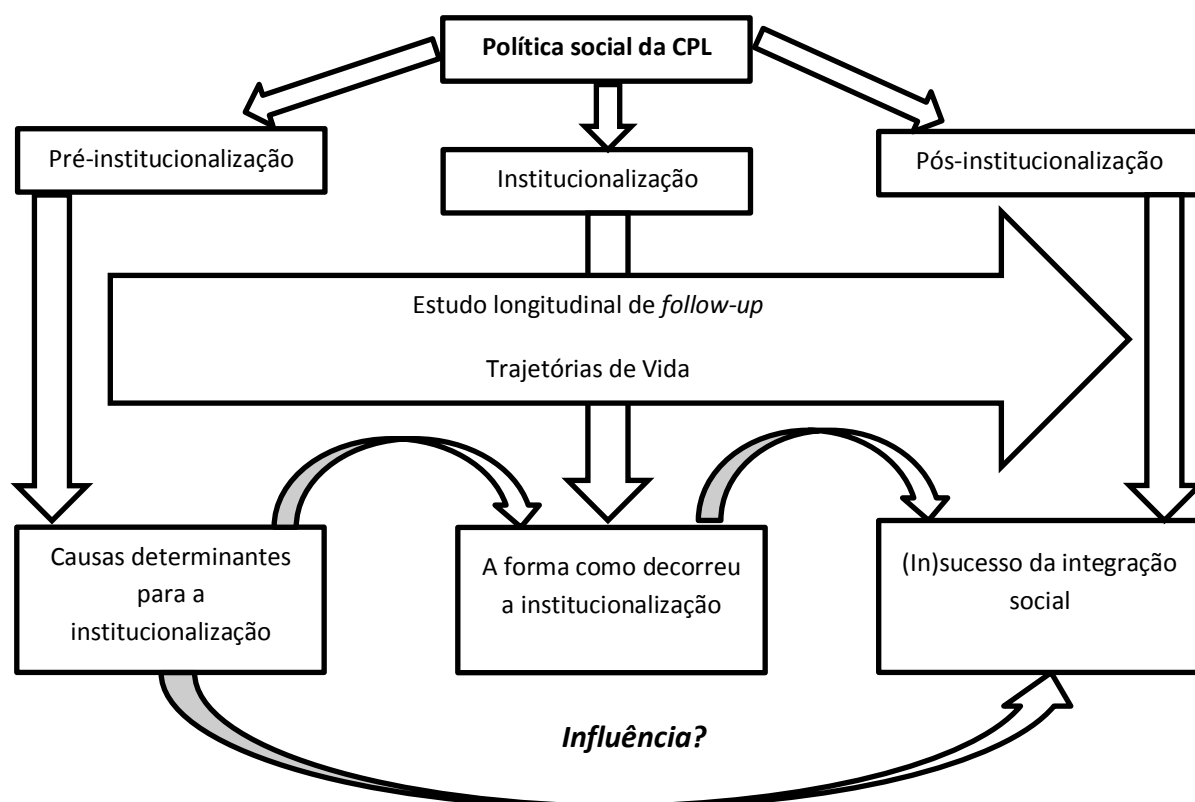


Fig. 13 – Modelo de análise

O estudo analisa as trajetórias de vida de jovens (n=500) que estiveram acolhidos institucionalmente em seis CED (antigos colégios) afetos à CPL, que saíram do acolhimento institucional num período de dez anos (2002-2011), e que, atualmente, se encontram em meio natural de vida junto das famílias ou em autonomia de vida.

Pretendemos compreender o seu processo de integração social através de um estudo longitudinal tipo painel em que se recorreu à técnica de *follow-up*. Sobre o modelo longitudinal tipo painel, que nos pareceu adequado aqui adotar, referem-nos Sampieri et al. (2006), que “ (...), o mesmo grupo de indivíduos é medido ou observado (coletam-se dados sobre eles) em todos os tempos ou momentos” (p. 236).

Encaramos como sendo relevante a implementação nesta pesquisa de técnicas de metodologia quantitativa e qualitativa porque “a lógica da triangulação é que cada método revela diferentes aspetos da realidade e consequentemente devem utilizar-se diferentes métodos de observação da realidade” (Carmo e Ferreira 1998: 184).

Desta forma, concretizam-se leituras da realidade na sua perspetiva qualitativa e quantitativa, na medida em que é elaborada uma base de dados, derivada da análise documental, e inquéritos, por entrevistas telefónicas e presenciais, à amostra envolvida.

1. Hipóteses de investigação

Para responder às quatro hipóteses de estudo que aventámos, construímos um modelo de análise no qual esquematizamos a forma como nos vamos apropriar das trajetórias de vida individuais após nos basearmos numa revisão bibliográfica que assenta, essencialmente, em textos internacionais temáticos que foram produzidos, essencialmente, nos últimos quinze anos. Da revisão da literatura resultaram quatro hipóteses de estudo:

- a) Quanto mais precárias foram as condições vivenciadas em meio natural de vida, conducentes ao acolhimento, maiores foram as dificuldades de integração social subsequente.
- b) Não obstante as experiências em meio natural de vida que precederam o acolhimento, este viabilizou a integração social consequente.

c) As ligações significantes (re)criadas com os prestadores de cuidados (*mentoring*), em contexto de acolhimento influem ulteriormente na integração social.

d) As relações significativas (familiares e/ou outras), mantidas no exterior da instituição, durante o acolhimento, favorecem a integração social posterior.

A primeira hipótese que guiou a investigação visa compreender se se estabelece uma conjugação entre a “dureza” dos motivos que determinaram a entrada no sistema de acolhimento (pré-institucionalização) e os indicadores de integração social patentes na fase em que foram contactados (pós-institucionalização).

Através da segunda hipótese pretende-se analisar qual foi a preponderância do acolhimento na integração social dos indivíduos que experienciaram situações adversas prévias à institucionalização, mediante a sua situação pós-institucional à data em que foram contactados para participarem na investigação.

Na terceira hipótese de estudo destaca-se a possível relevância das relações interpessoais entre os indivíduos e os cuidadores (*mentoring*), durante o acolhimento, no sentido de se aferir o “peso” destas relações no sucesso da integração social, através da prestação de cuidados de proximidade.

Finalmente, a quarta e última hipótese, evidencia a eventual importância da manutenção dos laços afetivos, familiares ou outros, com pessoas no exterior da instituição, durante o acolhimento, no sentido de se perceber se tal favoreceu, ou não, a integração social ulterior.

Na sequência de uma ronda afincada pela literatura temática, nomeadamente a internacional, e uma vez definidas as hipóteses que iriam nortear este percurso de investigação, considerámos oportuno abarcar seis CED (Pina Manique; D. M^a Pia; D. Nuno A. Pereira; Nossa Sr.^a da Conceição; St^a Catarina; St.^a Clara), aos quais se encontravam afetos diversos LIJ e apartamentos de autonomização, tendo como linhas balizadoras um período de dez anos (2002-2011), durante os quais população teve baixa definitiva/processo de saída. Desta forma, passámos à análise de 500 processos psicossociais de indivíduos que se encontravam nas circunstâncias referidas, recorrendo, para tal, a metodologia quantitativa (SPSS).

Seguidamente, após termos contactado a população por escrito, por via da instituição CPL e por via do investigador, tentámos estabelecer contacto telefónico de *follow-up*, sendo que foi possível entrevistar 137 indivíduos ou os seus familiares. A partir destas entrevistas telefónicas foi viável agendar e realizar entrevistas presenciais com uma amostra constituída por 50 indivíduos, tal como nos havíamos proposto em sede de projeto de investigação, e os dados foram examinados qualitativamente (Maxqda).

Através do acesso aos dados empíricos obtidos, verificou-se possível estabelecer uma relação simbiótica com a literatura consultada, à qual regressámos amiúde durante o percurso de investigação, no sentido de consubstanciar *touching points* e divergências, entre diferentes pesquisas realizadas. Nesta senda, redigimos o trabalho final, no qual destacamos a perceção da influência da política social institucional nas trajetórias de vida, o qual pretendemos devolver à CPL.

2. Métodos mistos

A adoção do “modelo misto”, também proposto por Sampieri et al. (2006: 18), integra, identicamente, os enfoques quantitativo e qualitativo. Assim, numa primeira fase o enfoque é o quantitativo, pelo que se construiu uma base de dados com aspetos inerentes ao processo de pré-institucionalização, institucionalização e pós-institucionalização dos jovens que estiveram acolhidos nos centros de educação e desenvolvimento e que saíram dos cuidados institucionais, de 2002 a 2011, com designação de baixa definitiva ou de processo de saída. Desta forma, foi apresentada uma proposta de investigação ao Conselho Diretivo da CPL, a qual foi deferida²⁵, pelo que passámos ao contacto direto com técnicos responsáveis no sentido de delinear a forma como poderia ser operacionalizada a investigação.

Numa primeira fase recolhemos informação processual em quinhentos dossiers individuais de forma a preenchermos o *draft* anteriormente construído em SPSS versão 20, o qual contemplava cento e seis variáveis. Nesta vertente, tendo em conta o direito à informação atempada dos sujeitos e o direito dos mesmos, eventualmente, a se recusarem a

²⁵ A carta, com o respetivo despacho de diferimento, pode ser consultada nos anexos.

ser contactados no âmbito deste estudo, foi-lhes dirigida pelos Serviços Centrais da CPL, uma carta explicativa que apresentava o investigador, o porquê de virem a ser contactados, ao mesmo tempo que esclarecia os moldes em que iria decorrer a investigação, nomeadamente, a garantia do anonimato. Todavia, não foi possível estabelecer contacto com cento e quarenta e um indivíduos por não terem a morada ou telefone (ou as duas coisas) atualizadas junto dos serviços²⁶. Considerámos não ser pertinente contactar nove indivíduos por terem, à data da recolha, menos de dezoito anos de idade. Três indivíduos haviam falecido na data da compilação da informação. Portanto, foram enviadas, pela instituição, trezentas e quarenta e sete cartas²⁷. Algum tempo depois, seis indivíduos contactaram os serviços centrais da CPL no sentido de informarem que estavam indisponíveis para colaborarem no estudo.

Numa segunda fase, tal como ficou acordado com a CPL, o investigador enviou uma outra carta, a trezentos e quarenta e um²⁸ indivíduos, na qual aclarava mais detalhadamente os desígnios da pesquisa e informava os indivíduos de que iriam ser contactados telefonicamente no âmbito do processo de *follow-up* que constituía uma parte preponderante neste trabalho, solicitando aos mesmos que recorressem a um endereço de correio eletrónico, criado propositadamente para o efeito, no sentido de colocarem quaisquer questões pertinentes e atualizarem os contactos telefónicos.

Fomos contactados, através do referido endereço de e-mail, por sete indivíduos (ou seus familiares). Foram devolvidas ao investigador trinta e duas cartas devido a terem moradas incorretas porque, por exemplo, os indivíduos já haviam mudado de residência, contudo, alguns dispunham de números de telefone. Desta forma, quando iniciámos os *follow-up* telefónicos, dispúnhamos de trezentos e nove casos com nomes, moradas conhecidas e/ou números de telefone, mas não conseguimos conversar com cento e setenta e dois indivíduos, pois os números não correspondiam aos mesmos nem a familiares, ou pertenciam a familiares que não tinham à data contacto com os indivíduos ou, ainda, porque não nos quiseram disponibilizar os contactos dos sujeitos, por desconfiança ou por

²⁶ O facto de não ter sido possível contactar muitos destes indivíduos deve-se, essencialmente à dificuldade de localização uma vez que, em muitos casos, já haviam decorrido, em média, 3 a 8 anos desde que tiveram baixa definitiva/processo de saída.

²⁷ O modelo da carta pode ser consultado nos anexos.

²⁸ O modelo da carta pode ser consultado nos anexos.

considerarem que o passado institucional é uma coisa “a esquecer”, pelo que dialogámos com cento e trinta e sete pessoas (*follow-up's* validados).

Desde o início que assumimos como técnica a aplicar, tentar estabelecer contactos telefónicos através de quatro esforços, em vários dias da semana e em diferentes horas do dia, na esperança que alguma das vezes fosse frutífera, o que em alguns casos se revelou uma estratégia adequada.

Continuamente, esta base de dados foi enriquecida com contactos de *follow-up*²⁹ na medida em que se comunicou, telefonicamente, com uma parte da população em estudo (n=137), composta pelos jovens referenciados (62.8% masculinos; 37.2% femininos), cujos processos foram analisados, no sentido de se aprofundar o conhecimento e ser esta a forma de seleção da amostra que serviu o estudo qualitativamente.

Os *follow-up's* conseguidos foram de carácter direto (61.3%), sempre que conseguíamos falar com os indivíduos, e indireto (38.7%) quando foram familiares diretos a darem-nos informações, por terem assumido que haviam acompanhado as trajetórias de vida dos jovens e se disponibilizaram para tal.

Numa fase posterior, foi selecionada a amostra (n=50), a partir dos contactos telefónicos estabelecidos (n=137), e o enfoque passou a ser o qualitativo, pois foram entrevistados presencialmente³⁰, e profundamente cinquenta indivíduos (n=50), (64% masculinos; 36% femininos), o que permitiu efetuar uma análise interpretativa dos resultados ao cruza-los com os dados recolhidos quantitativamente.

As entrevistas aconteceram nos locais e a horas acordados com cada um dos entrevistados, foram gravadas para posterior transcrição e análise de conteúdo com o programa Maxqda versão 10.

Todos os inquiridos presencialmente assinaram um documento designado “*consentimento informado*”³¹, em que estes e o investigador se comprometiam a honrar requisitos essenciais como o anonimato e a veracidade das trajetórias de vida.

Tratou-se de uma pesquisa não-experimental que, como nos esclarecem Sampieri et al. (2006: 225), consiste em “*estudos que se realizam sem a manipulação deliberada de*

²⁹ O modelo de guião de *follow-up* pode ser consultado nos anexos.

³⁰ O guião de entrevista presencial pode ser consultado nos anexos.

³¹ O modelo de consentimento informado pode ser consultado nos anexos.

variáveis e nos quais observam-se os fenómenos apenas em seu ambiente natural para depois analisá-los”.

A investigação baseou-se num modelo longitudinal que os mesmos autores caracterizam como sendo “ (...) estudos com dados em diferentes pontos, ao longo do tempo, para realizar inferências acerca da mudança, suas causas e seus efeitos” (Sampieri et al. 2006: 233).

Explicam-nos Sampieri et al. (2006: 15) que “(...) a mistura dos dois modelos potencializa o desenvolvimento do conhecimento, a construção de teorias e a resolução de problemas. Ambos são empíricos, porque coletam dados do fenómeno que estudam. Tanto um como o outro requer seriedade, profissionalismo e dedicação. Empregam procedimentos distintos e possíveis de utilizar com acerto”. Assim, consideramos que esta opção metodológica nos fornece a possibilidade de interpretarmos a realidade de forma holística na medida em que não exclui aspetos relevantes para os objetivos a que o estudo se propõe.

Uma vez que os dados recolhidos são de natureza qualitativa e quantitativa para “ (...) tornar o plano de investigação mais sólido...através da triangulação (...) ” (Patton 1990 op. cit. in Carmo e Ferreira 1998: 183), seguimos o modelo da triangulação de dados, ou seja, utilizámos várias fontes no mesmo estudo e estabelecemos triangulação de teorias o que se traduz no uso de diferentes óticas para compreender o mesmo conjunto de dados.

Consideramos que, através do cruzamento de dados, podemos descortinar melhor as trajetórias de vida, as teias relacionais e compreender integralmente a forma como atuou na vida dos jovens todo o processo de acolhimento institucional. Simultaneamente, sabemos como funcionam as residências de acolhimento na preparação dos jovens para a integração social.

Esta investigação assume-se com as seguintes características estruturantes, pelo que é: particular; descritiva; heurística; indutiva; holística. Assim, pretendemos que o estudo seja particular porque se focaliza numa determinada situação, acontecimento, programa ou fenómeno – o estudo dos intervenientes (jovens adultos que passaram pelo acolhimento institucional) que constituem uma amostra significativa dos educandos que usufruíram dos seis centros de educação e desenvolvimento, como uma realidade autêntica e materializada.

O trabalho aspira a ser descritivo, uma vez que a descrição é rigorosa e resulta diretamente dos dados recolhidos. Os dados incluem transcrições de entrevistas e

consequente análise de conteúdo, recurso a documentos escritos, por tal procedeu-se à revisão da literatura, a entrevistas exploratórias a informantes privilegiados, com amplos conhecimentos sobre a matéria em estudo, e a inquérito por entrevista aprofundada à amostra, o que nos permite descrever a realidade fidedignamente.

A investigação ambiciona ser heurística porque conduz à compreensão do fenómeno que está a ser estudado, na medida em que se tenta fazer uma análise das percepções sociofamiliares e socioeducativas/profissionais da amostra.

Igualmente pretende-se que a pesquisa seja indutiva na medida em que se tende a analisar a informação de uma «forma indutiva», a desenvolver conceitos e a chegar à compreensão dos fenómenos a partir de padrões provenientes da recolha de dados, pois esta leva-nos a uma reflexão mais ampla e sustentada sobre as vivências e percepções da amostra, após as informações que esta nos forneceu e connosco partilhou ao longo da investigação.

Por último, o estudo tem objetivos holísticos porque tem em conta a realidade na sua globalidade, dado que as conclusões são integrais e integradas, no sentido em que há uma tentativa de compreensão da totalidade da realidade na forma como os atores sociais se expressam.

Este trabalho de investigação centra-se sobre *estudos de caso*, uma vez que a tónica da investigação recai sobre o estudo do fenómeno na sua situação real, na medida em que não estão nitidamente demarcadas as fronteiras entre os fenómenos e o contexto em que decorrem e, nessa perspetiva, são utilizadas diversas fontes de informação para consubstanciação do estudo.

Relativamente aos *estudos de caso* Sampieri et al. (2006: 274), indicam-nos que “o estudo de caso é tanto de corte quantitativo (...) como de corte qualitativo (...) ou inclusive misto (qualitativo-quantitativo)”. Estes *estudos de caso* pretendem ser de natureza instrumental porque se deseja que dos mesmos resulte conhecimento relativamente ao problema de pesquisa e se aprenda a trabalhar noutros casos similares. Estes autores (op. cit.: 276), defendem que “o estudo de casos é útil para assessorar e desenvolver processos de intervenção em pessoas, famílias, organizações, países etc., e desenvolve recomendações ou cursos de ação a serem seguidos. Requerem descrições detalhadas do próprio caso e seu contexto.”

3. Técnicas de pesquisa

3.1 Pesquisa bibliográfica e documental

A enunciação do problema, a construção de hipóteses e a identificação das relações entre as variáveis constituem etapas relevantes na determinação da perspectiva teórica sobre a temática em apreço.

Segundo Gil (1999: 65), *“o elemento mais importante para a identificação de um delineamento é o procedimento adotado para a coleta de dados”*. Desta forma, surgiram-nos a pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental que concorreram paralelamente com a pesquisa empírica.

Para Sampieri et al. (2006: 52) *“caberá ao pesquisador decidir qual material pode ser útil para aprimorar ou gerar a formulação de seu problema de estudo”*. Nesta direção, são apontadas seis funções do marco teórico e que são: a prevenção de eventuais erros cometidos noutros estudos; a orientação que deve ter a realização do estudo; a ampliação dos horizontes do pesquisador e orientação deste para o seu enfoque; o estabelecimento de hipóteses a testar em confronto com a realidade; a inspiração de novas linhas de investigação e o fornecimento de referências que auxiliam a interpretação dos dados recolhidos.

A constituição de um marco teórico compreende dois estádios cruciais que são a revisão da literatura e a perfilhação de uma teoria de referência que contribua para a sustentabilidade epistemológica do trabalho em execução. Em concordância com Trujillo Ferrari (1982: 119), *“as teorias são muito importantes no processo de investigação em ciências sociais”*, na medida em que oferecem uma definição de conceitos apropriada e ajudam a instituir sistemas categoriais. Também apontam hiatos no conhecimento e ajudam na formulação de hipóteses na medida em que esclarecem, universalizam e resumem os conhecimentos enquanto induzem a seguir uma metodologia adequada para a pesquisa.

A pesquisa bibliográfica baseou-se em materiais já elaborados por outros investigadores e é constituída, principalmente, por livros e artigos científicos. Esta pesquisa apresenta como importante vantagem o facto de o investigador poder ter acesso a um manancial amplo de estudos sobre fenómenos aos quais não teria acesso através de investigação direta.

Verificou-se ser profícua na medida em que permitiu recolher dados difusos no tempo. Neste campo de ação, sobre a área em que nos debruçámos, dispusemos de lista bibliográfica de relevo, constituída por artigos científicos na sua essência, a que adicionámos, ao longo do percurso, outros títulos ilustrativos sobre o assunto em análise.

Por seu turno, a pesquisa documental é, no essencial, semelhante à pesquisa bibliográfica mas recorre a fontes de natureza diversa, onde se englobam materiais que não foram ainda analisados e validados ao nível científico, tais como arquivos pessoais ou institucionais. Trata-se de uma informação bruta que pode existir em suportes diversos e de onde se podem extrair dados importantes pelo recurso a fontes indiretas. Neste âmbito Carmo e Ferreira (1998: 59) dizem-nos que “ (...) *a pesquisa documental assume-se como passagem do testemunho, dos que já investigaram antes no mesmo terreno, para as nossas mãos*”. Nesta extensão estão compreendidos os processos psicossociais existentes nos Serviços Centrais da Casa Pia de Lisboa e dos quais analisámos dados relativos à população em estudo.

Através da revisão da literatura, tentámos apreender conhecimentos teóricos, fundamentados e credíveis, os quais contribuíram para que fizéssemos uma aproximação à temática e uma consolidação de conhecimentos, com o propósito de ficarmos documentados em relação à matéria de pesquisa. Recorremos a informações e a publicações em registo *scripto* e *informo*, sendo a *internet* de valor imprescindível. Também, as consultas a trabalhos académicos sobre esta questão contribuíram para uma reorganização e focalização da investigação.

Explicam-nos Hill e Hill (2005: 25), que “*a revisão da literatura tem por objetivo encontrar uma (ou mais) Hipóteses Gerais para a investigação empírica*”. Para tal as etapas que se observam neste trajeto são as seguintes: descrição; avaliação; comparação; dedução as hipóteses (que são decorrentes da avaliação e da comparação).

Na pesquisa documental, nomeadamente, em suporte *scripto* e *informo*, houve recurso a bibliotecas e arquivos; bibliografias; enciclopédias, dicionários e vocabulários; livros e revistas especializadas; ficheiros em suporte *scripto* e bases de dados em suporte informático.

Foram elaboradas fichas bibliográficas onde se englobaram, para além de livros, também monografias, artigos de revistas e unidades temáticas. A realização de fichas de leitura serviu de fundamentação e de apoio à redação do texto final, as quais consideramos como necessárias porque resumem parte do que se leu, citam trechos importantes e registam ideias reflexivas. Assim, “ (...) *a pesquisa documental assume-se como passagem do testemunho, dos que investigaram antes no mesmo terreno, para as nossas mãos*” (Carmo e Ferreira 1998: 59).

Fez-nos também todo o sentido recorrer a documentos oficiais identificados, em Carmo e Ferreira (1998: 72-73), como “*publicações oficiais*” e “*documentos não publicados*”. Das primeiras fazem parte fontes importantes como o *Diário da Republica* e dos segundos documentos institucionais internos, tais como regulamentos internos ou circulares.

3.2 Inquéritos por entrevista

A pesquisa qualitativa possibilita aprofundar os dados recolhidos porque permite uma riqueza interpretativa e apreender os fenómenos contextualizados no seu próprio ambiente (Sampieri et al. 2006: 15).

Sobre a metodologia qualitativa, diz-nos Espírito Santo (2010: 25), que “*o objetivo destes métodos é o de permitir que a investigação possa recolher e refletir sobretudo aspetos enraizados, menos imediatos, dos hábitos dos sujeitos, grupos ou comunidades em análise e, simultaneamente, possa sustentar, de modo fundamentado na observação, a respetiva inferência ou interpretação dos seus hábitos*”.

Foi aplicada a técnica da Janela de Johari, como forma de aceder às quatro áreas (livre, secreta, cega e inconsciente) de conhecimento dos indivíduos durante as entrevistas de carácter qualitativo. Os autores Carmo e Ferreira (1998: 111), dizem-nos que “*o modelo da Janela de Johari pode aplicar-se à interação entre um indivíduo e um grupo, um indivíduo e uma organização ou às relações entre grupos e organizações*”.

Antes de se iniciar em profundidade o estudo em questão levámos a cabo *entrevistas exploratórias* informais que nos coadjuvaram, em conjunto com a revisão da literatura, na construção de instrumentos fundamentais na recolha de dados.

A escolha dos elementos participantes nas entrevistas exploratórias tiveram por base de triagem uma *amostragem (não probabilística) por conveniência*, pois “*na fase exploratória da pesquisa, convém inquirir informadores qualificados ou seja pessoas cujo grau de conhecimento da população em questão (...) poderá vir a ser útil para uma descrição preliminar do grupo e do seu modo de vida*” (Carmo e Ferreira 1998: 124). Estas entrevistas possibilitaram um conhecimento substancial da forma como se organizam interna e externamente as residências de acolhimento e sobre as características marcantes da população analisada. Desta forma, após a fase de pesquisa documental, já fortalecidos com informações fundamentais, demos lugar a algumas entrevistas exploratórias nas quais nos socorremos de informantes privilegiados, com a finalidade de nos fornecerem informações genéricas e essenciais sobre a organização e funcionamento da temática em análise.

Estas entrevistas foram abrangentes, pouco estruturadas e profundas, com respostas abertas, de forma a fornecerem pistas para a construção da base de dados (análise quantitativa) e do guião de entrevista a aplicar à amostra.

Uma vez que se tratou de um estudo sobre uma população-alvo que apresenta especificidades de vária ordem houve que ter em atenção aspetos deontológicos de forma a, por um lado, não ferir suscetibilidades e, por outro lado, não pôr em causa a transmissão do conhecimento adquirido. Desta forma, “*(...) o investigador deve ter a maturidade emocional e a integridade moral suficientes para saber gerir a situação de ambivalência sociológica que o confronta com o dilema da dupla fidelidade, à comunidade académica que lhe pede resultados cientificamente interessantes e à população-alvo quem si confiou um património de informações de acesso reservado*” (Carmo e Ferreira 1998: 114).

Em relação às entrevistas informais e profundas, os mesmos autores, dizem-nos “*(...), apresenta ainda um grande grau de liberdade no diálogo e profundidade na forma da abordagem temática por parte do entrevistado, (...)*” (idem: 129-132).

Na aplicação de inquéritos por entrevista, são utilizadas questões objetivas, na sua integridade questões abertas. Há um esforço para que o questionário seja abrangente e profundo, contendo questões específicas, ao mesmo tempo que se tenta fazer uso de uma linguagem próxima da que é praticada pela amostra constituída por jovens adultos³².

³² O guião de entrevista pode ser consultado em anexo.

3.2.1 Amostragem

No que concerne ao enfoque quantitativo, nesta pesquisa socorremo-nos de um sistema de amostragem total, em que todos os elementos do universo foram envolvidos, na medida em que se procedeu à análise da generalidade dos processos educativos e psicossociais dos jovens que saíram do acolhimento institucional de 2002 a 2011; são os vários aspetos recolhidos que constituem a base de dados. Assim, a população é representativa da realidade que se desejou retratar, o que também se passou ao nível dos contactos telefónicos.

No âmbito do uso da metodologia qualitativa, e relativamente à amostra, Sampieri et al. (2006: 253), dizem-nos que esta é (...) é um subconjunto de elementos, que pertencem a esse conjunto, definido em suas características ao que chamamos população.

Relativamente ao modelo qualitativo que empregamos, para apreender quais têm sido as trajetórias empreendidas pela população em estudo optou-se por recorrer ao processo de *“amostragem não probabilística de casos típicos, porque, como nos dizem Sampieri et al. (2006: 274), trata-se de “indivíduos, sistemas ou organizações que possuem claramente as situações que são analisadas ou estudadas.”*

A amostragem não probabilística de casos típicos foi concretizada selecionando um número representativo de indivíduos cujos processos institucionais foram analisados e se disponibilizaram a participar na pesquisa, o que tornou possível ter uma representação contrabalançada das perceções relativas à sua integração social, ao mesmo tempo que se evitou a saturação da amostra.

As entrevistas à amostra, foram dirigidas tendo por base um guião previamente construído para o efeito e cujas questões tiveram por base informações diversas, teóricas (através da revisão da literatura) e empíricas (através das entrevistas exploratórias), para que fosse possível aprofundar alguns aspetos. As questões colocadas nestas entrevistas foram abertas, presenciais e tão específicas quanto possível no sentido de se proceder a um *“mergulho profundo”* na realidade da amostra.

As questões colocadas à amostra estão listadas de acordo com o quadro de referência que a mesma tem da sua relação com: a família, a comunidade, a escola; o

emprego; a residência de acolhimento e acolhimento; os educadores; o projeto de desenvolvimento pessoal; os pares; os aspetos “livres” focados pelos entrevistados sobre as suas vivências e experiências. É de relevar, de acordo com Foddy (1996: 102), que *“à medida que o tempo passa, a memória e o processo de recordar – mesmo relativamente a perguntas factuais – conhece naturais dificuldades”*.

Relativamente a este assunto parece-nos relevante ter também em conta que se deve reduzir o efeito, eventualmente, perturbador de determinadas perguntas pois existe a *“ (...) probabilidade de a pergunta conduzir a uma sub-relação ou sobre-relação do comportamento em jogo”* (Foddy 1996: 132). Isto significa que é fundamental ter em atenção que a formulação de certas perguntas pode ser perturbadora ao fazer recordar aos entrevistados alguns aspetos que lhes são perniciosos, nomeadamente os que se podem prender com uma infância menos feliz.

3.2.2 Protocolo metodológico

O estabelecimento de um protocolo metodológico surgiu-nos como uma possível configuração para desenvolver o trabalho de investigação e, nesse sentido, contar com mais clareza e exequibilidade no percurso a empreender para atingir os objetivos a que nos propusemos. Esta exposição metodológica residiu em apontar os princípios basilares a pôr em prática no decorrer da pesquisa.

Os diferentes métodos utilizados são concretizações próprias do processo que serviram para consubstanciar a própria investigação. Tratou-se de apontar itinerários dissemelhantes criados para se encontrarem adequados aos fenómenos ou aspetos em estudo. Referem-nos Quivy e Campenhoudt (2008: 25) que *“ao dar mais relevo ao procedimento do que aos métodos particulares, a nossa formulação tem, assim, um alcance geral e pode aplicar-se a todo o tipo de trabalho científico em ciências sociais.”* O protocolo metodológico organiza o processo de investigação.

Fases	Descrição
Fase I	Revisão bibliográfica
Fase II	Entrevistas exploratórias
Fase III	Construção da base de dados
Fase IV	Entrevistas telefónicas à população
Fase V	Entrevistas profundas à amostra
Fase VI	Análise estatística da base de dados
Fase VII	Análise de conteúdo das entrevistas
Fase VIII	Redação da tese

Quadro 2 - Protocolo metodológico

4. Tratamento e análise de dados

4.1 A construção da base de dados: o SPSS

A investigação quantitativa obriga a que o investigador trace um plano de pesquisa bem estruturado e metuculoso em que estejam detalhados todos os pormenores, o que deve ocorrer após a fase da revisão da literatura e das entrevistas exploratórias.

Através da investigação quantitativa os dados podem ser generalizados de forma vasta e é possível replicar os resultados para que se possam estabelecer comparações entre estudos da mesma natureza (Sampieri et al. 2006: 14-15).

Tal como nos referem Carmo e Ferreira (1998: 179), a adoção do paradigma quantitativo apresenta limitações quando utilizados em ciências sociais, uma vez que “ (...) *está ligada à própria natureza dos fenómenos estudados: complexidade dos seres humanos; estímulo que dá origem a diferentes respostas de acordo com os sujeitos; grande número de variáveis cujo controlo é difícil ou mesmo impossível; subjetividade por parte do investigador; medição que é muitas vezes indireta, como é por exemplo o caso das atitudes; problema da validade e fiabilidade dos instrumentos de medição.*

Explicam-nos Sampieri et al. (2006: 121), que “*as hipóteses propõem tentativas de respostas às questões da pesquisa; a relação entre ambas é direta e íntima*”. As hipóteses salientam os objetivos e as questões da investigação para nortear o estudo, na focagem quantitativa ou mista; nesta medida, as hipóteses regularmente despontam dos objetivos e

das perguntas de pesquisa, pois foram reconsideradas fundamentando-se na revisão teórica. Do ponto de vista da pesquisa quantitativa as hipóteses surgem a partir da proposição do problema e da revisão da literatura. As hipóteses foram reavaliadas e ajustadas à medida que o estudo avançou.

Em relação à construção e interpretação de uma base de dados com base na análise dos processos educativos e psicossociais adotámos o paradigma de metodologia quantitativa em que os objetivos a atingir “ (...) *consistem essencialmente em encontrar relações entre variáveis, fazer descrições recorrendo ao tratamento estatístico de dados recolhidos, testar teorias*” (Carmo e Ferreira (1998: 178).

A constituição de uma base de dados, com recurso aos processos educativos e psicossociais (arquivos, que constituem um marco amostral) da população em estudo, esta revelou ser vantajosa na medida em que a informação recolhida permitiu um conhecimento objetivo da realidade. Igualmente, o expediente a estas fontes de informação verificou-se como importante na compreensão dos processos de mudança social e cultural, pois, como afirma Gil (1999: 166), “*nesse sentido é que as fontes documentais tornam-se importantes para detetar mudanças na população, na estrutura social, nas atitudes e valores sociais, etc.*”

Finalmente, e não menos importante, aparece-nos como vantagem do recurso a fontes documentais a aquisição de dados sem que houvesse constrangimento dos sujeitos, pois tratou-se de abordar aspetos sensíveis da vida das pessoas que, eventualmente, poderão ter sido razão de trauma, pelo que é de evitar a retraumatização.

Poirier et al. (1995: 125), dizem-nos que “*a técnica que propomos para a análise quantitativa de uma história de vida releva da contagem linear*”. Quer isto dizer que materialmente se pretendeu captar fidedignamente os aspetos que serviram os objetivos da investigação, o que se traduziu na construção e análise de uma base de dados³³.

A estatística é um instrumento matemático para recolher, organizar, apresentar, analisar e interpretar resultados. O SPSS (Statistical Package for Social Sciences) é um programa utilizado para executar análises estatísticas, organizar dados e gerar tabelas e gráficos que resumem os dados.

As análises que podem ser executadas vão desde simples estatísticas descritivas como média, desvio padrão e tabelas de frequências até métodos avançados de

³³ A matriz com as variáveis constantes na base de dados pode ser consultada em anexo.

inferência estatística como análise de variância, modelos de regressão, análise multivariada e outros.

O SPSS dispõe ainda de ferramentas para a organização de dados (recodificação e criação de novas variáveis), procedimentos para a combinação de diferentes bancos de dados, bem como diversas formas de resumir e apresentar dados em tabelas e gráficos.

4.2 A análise de conteúdo: o Maxqda

Concretizadas as entrevistas, procedemos à sistematização dos resultados e à correspondente análise de conteúdo para tirarmos as devidas ilações, a serem apresentadas substancialmente na parte empírica deste trabalho. Portanto, foram seguidos os seguintes passos: estabelecimento de categorias; codificação; tabulação; análise estatística dos dados; avaliação das generalizações obtidas com os dados; inferência de relações causais; interpretação dos dados e comunicação das conclusões.

Para Ghiglione e Matalon (1993: 207), “a metodologia *geral da análise de conteúdo* responde essencialmente a dois tipos de questões: *como codificar? como assegurar a fiabilidade do procedimento?*” Relativamente à codificação, esta reveste-se de particular importância devido a dois aspetos: razões teóricas e motivos técnicos. As razões teóricas prendem-se com a importância que o codificador atribui a determinada palavra. Os motivos técnicos relacionam-se com os necessários critérios de objetividade, sistematização e generalidade a que a investigação deve corresponder.

Seguidamente, procedeu-se à análise de conteúdo que se impôs em relação às referidas entrevistas. Esta é de cariz qualitativo e indireto, visando dar a noção da importância do tema pois “ (...) numa análise qualitativa, a noção de importância implica a novidade, o valor de um tema. (...) A análise indireta que procura uma interpretação do que se encontra latente sob a linguagem expressa é geralmente considerada como característica de uma análise de tipo qualitativo (...) ” (Carmo e Ferreira 1998: 253).

As categorias de análise utilizadas são claras e adequadas ao problema em questão com o intuito do estudo ser produtivo. Posteriormente foram criadas unidades de registo, de contexto e de numeração para analisar a entrevista. As unidades de registo foram

psicológicas, semânticas e linguísticas. Quanto às unidades de contexto, estas serviram para dar sentido às unidades de registo.

Por último, as unidades de numeração foram aritméticas ou geométricas, mas no caso da análise de conteúdo das entrevistas apenas nos interessou o primeiro tipo porque nos permitiu saber o número de vezes que determinado conteúdo aparece. As unidades de numeração apresentam alguns inconvenientes teóricos e metodológicos que se relacionam com a não fundamentação das conclusões e com a inadequação dos instrumentos usados.

Ainda no que se relaciona com a análise de conteúdo Ghiglione e Matalon (1993: 216), referem-nos que *“a fidelidade do instrumento está ligada ao processo de codificação e, por consequência, ao codificador e ao instrumento de codificação de que ele dispõe”*. Neste campo de ação é importante ter em atenção a fidelidade do codificador e a fidelidade das categorias de análise. Por outro lado, a questão da validade ocupa um lugar de relevo porque demonstra a apropriação entre os objetivos e os fins sem que haja deformação dos acontecimentos em estudo.

A análise de conteúdo encerra dois métodos: procedimentos fechados e procedimentos abertos. Os procedimentos fechados desdobram-se em cinco tipos de categorias: psicológicas; psicolinguísticas; psicossociológicas; linguísticas e documentais. Os procedimentos abertos dividem-se em: contagem frequencial; análise temática; concomitâncias temáticas; análise por cachos, análise por campos semânticos.

Para Gil (1999: 168), *“a análise tem como objetivo organizar e sumariar os dados de forma tal que possibilitem o fornecimento de respostas ao problema proposto para investigação”*. Por seu turno, a interpretação tem como objetivo a busca do sentido abrangente das respostas; isto é realizado tendo em linha de conta a conexão a outros conhecimentos obtidos *à priori*. Nos estudos de caso não é praticável o uso de um esquema inflexível de análise e de interpretação.

De acordo com Bardin (2009), a análise de conteúdo reúne técnicas de análise de mensagens por meio de procedimentos objetivos e sistemáticos, podendo ser qualitativos ou quantitativos, que admitam dedução a respeito do conteúdo da mensagem.

O Maxqda, versão 10, permite analisar e gerir diferentes tipos de documentos, como textos (respostas a questionários não-estruturados, transcrição de entrevistas, relatórios de observação, documentos, cartas, texto jornalístico ou literário e outros), áudios

(de entrevistas, de reuniões, de músicas e outros), imagens (fotos, desenhos, pinturas e outros) e vídeos (de pesquisas semi-experimentais, filmes, reportagens televisivas e outros).

O suprarreferido programa pode ser utilizado em diferentes tipos de pesquisa, pois é flexível, podendo ser adaptado conforme os dados, objetivos e estratégia da pesquisa. Contudo, é melhor aproveitado em pesquisas qualitativas e subjetivas que sejam, no mínimo, um pouco estruturadas.

5 Constrangimentos ao estudo

Este estudo apresenta constrangimentos de natureza diversa que foram sendo minimizados no decorrer da pesquisa e à medida que havia uma maior familiaridade com a temática e com as trajetórias de vida dos indivíduos. Desta forma, o primeiro constrangimento ocorreu durante o período de revisão bibliográfica e prendeu-se com a dificuldade em encontrar bibliografia que cuidasse exatamente da questão em análise, o que se foi ultrapassando com o decorrer da pesquisa.

Num segundo momento erigiu-se como constrangimento o facto de escassear o tempo para construção da base de dados em relação à qual havíamos construído uma matriz.

O terceiro constrangimento relacionou-se com a dificuldade sentida em contactar e persuadir a amostra a participar ativamente na pesquisa pois, visto serem autónomos e autodeterminados, a maioria tentou-se resguardar em relação a um passado que para muitos não é para ser recordado de forma recorrente.

Numa quarta etapa da investigação confrontámo-nos com a dificuldade de cumprimento dos prazos impostos por esta empresa em virtude de mantermos, paralelamente, uma atividade profissional ativa.

Num quinto período levantou-se a questão da influência do entrevistador no entrevistado por se revelar assimetria na relação interpessoal a qual se manifestou por desconfiança (sub e pseudoinformação) e por efeito mimético (pseudoinformação); evitou-se a formulação de perguntas fora do horizonte cognitivo dos entrevistados.

Por último, a vertente financeira também se demonstrou algo constrangedora uma

vez que conceber, implementar e concretizar estudos desta índole é dispendioso e requer meios difíceis de conseguir.

Em consonância com Carmo (2011: 51), “ (...) *as principais variáveis constrangedoras da investigação sobre a Política Social são a idade e a geração do investigador, a sua experiência académica, a sua origem social e a sua cultura política.*” A idade do investigador, pode ser determinante na forma deste ver o mundo e a vida, uma vez que está a idade está relacionada com o seu desenvolvimento cognitivo, emocional e social, e à resultante experiência de vida.

A geração de pertença do pesquisador enquadra-o próximo de determinado conjunto de acontecimentos que marcaram a sua geração pelo que terá uma maneira de ver a realidade consonante com a geração a que pertence.

Por sua vez, a experiência académica do investigador vai ter influência na maneira como este aborda e interpreta certos ângulos da realidade pois será mais sensível a determinados aspetos do que a outros.

Por seu turno a origem social e distanciamento em relação ao objeto de estudo pode favorecer a sua análise porque terá maior facilidade em chegar até à área cega no campo da pesquisa. Também, a cultura política do investigador pode ter um papel importante na forma como este se posiciona face à realidade que estuda pois a política social é um sistema de práticas de exercício de “poder” que se traduz em políticas públicas de carácter social.

Síntese

Esta investigação iniciou-se pela construção de um modelo de análise que possibilitou sistematizar as questões-charneira a que pretendíamos responder, pelo que se afigurou como uma estratégia metodológica assertiva que nos guiou ao longo da pesquisa.

As hipóteses de investigação que elencámos verificaram-se profícuas na medida que permitiram compreender a realidade através de uma análise fragmentada da mesma, contribuindo, posteriormente, para um conhecimento homogéneo.

A base de dados, por ser alargada, revelou-se um reduto de conhecimento ao qual fomos recorrendo frequentemente, ao longo deste trajeto, para comprovar teorias e as hipóteses de estudo. Da mesma forma, a análise de conteúdo levou a que fosse possível realizar um “mergulho profundo” ao nível comunicacional, posteriormente aos contactos telefónicos e presenciais, porque nos auxiliou na compreensão do registo oral e das significações individuais e grupais/institucionais das experiências para os indivíduos que as viveram na primeira pessoa.

Através de uma metodologia mista, recorrendo a múltiplas fontes de informação e a instrumentos de recolha adequados para investigar os dados compendiados, seguimos um percurso que nos possibilitou “tomar o pulso” à integração social dos indivíduos na fase pós-institucionalização, ao mesmo tempo que se avaliou longitudinalmente o seu processo de maturação individual nos meandros do sistema de acolhimento de c/j, sem nunca perder de vista as políticas sociais que sustentaram a intervenção social.

A escolha da população e da amostra foi a que se nos afigurou razoavelmente acessível no que concerne à compilação dos dados oficiais e da disponibilidade para participação de uma forma mais ativa, através da concessão de entrevistas presenciais, as quais nem sempre foram fáceis de obter pelo descomprometimento dos indivíduos para com a investigação e porque, para alguns, o assunto a abordar fazia parte de um passado que não tinham disponibilidade para recordar com alguém que não conheciam. Paradoxalmente, para outros indivíduos foi mais fácil conversar com um interlocutor que lhes era desconhecido.

O protocolo metodológico concorreu para uma melhor organização temporal da investigação porque, estando as fases da pesquisa bem delineadas, facilitou a gestão temporal e a delimitação dos conteúdos a abordar.

O tratamento e a análise dos dados recolhidos, tanto ao nível quantitativo como ao nível qualitativo, evidenciaram-se como uma mais valia para asseverar as hipóteses de investigação, tendo sido os programas informáticos especializados bastante importantes no apoio que deram para a celeridade do processo de investigação.

Capítulo IV - O percurso da população e da amostra: do risco ao acolhimento e à desinstitucionalização

Introdução

Este capítulo da investigação assenta na recolha de dados empíricos sobre a população (n=500) e sobre a amostra (n=50).

A abordagem, em ambos os casos, reparte-se em três fases: pré-institucionalização; institucionalização; pós-institucionalização, de forma a dar ao estudo o cariz longitudinal que se havia anunciado inicialmente. Desta forma, são apresentados, relativamente à população em estudo, dados coligidos a partir dos processos psicossociais dos indivíduos e tratados quantitativamente através de programa estatístico, sendo que nos socorremos de representações gráficas para melhor evidenciar a realidade do grupo em estudo.

No que se refere à amostra que isolámos, apresentamos resultados recolhidos através das entrevistas presenciais os quais foram analisados qualitativamente.

1. Observação dos registos psicossociais da população (n=500)³⁴

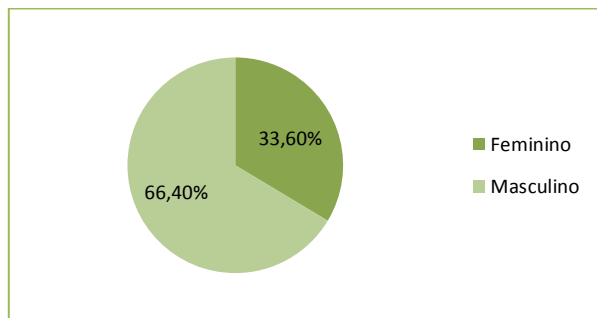
1.1 Fase de pré-institucionalização

Com o objetivo de termos uma perceção substanciada dos indivíduos que saíram do acolhimento em LIJ e, nalguns casos, do programa RAIA, na CPL, enquanto instituição de referência, nomeadamente no que concerne ao acolhimento e proteção de c/j em perigo, pesquisámos dados em 500 processos psicossociais individuais de sujeitos que tiveram baixa definitiva/processo de saída de 2002 a 2011, o que abarcou 180 variáveis, para coligirmos informação de interesse relativamente à compreensão das suas vivências pré-institucionais.

A população investigada (n=500)³⁵, é composta por 332 indivíduos do sexo masculino (66.4%) e por 168 indivíduos do sexo feminino (33.6%).

³⁴ Fundamentada em dados recolhidos nos seus processos psicossociais institucionais.

³⁵ n=500 – trata-se do número de processos psicossociais a que tivemos acesso e que representam parte substancial dos indivíduos que tiveram baixa definitiva ou processo de saída entre 2002 e 2011.

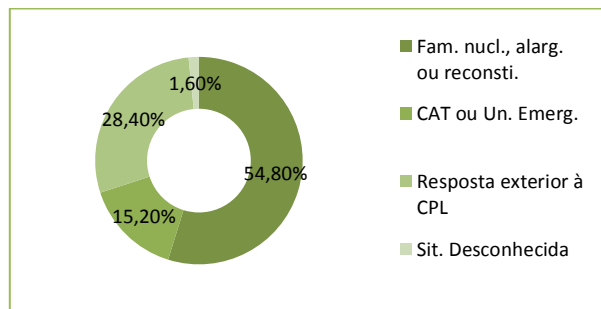


Gráf. 2 – Composição por sexo

O nascimento da totalidade dos indivíduos (n=500) ocorreu num período temporal de 25 anos – de 1976 a 2001. Quando entrou em acolhimento em LIJ, na CPL, a maioria dos indivíduos da população (n=500), tinha idades compreendidas entre os 8 e os 12 anos (34,4%).

A generalidade (54,8%) dos indivíduos da população, imediatamente antes de serem admitidos em LIJ, provinham diretamente das famílias nucleares, alargadas ou reconstituídas, 15,2% haviam passado por outra resposta de acolhimento da CPL, nomeadamente Centro de Acolhimento Temporário (CAT) ou Unidade de Emergência (UE), 28,4% procediam de uma resposta de acolhimento exterior à CPL e, finalmente, 1,6% tinha uma situação não mencionada na sua documentação oficial.

Analisando o eventual percurso institucional antes do ingresso em LIJ, verificámos que 43,6% dos indivíduos da população haviam passado anteriormente por outras colocações institucionais, incluindo amas, CAT ou UE, pelo que já tinham experiências de institucionalização quando ingressaram em LIJ.



Gráf. 3 – Proveniência na admissão

No que concerne às características das famílias de proveniência dos indivíduos da população (n=500), estas apresentam as seguintes particularidades morfológicas.

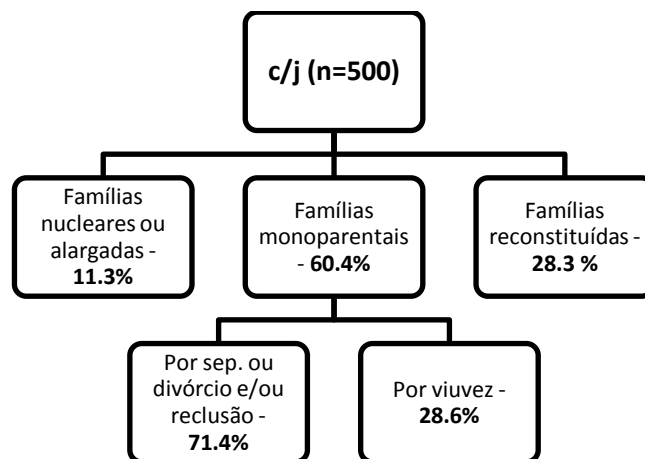


Fig. 14 – Famílias de proveniência

Da recolha de dados realizada nos processos psicossociais dos indivíduos da população (n=500), afigura-se-nos a monoparentalidade como um traço comum a um número considerável de c/j antes de ingressarem em LIJ, sendo que um número significativo de famílias se reconstituiu.

As famílias de origem da população em estudo (n=500) apresentavam, à data de acolhimento das c/j, situações socioeconómicas que se compreendiam na categorização observável e de onde se salienta o número de c/j com familiares em situação de desemprego e, inerentemente, em posição de carência socioeconómica.

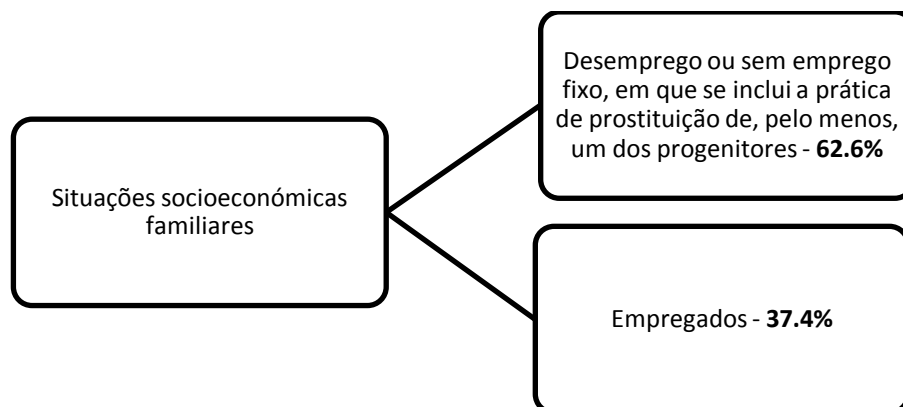


Fig. 15 – Situação socioeconômica das famílias de proveniência

Por outro lado, no grupo em estudo (n=500) é assinalável a percentagem de casos em que existe emigração ou imigração no agregado familiar de enquadramento o que, bastantes vezes, leva à constatação de fragilidades sociais e de desenraizamento sociocultural.

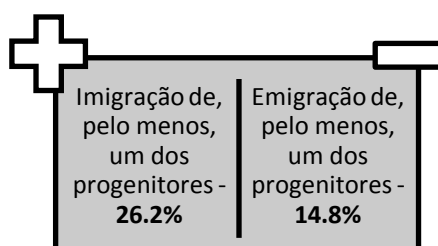


Fig. 16 – Situação relativamente à migração

O motivo do acolhimento institucional pode ser determinante na forma como, mais tarde, irá decorrer o processo de reinserção sociofamiliar e socioeducativa/profissional. O tipo de motivo que esteve presente na tomada de decisão relativamente ao percurso de acolhimento pode marcar, ou não, a forma como decorre a reinserção sociofamiliar e socioeducativa/profissional.

A população em análise (n=500) apresenta múltiplas razões de risco/perigo que a levou ao acolhimento institucional em LIJ, muitas vezes associadas entre si, pelo que dificilmente qualquer c/j ingressa em acolhimento institucional por ser apenas sujeito de uma situação isolada.

Das razões elencadas, a irrefutável maioria pode ser imputada diretamente à responsabilidade dos adultos cuidadores e uma pequena parte pode ser atribuída a

características ou a atos praticados pelas c/j ou podem ser consequência de ambientes familiares tóxicos.

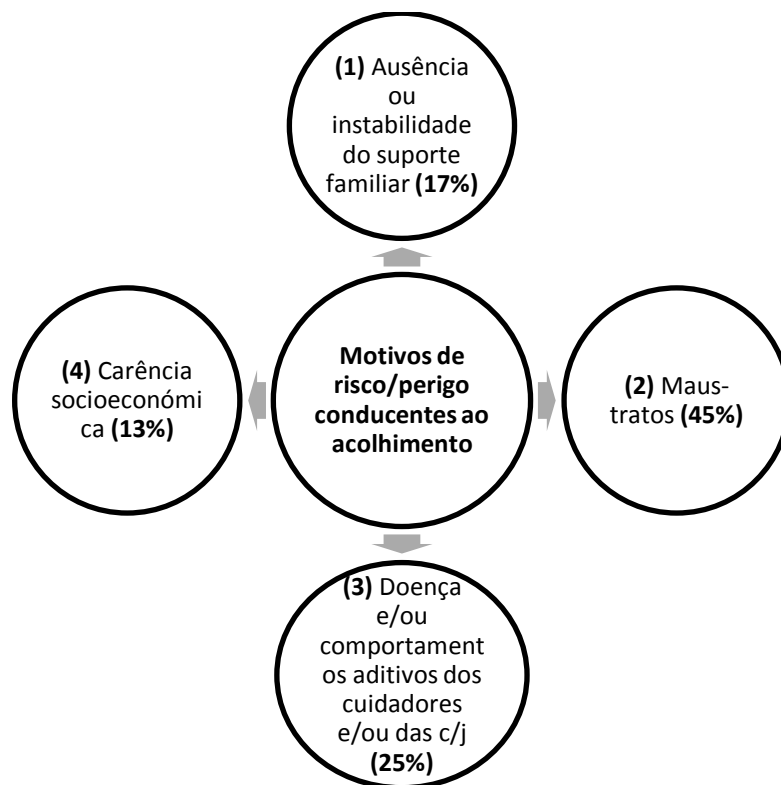


Fig. 17 – Motivos conducentes ao acolhimento

(1) Ausência ou instabilidade do suporte familiar (17%), nomeadamente: abandono dos cuidadores; reclusão dos cuidadores; orfandade parcial ou total; rejeição dos cuidadores.

(2) Maus-tratos (45%), assinaladamente: absentismo e abandono escolar; maus-tratos físicos/psicológicos; negligência dos cuidadores (familiar ou institucional); exposição a modelos de comportamento desviantes.

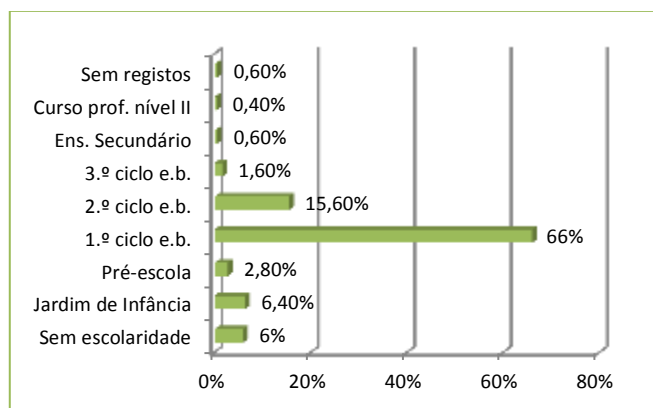
(3) Doença e/ou comportamentos aditivos dos cuidadores e/ou das c/j (25%), sobretudo: alcoolismo e/ou toxicodependência dos cuidadores; outras doenças não especificadas das c/j; problemas de saúde na família.

(4) Carência socioeconómica (13%), particularmente: pobreza; más condições habitacionais; desemprego dos cuidadores; prostituição.

A escolaridade à entrada no acolhimento, relativamente à idade nessa altura, pode ser indicadora do tipo de investimento que a c/j e a família faziam nas atividades escolares.

Nalguns casos a escolaridade marcada pelo insucesso e desinvestimento manteve-se ou agudizou-se durante o acolhimento e noutros casos a escolaridade marcada pelo insucesso e desinvestimento inverteu-se durante o acolhimento como veremos na parte do trabalho em que focamos o período de institucionalização.

No que diz respeito à escolaridade dos indivíduos (n=500) antes de ingressarem na resposta LIJ da CPL, independentemente da idade que tinham na altura, 6% não tinha qualquer escolaridade, 6.4% havia frequentado o jardim-de-infância, 2.8% havia frequentado o ensino pré-escolar, 66% tinha frequência do 1.º ciclo do ensino básico (e.b.), 15.6% tinha frequência do 2.º ciclo e.b., 1.6% tinha frequência do 3.º ciclo e.b., 0.6% tinha frequência do ensino secundário e, por fim, 0.4% tinham frequência de um curso profissional de nível II. Em relação a 0.6% dos indivíduos não se encontraram registos relativos à sua frequência escolar antes do acolhimento em LIJ.



Gráf. 4 – Situação escolar antes do acolhimento

1.2 Fase de institucionalização

A população em estudo (n=500)³⁶ foi admitida na resposta LIJ na CPL ao longo de vinte e nove anos (1983-2011), encontrando-se distribuída da seguinte forma: admitidos de 1983 a 1992 – 14%; de 1993 a 2002 – 77%; de 2003 a 2011 – 9%.

³⁶ n=500 – trata-se do número de processos psicossociais a que tivemos acesso e que representam parte substancial dos indivíduos que tiveram baixa definitiva ou processo de saída entre 2002 e 2011.

A distribuição etária das c/j, à data de entrada em LIJ, tem uma amplitude que vai dos três aos 17 anos de idade, como podemos observar: dos 3 aos 7 anos – 34.4%; dos 8 aos 12 anos – 53%; dos 13 aos 17 anos – 12.6%.

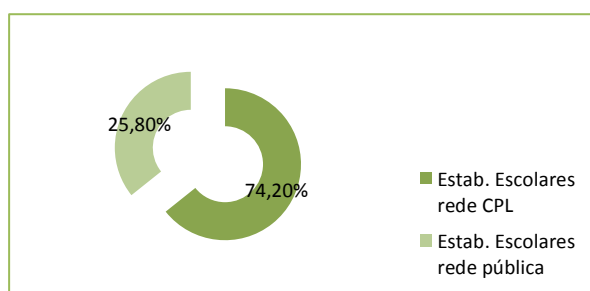
Dado que a proximidade da família, aquando da passagem das c/j pelo acolhimento, se verifica, genericamente, importante para o seu bem-estar geral recolhemos dados desta natureza tendo sido possível apreender que em 72.6% dos casos as famílias estavam domiciliadas no distrito em que se encontrava o LIJ.

Durante o tempo que estiveram em LIJ 19.8% das c/j empreenderam fugas ou ausências prolongadas a partir dessa mesma resposta social e 16.2% estiveram envolvidos em atos delinquentes.

No período de acolhimento 14.6% c/j tiveram acompanhamento pedopsiquiátrico e 19.2% tiveram seguimento psicoterapêutico.

63.2% das c/j foram avaliadas ao nível psicológico, tendo sido redigido um relatório nesse âmbito e 19.6% c/j foram alvo de um relatório sobre a sua saúde física. Regra geral este tipo de explicações era produzido aquando da entrada das c/j em acolhimento.

No que é relativo à frequência escolar da c/j em período de acolhimento em LIJ, podemos verificar que 84.2% passaram por estabelecimentos de ensino da rede CPL e 46.8% experienciaram escolas inseridas na rede pública de ensino, sendo que alguns frequentaram, em diferentes momentos, escolas da CPL e da rede pública.



Gráf. 5 – Estabelecimentos escolares frequentados

Analogamente ao tipo de ensino frequentado pelas c/j constatámos que 89% frequentaram o ensino regular e que 74.8% cursaram o ensino profissional. De salientar que muitas c/j passaram, em alturas diferentes por ambos os tipos de ensino enquanto estiveram acolhidos em LIJ.

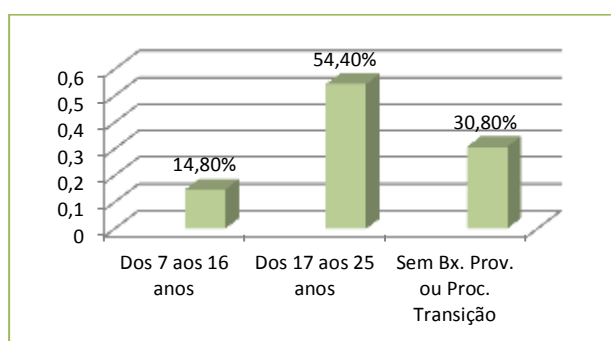
Da população analisada 3.8% dos indivíduos estudaram no ensino superior ainda em acolhimento. 11% das c/j usufruíram de ensino especial.

Relativamente a reprovações em acolhimento a observação dos processos psicossociais revelou que 23% das c/j reprovaram um ano letivo e que 14.4% reprovaram dois anos letivos. 8.2% reprovaram três ou mais anos. Em contraponto, 54.4% nunca reprovaram enquanto estiveram institucionalizados em LIJ na CPL.

A população examinada teve baixa provisória/processo de transição (b.p./p.t.) num período de dezasseis anos (1995 a 2010), sendo que entre 1995 e 2002, tiveram este procedimento 11.4% dos indivíduos e entre 2003 e 2010 saíram do acolhimento efetivo 57.8% das c/j a residirem em LIJ.

Relevante é verificar que 30.8% das c/j não tiveram, numa primeira fase, b.p./p.t., mas sim baixa definitiva/processo de saída (b.d./p.s.), isto é, foram, a partir de determinada altura, descarregadas do sistema nacional de acolhimento sem que houvesse uma fase de transição na prossecução da sua institucionalização.

As c/j em observação tiveram b.p./p.t. dos 7 aos 25 anos de idade, distribuídos percentualmente da seguinte forma: dos 7 aos 16 anos – 14.8% e dos 17 aos 25 anos – 54.4%. Reiteramos que não surgem as idades, em relação a este procedimento, de 30.8% das c/j, os quais saíram dos LIJ diretamente com b.d./p.s.



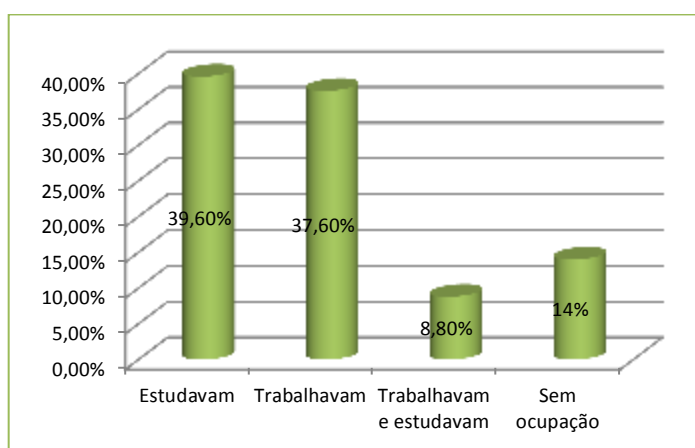
Gráf. 6 – Idade com que tiveram b.p./p.t.

No sentido de apreendermos quantos anos as c/j estiveram a residir em LIJ (da data do despacho de admissão à data do despacho de b.p./p.t.) recolhemos dados que nos indicam períodos temporais de 1 a 17 anos em acolhimento efetivo, que dividimos em quatro segmentos: de 1 a 5 anos – 9.8%; de 6 a 10 anos – 39.6%; de 11 a 15 anos – 19%; de

16 a 17 anos – 0.8%. Identicamente não mencionamos o tempo de acolhimento de 30.8% dos indivíduos, relativamente à b.p./p.t., porque este procedimento não existiu.

Alguns jovens, 6.8%, também considerados na nossa amostra, passaram pelas Residências e Apoio à Integração de Adolescentes (RAIA)³⁷ antes de terem b.d./p.s.

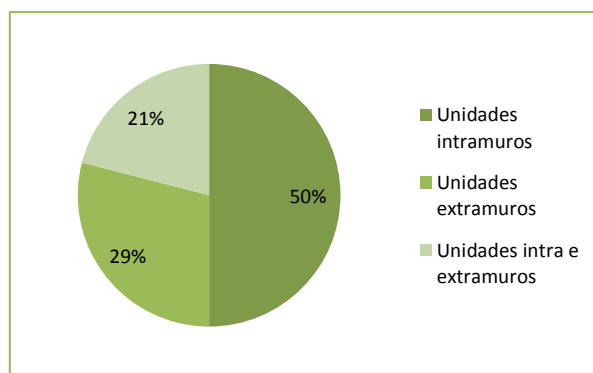
No que concerne à ocupação das c/j que saíram do acolhimento a partir da resposta LIJ ou RAIA, 39.6% apenas estudavam, 37.6% apenas trabalhavam e 8.8% trabalhavam e estudavam simultaneamente. Averiguámos que 14% das c/j não tinham qualquer ocupação quando cessaram o acolhimento.



Gráf. 7 – Situação ocupacional na cessação do acolhimento

No que se refere à localização das residências de acolhimento (LIJ/RAIA) em que estiveram acolhidos os indivíduos da população em estudo, verificámos que 50% das c/j passaram por espaços físicos localizados intramuros em relação ao colégio/centro de educação e desenvolvimento (CED) a que se encontravam afetos e 29% das c/j passaram por unidades situadas extramuros. Alguns indivíduos (21%) passaram por ambas as experiências (intra e extramuros), nomeadamente alguns jovens que passaram pela resposta RAIA.

³⁷ Informações complementares sobre o Projeto RAIA podem ser consultadas nos anexos.



Gráf. 8 – Localização física das unidades de acolhimento (entre 2002 e 2011)

A amostra contactada no âmbito do *follow-up* telefónico (n=137) foi admitida na resposta LIJ na CPL ao longo de vinte e três anos (1988-2010), encontrando-se distribuída da seguinte forma: admitidos de 1988 a 1995 – 28.5%; de 1996 a 2003 – 68.6%; de 2004 a 2010 – 2.9%.

A distribuição etária das c/j, à data de entrada em LIJ, tem uma amplitude que vai dos quatro aos quinze anos de idade, como podemos observar: dos quatro aos oito anos – 49%; dos nove aos treze anos – 45.9%; dos catorze aos quinze anos – 5.1%.

A amostra examinada teve b.p./p.t. num período de doze anos (1999 a 2010), sendo que entre 1999 e 2004, tiveram este procedimento 8.1% dos indivíduos e entre 2005 e 2010 saíram do acolhimento efetivo 64.9% das c/j a residirem em LIJ. Relevante é verificar que 27% das c/j não tiveram, numa primeira fase, b.p./p.t., mas sim b.d./p.s., isto é, foram, a partir de determinada altura, descarregadas do sistema nacional de acolhimento sem que houvesse uma fase de transição na prossecução da sua institucionalização.

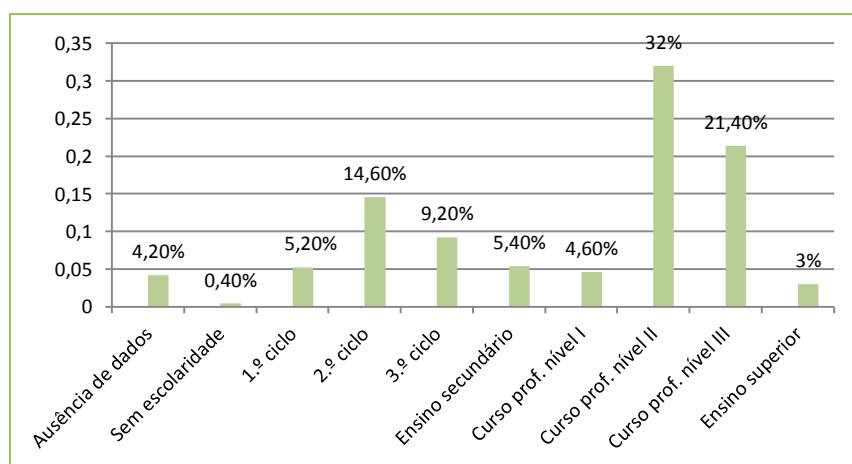
As c/j em observação tiveram b.p./p.t. dos onze aos dezassete anos de idade, distribuídos percentualmente da seguinte forma: dos onze aos dezassete anos – 30.7% e dos dezoito aos vinte e quatro anos – 42.3%. Reiteramos que não surgem as idades, em relação a este procedimento, de 27% das c/j, os quais saíram dos LIJ diretamente com b.d./p.s.

No sentido de apreendermos quantos anos as c/j estiveram a residir em LIJ (da data do despacho de admissão à data do despacho de b.p./p.t.) recolhemos dados que nos indicam períodos temporais de um a dezassete anos em acolhimento efetivo, que dividimos em quatro segmentos: de um a cinco anos – 7.9%; de seis a dez anos – 43.1%; de onze a quinze anos – 20.6%; de dezasseis a dezassete anos – 1.4%. Identicamente não

mencionamos o tempo de acolhimento de 27% dos indivíduos, relativamente à b. p. ou p. t., porque este procedimento não existiu.

Ao saírem da resposta LIJ/RAIA a maioria dos jovens apenas estudava (54.7%). Verificámos que 24.8% apenas trabalhavam, 8.8% trabalhavam e estudavam simultaneamente e 8.8% procuravam emprego. 2.9% das c/j não se encontravam em nenhuma das situações referidas anteriormente.

No que toca ao nível de escolaridade que as c/j frequentavam ou haviam concluído no ano em que cessaram o acolhimento, destacam-se três situações tipo: curso profissional de nível II (com equivalência ao 3.º ciclo e.b.), 32%; curso profissional de nível III (com equivalência ao ensino secundário), 21.4%; 2.º ciclo e.b., 14.6%. É de evidenciar que 32% das c/j tinham outras situações escolares quando cessaram o acolhimento em LIJ/RAIA na CPL.



Gráf. 9 – Situação escolar na cessação do acolhimento

A população considerada nesta investigação teve b.d./p.s. entre 2002 e 2011. Este período temporal de dez anos foi dividido em duas partes, considerando a descargas das respostas de acolhimento LIJ e RAIA de forma percentual: de 2002 a 2006 (29%) e de 2007 a 2011 (71%).

Analisados os processos psicossociais, verificámos que entre o despacho de b.p./p.t. e o despacho de b.d./p.s. podem ter existido períodos temporais variados que podem ter ido de um a onze anos. Seccionámos este período em três partes: de 1 a 4 anos (55.4%); de 5 a 8 anos (10%); de 9 a 11 anos (0.4%). Uma percentagem significativa de c/j (34.2%) não

usufruíram do procedimento de b.p./p.s., tendo deixado de residir em LIJ ou em RAIA com b.d./p.s.

Na extensão da duração, em anos, do tempo que cada c/j passou ligada ao acolhimento em LIJ (e RAIA) na CPL, isto é, desde o despacho de admissão até ao despacho de b.d./p.s., percecionamos que pode ter ido de um a vinte e quatro anos, que dividimos em quatro intervalos: de um a seis anos (15.6%); de sete a doze anos (55.4%); de treze a dezoito anos (25.6%); de dezanove a vinte e quatro anos (2.6%). Em relação a uma percentagem residual de indivíduos, 0.8%, uma vez que tiveram despacho de admissão e despacho de b.d./p.s. no mesmo ano, não foram considerados neste apuramento porque o seu período de acolhimento em LIJ foi inferior a um ano.

No domínio da idade dos indivíduos no ano em que tiveram b.d./p.s., conclui-se que os mesmos tinham entre oito e trinta e um anos de idade. Este espetro etário foi dividido em quatro fracionamentos: dos oito aos treze anos (5.2%); dos catorze aos dezanove anos (46.2%); dos vinte aos vinte e cinco anos (44%); dos vinte e seis aos trinta e um anos (4.6%).

Sobre os motivos que levaram as c/j a cessarem o acolhimento em LIJ/RAIA elencámos cinco configurações principais, sendo que em muitos casos o acolhimento cessou devido a uma conjugação de fatores, à semelhança do que aconteceu relativamente aos motivos que determinaram o acolhimento das c/j em LIJ.

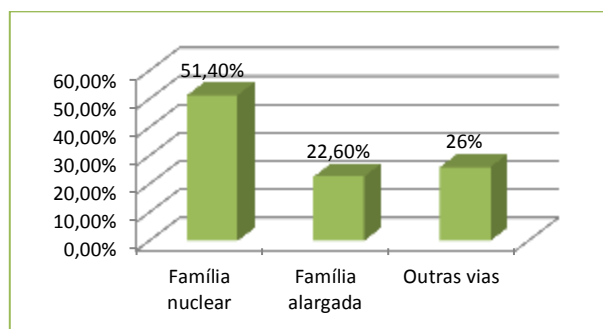
Por reintegração familiar ou constituição de família – 52.6%	Por autonomização – 11.4%	Por continuação de tutela institucional noutra resposta – 4.5%	Devido a fatores educativos e/ou profissionais – 12.7%	Devido a fatores individuais – 18.8%
---	----------------------------------	---	---	---

Quadro 3 - Motivos conducentes à cessação do acolhimento

Quando deixaram a resposta LIJ no âmbito da b.p./p/t., 62.6% das c/j continuaram a ser apoiadas pela genericamente pela CPL, mas sem equipa de enquadramento, sendo que nesta percentagem se integram, especificamente, 34.8% que foram amparados pelas Equipas de Apoio à Inserção Familiar (AIF); relativamente a 2.6% dos indivíduos não foi encontrado registo de apoio institucional nesta fase de transição.

Na altura em que deixaram o LIJ/RAIA 45.2% trabalhava e 51.4% estudava. Não foi possível coletar dados sobre 3.4% dos educandos na altura em que efetivaram a transição do acolhimento.

Ao saírem das unidades residenciais LIJ, 51.4%% das c/j integraram a família nuclear e 22.6% integraram a família alargada. Os restantes 26% das c/j seguiram outras vias como, por exemplo, a autonomização de vida.



Gráf. 10 – Destino à saída do acolhimento

1.3 Fase de pós-institucionalização

Em 2014 a população em estudo (n=500) tinha idades compreendidas entre os 13 e os 38 anos.

Relativamente ao país de (re)inserção após saírem do acolhimento, verificamos que 86.6% dos indivíduos permaneceram em Portugal, sendo que os restantes 8.4% emigraram para outros países, principalmente europeus. Não foi possível coligir dados desta natureza sobre 5% dos indivíduos por ausência de informação de suporte.

O grupo analisado, após a saída dos LIJ ou de RAIA, domiciliou-se maioritariamente no concelho de Lisboa (44%); noutros concelhos do distrito de Lisboa (28.6%); noutros concelhos pertencentes a diferentes distritos do território nacional (12.8%). Não foi possível saber quais os concelhos em que passaram a habitar 14.6% dos indivíduos, encontrando-se entre estes os 8.4% que emigraram.

No decurso desta investigação considerámos pertinente saber a opinião dos indivíduos sobre o que teriam mudado na sua passagem pelo acolhimento na CPL ao nível da sua postura individual e ao nível da resposta institucional, por tal colocámos esta questão aquando dos contactos telefónicos de *follow-up* diretos. De fora ficam os *follow-up's* indiretos dado que não foi possível obter o sentir dos indivíduos na primeira pessoa. Desta

forma, foram referidas, por noventa indivíduos, três tipos de sensibilidades que considerámos como positivas, negativas e conciliadas. Socorremo-nos de alguns exemplos de frases emanadas pelos nossos interlocutores, no decorrer das entrevistas telefónicas, para ilustrarmos os vários tipos de sensibilidades³⁸.

Sensibilidades positivas

- *“Fui calma e tranquila e sempre ouvi todos os conselhos que me deram. Fui bem preparada para o futuro e tenho muito orgulho em ter sido casapiana.”* • Catalina, 24 anos
- *“Foi positivo porque me ajudou em relação às companhias e integrei-me socialmente.”* • Isidoro, 24 anos

Sensibilidades negativas

- *“A Casa Pia não quis pagar o curso. Senti-me desapoiada porque não me pagaram o curso.”* • Alzira, 26 anos
- *“Era preciso mais ajuda e acompanhamento na saída.”* • Ofélia, 24 anos

Sensibilidades conciliadas

- *“A Casa Pia deu-me tudo. No fim deu-me um pontapé. A ajuda na transição foi muito necessária e não tive nada. Passei muitas dificuldades quando saí.”* • Abel, 26 anos
- *“Foi tudo bom mas na fase de transição não gostei do acompanhamento que tive.”* • Sofia, 25 anos

2. Observação da amostra (n=50)

2.1 Fase de pré-institucionalização

Simultaneamente, apresentamos aspetos relacionados com a amostra (n=50), sobre a qual apreendemos alguns aspetos multidimensionais que a envolvem, sendo que a isolámos a partir da população em apreço (n=500) para analisarmos os dados empíricos recolhidos através das entrevistas presenciais, no sentido de expormos as perceções dos indivíduos sobre a época de pré-institucionalização. Olhamos esta fase dos seus percursos

³⁸ Mais à frente referiremos os dados recolhidos neste mesmo contacto telefónico em relação aos entrevistados presenciais (n=50).

como um tempo útil a ter em conta nas suas trajetórias de vida, dado que as experiências dos indivíduos nos foram relatadas na primeira pessoa.

A amostra (n=50) é composta maioritariamente por indivíduos do sexo masculino, tendo sido concretizadas cinquenta entrevistas presenciais, o que corresponde a 100% em relação ao proposto no projeto de pesquisa e foram admitidos na resposta LIJ na CPL num espaço temporal de onze anos. À data de admissão na resposta LIJ, na CPL, as c/j da amostra tinham idades compreendidas entre os quatro e os catorze anos.

Relativamente às áreas geográficas de origem das c/j na altura em que foram acolhidas em LIJ, constatámos que a maioria provinha do concelho de Lisboa, outros pertenciam a outros concelhos do distrito de Lisboa e uma parte residual era oriunda de concelhos de diferentes distritos do território nacional.

No sentido de concretizar uma caracterização da situação anterior ao acolhimento em LIJ na CPL, apelámos às representações e memórias que os indivíduos (n=50) tinham, sobre as pessoas com as quais haviam vivido, antes de serem acolhidos e às suas perceções sobre as razões que os encaminharam para o acolhimento.

Ao terem tido conhecimento que iam ser integrados num LIJ, muitos indivíduos experienciaram sentimentos negativos, sendo que a globalidade dos entrevistados não foi chamada a participar na decisão, potencialmente por terem uma idade/maturidade reduzida. Outros foram ouvidos sobre essa decisão, mas alguns não se recordam de ter sido chamados a participar. Uma margem residual assumiu que a sua opinião sobre o ingresso foi considerada.

Quando deram entrada em LIJ, a generalidade das c/j experienciaram sentimentos negativos, positivos ou indefinidos, como exemplificaremos mais à frente. A determinação do acolhimento foi uma “boa decisão” para a maior parte dos entrevistados, embora alguns, numa fase inicial, não tenham concordado/compreendido a resolução, o que os levou a experienciarem rejeição/ansiedade.

A amostra, entrevistada presencialmente, deu-nos a sua perceção sobre a própria proveniência antes de ingressar em LIJ na CPL, a qual agrupámos em três classes separadas: família (nuclear - monoparental ou não; alargada; reconstituída; compósita), de uma outra resposta social afeta à CPL (CAT; UE; REF; etc.), de uma resposta social exterior à CPL (CAT; UE; etc.).

Na indiscutível maioria dos casos, a família da qual provinham era monoparental por viuvez ou por separação dos progenitores, tendo-se reconstituído nalgumas situações. Em situação de orfandade, total ou parcial, apresentavam-se algumas c/j. À data de ingresso em acolhimento a maioria dos entrevistados tinha irmãos.

No que concerne ao percurso escolar antes da institucionalização, a maioria dos indivíduos da amostra (n=50) iniciou a sua vida escolar entre os cinco e os seis anos, embora alguns tenham referido o começo entre os três e os quatro anos e entre os sete e os oito anos.

À data da admissão em acolhimento a generalidade dos entrevistados frequentava o 1.º ciclo e.b., sendo que os restantes encontravam-se distribuídos pela frequência do 2.º e do 3.º ciclo e.b., pelo ensino pré-escolar e alguns não tinham frequência do sistema de ensino.

Relativamente aos motivos que conduziram as c/j da amostra (n=50) ao ingresso na resposta LIJ na CPL, agrupámos as suas perceções de acordo com quatro ordens: 1) ausência ou instabilidade do suporte familiar (abandono dos cuidadores; reclusão dos cuidadores; orfandade parcial ou total; rejeição dos cuidadores; instabilidade familiar); 2) maus-tratos (violência doméstica; maus-tratos e negligência dos cuidadores (familiar ou institucional); absentismo escolar); 3) carência socioeconómica (pobreza; más condições habitacionais; desemprego dos cuidadores); 4) doença e comportamentos aditivos dos cuidadores (alcoolismo; toxicodependência; outras doenças não especificadas).

Outros indivíduos associam como problemáticas conducentes ao acolhimento duas das categorias anteriormente mencionadas: carência socioeconómica e maus-tratos ou carência socioeconómica e ausência ou instabilidade do suporte familiar. Assim, apresentamos quatro categorias isoladas e duas categorias associadas. A que surge com maior saliência é a categoria agregada carência socioeconómica e ausência ou instabilidade do suporte familiar.

2.2 Fase de institucionalização

A amostra teve b.p./p.t., a partir de LIJ/RAIA, durante um período de sete anos. Uma parte da amostra não teve este procedimento, mas sim b.d./p.s. Os casos em análise tiveram

b.p./p. t. entre os onze e os vinte e um anos de idade. Efetivamente, a amostra teve um período de acolhimento em LIJ ou em LIJ e RAIA o qual pode ter ido dos quatro aos dezanove anos.

Relativamente à situação ocupacional das c/j quando saíram do acolhimento a maior parte estudava e os restantes trabalhavam, ou trabalhavam e estudavam, sendo que alguns procuravam emprego.

No decurso desta pesquisa julgámos adequado saber a apreciação da amostra, que iríamos posteriormente entrevistar presencialmente, sobre o que teriam alterado na sua passagem pelo acolhimento na CPL ao nível do seu comportamento pessoal e ao nível da resposta institucional, pelo que colocámos esta questão aquando dos contactos telefónicos de *follow-up* diretos. Assim, foram referidas sensibilidades positivas, negativas e conciliadas, como podemos confirmar pelas frases provindas dos nossos inquiridos de que nos servimos a título de exemplo.

Sensibilidades positivas

- | | | |
|--|--|--|
| <ul style="list-style-type: none"> • “ (...) acho que foi bom (...) ” • “Fui eu que pedi!” | <ul style="list-style-type: none"> • “Contribuiu para a formação da minha personalidade e para não andar pelas ruas. Foi positivo.” • “Mantinha tudo igual. Foi a melhor coisa que me poderia ter acontecido.” | <ul style="list-style-type: none"> • Aldair, 24 anos • Angélico, 29 anos |
|--|--|--|

Sensibilidades negativas

- | | | |
|--|---|---|
| <ul style="list-style-type: none"> • “ (...) nós sabíamos que não estávamos nas melhores condições, e não tínhamos rotinas e hábitos que devíamos ter naquela altura.” • “Foi o melhor para nós, sem dúvida alguma.” | <ul style="list-style-type: none"> • “No fim, mudava a forma como os educadores atuavam; era diferente de quando entrei. Agora, parece que têm medo de educar.” • “Mais acompanhamento com um projeto delineado desde cedo. Só na fase adulta poderá ser um pouco tarde.” | <ul style="list-style-type: none"> • Madalena, 24 anos • Dinis, 26 anos |
|--|---|---|

Sensibilidades conciliadas

- *“Acho bem... mas não gostei (...)”* (quando entrou)
- *“Foi positivo porque tinha amigos no lar. Foi negativo porque ficava triste quando a minha mãe não me ia buscar ao fim de semana.”*
- *“ (...) foi uma forma dela me meter lá dentro para me pagarem os estudos (...)”* (mãe)
- *“Foi positivo porque me ajudaram em muitos aspetos. Senti falta de apoio na saúde quando saí do lar.”*
- Otoniel, 19 anos
- Clemente, 25 anos

No âmbito do período de institucionalização, avaliamos o percurso dos indivíduos recorrendo às suas perceções sobre o quotidiano institucional: vida pessoal, sociofamiliar, relacional e escolar/profissional. Assim, aproximamo-nos das representações individuais através das descrições pessoais sobre o dia-a-dia.

A adaptação às novas regras institucionais foi positiva para a maior parte dos indivíduos. Contudo, para outros a adaptação foi difícil/complicada, principalmente a nível emocional perante o contacto com um meio desconhecido.

Os entrevistados diferenciaram as regras institucionais ao nível educativo e ao nível comportamental. Assim, referiram ao nível educativo, aquelas que se relacionavam com a frequência escolar, com a higiene e organização pessoal e dos espaços e regras de conduta individual. Na extensão comportamental os sujeitos aludiram a aspetos relacionados com a educação e cortesia, ao mesmo tempo que era estimulada a relação de irmãos interpares.

As regras quotidianas eram definidas essencialmente pelos educadores, mas alguns indivíduos indicaram que eram definidas pela estrutura hierárquica da CPL e aplicadas pelos educadores. As regras eram discutidas em conjunto para a maioria mas, um número substancial de indivíduos, considera que as regras eram impostas pelos adultos, sem haver espaço de debate.

Genericamente, as regras foram consideradas importantes ao nível comportamental, da formação da personalidade e da autonomia, mas uma margem residual exprimiu-se no sentido de não considerar as regras importantes dado serem exageradas, por serem circunscritas as determinadas áreas ou porque não permitiam oportunidades.

Tendo em conta a percepção e a avaliação do modo de organização da instituição pelos indivíduos, a maior parte destes disse-nos que cumpria as regras, embora alguns referissem que nem sempre as cumpriam.

Quando as regras não eram cumpridas, os sujeitos referenciaram que existiam consequências, tais como sanções disciplinares as quais poderiam passar por repreensões, aumento do tempo de estudo, maior rigidez no cumprimento de horários ou realização de maior número de tarefas domésticas.

A relação estabelecida com a família, em termos de qualidade e de quantidade, poderá ter influência numa melhor ou pior integração social aquando da saída do acolhimento, na medida em que a família está mais próxima ou mais afastada dos pormenores diários presentes na vida das c/j e, assim, conhece melhor ou pior o jovem que recebe.

A frequência das visitas dos educandos às famílias, pode ser indicador do tipo de relacionamento que era mantido pelas partes durante o acolhimento institucional. Por outro lado, as visitas das famílias aos educandos podem ser reveladoras do tipo de relacionamento que era mantido pelas partes durante o acolhimento institucional.

Os contactos telefónicos, por carta ou por visita, entre os educandos e as suas famílias indicam-nos o tipo de interação que as partes estabeleciam entre si e o nível relacional presente entre os significativos.

A satisfação ou insatisfação sentida pelas c/j através dos contactos que estabeleciam com os familiares indicam-nos se existia, ou não, uma boa relação entre as partes durante o período do acolhimento.

A participação das famílias no percurso escolar/profissional das c/j poderá ter influência numa melhor ou pior integração social aquando da saída do acolhimento.

Pouco mais de metade dos indivíduos confirmaram que existiam regras específicas relativas às visitas que os educandos recebiam ou faziam, as quais passavam pela identificação e responsabilização dos visitantes ou de quem recebia os educandos, nomeadamente ao nível do acompanhamento nas deslocações e do cumprimento de horários.

Também, em relação à escola, existiam regras específicas a serem observadas, tal como nos informa integralmente a amostra, as quais se prendiam com aspetos como a assiduidade, pontualidade, bom comportamento e investimento nas atividades letivas.

As regras da instituição foram importantes para os indivíduos ao nível da formação da personalidade, do desenvolvimento e na adoção de códigos de conduta, nomeadamente na educação dos filhos.

A maioria dos indivíduos, entrevistados presencialmente (n=50), referiu alguns dos seus gostos no quotidiano institucional, isto é, certos aspetos que lhe davam mais satisfação, sendo que ressaltam a convivialidade, as boas condições habitacionais, as rotinas diárias, a oportunidade de poderem estudar e de terem férias e atividades de lazer, como integrando uma educação integral. Entre os aspetos menos apreciados são mencionados, entre outros, os conflitos relacionais, a falta de privacidade e o afastamento da família.

Para a generalidade dos jovens, a instituição tinha organizado um projeto de vida, o qual era comum aos outros jovens contemporâneos na resposta social. Para outros sujeitos a instituição tinha desenhado um projeto de vida que era individualizado. Na perceção de diversos inquiridos, a instituição tinha organizado um projeto de vida para o indivíduo que era semelhante ao dos seus pares nalguns aspetos e diferente noutros. Finalmente, alguns auscultados negaram a existência da construção de qualquer projeto de vida por parte da instituição.

O modo de organização do LIJ era semelhante a uma família devido à existência de regras familiares típicas (mas em maior número), à existência de relações interpessoais de qualidade e ao sentimento de pertença institucional – o LIJ era percecionado por alguns indivíduos como sendo a sua casa.

Outros casos exprimiram que o modo de organização do LIJ não era semelhante a uma família devido ao afastamento da família biológica, à elevada coexistência de indivíduos e à relação institucional que era mantida (impessoalidade; anonimato; distanciamento; respeito) e não de afeto – o que denota um *ratio* desequilibrado.

Por fim, alguns indivíduos revelaram que o modo de organização do LIJ era, concomitantemente, semelhante e diferente a uma família porque, por um lado, consideravam o LIJ “a sua casa”, porque existia bom relacionamento interpares (bom

ambiente / entreajuda) e porque passavam muito tempo juntos, mas, por outro lado, por vezes, existia violência física e falta de respeito entre educandos e para com os educadores.

No LIJ alguns indivíduos sentiam-se “presos” devido ao afastamento familiar; à existência de restrição de movimentos e/ou de relacionamentos, porque recusavam o acolhimento ou pelo tipo de educação que recebiam (qualidade das inter-relações). Outras pessoas disseram que, enquanto estiveram acolhidos, podiam oscilar entre um sentimento de “liberdade” e um sentimento de “aprisionamento” porque a liberdade era limitada e controlada ou porque existiam, por exemplo, diferenças de abordagem aos educandos ao nível do género.

O sentir-se “livre” ou “aprisionado” também se relacionava com o estado de espírito circunstancial devido à impossibilidade de coexistência familiar, devido à localização geográfica do LIJ. Também podiam ter um sentimento de liberdade porque nunca sentiram a mesma declinada e um sentimento de clausura porque os horários eram muito controlados; podiam ter um sentimento de liberdade porque tinham garantias de bem-estar enquanto crianças e possuíam um sentimento de clausura porque tinham que dar satisfações (sentiam-se controlados).

Por fim, alguns entrevistados indicaram que se haviam sentido “livres”, enquanto viviam no LIJ, devido à ausência de restrição de movimentos físicos, à existência de bem-estar e de regras orientadoras.

Na perceção da maioria dos jovens, durante o tempo em que estiveram no LIJ/RAIA, não tiveram comportamentos que a instituição considerasse preocupantes, mas um grupo restrito, pelo contrário, revelou que teve condutas preocupantes a vários níveis (comportamental; criminal; educativo; escolar; socio relacional).

No âmbito das perceções e práticas da vida social/relacional, o que engloba o perfil dos amigos/relações, sentimentos, atividades e procedimentos quotidianos durante o período de institucionalização, a generalidade dos entrevistados assumiu ter tido uma relação positiva com os técnicos que operavam no LIJ, nomeadamente educadores, sendo que consideravam alguns (um, dois ou três) mais próximos de si durante o período de acolhimento.

No que toca a ações específicas desenvolvidas por técnicos afetos ao LIJ/RAIA, sentidas como tendo sido importantes, no sentido de preparar o futuro das c/j, foram

mencionadas, a título ilustrativo, a construção do projeto de vida, o estabelecimento de rotinas diárias e inerente responsabilização, a participação em atividades desportivas e de lazer, a promoção da saúde e a transmissão de valores pessoais e de convivialidade.

A maioria dos auscultados teve, durante o acolhimento, auxílio especial no âmbito da psicologia ou do apoio escolar, como por exemplo, explicações e, sensivelmente, metade da amostra, considerou que foi positivo o usufruto desse apoio.

Tendo em conta as relações interpares dos entrevistados (os amigos na instituição), concluímos que existiam boas relações interpessoais embora, por vezes, existissem conflitos, essencialmente, porque foram construídas relações satisfatórias/saudáveis, num bom ambiente, (afeto; solidariedade; proteção; amizade; cumplicidade; respeito; etc.), sendo que algumas ainda perduram na atualidade.

Mais especificamente, maioritariamente, a relação da amostra com os colegas de quarto era positiva (afeto; saudável; próxima; cumplicidade; protetora; familiar; autoridade; interconhecimento; estabilidade) embora, por vezes, também existissem conflitos.

Grande parte dos entrevistados assumiu que eram recorrentes os conflitos interpares e que os mesmos eram resolvidos através de atos de violência, através do diálogo ou recorrendo à condescendência.

No que se refere às visitas em tempo de acolhimento, parte significativa das c/j visitavam as famílias ou contactavam com estas semanalmente ou quinzenalmente, aos fins de semana, e em férias escolares. Quase todos os inquiridos podiam visitar amigos e familiares no exterior do LIJ desde que combinado e autorizado pelos cuidadores.

As c/j eram, na generalidade, acompanhados por familiares nas idas e nos regressos a casa numa fase inicial e, posteriormente, passaram a empreender as deslocações sozinhos numa sequência que se prendia com o seu amadurecimento e autonomia. Porém, alguns mencionaram que eram sempre acompanhados por familiares nas deslocações. A maioria dos entrevistados escusou-se a responder sobre os sentimentos experimentados quando via os familiares menos vezes, no entanto, alguns disseram ter tido sentimentos negativos.

Os contactos telefónicos com pessoas do exterior eram permitidos desde que a autorização para os efetuar fosse solicitada segundo horários previamente acordados. Os contactos telefónicos eram feitos em condições de privacidade.

No que se alude a conversas dos técnicos com as c/j, sobre as famílias dos segundos, as opiniões dividem-se, sendo que uma parte referiu que essa temática não era abordada e outra metade expôs que lhe falavam sobre a família no sentido de partilharem como se encontravam e como se relacionavam e para estimular a reaproximação familiar.

A maior parte da amostra não gostava de ter podido passar mais tempo fora da instituição porque em sua casa sentia-se sozinha, porque foi o período de tempo necessário para o seu desenvolvimento ou porque se sentia bem integrada no LIJ, uma vez que interagiam muito com o exterior, nomeadamente através da frequência escolar. Uma orla da amostra referiu que gostaria de ter podido passar mais tempo fora do acolhimento, mas reconhece as difíceis condições sociofamiliares, embora fosse gratificante estar com a família e, também porque gostava de se ter tornado autónoma mais cedo.

A maioria dos sujeitos referiu que em acolhimento tinha amigos fora do LIJ, nomeadamente na escola e na zona habitacional da família. Para muitos, os amigos mais importantes, nesta época, foram os do LIJ porque constituíam uma estrutura sólida (proximidade; cumplicidade; confiança; convívio; apoio), dado que partilhavam o mesmo tipo de situações.

Para outros entrevistados, ambos os amigos (do LIJ e do exterior) foram importantes porque uns e outros tiveram influência na sua personalidade/desenvolvimento porque, com os amigos do LIJ, podiam partilhar histórias de vida semelhantes e os amigos do exterior permitiam-lhes ter outra noção de família. Assim, era possível que existisse proximidade relacional (entreaajuda; convívio) com os dois. Contudo, para uma parte residual de indivíduos os amigos mais importantes, nessa época, foram os que tinham no exterior do LIJ porque colmatavam lacunas sentidas no acolhimento, partilhavam interesses comuns e passavam mais tempo juntos e, também, porque permitiam o contacto com outras realidades/experiências e aproximavam-se mais do padrão social comum. Bastantes inquiridos ainda têm na atualidade relações de amizade criadas no período de acolhimento com pessoas exteriores à instituição.

A escolaridade adquirida até ao fim do acolhimento institucional pode ser indicadora do (in)sucesso da integração social na medida em que uma baixa escolaridade não permite empregabilidade ou apenas possibilita empregabilidade precária. Também, as

escolas frequentadas pelos jovens, durante o período de acolhimento, podem indicar como foi trabalhada pelo LIJ a integração social.

Relativamente às perceções dos indivíduos sobre as suas práticas de vida escolar, durante o período de institucionalização, recolhemos dados relevantes para a compreensão das suas trajetórias de vida antes, durante e após a institucionalização. Praticamente todos os entrevistados iam à escola quando estavam em acolhimento, embora uma parte muito residual admita que, às vezes, era absentista.

O facto de o LIJ promover ações de orientação escolar e profissional pode demonstrar a forma como a instituição se posiciona face aos percursos empreendidos pelas c/j no âmbito escolar e profissional.

A realização de curso profissional, durante o período de acolhimento, pode permitir compreender como foi o (in)sucesso da integração social. Em acolhimento a maior parte dos sujeitos frequentaram cursos profissionais de nível II ou de nível III e, uma ínfima parte, frequentou o ensino superior ainda em acolhimento. O apreço, ou não, dos jovens pela frequência escolar pode ser indicador do seu (in)sucesso ao nível da integração social.

Indagados sobre o que mais gostavam na escola, os entrevistados salientaram aspetos de que gostavam mais e outros de que gostavam menos.

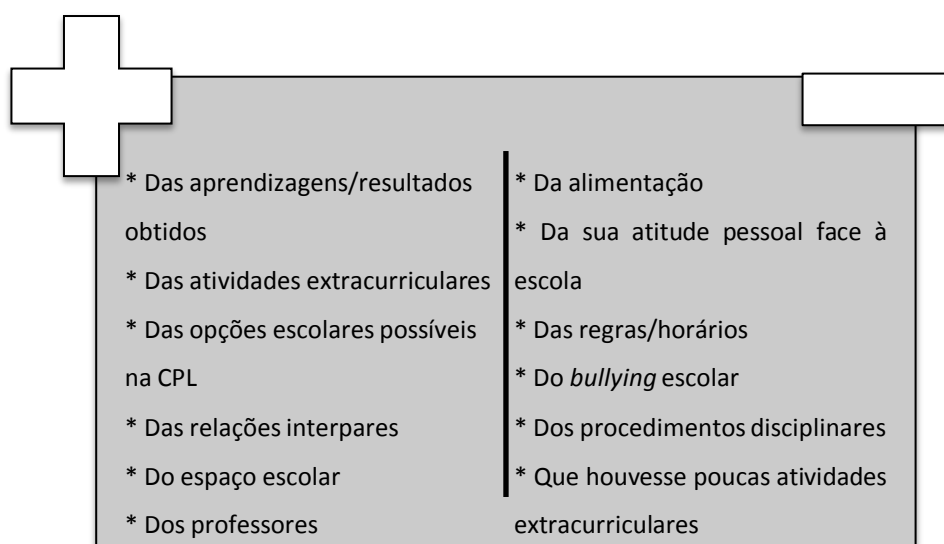


Fig. 18 – Aspetos escolares de satisfação e insatisfação

No LIJ as c/j contavam com apoio escolar de educadores, monitores, colegas ou de explicadores. Verificava-se a existência de contactos regulares entre a escola e o LIJ e vice-versa. A maior parte dos entrevistados disse ter como encarregado de educação os educadores (enquanto grupo).

Enquanto frequentaram a escola, durante o período de acolhimento, não tiveram problemas nesta, nem se sentiram discriminados por se encontrarem acolhidos pois os colegas e professores reagiam com naturalidade o que fomentava a sua integração, embora alguns colegas demonstrassem curiosidade por conhecer um estilo de vida diferente do padrão comum. Não obstante, alguns sentiram-se relativamente descriminados por colegas e professores em virtude de pressentirem, da parte destes, comiseração, demasiada proteção ou preconceito.

Após saírem do acolhimento a generalidade dos sujeitos continuou a estudar e alguns frequentaram e/ou concluíram alguns ciclos de estudo no ensino superior. De salientar que um subgrupo, relevante na amostra, não voltou a estudar tendo evocado razões como a dispensabilidade de mais formação, a dificuldade de conciliar o emprego e as atividades escolares e dificuldades económicas.

No remate da fase de institucionalização abordamos a perceção e práticas da vida profissional com o intuito de compreendermos a preparação que a instituição proporcionou para facilitar a transição para a integração socioprofissional.

A maioria das pessoas disse-nos que não teve qualquer experiência profissional durante o período de acolhimento e os que tiveram práticas profissionais, ainda institucionalizados, referiram várias áreas de intervenção desde, essencialmente no setor terciário.

A generalidade dos sujeitos começou a trabalhar entre os dezassete e os vinte anos e de seguida surge-nos um subgrupo que começou a trabalhar entre os treze e os dezasseis anos e, muitos, sentiram-se satisfeitos com o primeiro emprego devido às relações interpessoais que estabeleceram e, também, porque se sentiram valorizados e mais responsáveis, tendo, alguns, sentido afinidade com a área laboral.

Para metade dos inquiridos o facto de começar a trabalhar não influenciou o seu percurso escolar, mas um subgrupo relevante expôs a sua opinião sobre o facto de trabalhar ter tido influência no seu percurso escolar.

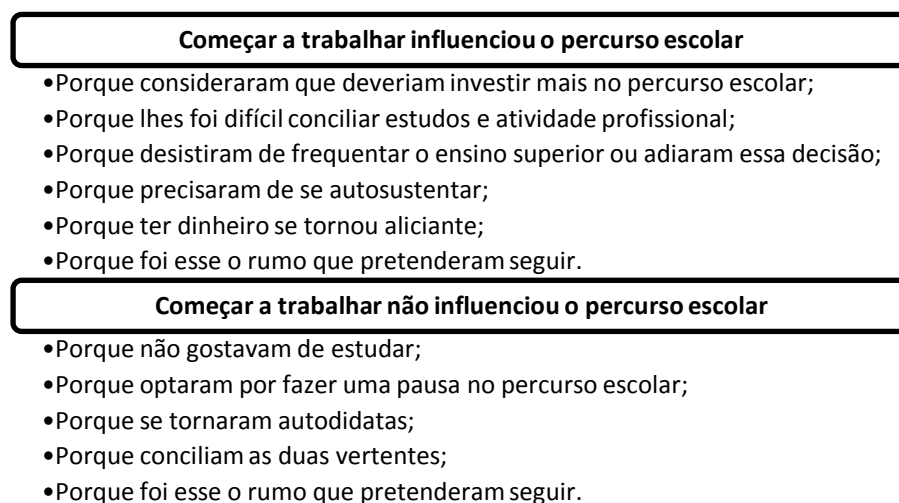


Fig. 19 – Influência do início da atividade laboral no percurso escolar

2.3 Fase de Pós-Institucionalização

Quando deixou o acolhimento (LIJ/RAIA), a maioria dos indivíduos (re)inseriu-se no concelho de Lisboa, sendo que uma parte relevante passou a habitar noutros concelhos do referido distrito, uma pequena parte foi viver para concelhos pertencentes a outros distritos do território nacional e poucos indivíduos foram viver para outro país. Todavia, à data das entrevistas presenciais verificámos que já havia existido alguma mobilidade geográfica dos indivíduos, embora restrita na maior parte dos casos. Assim, metade habitava no concelho de Lisboa, uma parte significativa encontrava-se a morar noutros concelhos do distrito de Lisboa e um pequeno número estava em concelhos pertencentes a outros distritos do território nacional.

Para que a investigação nos mostrasse mais nitidamente as trajetórias individuais foi pertinente realizar uma avaliação do confronto entre as expectativas e a realidade. Logo, sondámos os sujeitos sobre os sonhos/expetativas que tinham, enquanto estavam ainda em acolhimento em relação à sua vida futura, pelo que nos mencionaram “sonhos” que ordenámos em duas áreas: pessoais/familiares e escolares/profissionais. Outras pessoas referiram não terem sonhos para o futuro naquela época.



Fig. 20 – Aspirações para o futuro em tempo de acolhimento

Começámos por considerar o modo e o processo de saída da instituição. Neste campo de ação concluímos que a amostra deixou, maioritariamente, de viver em LIJ entre os dez e os dezasseis anos de idade e um subgrupo, mais pequeno, teve b.p./p.t. entre os dezassete e os vinte e três anos, alguns a partir de RAIA.

Quarenta e um indivíduos que compõem a amostra (n=50) deixaram o acolhimento a partir de um LIJ e nove indivíduos cessaram a sua passagem pelo acolhimento institucional tendo saído do projeto RAIA. Dos indivíduos que deixaram o acolhimento a partir de um LIJ, alguns continuaram a ser acompanhados por uma equipa AIF durante um período de transição. No cômputo geral, a maior parte dos indivíduos expressaram ter-se sentido apoiados pela CPL quando prepararam a sua transição para fora do acolhimento institucional.

Para a generalidade dos entrevistados a sua saída foi uma opção pessoal tendo-se tratado, para metade da amostra, de um projeto desenhado pela própria instituição e, para um cômputo considerável, de uma sequência expectável de acontecimentos.

No sentido de avaliar o modo e o processo decorrente da integração dos indivíduos fora da instituição nos primeiros tempos reunimos informação sobre as suas experiências pessoais. A saída do LIJ/RAIA foi ao encontro daquilo que a maioria dos jovens desejava, mas nalguns casos não foi o que aconteceu.

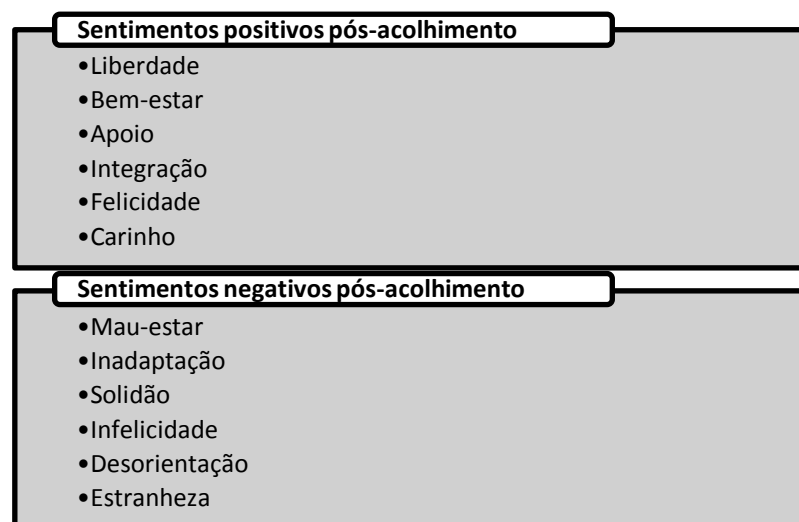


Fig. 21 – Sentimentos experienciados pós-acolhimento

Quanto à forma como é lembrado o momento da saída do LIJ/RAIA, as opiniões dividem-se sensivelmente ao meio porque, para uns, o momento da saída é recordado de forma negativa (dor; mágoa; despedida; tristeza), mas, para outros, tal momento sobressai de forma positiva (naturalidade; otimismo; liberdade; momento festivo e alegre).

O momento da saída pode ter sido, ou não, importante para os indivíduos dependendo de diversos fatores pessoais e ambientais, mas, para a maioria, este foi um momento importante (reaproximação familiar; valorização das aprendizagens realizadas, início de um novo ciclo de vida). Os jovens que consideram que se tratou de um momento sem importância, referiram que a saída não foi a sua escolha, porque não teve qualquer significado e porque tiveram que sair por se encontrarem grávidas.

Bastantes auscultados não acreditam que houvesse outras soluções para poderem ter saído mais cedo da instituição e alguns pensam que as soluções existentes não eram as mais indicadas.

A maior parte da amostra considera que foi apoiada na preparação da sua autonomia através das dinâmicas, educação, regras e valores quotidianos vigentes no LIJ, tendo salientado aspetos como o apoio individual e/ou familiar - aspetos materiais e/ou financeiros, nomeadamente o fornecimento de e o apoio técnico (AIF/RAIA).

Alguns jovens disseram que souberam que iam sair quando sentiram que se encontravam preparados para tal e, outros, referiram que a saída foi gradual, sendo que muitos entrevistados historiaram espaços de tempo entre um dia e um ano antes de se

efetivar a sua saída do LIJ/RAIA.

Os primeiros tempos passados fora da instituição foram sentidos de forma positiva pela generalidade dos participantes neste estudo (alegria; diversão; adaptação; felicidade; alívio). Outra parte do grupo, conquanto inferior, refere-se-lhes como tempos conturbados (tristeza; inércia; impacto; solidão; aflição; estranheza). Arroladas com os primeiros tempos fora do LIJ estão as dificuldades (ou não) sentidas pelos indivíduos e a forma que estes encontraram para as dissipar. As arduidades colocaram-se, por exemplo, ao nível psicológico, financeiro, escolar, familiar. Estas dificuldades foram resolvidas, sobretudo, através da aceitação da situação, da auto valorização, da distração, do apoio de familiares e de amigos e da continuação de contactos com o LIJ/RAIA. Em particular, as complexidades escolares e de acesso à escola foram superadas com o apoio de colegas de escola e com a duplicação do esforço, do interesse, da concentração e do empenho.

A falta de uma rotina estável foi ultrapassada através da prática, com a criação das suas próprias famílias e recorrendo ao que haviam aprendido no LIJ/RAIA. A falta de apoio psicológico, a inserção num agregado familiar desestruturado e sem recursos financeiros foi contornada tendo trabalhado para ajudar a família, com o apoio familiar ou pode ainda estar por resolver. Um subgrupo referiu não ter sentido quaisquer dificuldades quando deixou o acolhimento.

A maior parte dos sujeitos referiu que se encontrava preparada quando saiu do LIJ/RAIA porque a saída ocorreu na altura/idade certa, porque as condições familiares haviam melhorado, porque já tinham adquirido competências de autonomia, porque mantiveram as rotinas e porque se sentiram apoiados pela instituição e pelos familiares. Outros revelam que não se encontravam preparados quando saíram do LIJ/RAIA porque a saída se deveu a uma injustiça, porque consideravam o LIJ/RAIA a sua casa, porque eram imaturos e porque se sentiram desacompanhados e desapoitados.

Após terem cessado o acolhimento na CPL, a generalidade dos jovens referiu não ter precisado de recorrer ao apoio de outras instituições. Em contraponto, alguns foram apoiados institucionalmente após deixarem LIJ/RAIA. Entre os indivíduos que mencionaram ter precisado de apoio institucional após deixarem a CPL afirmaram ter usufruído de apoio financeiro, psicológico, social ou de outro tipo de apoio não especificado.

Uma margem substancial de sujeitos afirmou que não poderia ter sido ajudada de outra forma pela CPL quando deixou o acolhimento. Alguns auscultados disseram que poderiam ter tido mais apoio social, financeiro, psicológico ou as três coisas.

Quando saíram do acolhimento (LIJ/RAIA), a maior parte dos indivíduos não experienciou dificuldades, sendo que alguns referiram ter sentido falta de apoio (financeiro; sociofamiliar; etc.), e outros especificaram, através das suas experiências imediatas pós-acolhimento, ter sentido solidão nesta nova fase das suas vidas.

Sem experiência de dificuldades

- *“Não senti dificuldades.”* • Hipólito, 19 anos
- *“Que eu me recorde, nenhuma (dificuldades).”* • Rosália, 26 anos

Sentimento de falta de apoio

- *“ (...) foi mais a escola, a parte dos estudos, não ter ninguém ali que conseguisse seguir-me porque, também, não tinham estudos suficientes para o fazer.* • Aldair, 24 anos
- *Só não tinha aquele apoio para estudar e assim, (...).”* • Samanta, 26 anos

Sentimento de solidão

- *“Foi difícil estar sozinho depois de tantos anos numa casa com muitas pessoas.”* • Angélico, 29 anos
- *“Não ter a barulheira das crianças a correrem para trás e para a frente. Não ter a educadora: «saíam daí! Não façam isso! Vocês ainda se vão aleijar!» ”* • Nazaré, 25 anos

Relativamente às expectativas criadas pelos indivíduos, ainda durante o período de acolhimento, e aquilo que realmente veio a suceder numa fase posterior, foram identificadas algumas diferenças pelos mesmos, na medida em que lhes foi difícil passarem a viver com menos pessoas, porque no LIJ não tinham a noção das responsabilidades inerentes a uma vida autónoma, porque pensavam que existia mais solidariedade social e porque pensavam que, na generalidade, a vida seria mais fácil. Um subgrupo não identificou quaisquer diferenças porque, possivelmente, foi bem preparado no LIJ/RAIA para a realidade exterior ao acolhimento.

Importou-nos saber quais foram os rumos pós-institucionais imediatos dos indivíduos ao saírem do sistema de acolhimento. Assim, apurámos que uma parte regressou

à família nuclear, outros seguiram um percurso de autonomia de vida, alguns integraram a família alargada, e poucos indivíduos empreenderam os seguintes rumos: foram viver com uma família adotiva; constituíram família; foram transferidos para outra resposta³⁹.

Quando os jovens saíram do LIJ/RAIA podem ter tido vários destinos: a família de origem, a família alargada, a família reconstruída, a família construída, a família adotiva, a família unipessoal, amigos, uma instituição, a casa dos patrões. Uma parte considerável dos inquiridos regressou à família de origem e um outro cômputo constituiu família unipessoal.

De entre os indivíduos que saíram do LIJ/RAIA e que regressaram às famílias, a maior parte exprimiu sentimentos positivos (contentamento; unificação; felicidade; realização; aceitação; carinho). Todavia, uma franja referiu sentimentos negativos nessa mesma fase (ambivalência; desnorteamento; dificuldade; estranheza; apreensão; perda). Contudo, os indivíduos podem, ou não, ter sentido diferenças nas famílias quando passaram a viver a tempo inteiro com as mesmas. Assim, uma parte disse que sentiu a existência de diferenças quando regressou à família (falta de afeto; aumento da idade; mais privacidade; afastamento; solidão; diferença nas rotinas). Outra parte, numericamente semelhante, revelou que sentiu que não existiam diferenças quando regressou à família uma vez que o contacto foi permanente durante o acolhimento.

As mudanças podem ter sido operadas nos inquiridos ou nas famílias. As modificações assinaladas pelos indivíduos, neles próprios, aconteceram na forma de interpretar a realidade, na aquisição de competências em acolhimento, por terem mais instrução, maturidade e maior autonomia. Por sua vez, as mudanças detetadas nas famílias prenderam-se o facto de existir pouco convívio, de estarem com mais idade e de, nalguns casos, haver alterações financeiras.

Relativamente aos jovens que saíram do LIJ/RAIA e não foram viver com as suas famílias, esta decisão deve-se à inexistência de relação parental, por mágoa, por quererem empreender estilos de vida independente, por as famílias continuarem sem as condições adequadas, porque não queriam reviver o passado (pré-institucionalização) e porque os indivíduos já tinham autonomia laboral e financeira.

Desde que saíram do LIJ/RAIA, a maior parte com b.p./p.t., outros com b.d./p.s., até à altura em que concederam as entrevistas presenciais (2013-2014), os indivíduos

³⁹ Centro educativo.

podem ter tido, ou não, transições habitacionais/familiares. Desta forma, apurámos que parte apreciável teve uma transição e que, na maior parte dos casos, foi uma escolha dos próprios. Também é saliente a fração de casos que não tiveram quaisquer transições ou que já tiveram duas transições, sendo que, quase sempre, tal foi assumido como escolhas exclusivas dos indivíduos. Outras franjas já tiveram três ou quatro transições desde que saíram do LIJ/RAIA até à atualidade. Apesar de terem, ou não, regressado às famílias, das quais haviam saído anos antes rumo à institucionalização na CPL, a generalidade dos indivíduos disse ter mantido sempre algum tipo de contacto com os familiares.

Quanto ao estado civil da amostra, a maioria dos jovens contactados permanecem solteiros, muitos vivem em união de facto e uma pequena parte referiu ser casada.

A maior parte dos inquiridos referiu que na atualidade ainda se relaciona com a família com a qual vivia antes de ingressar na resposta LIJ da CPL; outros disseram que não se relacionam e uma pequena parte fá-lo pontualmente. Nesta senda, foi possível apurar que parte da amostra vive atualmente com a família de origem, a maior parte vive com a família construída, alguns vivem com a família alargada, outros vivem sozinhos, uma pequena parte vive com amigos e casos residuais vivem em instituição.

No que diz respeito aos aspetos que correram melhor na organização da vida diária dos indivíduos desde que deixaram a instituição de acolhimento, destacam-se, entre outros, a reaproximação familiar, o aumento da liberdade, a construção de família, a maturidade, a autonomia e o facto de terem mantido algumas rotinas implementadas no LIJ/RAIA. Por outro lado, existiram áreas em que os sujeitos não foram bem-sucedidos nos primeiros tempos que passaram fora do LIJ, embora um subgrupo significativo tivesse afirmado não ter tido quaisquer dificuldades nos primeiros tempos de integração. As áreas em que sentiram maiores dificuldades foram, entre outras, a organização financeira, dificuldades habitacionais, processos judiciais, ter falta de competências pessoais e sociais, ter falta de apoio emocional e dificuldades de relacionamento com familiares.

Quanto à ocupação dos indivíduos quando transitaram a partir do sistema de acolhimento, apurámos que a maioria apenas trabalhava, outros apenas estudavam, enquanto alguns estudavam e trabalhavam em simultâneo. Uma pequena parte não tinha qualquer ocupação nesta fase da sua vida. Acerca do nível escolar frequentado na altura em

que os indivíduos fizeram a sua transição, coligimos que a maioria se situava em cursos profissionais de nível II ou III.

Após saírem do acolhimento, a maioria dos indivíduos continuaram a estudar, situação que alguns ainda mantêm, mas outros não o fizeram. Quanto à escolaridade que os indivíduos frequentavam ou detinham na altura em que foram entrevistados presencialmente, concluímos a existência de uma realidade diversificada.

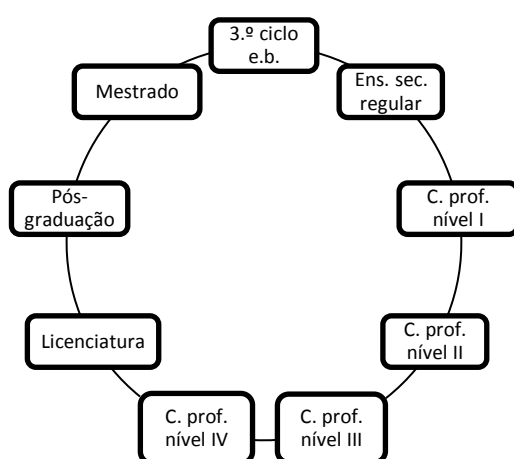


Fig. 22 – Escolaridade frequentada

De entre os quarenta indivíduos que não se encontram presentemente a estudar, bastantes pretendem vir a retomar os estudos quando para tal reunirem as condições que consideram basilares.

Na atualidade, a maioria dos indivíduos trabalham, alguns trabalham e estudam, uma pequena parte apenas estuda e outros encontram-se desempregados/à procura de emprego. Detivemo-nos sobre a idade de início da vida profissional dos indivíduos e apreendemos que a questão não se coloca em relação a uma parte ínfima dos indivíduos porque nunca tiveram experiências profissionais, dado que continuam a ser apenas estudantes. Porém, muitos tiveram a sua primeira experiência laboral antes dos dezoito anos de idade e, igualmente, outros começaram a trabalhar com dezoito ou mais anos, sendo que poucos não nos esclareceram.

A maioria dos indivíduos encontra-se a trabalhar no sector terciário e outros encontram-se distribuídos disformemente pelos setores primário e secundário.

Com exceção de uma parte, pouco representativa, de indivíduos que nunca teve qualquer experiência de trabalho, a maioria dos jovens referiu que não teve dificuldade em ingressar numa atividade profissional após deixar o acolhimento, sendo que alguns se debateram com dificuldades neste campo.

Atendendo à exceção constituída pelos poucos indivíduos que ainda não iniciaram a sua vida laboral, registámos que a generalidade dos indivíduos não teve qualquer período de desemprego, não sendo, contudo, essa a situação de um pequeno grupo, na medida em que já experienciou, pelo menos, uma fase em que não teve trabalho.

Relativamente à duração do tempo de desemprego de alguns indivíduos, tomámos conhecimento que alguns se encontravam desempregados há um ano, outros há dois anos e um pequeno número estava sem trabalho há três anos, sendo que a esmagadora maioria se achava a trabalhar, a estudar ou conciliava ambas as atividades.

No contorno das perceções e práticas pessoais e socio relacionais dos indivíduos, relativamente a contactos posteriores à desinstitucionalização com técnicos/pessoal/amigos afetos à resposta social, para apreendermos a essência da ligação à instituição, apurámos que uma margem larga mantém na atualidade relações com essas pessoas.

Contemporaneamente, os jovens inquiridos consideram que a sua verdadeira família pode ter as mais várias configurações: família de origem, família alargada, família construída, amigos (e/ou ex-colegas de LIJ), ex-educadores, grupo religioso. Em muitos casos, para cada um dos indivíduos, a verdadeira família é composta por pessoas com as quais podem, ou não, ter laços sanguíneos, mas em relação às quais se sentem próximos e afins, provavelmente por terem partilhado realidades que lhes são comuns ou por reconhecerem a essas pessoas papéis determinantes e exemplares no decorrer do seu percurso de vida, mesmo após a desinstitucionalização, como é o caso dos ex-educadores.

Na atualidade, quando precisam de algum tipo de apoio, a maior parte dos sujeitos recorre à família de origem, à família alargada, a amigos, à família construída, à CPL ou a outra instituição. Alguns dizem que apenas contam consigo próprios na eventualidade de precisarem de suporte.

A forma como os jovens perspetivam as suas famílias pode ajudar a compreender as relações estabelecidas entre estes dois polos. Igualmente, o tipo de relacionamento que

os indivíduos têm, na atualidade, com as suas famílias (proximidade ou afastamento) pode ser indicador do tipo de trabalho concretizado pelos técnicos do acolhimento neste âmbito.

A generalidade dos indivíduos diz ter, na atualidade, relações positivas com a família e outros dizem que têm com os familiares relações, simultaneamente, positivas e negativas. Declaram gostar das famílias que têm porque existe um conhecimento mútuo, porque são felizes, porque se sentem apoiados e porque se sentem completos e enraizados. Porém, alguns gostavam de ter famílias diferentes na medida em que apreciavam que existisse um bom relacionamento entre os familiares e que os pais fossem presentes e apoiantes.

Na atualidade, os sujeitos dividem-se entre os que dizem que não gostavam de mudar nada nas suas famílias e os que gostavam de mudar alguns aspetos. Estes últimos aludem aos seguintes aspetos: ausência de dificuldades financeiras, maior independência relativamente à família, melhores relações familiares, uma melhor saúde e estabilidade emocional e, também, gostavam de construir família.

Vários entrevistados afirmam ajudar as famílias embora não especificando a forma como o fazem mas, a maioria, referiu que ajuda a família emocionalmente, estando presente na vida familiar, e de forma material/financeira.

No decorrer das entrevistas presenciais alguns indivíduos disseram já serem pais/mães. Averiguámos que dezasseis dos entrevistados já haviam experienciado a maternidade/paternidade, a maioria entre os dezoito e os vinte e sete anos, apenas se registando dois casos de maternidade aos dezassete anos de idade, sendo que a generalidade tinha apenas um filho e outros tinham dois ou mais filhos.

O facto de ter filhos, ou não, o número de filhos e a maneira de os educar ajuda a compreender se o jovem repercute nessa função o seu próprio modelo de base ou o modelo apreendido no acolhimento. Quanto ao número de filhos de cada indivíduo, aclarámos que a maior partes não tem filhos e que outros têm um, dois ou três filhos.

A maioria das pessoas pretende vir a ter (mais) filhos e os restantes dividem-se, equitativamente, entre os que deixam em aberto essa possibilidade e os que a rejeitam liminarmente porque já têm os filhos que desejam, ou porque recusam vir a ser pais ou mães.

Ao nível da educação dos filhos que já têm ou que pretendem vir a ter, as opiniões dos entrevistados dividem-se entre “igual” e “diferente” e uma mistura da educação que tiveram e de outros aspetos.

Os indivíduos que aventam vir a proporcionar aos filhos uma educação “igual” à que tiveram, afirmam-no tendo em conta as regras e as disciplina a que estiveram sujeitos. Os sujeitos que alvitram vir a oferecer aos filhos uma educação “diferente” da que tiveram, defendem que estarão presentes como pais/mães na vida dos seus filhos, não irão ser agressivos e vão proporcionar maior privacidade e felicidade. Por fim, aqueles que referem que a educação dos seus filhos será “uma mistura da educação que tiveram e de outros aspetos”, advogam que pretendem promover a disciplina, a responsabilidade e a independência, mas basear-se-ão na sua experiência educativa institucional, uma vez que irão estimular o sentido de partilha.

A escolaridade adquirida após o fim do acolhimento institucional pode ser indicadora do (in)sucesso da integração social. O facto dos jovens estudarem atualmente revela que são empreendedores e investem no seu futuro.

No que concerne ao percurso escolar em fase pós-institucional, a maior parte dos indivíduos continuou a estudar após deixar o LIJ/RAIA. Na atualidade, um subgrupo encontra-se a estudar e pretende continuar para ter mais e melhores oportunidades de trabalho. Uma parte massiva pensa ainda vir a empreender estudos para aumentar a sua versatilidade, para poder melhorar a vida dos filhos e para ter mais/melhores oportunidades de trabalho. Na retaguarda, surge um subgrupo que não pensa retornar aos estudos porque considera que já tem sucesso profissional, porque estudar implica muita despesa, porque não tem tempo nem motivação, entre outras razões.

Uma parte significativa dos auscultados frequentou/concluiu cursos de formação profissional. Para muitos, os cursos frequentados foram importantes devido às aprendizagens realizadas e porque lhes deram bases para evoluir profissionalmente. Para outros, os cursos não foram importantes porque ainda não trabalharam na área que estudaram, por dificuldade em encontrarem emprego ou porque optaram por outras áreas.

No domínio do percurso profissional, em fase de pós institucionalização, a generalidade dos inquiridos não teve dificuldade em encontrar trabalho porque foi rápido/fácil, porque tinha a postura adequada e porque era empreendedora e pouco

seletiva. Os elementos de um pequeno subgrupo, com pouca representatividade, expressaram que tiveram dificuldade em encontrar trabalho devido a terem pouca escolaridade e porque não tinham experiência profissional.

Quanto às transições profissionais, isto é, na senda dos percursos profissionais dos sujeitos foi possível aclarar que muitos têm tido transições profissionais mas sem períodos de desemprego. Um subgrupo residual tem tido transições profissionais mas com períodos de desemprego.

Para a maioria, as atividades profissionais que têm exercido vão ao encontro das suas expectativas e gostam do que fazem na atualidade, embora alguns tenham referido um período gradual de habituação no âmbito do seu desempenho laboral.

Ter passado por uma experiência de institucionalização, antes de integrar o mercado de trabalho, teve influência positiva para alguns dos entrevistados (aprenderam a partilhar e a ajudar; tornaram-se diplomatas / resilientes / responsáveis / respeitadores). Contudo, para outros, a experiência de institucionalização foi negativa relativamente às oportunidades de inserção profissional (por serem considerados irresponsáveis e mal educados; por existir preconceito em relação ao acolhimento). Finalmente, um subgrupo da amostra opinou no sentido de considerar que não existe qualquer relação de causalidade entre a sua passagem pelo acolhimento institucional e as oportunidades de trabalho de que tem usufruído.

Os indivíduos que se encontram desempregados estão nessa situação há menos de três anos e sobrevivem uns com apoio familiar e outros com apoio familiar e institucional. Concluímos que a maioria dos auscultados não beneficia nem beneficiou de quaisquer apoios da segurança social.

As práticas de lazer também constituem um bom indicador de integração social pela interação que os indivíduos estabelecem, ou não, com o meio. Assim, registámos atividades desta índole que constituem uma prática para a esmagadora maioria dos jovens adultos, tais como, atividades desportivas, passeios, práticas religiosas, entre outras. Alguns indivíduos disseram não ter quaisquer atividades desta natureza.

No que concerne à vivência presente do quotidiano, os inquiridos, considerados em duas partes, fragmentam as suas apreciações dizendo que não gostariam de mudar nada ou o que gostariam que fosse diferente. Assim, alguns gostariam de mudar certos

aspetos, como por exemplo, retomar os estudos, ajudar mais a família, descansar mais, trabalhar, encontrar maior motivação pessoal para investir, etc.

A generalidade dos entrevistados vive o dia-a-dia mas revela que tem projetos pessoais para o futuro, pelo que se lhes apresentam alternativas de vida que ilustramos com alguns exemplos que nos foram veiculados: emigrar; doutrinar a bíblia como testemunha de Jeová; morar sozinho; criar um negócio próprio; construir família; ter mais filhos; adquirir outras habilitações profissionais; tirar a carta de condução; etc. Um subgrupo, muito residual, disse não ter quaisquer planos para o futuro.

Sobre um tempo futuro, que pode ir de cinco a dez anos (médio e longo prazo), muitos jovens adultos fazem as seguintes considerações, isto é, perspetivam-se, a título de exemplo, como estando a praticar desporto, a desenvolver um projeto humanitário, com o percurso escolar concluído, em reagrupamento familiar, com emprego estável, com família construída, com independência, tendo emigrado, com sucesso profissional, com casa própria ou com melhor qualidade de vida. Um grupo remanescente não se consegue auto perspetivar num espaço temporal futuro de cinco/dez anos.

Por último, no sentido de se sentirem felizes, os indivíduos elencam vários aspetos como sendo contributivos para a sua bem-aventurança: conclusão do percurso escolar; construção de família e bem-estar familiar; alteração e constância profissional; estabilidade económica; segurança emocional; não terem familiares institucionalizados; contarem com saúde; etc. Nesta vereda, um grupo significativo de sujeitos referiu que já é feliz na atualidade, pelo que não indica eventuais aspetos que contribuíssem para ser feliz ou mais feliz.

A perceção dos jovens face à eventualidade de não terem tido um percurso de acolhimento institucional demonstra a sua posição perante o acolhimento e perante a integração social. No campo das suposições, tendo por base as experiências individuais pré-institucionais e institucionais, considerámos pertinente saber de que forma é que os indivíduos imaginavam as suas próprias vidas se, eventualmente, não tivessem sido acolhidos. As opiniões emanadas pelos sujeitos vão no sentido de que se tratariam de percursos de vida, tendencialmente, mais difíceis e, contingentemente, negativos (sem regras; envolvimento em delinquência e atos criminosos; menos escolaridade; com menos estabilidade; com menos responsabilidade; com menos oportunidades; eventualmente o

seguimento de uma via de toxicodependência e de desabrigo). Um subgrupo faz referência à possibilidade de um itinerário de vida “diferente”, ou seja, com menos competências e com menor escolaridade mas com mais aproximação com a família, o que pode oscilar, hipoteticamente, entre estar envolvido em atos criminosos/delinquentes e ter uma vida equilibrada e organizada. Num esforço de reflexão, os indivíduos partilharam como imaginam que teriam sido as suas trajetórias de vida, caso não tivessem passado pelo acolhimento institucional, como nos elucidam as palavras de Camila e de Benito.

- “Não faço uma pequena ideia... desastrosa.” (a trajetória de vida)
- “Essa é a tal questão que eu falo sempre com ex-colegas e que não sei o que seria hoje. Sinceramente, se não tivesse ido para lá, não sei mesmo, porque eu vejo rapazes da minha criação e que não têm nada, não trabalham, não... e eu não sei se teria força para fugir disso ou se era mais um deles.”
- Camila, 30 anos
- Benito, 29 anos

Síntese

O capítulo incide sobre a recolha de dados que se concretizou relativamente à população (n=500) e à amostra (n=50) nas três fases que emolduram a pesquisa: pré-institucionalização, institucionalização e pós-institucionalização.

Anteriormente à institucionalização a população encontrava-se em meios sociofamiliares fustigados por várias dificuldades, pelo que foram considerados em risco/perigo e foi determinado o seu acolhimento.

A fase de institucionalização decorreu em LIJ e, nalguns casos, também em RAIA, durante um período de tempo que se considerou o mais adequado para cada caso concreto. Neste estágio usufruíram de acompanhamento ao seu desenvolvimento equilibrado e foi promovida a transição para fora dos cuidados.

Com a pós-institucionalização, usualmente, vem o regresso ao convívio familiar quotidiano ou à autonomização, dependendo do projeto de vida traçado ainda em acolhimento. Os resultados alcançados pelos jovens adultos são dissemelhantes em função de uma multiplicidade de fatores endógenos e exógenos.

A aproximação à amostra (n=50) revelou que as molduras familiares dos indivíduos eram diferenciadas e sobre eles ocorriam ou coocorriam fatores de risco/perigo que atentavam contra o seu bem-estar e crescimento harmonioso, antes da determinação da sua entrada no acolhimento institucional.

A amostra foi institucionalizada em idade infantil ou no início da adolescência. Em acolhimento foram implementados esforços no sentido de apoiar o seu desenvolvimento integrado. As regras institucionais foram relevantes na construção da personalidade dos indivíduos e afiguram-se como valores assimilados no contexto das suas trajetórias de vida. A saída da instituição surge em diferentes idades dependendo da unicidade dos casos e, genericamente, é sustentada através de recursos humanos e materiais.

A fase de pós-institucionalização inicia-se com a saída dos indivíduos do LIJ/RAIA, alguns com apoio da AIF, no sentido de sustentar a transição, sendo que esse trabalho de preparação começa algum tempo antes da saída.

Foram sentidas algumas dificuldades, a maior parte delas expeáveis, que foram ultrapassadas em tempo útil na generalidade das situações.

Muitos indivíduos regressaram às famílias de onde haviam saído para darem entrada em acolhimento e outros prosseguiram uma trajetória de autonomização. Em ambos os casos é possível verificar transições habitacionais mas mantêm, genericamente, boas relações familiares. alguns já experimentaram a parentalidade mas poucos o fizeram antes da maioridade.

Foi possível verificar que alguns membros da amostra continuaram a estudar depois de deixarem o acolhimento mas a maioria encontra-se a trabalhar, não tendo sido confrontada com muitas dificuldades neste campo, dado que há poucos períodos de desemprego e os que há são de curta duração. Alguns sujeitos têm práticas de lazer.

Na maior parte dos casos o quotidiano é vivido de forma integrada e ponderada, sendo que têm projetos de vida esboçados para uma melhor qualidade de vida. De forma geral consideram-se felizes e expressaram que foi positiva a sua passagem pelo acolhimento institucional.

Capítulo V – Trajetórias de vida e integração social de jovens pós-institucionalizados

Introdução

Neste capítulo apresentamos aspetos relacionados com a amostra (n=50), sobre a qual apreendemos alguns aspetos multidimensionais que a envolvem, sendo que a isolámos a partir da população em apreço (n=500) para analisarmos os dados empíricos recolhidos através das entrevistas presenciais.

Propomo-nos a realizar um percurso analítico, através das quatro hipóteses de investigação que elencámos, no sentido de expormos e correlacionarmos as perceções dos indivíduos, enquanto confirmamos, ou não, os pressupostos que conduziram a pesquisa.

A hipótese I assenta na relação entre as condições de vida anteriores ao acolhimento e a integração social.

A Hipótese II refere-se ao papel do acolhimento na viabilização da integração social, apesar das desvantagens iniciais.

A Hipótese III concerne à correspondência entre as eventuais relações de *mentoring* em acolhimento e a integração social.

Por último, a Hipótese IV incide sobre a relação com as famílias de origem, durante o acolhimento e a integração social

Consideramos que a integração social dos indivíduos " (...) *definível como pluralidade vasta, aberta e mutável de estilos de vida, todos partilhando a cidadania*" (Ferreira de Almeida 1993: 830), é o aspeto comum às quatro hipóteses que confluem nesse mesmo sentido ao problematizarem os cursos das trajetórias de vida, em tudo tão idênticas e, simultaneamente, tão dissemelhantes.

Este último ponto de análise subdivide-se nalguns subpontos, tais como as expectativas face à desinstitucionalização; a experiência da desinstitucionalização a curto/médio prazo: dificuldades e resoluções; as relações sociofamiliares e transições habitacionais; o posicionamento face à escolaridade e formação profissional; a situação ocupacional e tempos de lazer (os empreendedores); o quotidiano e as perspetivas de futuro: na rota do bem-estar e da felicidade.

1. Hipótese I: A relação entre as condições de vida anteriores ao acolhimento e a integração social

- Quanto mais precárias foram as condições vivenciadas em meio natural de vida, conducentes ao acolhimento, maiores foram as dificuldades de integração social subsequente.

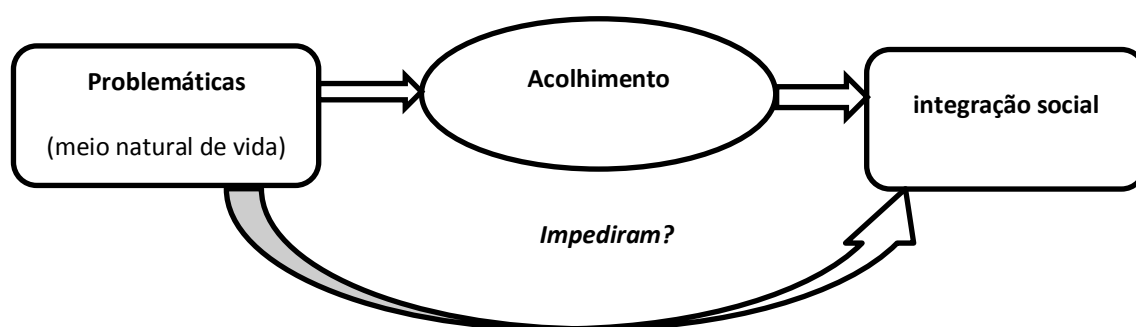


Fig. 23 - Hipótese I

No que se refere à fase de pré-institucionalização orientámo-nos por algumas dimensões de análise que observámos como sendo importantes para a compreensão das trajetórias de vida sob investigação:

1. Representações e memória das pessoas com quem viveram antes de serem acolhidos;
2. Razões para a institucionalização;
3. Representações e memória das razões de entrada em acolhimento;
4. Percurso escolar antes da institucionalização.

A hipótese I incide sobre a possibilidade do “peso” das problemáticas que os indivíduos experienciaram anteriormente à sua entrada em instituição virem a impedir a sua integração social posterior. Desta forma, no sentido de concretizar uma *caracterização da situação anterior ao acolhimento* em LIJ na CPL, apelámos às *representações e memórias* que os indivíduos (n=50) tinham, *sobre as pessoas com as quais haviam vivido*, antes de serem acolhidos e às suas percepções sobre as *razões* que os encaminharam para o acolhimento.

À data de acolhimento, as c/j da amostra advinham de famílias com uma tipologia diversa que agrupámos em quatro categorias: nuclear (monoparental ou não); alargada;

reconstituída; compósita.

Família nuclear	Aldair; Alírio; Anabela; Angélico; Calvino; Camila; Clemente; Dinis; Estrela; Iris; Josefa; Juliano; Levi; Libânio; Licínio; Madalena; Nicolau; Orfeu; Osmar; Otoniel; Querubim; Quirino
Família alargada	Alan; Benito; Branca; Ezequiel; Hipólito; Leopoldo; Magnólia; Pelágio
Família compósita	Brígido; Getúlio; Isaura; Jamila; Joceline; Júlia; Nazaré; Olegário; Santiago; Zacarias; Dinarte; Domingos; Simão
Família reconstituída	Aurora; Ísis; Mercedes; Olavo; Rosália; Samanta; Sidney

Quadro 4 - Famílias de proveniência antes do acolhimento (amostra)

No sentido de caracterizarmos a situação vivida pela amostra anteriormente ao seu acolhimento em LIJ na CPL, apelámos às *memórias* dos indivíduos relativamente às *razões* que levaram a que fossem acolhidos.

Os motivos considerados determinantes para o ingresso dos indivíduos em LIJ, de acordo com a percepção que os mesmos manifestaram no decorrer das entrevistas presenciais, foram agrupadas em quatro categorias:

- 1) Ausência ou instabilidade do suporte familiar;
- 2) Maus-tratos;
- 3) Carência socioeconómica;
- 4) Doença e comportamentos aditivos dos cuidadores.

Outros indivíduos associam como problemáticas conducentes ao acolhimento duas das categorias anteriormente mencionadas: carência socioeconómica e maus-tratos ou carência socioeconómica e ausência ou instabilidade do suporte familiar. Assim, apresentamos quatro categorias isoladas e duas categorias associadas. Surge com maior saliência a categoria agregada: carência socioeconómica e ausência ou instabilidade do suporte familiar.

Primeiramente, apresentamos as quatro categorias isoladas.

Relativamente à primeira categoria (ausência ou instabilidade do suporte familiar), observámos os indivíduos que referiram ter tido uma das seguintes problemáticas conducentes à sua institucionalização: abandono dos cuidadores; reclusão dos cuidadores; orfandade parcial ou total; rejeição dos cuidadores; outra instabilidade familiar.

A ausência ou a instabilidade dos cuidadores configura-se, em bastantes casos,

como razão para que a institucionalização seja uma via alternativa devido à inexistência de acompanhamento e suporte, uma vez que se verifica reclusão dos cuidadores, abandono; incapacidade educativa e outras formas de negligência, as quais ocorrem isoladamente ou coocorrem, e não permitem responder às necessidades de desenvolvimento das c/j, tal como nos informam diversos autores consultados. Propomo-nos estabelecer uma correspondência entre a literatura consultada e exemplos ilustrativos da amostra.

Muitas c/j em acolhimento proveem de quadros familiares onde se verificam práticas criminais dos pais em ocorrência ou coocorrência (Hartley 2002). Assim, vários autores referem-se a situações de reclusão e de atividades criminosas dos cuidadores: “ (...) *reclusão de, pelo menos, um dos cuidadores...*” (Courtney et al. 2001: 695); “ (...) *atividades criminosas (...) com raízes familiares (...)*” (Tyler 2006: 1388); “ (...) *progenitores (...) reclusos*” (Olmstead et al. 2011: 48-49). Estas são situações em que claramente existe ausência ou instabilidade dos cuidadores.

Veja-se, por exemplo, os casos de Branca, Calvino, Olegário e Rosália cujos progenitores haviam sido presos, dois por tráfico de droga (Branca e Olegário) e os outros dois por motivos não referidos (Calvino e Rosália), sendo que Calvino foi, simultaneamente, abandonado pela mãe. Perante estas circunstâncias ficaram sem apoio familiar que assegurasse o seu acompanhamento e foi decidido, pelas autoridades com competência em matéria de infância e juventude, o seu ingresso institucional como forma de proteção.

Após o percurso que concretizaram em acolhimento, deixaram o mesmo e constituem, na atualidade, casos de integração social, uma vez que se encontram a trabalhar (Branca; Calvino; Rosália) ou a estudar no ensino superior (Olegário).

Destacamos os casos particulares de Calvino e de Olegário. O primeiro por ter um percurso socioprofissional ascendente, dado ter passado de trabalhador por conta de outrem a empresário em nome individual (ramo de ótica ocular) e, o segundo, por ser um caso manifesto de sucesso escolar e ter planos socioprofissionais muito definidos e ambiciosos, verificando-se a existência de um plano de carreira em curso. Nestes casos, as problemáticas vivenciadas pelos indivíduos na fase de pré-institucionalização, embora fossem “pesadas”, não determinaram negativamente o seu processo de integração social.

No sentido de exemplificar estas situações auxiliamo-nos da perceção de dois dos entrevistados no que concerne aos motivos que determinaram a sua entrada no sistema de

acolhimento institucional.

- “Devido aos meus pais terem sido presos (...) tráfico de droga.”
- Branca, 27 anos
- “ (...) a minha mãe acabou por ser presa, o meu padrasto também e nós não podíamos ficar sozinhos.”
- Rosália, 26 anos

O abandono das c/j por parte dos cuidadores é, igualmente, mencionado por diversos investigadores quando se referem aos motivos para a institucionalização: “ (... verifica-se (...) abandono (...) ” (Courtney et al. 2001: 693); “ (...) negligência/abandono” (Slack et al. 2004: 395); “são consideradas seis variáveis dicotómicas (...) abandono” (James et al. 2006: 199).

Debrucemo-nos, mais atentamente, sobre os casos de Alan e Angélico, que foram abandonados pelas respetivas mães, tendo ficado a cargo de outros familiares que não tiveram as condições necessárias (económicas; financeiras; morais; etc.) para assegurar o seu bem-estar e desenvolvimento. Angélico também somou à razão referenciada, a negligência paterna, dado que o pai o deixava muito tempo a seu cargo, apesar da sua tenra idade, por motivos profissionais.

Evidenciamos o caso deste último participante na pesquisa (Angélico) como um indivíduo que tem vindo a demonstrar persistência e empreendedorismo em virtude de fortalecer o seu percurso profissional de uma forma crescente e ousada investindo na sua formação contínua enquanto cria as suas próprias oportunidades de sucesso.

Na sequência do seu acolhimento institucional, estes dois indivíduos integraram-se positivamente sendo que se encontram empregados pelo que concluímos que os motivos que determinaram a sua entrada em LIJ não circunscreveram as suas possibilidades de sucesso.

No entender de alguns indivíduos da amostra, o abandono constituiu fundamento para a sua entrada na instituição, como exprimem os seguintes entrevistados.

- “ (...) a minha mãe tinha-nos deixado (...) ”
- Calvino, 25 anos
- “ (...) tive a minha mãe que me deixou com a minha avó materna (...) ”
- Alan, 28 anos

A instabilidade e a incapacidade familiar também surgem como fatores, que agindo

em sobreposição, podem fazer optar os agentes protetores pelo bem-estar infanto-juvenil pela admissão institucional das c/j em perigo: “ (...) *problemas relacionados com a incapacidade educativa dos pais, (...)* ” (Cashmore et al. 2007: 50); “ (...), *já experimentaram (...) e instabilidade familiar; (...)* ” (Hagaman et al. 2010: 525); “ (...) *as três coisas em sobreposição*” (Bessell 2011: 496).

O óbito de um dos progenitores, e a inerente orfandade parcial, nestes casos materna, é referida pelas entrevistadas Anabela e Íris como causas para a sua institucionalização, na medida em que tal contribuiu para que os pais entrassem numa espiral de instabilidade em que se tornaram negligentes para com os filhos, o que levou à sua entrada em acolhimento.

No caso de Simão, foi a instabilidade materna (viagens frequentes), por se tratar de uma família monoparental, o que levou à opção pela institucionalização, dado que não se encontravam garantidas as condições necessárias para o seu crescimento harmonioso.

Embora com pontos de partida semelhantes, no que concerne aos motivos que levaram ao seu acolhimento, estes três indivíduos (Anabela; Íris; Simão) constituem casos dissemelhantes no que respeita à sua integração social, pois enquanto Anabela constitui um caso de integração social com cariz empreendedor, uma vez que se encontra a trabalhar e tem vindo a fazer progressos nessa área. Contudo, Íris e Simão enquadram-se nos casos de desintegração social, na medida em que a primeira está desempregada e o segundo se encontra num trabalho precário subsidiado.

Relativamente a Simão, observamos que foi a sua saída precoce e não sustentada do acolhimento, em conjunto com um funcionamento familiar desajustado, que promoveu a não conclusão dos estudos e a instabilidade profissional.

No que se refere a Íris, consideramos que foi a inexistência de familiares de suporte, com os quais lhe tivesse sido possível estabelecer um relacionamento gratificante, e também a necessidade de começar a trabalhar para se sustentar, que impediu o prosseguimento de estudos como era o seu desejo inicial. Neste caso concreto, o percurso profissional tem vindo a ser oscilante e pontuado por períodos de desemprego e de incerteza. Assim, nestes três casos afigura-se a evidência da interseção entre fatores endógenos e exógenos relativamente aos indivíduos, os quais contribuíram para resultados díspares.

Espelhamos as perceções de dois dos entrevistados relativamente aos motivos

conducentes à sua institucionalização.

- “ (...) a minha mãe queria ir viajar (...) e os meus avós adotivos não podiam estar (...) comigo.” • Simão, 21 anos
- “ (...) a minha mãe faleceu. Foi a pedido da minha mãe. Tinha medo que o meu pai não soubesse cuidar de mim (...) ” • Íris, 27 anos

No que concerne ao segundo grupo (vítimas de maus-tratos), considerámos os indivíduos cujos motivos proeminentes que determinaram o seu acolhimento foram os seguintes: violência doméstica; maus-tratos e negligência dos cuidadores (familiar ou institucional); absentismo escolar.

Os maus-tratos, principalmente os físicos, frequentemente reiterados, configuram-se como os motivos com mais relevo para a opção das entidades por uma medida de acolhimento, nomeadamente institucional, porque fazem perigar as c/j de uma forma muito expressiva.

É comumente aceite, de acordo com Robinson et al. (2009), que os maus tratos e as reações individuais das c/j a estes são situações complexas, verificando-se bastante internalização. Porém, os abusos físicos obtêm maior número de comportamentos de externalização.

Diversos pesquisadores referem-se aos maus-tratos e à violência doméstica quando abordam a mescla de fatores conducentes ao ingresso institucional de c/j em perigo, na certeza, porém, de que uma grande quantidade de abusos infantis ainda não obtém resposta das agências estatais (Corby 2003); *“nas últimas três décadas tem aumentado o abuso infantil (físico; sexual e psicológico/emocional)”* (Jenks 1994: 112); *“a experiência de maus-tratos e negligência durante a infância e a adolescência, são relatadas por um elevado número de indivíduos na idade adulta”* (Figueiredo et al. 2001: 365); *“os maus-tratos infantis constituem um grave problema de saúde pública (...)”* (Hammond 2003: 81); *“à entrada para o acolhimento apresentam maus-tratos (...)”* (Baker e Curtis 2006: 39); *“têm aumentado muito os casos (...) de maus-tratos físicos. (...) e existe violência doméstica”* (Marquis et al. 2008: 7); *“as crianças e jovens que são acolhidas são vítimas de traumas e de maus-tratos que os conduzem à institucionalização”* (Raymond e Heseltine 2008: 197); *“altas proporções de crianças e jovens são vítimas de violência doméstica”* (Forrester et al. 2009: 440); *“a*

cronicidade (não a severidade) dos maus-tratos usualmente é relacionada com a delinquência posterior” (Yampolskaya et al. 2011: 231); “as crianças e jovens ingressam em acolhimento devido a violência doméstica (...) maus-tratos (...) ” (Williams 2011: 59).

Inclinemo-nos sobre os casos específicos de Alírio, Magnólia e Nicolau, uma vez que estes três indivíduos partilham entre si o mesmo tipo de experiências anteriormente à sua institucionalização: vítimas de maus-tratos.

Alírio referiu a existência de violência doméstica no seu agregado familiar de origem. Magnólia mencionou ter sido alvo de maus-tratos físicos por parte da pessoa a cargo da qual se encontrava (madrinha). Nicolau disse ter recebido maus-tratos na instituição em que se encontrava anteriormente a ter ingressado em LIJ na CPL.

À altura em que foram entrevistados presencialmente encontravam-se socialmente desintegrados, uma vez que Alírio estava desempregado e vivia com o apoio paterno embora tivesse uma má relação com o pai; Magnólia estava desempregada e vivia numa residência para doentes psiquiátricos afeta a uma entidade hospitalar pública; Nicolau encontrava-se desempregado, é doente psiquiátrico e vivia com a família nuclear que é multiassistida por diversos serviços de apoio social, configurando, aquele que é o caso mais dramático de toda a amostra (n=50).

A desintegração social em que estes entrevistados se encontram remonta a várias fragilidades de base, que o acolhimento não contornou por completo, as quais também se prendem com características pessoais dos indivíduos. Estes inquiridos expressaram que o seu ingresso em instituição de acolhimento se prendeu com motivos desta natureza, como clarifica Alírio e Magnólia.

- | | |
|--|---------------------|
| • “Violência doméstica” (pais). | • Alírio, 25 anos |
| • “ (...) a minha madrinha deu-me maus-tratos” | • Magnólia, 25 anos |

A negligência afigura-se de uma forma generalizada como sendo um dos aspetos que mais contribuem para a decisão da institucionalização das c/j que se encontram em situação de perigo, tal como é veiculado por diversos investigadores, *“os diferentes modos de entrada em acolhimento das crianças e jovens (vítimas de maus-tratos/negligência; etc.) (...) ” (Massinga e Pecora 2004: 20); “as crianças e jovens são acolhidas devido a terem sido alvo de negligência (...) ” (Fowler et al. 2009: 1455); “os motivos que conduzem as crianças e*

jovens ao acolhimento institucional prendem-se com o facto de terem sido vítimas de (...) negligência (...) ” (Dworsky e Courtney 2009: 34-35); “difícilmente os serviços têm capacidade para dar resposta aos inúmeros casos de negligência (...) ” (O’Reilly et al. 2010: 82).

A negligência é reconhecida, por toda a literatura nesta área, como um dos fatores que determinam o acolhimento institucional de c/j. Isolámos cinco entrevistados na amostra que revelam claramente ter sido negligenciados por parte das pessoas, maioritariamente familiares, em relação às quais se encontravam a cargo (Camila; Isaura; Levi; Sidney; Santiago).

Alguns indivíduos mencionaram a existência de negligência familiar relativamente ao acompanhamento escolar como é o caso de Isaura; Levi e Santiago. Um dos indivíduos (Camila) aludiu à negligência ao nível de uma necessidade básica como é a alimentação, a qual também se prendeu com a orfandade materna e a consequente instabilidade paterna.

Por fim, o quinto indivíduo (Sidney), falou sobre uma situação de negligência que se relacionava com a vivência de circunstâncias socioeconómicas familiares difíceis o que o levou a trilhar um percurso de marginalidade anteriormente à entrada em acolhimento. Após terem passado por situações de negligência no percurso de acolhimento, embora com diferentes *nuances*, os indivíduos obtiveram resultados distintos. Assim, Camila e Sidney trabalham e Isaura encontra-se a estudar configurando casos de integração social, respetivamente com estabilidade profissional e investimento educativo.

Por outro lado, tanto Santiago como Levi têm ocupações profissionais pontuais/precárias pelo que constituem casos de patente desintegração social. Consideramos que Camila, Sidney e Isaura são indivíduos que investem e lutam por assegurar o seu bem-estar e, nomeadamente, dos seus filhos, com a sequente integração social. Porém, no caso de Santiago, a saída em idade precoce do LIJ e a integração num agregado familiar que apresentava fragilidades, fê-lo não prosseguir estudos e tornar-se um trabalhador pontual e indiferenciado que enfrenta dificuldades acentuadas no âmbito socioprofissional.

No caso específico de Levi, é a inconstância da sua atividade profissional que o leva a fazer parte dos casos de desintegração social, porque trabalha pontualmente e de forma precária, sendo que rejeita obter mais formação académica e/ou profissional.

- “Nunca me faltou nada, a não ser atenção da família. (...) negligência (...) em relação aos estudos (...).” • Levi, 27 anos
- “A minha mãe faleceu (...) o meu pai (...) já não fazia comer para a gente (...)” • Camila, 30 anos

O terceiro conjunto abarca os indivíduos que identificaram a carência socioeconómica como motivo preponderante para o seu acolhimento, o que inclui: pobreza; más condições habitacionais; desemprego dos cuidadores. A carência socioeconómica pode conduzir ao acolhimento na medida em que as condições de proteção e de segurança das c/j não se encontram asseguradas nem propiciam o seu bem-estar.

A pobreza é, talvez, o fator transversal mais notado nas trajetórias de vida dos indivíduos que entram em acolhimento institucional, pelo que é destacado pela maior parte os investigadores nesta área, sendo de mencionar Smith (2012), segundo o qual as crianças criadas em famílias com dificuldades socioeconómicas têm sido consideradas inadequadamente socializadas.

Verifica-se que os domínios da habitação e da integração social são aqueles em que as crianças e jovens são mais carenciadas (Bastos e Machado 2009); *“advêm de famílias altamente desfavorecidas que vivem em comunidades carenciadas”* (Martin e Jackson 2002: 123); *“ (...) as raparigas (...) advêm mais de famílias pobres do que os rapazes”* (Griffith et al. 2009: 36); *“ (...) são provindas de famílias onde predominam fatores de stress socioeconómico (pobreza)”* (Mennen e Trickett 2011: 266).

A carência socioeconómica é um fator transversal à maioria dos casos de c/j que são acolhidas ao longo do tempo. Identificámos onze casos de indivíduos que indicaram ter sido esse o principal motivo que conduziu ao seu acolhimento institucional (Aurora; Clemente; Estrela; Ísis; Jamila; Joceline; Josefa; Osmar; Otoniel; Pelágio; Quirino).

Alguns entrevistados (Aurora; Ísis; Josefa; Otoniel) fizeram alusão às más/desadequadas condições habitacionais em que se encontravam, sendo que, nalguns casos, a sua segurança estava comprometida devido a aspetos estruturais da habitação (Aurora; Ísis). Outros indivíduos referiram questões económico-financeiras como aquelas que foram determinantes para entrarem em acolhimento (Clemente; Estrela; Jamila; Joceline; Osmar; Pelágio; Quirino).

Neste nível de análise, concluímos que os resultados obtidos pelos indivíduos ao nível da (des)integração social se encontram bastante equilibrados uma vez que seis

entrevistados estão integrados socialmente (Clemente; Ísis; Joceline; Osmar; Otoniel; Pelágio) e cinco estão desintegrados (Aurora; Estrela; Jamila; Josefa; Quirino).

De entre os indivíduos que consideramos socialmente integrados, destacamos os casos de Clemente e Osmar, por se terem afigurado com atividades ocupacionais ascendentes e empreendedoras, e Joceline por demonstrar investimento educativo.

Clemente, apesar das difíceis circunstâncias socioeconômicas em que se encontrava quando deixou o acolhimento, continuou a estudar enquanto trabalhava e progrediu profissionalmente, demonstrando um alto nível motivacional. Joceline é trabalhadora estudante e pretende continuar a investir em si própria pessoal e profissionalmente sendo ambiciosa e determinada na construção de um futuro melhor. Osmar, tem vindo a ter um percurso profissional visivelmente ascendente e, embora tenha a matrícula no ensino superior “congelada”, pretende vir a retomar os estudos assim que contar com mais tempo, pois pretende vir a mudar de carreira mas continuando a mover-se na sua área profissional.

Os restantes indivíduos (Ísis; Otoniel; Pelágio), encontram-se ocupados a trabalhar ou a estudar mas não se evidenciam particularmente nas singularidades dos seus percursos nem no pronunciamento de ambições pessoais/profissionais.

Por outro lado, temos os casos dos indivíduos que se encontram desintegrados socialmente. Aurora, Estrela, Josefa e Quirino partilham entre si situações de desemprego, nalguns casos crónico o que, só por si, os coloca numa situação de acentuada vulnerabilidade e desintegração social pois estão dependentes de outros para sobreviverem, sendo que três destes casos têm filhos a cargo (Aurora; Estrela; Josefa), pelo que acumulam desvantagens sociais.

Num patamar ligeiramente diferente, encontra-se Jamila que se encontra empregada mas num trabalho temporário o que, pelo elevado grau de incerteza, a coloca numa situação de desintegração social comparativamente com outros elementos da amostra, até porque também é mãe.

A pobreza inicial, só por si, não determina a obtenção de maus resultados de integração social após a saída do acolhimento, pois pode levar os indivíduos a estabelecerem metas, nomeadamente profissionais, para alcançarem bem-estar e qualidade de vida ao longo das suas vidas, como são os casos específicos dos empreendedores que lutaram contra as adversidades para conquistarem objetivos que erigiram, muitas vezes ainda em

acolhimento.

Neste sentido, a pobreza inicial pode mobilizar os indivíduos para a aquisição de resultados positivos, atente-se, em particular, ao caso de Osmar que revelou um alto nível de autoconstrução positiva e resiliência.

Os fatores que se relacionam com a carência socioeconômica são mencionados pelos indivíduos quando verbalizam as condições de vida de que dispunham nas fases iniciais das suas vidas.

- *“ (...) casa, não era lá muito boa (...) foi pelas condições habitacionais.”* • Ísis, 21 anos
- *“Vim de uma família muito pobre. Não tínhamos quaisquer condições. Passávamos algumas dificuldades... muita fome! (...) tínhamos muitas dificuldades financeiras (...) a minha mãe não era supostamente a melhor mãe do mundo (...)”* • Osmar, 23 anos

Do quarto agregado fazem parte os indivíduos que nomearam a doença e comportamentos aditivos dos cuidadores (alcoolismo; toxicodependência; outras doenças especificadas, ou não), como tendo sido o que determinou o seu ingresso em acolhimento institucional.

Em muitos casos, a situação de doença e/ou de comportamentos aditivos por parte dos cuidadores gera ausência de cuidados ou cuidados de má qualidade em virtude de existirem descompensações recorrentes.

O consumo de substâncias, tais como álcool e drogas, realizado pelos cuidadores é outro dos aspetos que contribuem para a disfuncionalidade familiar e para colocar, inerentemente, as crianças e jovens em situação de perigo, pois este tipo de comportamentos tende a ocorrer, de uma forma mais marcante, quando se verifica um aumento dos casos de toxicodependência (Brandon 2001); *“ (...) consumo de substâncias dos cuidadores”* (Hartley 2002: 353); *“as crianças e jovens que são acolhidas são alvo de abuso e de negligência, exposição à violência e ao abuso de substâncias por parte dos pais”* (Hummer et al. 2010: 80).

Alguns dos inquiridos indicaram que vivenciaram situações em que os seus cuidadores consumiram/abusaram de substâncias (drogas/álcool) em fase precedente ao seu acolhimento institucional, como são os casos de Brígido, Santiago e Camila. Todavia,

estes três indivíduos tiveram resultados díspares no que concerne às sua integração social, pois enquanto Camila constitui um caso de integração social, com emprego e vida organizada, Brígido faz parte dos indivíduos que demonstram características empreendedoras, e Santiago, por seu turno, pertence ao grupo dos que se encontram desintegrados socialmente devido a ter um emprego pontual/precário e pouca escolaridade.

Consideramos que não é o facto das c/j conviverem de perto com situações de dependência dos cuidadores em fase pré-institucional que vai contribuir para o insucesso da sua integração social posterior, na medida em que podem existir, ao longo do processo de acolhimento, outros *turning points* que façam a diferença positiva nas suas trajetórias de vida.

Dando seguimento a este ponto de análise note-se o que dizem dois indivíduos participantes na pesquisa referidos anteriormente.

- | | |
|---|---------------------|
| • “ (...) os meus tios (...) consumiam... acho que era heroína (...)” | • Santiago, 23 anos |
| • “a minha mãe tinha-se começado a drogar (...)” | • Brígido, 28 anos |

As doenças dos cuidadores, nomeadamente as de cariz mental, principalmente das figuras maternas, são apontadas pela literatura nesta área como sendo comuns em bastantes casos de indivíduos que apresentam trajetórias de vida que passaram pela institucionalização mas não se verifica corte emocional, tal como nos avisam diferentes investigadores, *“um conjunto de problemas sistémicos (pobreza; doença mental; (...)) estão na origem do acolhimento das crianças e jovens”* (Spencer et al. 2010: 232); *“a depressão materna é um fator de risco para a realização educacional, bem como para o ajustamento social”* (Welbourne e Leeson 2012: 134).

Os casos de depressão materna, são deveras recorrentes nos casos das c/j que ingressam em acolhimento institucional e podem afetar negativamente o desempenho das competências parentais.

Alguns entrevistados, como é o caso de Juliano; Leopoldo, Madalena e Querubim referiram os problemas de saúde maternos como estando na origem do seu acolhimento institucional. Por seu turno, Nazaré referiu que a avó não se encontrava com saúde adequada para assumir os seus cuidados.

Estes cinco inquiridos foram agrupados como casos de integração social, sendo que

três deles são, nitidamente, casos com atividades ocupacionais ascendentes e empreendedoras (Juliano; Madalena; Querubim). Juliano, prosseguiu estudos após a saída do acolhimento e fez algumas transições profissionais otimizadas, sendo que pretende vir a mudar para uma área profissional melhor remunerada, pelo que está disposto a estudar mais para atingir esse objetivo. Madalena, encontra-se numa situação de cumulação ocupacional, dado que trabalha e estuda no ensino superior e tem planos para prosseguir profissionalmente na área em que se está a formar. Por fim, Querubim, é um profissional de reconhecido valor na sua área de intervenção e que trabalha em várias unidades do setor. No entanto, pretende vir a obter mais formação para poder melhorar o seu desempenho profissional.

Estes cinco casos de estudo que isolámos de entre os cinquenta que constituem a amostra, são representativos dos indivíduos que embora sejam provenientes de situações familiares que se encontram marcadas pela doença dos cuidadores, conseguiram obter bons resultados ao nível da sua integração social porque acreditaram nas suas capacidades e não deixaram de investir nos seus percursos, nomeadamente escolares afigurando-se a instituição como um reduto promotor de incentivo, de equilíbrio e de bem-estar.

De destacar, a persistência de Querubim que, tendo sido institucionalizado em tenra idade, empreendeu uma trajetória de vida que se lhe tem afigurado rica em oportunidades de sucesso.

Como referimos anteriormente, alguns dos indivíduos participantes nesta investigação aludiram ao facto de terem sido acolhidos devido a doença e/ou doença mental dos seus cuidadores.

- “ (...) a minha mãe estava doente (...) ”
- “ (...) o meu pai tinha falecido (...) a minha mãe ficou com uma depressão enorme (...) ”
- Madalena, 24 anos
- Leopoldo, 24 anos

No que concerne às categorias associadas, a primeira agrega os indivíduos que mencionaram que o seu acolhimento foi determinado por carência socioeconómica e maus-tratos com igual relevo. Nestes contextos, a carência socioeconómica pode despoletar desestruturação familiar e psíquica dos cuidadores e pode contribuir para a perpetração de maus-tratos às c/j.

Relativamente às crianças e jovens que ingressam em acolhimento, fazem-se sentir os efeitos do risco familiar (Robinson et al. 2012). Nestes casos estamos perante uma multiplicidade de desafios psicossociais porque, frequentemente, os pais apresentam uma enorme exposição a diferentes problemáticas (McWey et al. 2008), que têm vindo a ser analisados internacionalmente pelos pesquisadores da área da proteção das crianças e jovens em perigo.

No entanto, salienta-se que é difícil atuar em prol do seu bem-estar, *“as crianças e jovens oriundas de famílias com carência socioeconómica e multidesafiadas podem-se envolver menos nos acompanhamentos psicoterapêuticos”* (Staudt 2007: 186); *“a maior parte das famílias das crianças e jovens que ingressam em acolhimento têm baixas possibilidades socioeconómicas. (...) já experimentaram abuso ou negligência (...)”* (Hagaman et al. 2010: 525); *“as crianças e jovens que entram em acolhimento apresentam experiências de infância caótica, como a exposição ao abuso, negligência e dificuldades socioeconómicas”* (Fowler et al. 2011: 344).

A associação de fatores que conduzem ao acolhimento é, de acordo com a literatura consultada, a situação mais comum quando abordamos a população das c/j que passam pelo acolhimento institucional.

Isolámos três casos-tipo (Dinis; Orfeu; Samanta) para ilustrarmos esta problemática associada, sendo que todos eles se integram no grupo de indivíduos que está, atualmente, integrado socialmente, com destaque para o empreendedorismo manifestado por Dinis. De referir que no caso desta associação de problemáticas os indivíduos se tornam mais aguerridos relativamente à sua sobrevivência. Este último inquirido enquadra-se nos indivíduos que demonstram persistência uma vez que se tem vindo a debater, ao longo do seu percurso de vida, com uma pluralidade de desafios que o têm tornado mais forte e preparado para atingir os seus objetivos académicos e profissionais.

Com frequência, os indivíduos entrevistados no âmbito desta pesquisa sobrepõem como razões para o seu acolhimento as suas condições socioeconómicas e maus-tratos/negligências experienciadas em meio natural de vida anteriormente ao ingresso institucional.

- “ (...) a minha mãe e o meu pai separaram-se (...) o meu pai era muito agressivo
- Orfeu, 26 anos

e a minha mãe não tinha condições para nos ter.”

- “ (...) a minha mãe não tinha dinheiro nem tinha condições. (...) foi internada (...) ficámos sozinhos em casa (...) ” • Samanta, 26 anos

Por fim, surge a última categoria associada (carência socioeconómica e ausência ou instabilidade do suporte familiar) que é, igualmente, a que figura com maior representatividade. Nestes casos a carência de recursos materiais surge imbricada com a desestruturação familiar o que se traduziu em meios familiares instáveis para o desenvolvimento harmonioso das c/j.

A agremiação destas duas categorias pode surgir nalgumas situações como é, por exemplo, o caso da toxicod dependência dos cuidadores porque, tendencialmente, os pais que abusam de substâncias (drogas ou álcool) têm maior propensão para maltratar e/ou negligenciar os filhos dada a disfunção familiar que se instala (Bradshaw et al. 2011), sendo que o acolhimento institucional acontece devido a diversas circunstâncias familiares (Martin e Jackson 2002).

As crianças são particularmente afetadas por privações relacionadas com a educação, saúde, habitação e integração social (Bastos e Machado 2009), *“as crianças e jovens que entram em acolhimento frequentemente têm um passado de instabilidade (...)”* (Kendrick 1998: s/p). As complexidades familiares podem ser generalizadas, *“ao darem entrada em acolhimento, as crianças e jovens apresentam desvantagens sociais (...)”* (Creed et al. 2011: 1720); *“as crianças e jovens que entram em acolhimento apresentam uma história familiar de violência e de abuso (multidesafiadas), sendo que sofreram negligência, (...) ou disfunção familiar antes de entrarem no sistema de cuidados (...) e muitos mantêm memórias vivas desse tempo”* (Welbourne e Leeson 2012: 132).

No que concerne à conexão entre carência socioeconómica e ausência ou instabilidade do suporte familiar, verificámos ser significativo o número de indivíduos (catorze) que se integrava nesta sexta categoria, o que significa que as duas categorias consideradas isoladamente se associam para formar uma terceira e que esta, por si, compreende bastantes casos de c/j que ingressam em acolhimento institucional.

Se atentarmos particularmente sobre os casos de alguns destes indivíduos verificamos que, apesar das suas desvantagens iniciais, a generalidade se encontra integrada socialmente, sendo que alguns se destacam dos restantes por revelarem atividades

ocupacionais ascendentes e empreendedoras e investimento educativo, como é o caso de Brígido, Dinarte; Domingos; Ezequiel; Júlia e Licínio. Os três últimos (Ezequiel; Júlia; Licínio) encontravam-se, na altura da entrevista presencial, em situação de cumulação ocupacional, sendo que para além de estarem empregados, estudavam no ensino superior e revelaram ter planos de carreira.

Brígido e Domingos são indivíduos ligados às artes (música; artes plásticas), que no âmbito do seu trabalho se interligam com outras pessoas ou grupos, tanto em Portugal como em países estrangeiros, para realizarem o seu trabalho.

Dinarte continuou a estudar após sair do acolhimento e tem vindo a progredir profissionalmente, pretendendo retomar os estudos no ensino superior. Aldair; Benito, Hipólito; Libânio, Mercedes; Olavo e Zacarias encontram-se a trabalhar ou a estudar e, portanto, socialmente integrados.

Nalguns casos também se coligavam outras categorias de razões que conduziram ao acolhimento institucional, como é o caso de Aldair ou de Ezequiel que foram acolhidos por carência socioeconómica, problemas de saúde no agregado familiar ou da c/j e relações instáveis nesse mesmo agregado, sendo que se encontram, ambos, socialmente integrados como referimos anteriormente.

A única situação que se nos parece dissemelhante é a de Getúlio, uma vez que este foi acolhido pelo mesmo tipo de problemáticas dos indivíduos anteriormente mencionados mas, no entanto, se encontra em situação de desintegração social pois trabalha ocasionalmente e de forma precária.

Desta análise, concluímos que o facto dos indivíduos terem passado inicialmente por uma constelação de dificuldades não é, por si, determinante na sua integração social posterior ao acolhimento institucional porque fatores endógenos e/ou exógenos se intersectam no sentido dos impulsionar positivamente. Porém, há a considerar o caso específico dos indivíduos que foram vítimas de maus-tratos, anteriormente à institucionalização, e que espelham uma maior dificuldade de integração social, como são, nomeadamente, os casos de Alírio ou de Magnólia.

Os entrevistados revelaram os seus modos de vida em fase de pré-institucionalização referindo dificuldades de cariz múltiplo que se agregaram no sentido do acolhimento se afigurar como uma opção de proteção e de desenvolvimento.

- “ (...) as condições eram de uma família pobre (...) a minha mãe faleceu. O meu pai, sozinho, mais os meus avós, não tinham capacidade para tomar conta de nós (...) ” • Júlia, 27 anos
- “ (...) a minha tia tinha, e tem, três filhos (...) e mais um era um bocado complicado (...) ” • Domingos, 30 anos

Para encerrar a temática da fase de pré-institucionalização considerámos relevante abordar a dimensão do *percurso escolar* nesta época.

A revisão da literatura realizada contribuiu para a apreensão de que vários investigadores têm estabelecido uma analogia entre as vivências pré-institucionais dos indivíduos e os seus resultados escolares na medida em que, para muitos, as experiências em meio natural de vida contribuíram negativamente para os seus percursos educacionais nessa fase e *à posteriori*, “as crianças e jovens que ingressam em acolhimento frequentemente têm realizações pobres relativamente à educação (...)” (Kendrick 1998: s/p); “entre as crianças e jovens que ingressam em acolhimento institucional verifica-se (...) *deficits educacionais*” (Jones 2008: 241-242).

Os indivíduos referiram que iniciaram a frequência escolar com idades compreendidas entre os três e os oito anos, sendo que a maioria o fez com cinco ou seis anos.

À data da admissão em acolhimento a generalidade dos entrevistados frequentava o 1.º ciclo e.b., sendo que os restantes se encontravam distribuídos pela frequência do 2.º e do 3.º ciclo e.b., pelo ensino pré-escolar e outros não tinham frequência do sistema de ensino, tendo iniciado o seu percurso escolar já no LIJ.

Bastantes vezes, são os problemas verificados em meio escolar ao nível do comportamento ou, por exemplo, do absentismo escolar que contribuem ou determinam a entrada das c/j em acolhimento.

Se ponderarmos nalguns casos específicos (Angélico; Aurora; Brígido; Joceline; Nazaré), poderemos verificar que estes indivíduos referiram experiências escolares positivas anteriores à sua entrada em acolhimento, autopercecionando-se como “bons alunos” (razões endógenas) e que, posteriormente, esses mesmos indivíduos, à exceção de um

(Aurora) figuram no grupo que se encontra em situação de integração social, significando isso um percurso escolar bom ou razoável.

Aurora destaca-se por estar em situação de desintegração social, embora fosse boa aluna durante o seu percurso escolar, porque saiu cedo do acolhimento, dado que o abandonou e porque se tornou mãe precocemente, o que lhe dificultou o acesso ao prosseguimento de estudos, ao emprego e, inerentemente, a melhores condições de vida.

Por outro lado, foi-nos veiculado por alguns indivíduos (Aldair; Benito; Samanta; Sidney; Levi), no decurso das entrevistas presenciais, que a sua frequência escolar, antes de integrarem o sistema de acolhimento de c/j não era positiva, nomeadamente por terem pouco ou nenhum acompanhamento familiar (razões exógenas) nesta área, pelos que os resultados se revelavam pobres. Porém, estes indivíduos, à exceção de um (Levi) enquadram-se, de acordo com o agrupamento que apresentamos, no conjunto dos indivíduos que apresentam integração social posteriormente ao acolhimento embora nenhum deles seja particularmente empreendedor. Levi distingue-se dos demais, encontrando-se em situação de desintegração social, porque trabalha pontualmente e de forma precária.

Desta análise, permitimo-nos afirmar o papel relevante da CPL na prossecução da escolaridade das c/j tendo em conta as suas potencialidades e aptidões.

Perceções positivas do percurso escolar em fase de pré-institucionalização

- | | |
|---|-------------------|
| • <i>“Excelente. Porque era boa aluna.”</i> | • Aurora, 26 anos |
| • <i>“Corriam bem (...) era uma boa aluna.”</i> | • Nazaré, 25 anos |

Perceções negativas do percurso escolar em fase de pré-institucionalização

- | | |
|--|-------------------|
| • <i>“Não muito bem. Não havia muito acompanhamento da família.”</i> | • Benito, 29 anos |
| • <i>“Mal. (...) não havia muita atenção em relação aos estudos.” (da família)</i> | • Levi, 27 anos |

A promoção da cidadania passa por ouvir as c/j respeitando os seus pontos de vista e envolve-los na tomada de decisão para que funcionem bem socialmente apesar das suas desvantagens, mas a maior parte dos indivíduos não foi chamada a participar na decisão de acolhimento, muitos devido à tenra idade que tinham nessa altura.

Diferentes países revelam conceções dissemelhantes. Assim, constatámos que *“na legislação dinamarquesa e alemã, a criança é concebida como um cidadão ativo com*

responsabilidades. Em ambos os países as c/j têm o direito de crescer em família inseridos na sua própria comunidade. «As crianças e as pessoas jovens devem estar envolvidas, de acordo com seu nível de desenvolvimento, em todas as decisões que lhes dizem respeito tomadas pelos serviços de juventude legais» de acordo com a sua idade e maturidade” (Cameron 2004: 144). Porém, para o investigador sueco Johansson (2012), todas as crianças são dependentes dos adultos (relação hierárquica) para a sua sobrevivência, pelo que se encontram à mercê da arbitrariedade e da responsabilidade dos adultos.

A generalidade dos indivíduos foi acolhida com irmãos e a fratria integrou o mesmo LIJ, embora em casos residuais tivesse havido separação ou a entrada em diferentes alturas devido às idades ou porque se encontravam noutras respostas sociais.

Nestas circunstâncias, nem sempre as c/j percecionam, à época, o seu ingresso institucional como uma mais-valia para o seu bem-estar e para a construção do seu futuro. Assim, verifica-se, de acordo com Henry (1999) que, em bastantes situações, as crianças abusadas desenvolvem competências para viverem em ambientes inseguros e dão aos pais inúmeras oportunidades para tomarem as atitudes adequadas; *“apesar dos maus-tratos ou da negligência parental, os jovens percecionam a família como uma forma de organização interna e de proteção”* (Mota e Matos 2010: 245). Desta forma, é-lhes difícil deixarem os meios sociofamiliares que conhecem.

A maior parte das c/j referiu que não foi chamada a participar na decisão referente à sua entrada em acolhimento institucional, muitos devido à tenra idade que tinham nessa altura. Alguns não se recordam de terem sido ouvidos no âmbito da tomada de decisão e, por fim, outros assumiram que a sua opinião sobre o ingresso foi considerada.

Quando deram entrada em LIJ, a generalidade das c/j experienciaram sentimentos negativos, positivos ou indefinidos, como exemplificaremos mais à frente. Alguns casos (Aurora; Branca; Getúlio; Íris; Dinis) experienciaram sentimentos negativos quando integraram o LIJ, sendo que três deles (Aurora; Getúlio; Íris) se incorporam atualmente nos casos de desintegração social, eventualmente porque tiveram dificuldade em aceitar o acolhimento e as regras institucionais. Branca e Dinis perfilam-se nos casos de integração social, sendo que este último se inclui nos casos dos indivíduos com atividades ocupacionais ascendentes e empreendedoras.

De entre os casos que experimentaram sentimentos positivos na altura em que foram acolhidos, são ilustrativos Angélico, Clemente, Jamila, Josefa e Magnólia. Apesar de guardarem boas memórias da sua entrada para o LIJ, por considerarem que tal se lhes colocava como uma opção consentânea com a situação sociofamiliar que viviam nessa época, três destes indivíduos (Josefa; Jamila; Magnólia) enquadram-se nos casos de desintegração social dado que não trabalham ou porque o fazem sem constância devido a fatores endógenos ou exógenos. Por outro lado, Angélico e Clemente também se recordam positivamente da sua entrada no LIJ e posicionam-se entre os indivíduos que não só se encontram socialmente integrados, como também se pode considerar que têm atividades ocupacionais ascendentes e empreendedoras.

Por fim, surgem-nos os indivíduos (Alan; Alírio; Ísis; Leopoldo; Querubim) que se manifestam de forma indefinida quanto à sua entrada no sistema de acolhimento. À exceção de Alírio que se encontra numa situação de desintegração social, os restantes indivíduos estão integrados socialmente, salientando-se o caso específico de Querubim por ser um exemplo de sucesso ocupacional.

Independentemente dos sentimentos (negativos; positivos; indefinidos) experienciados pelos indivíduos aquando do seu ingresso em acolhimento não se verifica uma relação causa-efeito entre esses mesmos sentimentos e a sua situação atual de integração/desintegração social, até porque muitos entraram com tenra idade e por tal é natural a sua perplexidade relativamente a um novo meio em que passaram a ser socializados, verificando-se uma cisão, mais ou menos profunda, com o seu meio natural de vida pré-institucional.

Sentimentos negativos experienciados na altura do acolhimento

- | | |
|---|--------------------|
| • <i>“Fiquei triste (...). Senti-me (...) abandonado (...)”</i> | • Getúlio, 25 anos |
| • <i>“Raiva, revolta (...) ia ficar longe da família (...)”</i> | • Dinis, 26 anos |

Sentimentos positivos experienciados na altura do acolhimento

- | | |
|--|---------------------|
| • <i>“Senti alegria. Porque ia para ao pé do meu irmão.”</i> | • Josefa, 29 anos |
| • <i>“Senti-me muito bem. (...) Porque já não ia sofrer mais.”</i> | • Magnólia, 25 anos |

Sentimentos indefinidos experienciados na altura do acolhimento

- | | |
|--|---------------------|
| • <i>“Não tinha noção. O lar sempre fez parte de mim.”</i> | • Querubim, 24 anos |
|--|---------------------|

- “Não faço a mínima ideia.” (por ser muito novo)

- Alírio, 25 anos

Rematamos esta primeira hipótese, com a ideia clara que as problemáticas vivenciadas em meio natural de vida, conducentes ao acolhimento, não determinaram a integração social subsequente, com a exceção, parcial, dos maus-tratos pois nestes casos verificou-se uma maior dificuldade de integração.

2. Hipótese II: O papel do acolhimento na viabilização da integração social, apesar das desvantagens iniciais

- Não obstante as experiências em meio natural de vida que precederam o acolhimento, este viabilizou a integração social sequente.

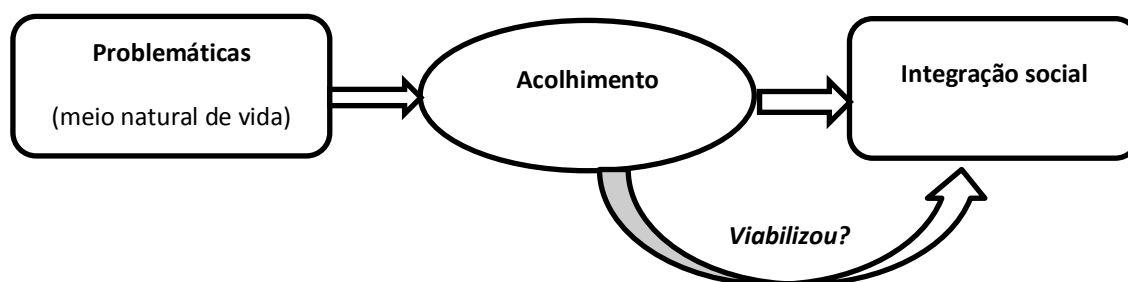


Fig. 24 – Hipótese II

Relativamente à fase de institucionalização guiámo-nos por algumas dimensões de análise que considerámos importantes para a apreensão da realidade sob escrutínio:

1. O quotidiano na instituição (vida pessoal, familiar, social/relacional e escolar):
 - 1.1 Descrição e representações do dia-a-dia na instituição;
 - 1.2 Perceção e avaliação do modo de organização da instituição;
2. Perceção e práticas da vida social/relacional (perfil dos amigos/relações, sentimentos, atividades e práticas quotidianas):
 - 2.1 Os técnicos da instituição;
 - 2.2 Os amigos na instituição;
 - 2.3 As visitas;

2.4 Os amigos fora da instituição;

3. Percepção e práticas da vida escolar;
4. Percepção e práticas da vida profissional.

No âmbito da hipótese II, dedicamo-nos à observação do tempo de acolhimento institucional (*avaliação do percurso na instituição*) e à forma como este tipo de intervenção e as relações sociais viabilizaram as trajetórias de vida dos indivíduos. Neste intuito tentámos apreender o *quotidiano institucional (vida pessoal, familiar, social/relacional e escolar)* dos indivíduos.

Para as pesquisadoras britânicas Welbourne e Leeson (2012), o primeiro ano de acolhimento pode ser particularmente difícil.

No que concerne à adaptação dos indivíduos às regras em vigor no LIJ considera-se, de acordo Gharabaghi (2011), que em acolhimento institucional se verificam, naturalmente, regras de conduta também institucionais, pelo que, aquando da admissão dos indivíduos, registámos, essencialmente, que essa ambientação se repartiu em fácil, gradual e difícil, para o que influem vários fatores como a idade, os motivos de ingresso, o grupo de pares e de cuidadores, entre outros.

Quanto à dimensão *descrição e representações do dia-a-dia na instituição*, a adaptação dos indivíduos às novas regras aquando da sua entrada no universo institucional pode ter sido, segundo apurámos, fácil, gradual ou difícil considerando cada um dos casos na sua unicidade, não nos sendo evidente o estabelecimento de uma relação clara entre o tipo de adaptação inicial e o resultado final, ao nível da integração social.

Camila, Clemente, Josefa, Magnólia e Querubim ilustram os indivíduos tiveram uma adaptação fácil ao acolhimento institucional mas, no entanto, alguns configuram casos de desintegração social (Josefa e Magnólia), enquanto outros (Camila; Clemente; Querubim) enfileiram casos de integração social, particularmente Clemente e Querubim que revelaram uma atitude proactiva e lutadora perante as dificuldades com que se depararam.

Indivíduos como Leopoldo, Libânio, Aurora, Levi e Ísis veicularam que tiveram uma adaptação inicial gradual relativamente às regras institucionais, mas dois deles (Aurora Levi) incluem-se atualmente nos casos de desintegração social devido à sua ocupação ser inexistente ou ser pontual/precária.

Por último, socorremo-nos dos exemplos de Nazaré, Olegário, Simão, Isaura e Dinis

para ilustrar casos de indivíduos que referiram ter tido uma adaptação difícil às regras institucionais aquando do seu ingresso no LIJ, sendo que, nos nossos dias, um (Simão) se encontra socialmente desintegrado, essencialmente, por dificuldades profissionais e os restantes (Nazaré; Olegário; Isaura; Dinis) configuram casos de integração social, em particular Olegário e Dinis devido ao seu investimento educativo e às suas atividades ocupacionais ascendentes e empreendedoras.

Adaptação fácil às regras institucionais

- *“Foi boa. Eu adaptei-me bem, muito bem.”* • Camila, 30 anos
- *“ (...) acho que me adaptei bem.”* • Josefa, 29 anos

Adaptação gradual às regras institucionais

- *“Fui-me habituando (...)”* • Leopoldo, 24 anos
- *“Um bocado de choque ao princípio mas, depois, foi só habituar-me.”* • Libânio, 22 anos

Adaptação difícil às regras institucionais

- *“ (...) um choque (...) quando temos que nos confrontar com regras com as quais não estamos habituados...”* • Dinis, 26 anos
- *“Foi muito complicada. Eu fiquei muito revoltada.”* • Isaura, 22 anos

As regras em acolhimento incidem particularmente, segundo os entrevistados, no cumprimento de rotinas e de horários que ajudam a organizar o tempo e os espaços individuais e coletivos, tais como a higiene diária ou a execução de tarefas domésticas.

Tal como refere frequentemente a literatura, esta é uma população que manifesta frequentemente problemas comportamentais, pelo que precisam de apoio para lidar com os efeitos emocionais posteriores da negligência e do abuso bem como com os *inputs* educacionais específicos, sendo que, frequentemente, apresentam comportamentos e atitudes que lhes foram úteis anteriormente (Welbourne e Leeson 2012), como é o caso da externalização (Farmer et al. 2008).

Tendencialmente, quando os indivíduos revelam problemas comportamentais em acolhimento têm maiores dificuldades de integração social porque a sua adaptação às regras sociais lhes causa maiores constrangimentos, embora haja exceções na medida em que os jovens se encontram em acolhimento em idade adolescente o que significa por si, para qualquer jovem, um processo de amadurecimento, e quando deixam os cuidados e se

confrontam com a realidade do mundo adulto muitos são levados a alterar a sua conduta no sentido de se tornarem normativos relativamente ao meio social que passam a integrar.

Para muitos indivíduos, o momento da saída do acolhimento afigura-se como um *turning point* determinante na forma como se vão doravante desenvolver os seus modos de vida.

Apresentamos os casos de cinco indivíduos, sendo que dois deles (Aldair e Olavo) são casos de integração social e os outros três (Alírio; Quirino; Simão) são casos de desintegração social na altura em que foram contactados presencialmente. Estes cinco indivíduos assumem que tiveram, em determinada altura do seu acolhimento institucional, problemas de comportamento e de adaptação às regras institucionais, sendo que posteriormente se integraram, ou não, socialmente de acordo com características pessoais e sociais que contribuíram para o esboço dos seus trajetos de vida.

Atente-se particularmente ao caso de Alírio que entrou em acolhimento bastante novo, tendo sido considerado pelos cuidadores uma criança e jovem responsável, mas que no entanto se encontra desintegrado socialmente sem perspetivas nem ânimo para alterar o seu modo de vida investindo na sua autoconstrução, caracterizando-se essencialmente pela apatia e desmotivação.

Indivíduos com comportamentos preocupantes para a instituição (em acolhimento)

- “Sim. Consumo de droga, por exemplo. Más companhias.” • Olavo, 24 anos
- “Tive alguns problemas. (...) eu virei-me e ela (professora) disse que eu a agredi. (...) levei um raspanete. Mau comportamento.” • Alírio, 25 anos

No que se refere à dimensão *percepção e avaliação do modo de organização da instituição*, verificámos que, em acolhimento, os indivíduos podiam-se sentir “livres”, “presos” ou ambas as coisas de acordo com a sua personalidade e com as circunstâncias que experimentavam global ou pontualmente, pois quando a institucionalização é combinada com outros fatores de risco (por exemplo, baixo QI, problemas de comportamento, *stress* dos pais, baixo nível socioeconómico), torna-se mais fácil de prever resultados de desenvolvimento mais pobres (Maclean 2003).

Os seus sentimentos e a sua disponibilidade para viverem de acordo com a institucionalização também são fatores contribuintes para a obtenção de resultados positivos

a curto, médio ou longo prazo, sendo que, de acordo com Kendrick (1998), as crianças e jovens em acolhimento institucional apresentam produtos educacionais frágeis; *“os resultados das crianças e jovens em acolhimento são geralmente considerados pobres”* (Forrester et al. 2009: 439).

A forma como os indivíduos se sentiam em acolhimento não nos permite estabelecer uma relação consistente entre esse fator e a integração social posterior. Porém, ilustramos através de alguns exemplos (Orfeu; Zacarias; Querubim; Olavo e Licínio) que o sentimento de liberdade experienciado em acolhimento é consonante com situações atuais de integração social com destaque para os casos concretos de Querubim e Licínio por serem particularmente laboriosos. O facto de não se sentirem aprisionados em acolhimento pode significar uma maior/melhor relação com o meio exterior ao acolhimento o que, eventualmente, pode facilitar o sucesso da integração social em fase seguinte.

Outros cinco entrevistados (Otoniel; Mercedes; Santiago; Quirino; Nazaré) sentiram-se enclausurados enquanto estiveram em acolhimento, sendo de referir dois deles (Santiago e Quirino) fazem parte dos casos de desintegração social enquanto os restantes três elementos se encontram integrados. Apreendemos que o sentimento de “aprisionamento” relativamente ao acolhimento não se traduz necessariamente em situações de desintegração social em tempo subsequente, podendo isso acontecer, ou não, dependendo das oportunidades e da forma como os indivíduos se apropriam das mesmas em função de serem bem-sucedidos.

Por último, surgem situações intervaladas, em que os entrevistados se sentiam ao longo do período de institucionalização, umas vezes “livres” e noutras vezes “presos” de acordo com as circunstâncias do quotidiano. Indivíduos como Madalena, Nicolau, Pelágio, Libânio e Dinarte representam esta situação descontínua. Também nestes casos encontramos exemplos de desintegração social (Nicolau), o que se prende em muito com o facto de ser portador de doença psiquiátrica, e de integração social (Madalena; Pelágio; Libânio; Dinarte), com especial relevo para casos nítidos de investimento educativo e por terem atividades ocupacionais ascendentes e empreendedoras (Madalena e Dinarte) devido a demonstrarem acentuada resiliência e investimento nos seus percursos.

Experimentação de sentimento de liberdade

- *“Livre. Era uma pessoa normal. Cresci. (...) Era uma pessoa livre, fazia o que*
- Querubim, 24 anos

queria.”

- “Livre. (...) eu tinha regras a cumprir, normal, mas tinha sempre a minha autonomia, podia sempre decidir o que é que podia fazer. Avisando estava sempre à vontade e prevenindo, caso houvesse um imprevisto.”
- Orfeu, 26 anos

Experimentação de sentimento de aprisionamento

- “Preso. Quando a minha mãe não me ia buscar.”
- Otoniel, 19 anos
- “Presa! Porque sim. Parecia que não podia dar um passo lá dentro. Eles estavam sempre em cima de mim. (...) Aquilo era uma prisão, era um sufoco! (...) “
- Mercedes, 24 anos

Experimentação de sentimentos de liberdade e de aprisionamento em tempos diferentes

- “De vez em quando sentia-me protegido e outras vezes sentia-me preso. (...) o Porto foi campeão e eu queria ir festejar com os meus colegas (...) e não me deixaram ir a mim. E aí senti-me preso.”
- Nicolau, 22 anos
- “Eu sentia-me bem só que houve alturas da minha vida em que me sentia presa, sim. Na altura, de mais velha em que queria sair, em que queria ter mais espaço de liberdade, não tive. (...) permitiram-me estudar fora, aí sim ganhei um bocado de liberdade (...) “
- Madalena, 24 anos

No âmbito da dimensão *avaliação do modo e processo de saída da instituição*, e quanto ao tempo de duração do acolhimento, autores como Fowler et al. (2009), defendem o prolongamento do tempo de acolhimento até aos vinte e um anos, pois os jovens que ficam mais tempo sob cuidados apresentam resultados mais positivos.

Dworsky e Courtney (2009), assinalam que os jovens que ficam em acolhimento até aos dezanove anos, ou mais, apresentam melhores taxas de resultados do que os seus pares que são descarregados do sistema mais cedo.

Alguns indivíduos disseram que não gostariam de ter passado mais tempo fora da instituição pois pensam que estiveram acolhidos o tempo necessário para se fortalecerem, embora, muitas vezes, se considere que as estadias das crianças e jovens em acolhimento institucional se prolongam por muito tempo (Eggertsen 2008). Por outro lado, diversos entrevistados referiram que gostariam de ter passado mais tempo fora por razões diversas, tais como a reintegração familiar ou o empreendimento de um percurso de autonomização.

A perceção do tempo que passaram institucionalizados, por parte dos indivíduos participantes na amostra, ajuda a compreender a forma como os mesmos sentiram a ação social protetora, sendo que não conseguimos estabelecer uma relação direta entre a opinião

dos entrevistados e os seus resultados ao nível da integração social posterior ao acolhimento.

Escolhemos alguns casos de indivíduos (Alan; Angélico; Benito; Camila; Juliano), que mencionaram que não teriam gostado de passar mais tempo fora da instituição, alguns dos quais porque se sentiam melhor na unidade de acolhimento do que nas suas próprias casas, como é o caso de Alan, por estarem mais acompanhados, nomeadamente aos fins de semana ou por ter sido o tempo indicado para possibilitar o seu desenvolvimento equilibrado, como aludem Angélico ou Juliano.

No que concerne à integração social subsequente, todos estes indivíduos se encontram integrados, destacando-se os casos de Angélico e de Juliano por se demonstrarem bastante expeditos na sua vida atual.

Por outro lado, surgem-nos os entrevistados (Leopoldo; Madalena; Mercedes; Otoniel; Quirino) que gostariam de ter passado mais tempo fora do acolhimento, nomeadamente para poderem estar mais próximos das famílias no seu convívio quotidiano como referem Mercedes ou Otoniel.

À exceção de Quirino, os restantes indivíduos demonstram estar socialmente integrados, não nos sendo, também aqui, possível definir a existência de uma tendência explicativa entre a perceção dos indivíduos quanto ao tempo que estiveram institucionalizados e a sua integração social, talvez porque independentemente do tempo que passaram acolhidos, foi mais relevante a qualidade do mesmo, a forma como tiveram, ou não, as capacidades necessárias para usufruir da vivência institucional, a forma como deixaram o acolhimento, entre outros fatores relevantes, como é o caso do funcionamento dos meios familiares ou de autonomia de vida em que se integraram em fase de pós-institucionalização.

Não gostariam de ter passado mais tempo fora da instituição

- *“Não, não... foi o tempo certo. Eu não tinha outras condições a não ser isso.”* • Juliano, 23 anos
- *“Não (...) felizmente todos os fins-de-semana eu tinha o fim de semana com a família e era o tempo que bastava para matar as saudades e estarmos um bocado no conforto da família.”* • Benito, 29 anos

Gostariam de ter passado mais tempo fora da instituição

- *“Claro que sim. Qualquer indivíduo que está no lar gostaria de passar mais tempo fora. É muito tempo fechados numa casa e chega a um ponto que a pessoa precisa de liberdade.”*
- Quirino, 24 anos
- *“Gostava, sim. Estar em maior contacto com a minha mãe, com o meu pai, porque eu só podia estar de quinze em quinze dias com o meu pai e, se a gente pudesse estar mais tempo fora do lar, acho que a gente podia comunicar mais com a nossa família, neste caso, com o meu pai.”*
- Mercedes, 24 anos

Revisitando a dimensão *percepção e avaliação do modo de organização da instituição*, é plausível referir que o tempo na vida das c/j é bastante importante para a construção individual pelo que, corroborando a ideia de Mendes (2012), a preparação para a autonomia deve ser iniciada ainda em acolhimento, independentemente do tempo de estadia (Freundlich e Avery 2006), o que exige planeamento (Williams 2011).

Alguns dos indivíduos pensam que a instituição lhes organizou um projeto de vida, o qual era generalizado aos seus pares, e outros consideram que projeto de vida era individualizado.

Por fim, alguns sujeitos mencionaram que não existiu a construção de qualquer projeto de vida pelo que se sentiram algo desamparados, nomeadamente no processo de transição para fora dos cuidados. Também neste aspeto, os dados recolhidos são díspares tendo em conta que se verifica um grau elevado de contemporaneidade entre os inquiridos.

Alguns indivíduos (Branca; Ísis; Simão; Samanta; Magnólia) afirmaram que tinham um projeto de vida organizado quando se encontravam em acolhimento, o qual consideram que era generalizado aos seus pares em igualdade de circunstâncias. Contudo, isto não significa que todos os indivíduos se encontrem socialmente integrados em fase de pós-institucionalização, como acontece nos casos singulares de Magnólia (portadora de doença psiquiátrica) e Simão (dificuldades profissionais).

Outros indivíduos (Zacarias; Josefa; Jamila; Licínio; Angélico), referiram que existiam projetos de vida individualizados ainda em acolhimento, conforme os quadros sociofamiliares e socioeducativos singulares em que se situavam cada um dos elementos. Assim, embora tivessem usufruído de projetos de vida individualizados, Jamila e Josefa não se encontram socialmente integradas, ambas por razões que se prendem com a instabilidade profissional e com o desemprego. Por outro lado, neste mesmo grupo localizam-se indivíduos como Licínio ou Angélico que têm sido bem-sucedidos nas suas atividades

ocupacionais.

Por último, consideramos o grupo de indivíduos (Anabela; Domingos; Íris; Levi; Sidney), que assumiram não ter qualquer projeto de vida construído em acolhimento. Igualmente, neste grupo surgem elementos (Íris e Levi) que não se encontram integrados socialmente por razões de instabilidade profissional e desemprego. Concomitantemente, deste grupo também fazem parte indivíduos que consideramos com atividades ocupacionais ascendentes e empreendedoras, como são os casos de Anabela e Domingos.

Nesta senda, não nos é possível afirmar que a existência de projetos de vida (individualizados ou generalizados) ou a inexistência dos mesmos é, por si só, condutora ao sucesso da integração social posterior ao acolhimento, como retratamos através de alguns casos exemplificativos uma vez que outros fatores influem neste processo, e que podem fugir ao controlo institucional, dado que já ocorrem em fase subsequente ao acolhimento.

Com projeto de vida que era generalizado aos pares

- *“Sim, senti. Eu acho que era para toda a gente que integrava o lar.”*
- *“Senti, senti. Era comum a todos.”*
- Samanta, 26 anos
- Magnólia, 25 anos

Com projeto de vida que era individualizado relativamente aos pares

- *“ (...) pode-se dizer que senti (...) quando surgiu o Projeto RAIA fiquei bastante contente (...) ”*
- *“Sim. Eu acho que era mais independente... era para cada um. Não em conjunto.”*
- Zacarias, 27 anos
- Josefa, 29 anos

Sem projeto de vida

- *“Nem por isso. Acho que era mais: vamos passando até ver.”*
- *“Eu acho que não. Acho que era um bocadinho... viver o dia-a-dia.”*
- Anabela, 27 anos
- Íris, 27 anos

Num estudo conduzido por (Southwell e Fraser 2010), na Austrália, foi possível apreender que a maioria das c/j se encontravam satisfeitas com o acolhimento e se sentiam investidos pelos cuidadores (escutados e alvo de preocupações).

Num outro estudo realizado por Courtney et al. (2001), nos EUA, a maioria dos jovens pensa que teve *“sorte”* de ter sido colocada em cuidados institucionais e está, genericamente, satisfeita com a sua experiência neste prisma.

As regras que vigoravam em acolhimento revestiram-se de importância para os indivíduos na medida em que contribuíram para a sua estruturação nessa época e fases posteriores, tendo isso sido veiculado pela generalidade dos entrevistados, o que vai ao encontro da revisão da literatura realizada. Porém, tal não significa que todos os indivíduos para os quais as regras foram importantes se encontrem, na atualidade, socialmente integrados, sendo disso Estrela uma ilustração devido à situação de desemprego em que se encontrava. Mas, genericamente, os indivíduos que exprimiram este tipo de percepção encontram-se integrados, de entre os quais se destacam quatro exemplos de indivíduos com atividades ocupacionais ascendentes e empreendedoras (Domingos; Calvino; Juliano), e com investimento educativo (Ezequiel), que apresentam ousadia e investimento nas suas áreas funcionais.

Conclui-se o papel determinante e organizador que o acolhimento teve na vida destes indivíduos que poderiam não ter tido algumas oportunidades de desenvolvimento caso não tivessem sido institucionalizados, o que se traduz em capital humano individual e social de melhor qualidade.

As regras em acolhimento revestiram-se de importância

- *“Foram sim. Porque contribuíram para a minha formação e ajudaram-me na minha integração na sociedade.”* • Ezequiel, 26 anos
- *“Foram e ainda hoje são. Acho que toda a gente tem que viver com regras.”* • Estrela, 28 anos

Tendo em consideração um estudo dirigido, na Austrália, por (Southwell e Fraser (2010), no âmbito da satisfação dos indivíduos que passam pelo acolhimento institucional, é possível afirmar que nos últimos anos tem havido uma tendência acentuada de passagem do grande grupo para o pequeno grupo em acolhimento e, inerentemente, uma prestação de cuidados mais individualizados que se focaliza nas necessidades de apoio manifestadas pelos jovens.

Tal como indica Forrester et al. (2009), o acolhimento fornece um modelo educativo que se aproxima da vida familiar normal cabendo aos cuidadores a dinamização de um clima apropriado ao crescimento e desenvolvimento das c/j, *“(…) identificação afetiva com estas figuras pode ser relevante na natureza das trajetórias de vida (...)”* (Mota e Matos 2010: 246). As crianças e jovens institucionalizadas necessitam de atenção individualizada que seja

compensatória, sendo que “ (...) as ligações de proximidade e afeto podem ser proporcionadas pelos prestadores de cuidados da instituição onde o jovem vive” (idem).

Muitos indivíduos consideram que o LIJ se encontrava organizado como se de uma família se tratasse, ressaltando o facto do grande número de pessoas em coabitação, “a proximidade das relações entre adultos e crianças e jovens foi vista como um claro benefício para a qualidade dos cuidados e para a prática pedagógica” (Cameron 2004: 145). Na opinião de outros indivíduos, o LIJ não se lhes afigurava como uma família porque não se sentiam tão vinculados quanto o eram com as famílias de origem.

A forma como os indivíduos percecionavam o espaço de acolhimento é relevante para o entendimento do seu quotidiano e aquisição de valores. Enquanto alguns indivíduos (Zacarias; Licínio; Joceline; Hipólito; Benito) “sentiam” o funcionamento do LIJ como se se tratasse de uma organização familiar, outros (Simão; Osmar; Mercedes; Calvino; Getúlio) não o “sentiam” dessa forma porque, para eles, “organização familiar” tinha outro tipo de significância prendendo-se apenas e só com o seu meio familiar de origem não conseguindo percecionar o LIJ como “uma segunda” família, embora alternativa.

No que se refere à integração social dos indivíduos, apresentamos cinco exemplos individuais de entre os indivíduos que percecionavam o LIJ como uma organização familiar, destacando-se dois casos pelo seu investimento educativo (Licínio e Joceline), que trabalham e estudam no ensino superior em simultâneo.

No que diz respeito à não perceção do LIJ como organização familiar, socorremo-nos do exemplo de cinco indivíduos que exprimiram essa posição, sendo que alguns (Simão e Getúlio) se encontram socialmente desintegrados e outros se encontram integrados com especial destaque para Calvino e Osmar que se perfilam entre os indivíduos com atividades ocupacionais ascendentes e empreendedoras.

Portanto, o facto dos indivíduos não sentirem a unidade de acolhimento como uma família alternativa não ajuda a explicar, por si, diferenças na integração social em fase de pós-institucionalização porque outros fatores podem colidir e fazer a diferença nesse processo.

O LIJ percecionado como uma organização familiar

- “Era semelhante a uma família. (...) Tentavam-nos pôr-nos no seio de uma família regular, digamos assim.” • Joceline, 22 anos
- “Era semelhante a uma família. (...) sentiamo-nos todos em família... havia” • Hipólito, 19 anos

mais pequenos, havia os mais velhos... aquilo era uma família.”

O LIJ não percecionado como uma organização familiar

- *“Ali dentro havia muitos despiques (...) eles faziam muitos grupos. (...) eu não considerava muito a minha família.”* Mercedes, 24 anos
- *“Era diferente. A atenção tinha que ser maior. Por isso é que eu acho que era um bocado mais confuso.”* Getúlio, 25 anos

Tendo em conta a dimensão *perceção e práticas da vida social/relacional (perfil dos amigos/relações, sentimentos, atividades e práticas quotidianas)*, no que diz respeito aos *amigos na instituição*, visitamos Emond (2003), o qual refere que os jovens veem os seus colegas em acolhimento como tendo impacto significativo sobre a sua experiência nos cuidados, bem como sobre o seu desenvolvimento pessoal e social (pertença; aconselhamento), pelo que o grupo é um recurso inexplorado e pode ter uma influência positiva sobre os jovens individualmente.

Os pares das crianças e jovens são ótimos na “ (...) *partilha de competências, de resolução de dificuldades, de autocontrolo e de manutenção de proximidade relacional*” (autoestima; vinculação) (Mota e Matos 2010: 246).

Autonomamente de sentirem, ou não, as unidades de acolhimento como se de uma organização familiar se tratasse, a maior dos inquiridos referiu que tinha uma boa relação com os seus pares no LIJ, nomeadamente com os companheiros de quarto, o que revela um bom enquadramento a este nível, embora, por vezes, existissem conflitos que eram rapidamente ultrapassados.

De salientar que algumas relações perduram na atualidade, como veremos na análise da fase de pós-institucionalização. Quase todos os indivíduos recordam as relações que tinham com os seus pares em acolhimento como próximas e positivas, considerando-se, em muitos casos, como familiares.

Embora estas relações se revistam de importância para a estruturação emocional e comportamental das c/j em acolhimento, não consideramos ser viável estabelecer uma relação de correspondência direta entre as relações de amizade em acolhimento e a integração social posterior.

Recorremos a alguns exemplos de indivíduos (Alírio; Brígido; Clemente; Olavo; Pelágio) que consideram que os seus pares foram/são importantes nas suas trajetórias de

vida. Todavia, nem todos se encontram em situação de integração social, como é o caso de Alírio que se encontra sem ocupação profissional e com dificuldade de subsistência. Alguns indivíduos, para além de estarem integrados ao nível social, revelam atividades ocupacionais ascendentes e empreendedoras, como são os casos individuais de Brígido e Clemente.

A relação com os pares em acolhimento

- *“Era boa. Éramos uma família. Obviamente, que não era perfeita com todos igualmente, mas sim era uma família, era uma boa relação. Passei por vários quartos. Foi sempre boa, também.”* • Brígido, 28 anos
- *“Recordo uma relação boa. Era uma relação de irmãos. Porque a gente dava-se bem e havia lá dois ou três... dois irmãos, por exemplo, que eram como se fossem mesmo meus irmãos porque a gente já se conhecia de fora (...)”* • Olavo, 24 anos

No que concerne aos *amigos fora da instituição*, apreendemos que, em acolhimento, os indivíduos também tinham amigos fora do espaço do LIJ o que é revelador das relações sociais que mantinham nesta época e do grau de abertura da resposta social ao exterior, o que se denota ser relevante na medida em que também a participação em atividades de lazer e o contacto com pessoas de fora do sistema de cuidados é importante para uma sensação de realização e autoeficácia, o que aumenta a resiliência (Martin e Jackson 2002). Da mesma forma, é importante para a motivação dos indivíduos terem amigos fora dos cuidados com sucesso escolar (Kendrick 1998).

Quanto à apreciação dos indivíduos relativamente à importância dos amigos nesta fase das suas vidas, as opiniões divergem, uma vez que enquanto uns valorizam mais os companheiros de LIJ, os outros consideraram mais relevantes os amigos que tinham no exterior (na escola ou no espaço habitacional). Alguns consideram que na busca de equilíbrio é que conseguiram o seu bem-estar, dado que usufruíram de experiências diferentes e complementares.

As relações que as c/j em acolhimento mantinham com os seus pares exteriores à sua realidade residencial é importante para a compreensão do processo de integração social sequente à institucionalização.

No decorrer da pesquisa empírica, apercebemo-nos que os indivíduos poderiam ser ordenados de acordo com as suas perceções relativamente aos amigos que foram mais significativos para eles enquanto estiveram acolhidos. Alguns aludiram a que foram os seus

pares no LIJ, por partilharem realidades e espaços comuns; outros que foram pares, nomeadamente da escola ou de atividades desportivas, exteriores ao acolhimento institucional, porque lhes permitia o contacto com outro tipo de vivências e, um terceiro grupo veiculou que considerou tão importantes os amigos do LIJ como os do exterior, uma vez que permitiam um certo equilíbrio e conhecimento de realidades distintas o que contrabalançava a integração. Todavia, esta ordenação dos indivíduos não significa que se encontrem atualmente integrados socialmente.

Aldair, Isaura, Libânio, Santiago e Osmar são entrevistados que consideraram ter sido mais importantes para eles, na fase de acolhimento, os amigos que tinham em acolhimento. Os dois primeiros (Aldair e Isaura) apresentam investimento educativo. Santiago faz, nos nossos dias, parte dos indivíduos que se encontram em desintegração social. Por outro lado, Osmar, para além de estar socialmente integrado, faz parte dos jovens adultos com atividades ocupacionais ascendentes e empreendedoras.

No que concerne a uma representação do grupo de indivíduos que afirmaram que os amigos mais significativos para eles, durante a fase de acolhimento, foram os que eram exteriores a essa realidade (Joceline; Nicolau; Dinis; Anabela; Mercedes), é de referir que um deles (Nicolau) se encontra em desintegração social enquanto os outros quatro estão integrados (profissionalmente estáveis), sendo que três (Joceline) são casos de investimento educativo (Joceline) e de indivíduos com atividades ocupacionais ascendentes e empreendedoras (Dinis e Anabela).

Por fim, é de referir exemplos do grupo que atribuiu igual importância aos amigos que tinha em acolhimento e fora deste enquanto durou a sua institucionalização. Aurora e Getúlio partilharam essa mesma opinião e são, na atualidade, casos de desintegração social, mas Alan, Dinarte e Querubim incluem-se no grupo maioritário que está integrado socialmente, com destaque para as atividades ocupacionais e empreendedoras desenvolvidas por Dinarte e Querubim.

Concluimos que o facto de os indivíduos atribuírem maior significado aos amigos que tinham no exterior do acolhimento, no decorrer dessa fase das suas vidas, pode ser propiciador a uma mais fácil integração social na medida em que se abrem outros horizontes e é possível ter outro tipo de experiências e de conhecimentos fora do sistema de cuidados.

Maior relevância atribuída aos amigos do LIJ

- *“Os de fora ajudavam, mas não sabiam das coisas. Acho que foram mais os do lar. Porque, se calhar, estavam a passar pela mesma situação... percebiam melhor.”*
- Aldair, 24 anos
- *“Os que viviam lá. Estava sempre com eles todos os dias, desde manha à noite. Era como se fosse quase um irmão.”*
- Santiago, 23 anos

Maior relevância atribuída aos amigos exteriores ao LIJ

- *“Os de fora. Primeiro, porque eram com quem eu convivia mais todos os dias, oito dias. Depois, eram umas pessoas que eu achava mais normais, digamos assim, do que as pessoas que lá estavam.”*
- Anabela, 27 anos
- *“Tinha vários... tinha os do futebol... para mim era a mesma coisa. Se calhar, tinha mais relação com os amigos do futebol do que com os que lá estavam porque, praticamente, dormia e sonhava com futebol.”*
- Nicolau, 22 anos

Equilíbrio entre a relevância atribuída aos amigos do LIJ e do exterior

- *“Eu acho que foram em níveis iguais. Eu estou a falar mais especificamente dos meus colegas de turma. (...) foram importantes porque influenciaram bastante a minha maneira de ser e a minha personalidade. Quer uns, quer outros. Acho que foi igual.”*
- Alan, 28 anos
- *“Os dois. Porque os que tinha no lar, não eram amigos, eram quase irmãos. Os de fora, eram os meus amigos do futebol ou das atividades que fazia fora do lar ou que a Casa Pia me proporcionou fazer.”*
- Querubim, 24 anos

No contorno da dimensão *percepção e práticas da vida escolar durante a institucionalização*, genericamente, é veiculado pelos investigadores que têm vindo a estudar esta área que as c/j em acolhimento obtêm, salvo exceções, resultados escolares diminutos, pois muitas c/j institucionalizadas demonstram dificuldades em concluir o ensino médio (Jones 2008).

Também os investigadores australianos Cashmore et al. (2007), referem que a maioria das crianças e jovens em acolhimento tem resultados escolares fracos e abandono escolar precoce.

Os autores britânicos McClung e Gayle (2010), explicam que as c/j em acolhimento institucional frequentemente apresentam resultados escolares pobres e sofrem discriminação e exclusão social em várias áreas da sua vida em que se inclui a escola.

Por vezes, são alvo de exclusão escolar durante muito tempo e muitas encontram-se atrás do grau escolar considerado adequado à sua idade e sentem-se excluídas da escola, na medida em que consideram que são percecionadas de uma forma diferente.

Os entrevistados eram assíduos na escola durante o período de acolhimento sendo muito residual os que assumiram ser absentistas. A maior parte concretizou, ainda na instituição, cursos profissionais de nível II ou III. Contavam com apoio para estudar prestado pelos educadores ou por monitores. Reconhecem que tinham um bom relacionamento com os colegas de escola.

Relativamente ao relacionamento da escola, enquanto entidade abstrata, com os alunos institucionalizados, salvo raras exceções, concordamos com Amado et al. (2003) e com Zetlin et al. (2010) quando mencionam que, tendencialmente, as escolas não se apropriam desses alunos e tentam afastá-los.

No caso da amostra, o LIJ contactava com regularidade com os estabelecimentos de ensino, muitos afetos à própria instituição, e os encarregados de educação eram os educadores, na perceção de muitos, enquanto grupo, mas alguns nomearam técnicos individualmente, pelo que sentiam “*segurança*” (Tilbury et al. 2009: 9), o que representa um contributo significativo para o sucesso escolar.

A generalidade dos sujeitos entrevistados não se recorda de ter tido problemas na escola ou de qualquer tipo de discriminação por se encontrar em acolhimento, sendo que professores e colegas eram cordiais e razoáveis. Porém, alguns sentiram-se estigmatizados por viverem numa instituição, nomeadamente em meio escolar como refere Stein (2006).

Naturalmente, os indivíduos que passaram pelo acolhimento institucional apreciaram mais uns aspetos do que outros na frequência escolar, sendo que isso é relevante para nos ajudar a compreender como se relacionavam com a escola e, conseqüentemente, com as aprendizagens e, em última análise, apreender se é possível estabelecer algum tipo de correspondência entre esses aspetos e a integração social posterior.

Isolámos a opinião de alguns indivíduos (Getúlio; Camila; Nazaré; Dinarte; Osmar) sobre o que mais e menos gostavam na escola enquanto estiveram acolhidos, sendo um dos casos (Getúlio) se encontra desintegrado socialmente por dificuldade de inserção profissional e os outros casos são representativos de processos de integração social, com realce para as atividades ocupacionais ascendentes e empreendedoras realizadas por Dinarte e Osmar.

Podemos considerar que os indivíduos que mantiveram uma atitude positiva face à escola, enquanto durou o acolhimento, tiveram uma melhor integração social posterior porque a escolaridade pode ser entendida como uma forma de proteção pessoal e social.

O que mais gostava na escola

- “ (...) eu sempre gostei de tudo. Não vou dizer que gostei menos de uma coisa ou mais de outra, gostei de tudo, ao fim ao cabo, e acho que tudo o que se passa na vida de uma pessoa é importante... (...) “
- “O que eu gostava mais na escola, como todas as crianças, são os intervalos, porque aí dava para falar.”

O que menos gostava na escola

- “Vou ser sincero: não gostava dos professores. Gostava de aprender mas não gostava de muitos dos professores, (...) “
- “O que eu gostava menos era, se calhar, das partes mais chatas, do meu curso, que eram as partes teóricas, mas de resto, gostava.”

• Dinarte, 25 anos

• Nazaré, 25 anos

Através do regresso à dimensão *descrição e representações do dia-a-dia na instituição*, compreendemos que os adolescentes querem e precisam de ajuda ao nível do autocontrolo, especialmente quando crescem em ambientes de alto risco, sendo que buscam relações estreitas com os adultos para se autoconstruírem (controle benigno) (Ungar 2004).

Relativamente ao quotidiano institucional, os indivíduos apontaram alguns aspetos pelos quais tinham preferência e outros dos quais não gostavam, o que nos facilita as perceções sobre as práticas e sobre a apropriação que os indivíduos fazem da realidade em que se movimentam, na medida em que *“através dos seus comportamentos, atividades e interesses, as crianças e jovens fornecem pistas sobre a forma como eles lidam com os eventos da vida. (...) Através da experiência de falarem com adultos cuidadores, as crianças e jovens podem validar as suas alegrias e dificuldades”* (Henry 1999: 538).

A existência de sentimentos de satisfação em acolhimento pode traduzir-se em resiliência e capacidade de driblar as dificuldades existentes no sentido da procura de modos de vida que não reproduzam os referenciais familiares dos indivíduos, nos aspetos tóxicos que encerram.

Por outro lado, os sentimentos de insatisfação em acolhimento podem relacionar-se com revolta interior e não aceitação da ação social o que pode levar a resultados pobres em fase de pós-institucionalização.

A maioria dos indivíduos, entrevistados presencialmente (n=50), referiu alguns dos seus gostos no quotidiano institucional, isto é, certos aspetos que lhe davam mais satisfação. Ressaltam o convívio entre pares e com educadores, pautado por uma relação de confiança; o acolhimento estável e as boas condições habitacionais; a oportunidade de poderem manter contacto com os familiares; as rotinas organizadoras no dia-a-dia; a possibilidade de adquirirem vestuário; as oportunidades escolares; a realização de férias e de atividades de lazer enquanto complemento de uma educação integral.

Entre os aspetos menos apreciados são mencionados o convívio entre pares e com os educadores e os conflitos relacionais decorrentes dessa mesma relação, nomeadamente quanto à autoridade exercida pelos técnicos; a falta de privacidade de que dispunham; as rotinas quotidianas regidas por horários, nomeadamente as tarefas domésticas; as regras vigentes e a responsabilização individual e o afastamento da família.

Aspetos como a união e a proximidade interpares existente nas unidades residenciais, assim como a presença de regras estruturantes, foram fatores de satisfação mencionados por alguns indivíduos que se sentiram apoiados na construção dos seus percursos, de onde salientamos os casos de Alan, Branca, Olavo, Dinarte e Júlia, sendo que os dois últimos configuram casos de empreendedorismo.

Outros aspetos, como a ação disciplinadora, a inflexibilidade de horários, o afastamento da família, a falta de privacidade e a míngua de disponibilidade dos adultos em acolhimento para estabelecerem relações de proximidade, constituem fatores que causaram insatisfação a alguns dos indivíduos.

De entre os casos a que recorremos para ilustrar esta vertente, apenas um (Santiago) é de desintegração social, uma vez que os restantes (Rosália; Otoniel; Nazaré) se encontram integrados e um (Olegário) é um caso de investimento educativo pelo itinerário que tem vindo a calcar.

Aspetos de satisfação

- | | |
|--|------------------|
| • “No dia-a-dia, eu gostava da rotina (...)” | • Júlia, 27 anos |
| • “(...) era a maneira como a gente se dava. Éramos irmãos e irmãs.” | • Olavo, 24 anos |

Aspetos de insatisfação

- “ (...) a falta de privacidade.”
- “ (...) elas terem que ter muito trabalho de escritório e não terem tanto tempo para nós (...) ” (educadoras)
- Olegário, 21 anos
- Nazaré, 25 anos

Voltando à dimensão *percepção e práticas da vida social/relacional (perfil dos amigos/relações, sentimentos, atividades e práticas quotidianas)*, concluímos que em acolhimento são necessários meios suplementares de apoio ao desenvolvimento holístico das c/j, na medida em a presença de heterogeneidade de problemáticas pode levar a riscos múltiplos e a resultados negativos o que pode encaminhar para a necessidade de serviços especializados (Hagaman et al. 2010).

No entender de Johnson et al. (2011), o desenvolvimento de programas de orientação de alta qualidade são projetos que valem a pena. Assim, revela-se importante *“fornecer apoio contínuo aos jovens que precisem, principalmente aos que tiverem problemas de saúde mental e necessidades complexas”* (Stein 2006: s/p); alguns autores defendem *“ (...) ser improvável que alcancem o seu potencial educativo, a menos que sejam tomadas medidas para compensar desvantagens anteriores”* (McClung e Gayle 2010: 2).

Devido ao facto de se tratar de uma população que enfrenta dificuldades diferenciadas, as c/j em acolhimento apresentam dificuldades que podem fazer parte dos motivos conducentes à institucionalização ou podem relacionar-se com o facto de estarem acolhidas, mormente nos casos em que o tempo de acolhimento se dilata durante anos.

Usualmente, essas dificuldades são mais do foro psicológico e/ou escolar do que físico e existem tentativas de serem colmatadas através da intervenção de agentes externos. Nesta medida, alguns indivíduos contaram com apoio psicológico e outros com apoio escolar, ou com as duas coisas, no sentido de colmatarem as suas dificuldades comportamentais e/ou escolares, sendo que escolhemos alguns casos paradigmáticos para nos ajudarem a compreender melhor as suas percepções sobre a obtenção de apoios adicionais.

No que concerne concretamente ao usufruto de apoio psicológico, Calvino, Dinis, Estrela, Ezequiel e Hipólito referiram ter contado com esse tipo de intervenção embora nem sempre lhes fizesse sentido. Os elementos masculinos referidos constituem casos de integração social, com saliência para as atividades ocupacionais ascendentes e

empreendedoras desenvolvidas por Calvino e Dinis e pelo investimento educativo manifestado por Ezequiel.

No extremo oposto encontra-se Estrela, dado ser um caso de desintegração social, por atravessar acentuadas dificuldades de inserção profissional. Portanto, afigurasse-nos verosímil o apoio psicológico prestado às c/j durante o período de institucionalização, na medida em que isso parece robustecê-las e contribuir positivamente para a sua integração social posterior.

A obtenção de apoios escolares, através do recurso a explicadores em determinadas áreas de conhecimento, pode ser relevante e fazer a diferença entre o sucesso e o insucesso escolar das c/j em acolhimento porque os prestadores de cuidados que, por inerência de funções, acompanham de perto o quotidiano escolar, podem não ter os conhecimentos necessários e direcionados para prestar esse tipo de apoio.

Orfeu, Rosália, Júlia, Aurora e Joceline fazem parte dos entrevistados que mencionaram ter usufruído de explicações escolares às quais se referiram com apreço por lhes terem sido uteis. Todos estes indivíduos, com a exceção de Aurora, por razões de inserção profissional, encontram-se integrados socialmente, sendo Júlia e Joceline casos de investimento educativo uma vez que se encontram no ensino superior ao mesmo tempo que trabalham para se autossustentarem.

Nesta medida, parece-nos que os apoios escolares, exteriores ao acolhimento, podem ser uma mais-valia positiva para o sucesso escolar e para a construção de trajetórias de vida sólidas e com bons resultados ao nível da integração social.

Apoio psicológico

- “ (...) andámos a ser seguidos por um psicólogo, durante um tempo, mas os que já estavam há mais tempo na Casa Pia.” • Estrela, 28 anos
- “ (...) estive num psicólogo, numa psicóloga neste caso durante 6 anos. Correu bem.” • Hipólito, 19 anos

Apoio escolar (explicação):

- “ (...) a Casa Pia, por acaso, deu-me um explicador a nível de matemática (...) Foi muito giro!” • Aurora, 26 anos
- “Explicação na escola sim. Muitas vezes no 4º ano precisei e, depois, mais tarde, como queria ter uma melhor performance na escola, recorria mesmo às” • Orfeu, 26 anos

explicações de inglês, matemática, para preparar-me para o ensino superior.

Algumas correram bem, outras correram menos bem. (...) “

A dimensão *percepção e práticas da vida profissional*, ajuda-nos a compreender que os jovens institucionalizados preocupam-se pouco com as carreiras profissionais futuras, o que pode estar relacionado, segundo Creed et al. (2011), com experiências passadas e com as expectativas sociais (incertezas e instabilidades).

No entender de Freundlich e Avery (2006), devem ser consideradas as preocupações sobre a qualidade da preparação da vida independente pois este treino incide pouco sobre vertentes práticas e inicia-se, muitas vezes, tarde.

Bastantes indivíduos partilharam que não tiveram qualquer atividade profissional enquanto estiveram em acolhimento, sendo que outros usufruíram dessas experiências em áreas diversas, com idades, maioritariamente, entre os dezassete e os vinte anos.

Alguns já não se encontravam institucionalizados quando trabalharam pela primeira vez, *“a preparação de competências para a vida também é muito importante, cobrindo áreas como as tarefas da vida diária, o autocuidado, o desenvolvimento social, o desenvolvimento de carreira, as competências escolares, a gestão do dinheiro, a autodeterminação, a autodefesa, e os recursos habitacionais e comunitários”* (Massinga e Pecora 2004: 2).

São necessárias intervenções preventivas que preparem a transição para a vida adulta e que promovam a conexão e o envolvimento dos jovens (Fowler et al. 2011). Assim, para Williams (2011), não é apenas a segurança da c/j que deve ser tida em conta, mas também os resultados obtidos (escolaridade/formação profissional; emprego; habitação; relações sociais saudáveis; a não necessidade de subsídios que sustentem a existência).

A fase de pós-institucionalização, ou seja, *da cessação do acolhimento institucional ao presente – trajetórias do processo de autonomização*, compreende as seguintes dimensões de análise:

1. Avaliação do modo e processo de saída da instituição;
2. Avaliação do modo e processo de integração fora da instituição (primeiros momentos);
3. Percepção e práticas da vida pessoal e social/relacional;
4. Percurso escolar;
5. Percurso profissional;

6. Práticas de lazer;
7. Avaliação do confronto entre as expectativas e a realidade;
8. Projetos pessoais para o futuro.

A b.p./p.t. teve início, para a maior parte dos entrevistados, quando tinham entre dez e dezasseis anos, sendo que outros passaram por esta situação entre os dezassete e os vinte e três anos.

Na perspetiva de Trout et al. (2010), as necessidades dos jovens e das famílias devem ser avaliadas na altura em que deixam acolhimento no sentido de se optar pelas melhores formas de apoio pós-institucionalização.

Nesta amostra, as saídas foram, ou não, uma opção individual e fizeram, ou não, parte integrante de um projeto de vida desenhado pela instituição, *“estes jovens são socializados e apoiados para obterem a independência”* (Raymond e Heseltine 2008: 205).

Através da dimensão *avaliação do modo e processo de saída da instituição*, aferimos que a saída do acolhimento é, usualmente, um “sonho” tornado realidade para a maioria das c/j que por lá passa e faz, a maior parte das vezes, parte integrante de um projeto de vida desenhado pela instituição o qual deve envolver tanto a c/j como os seus familiares de referência e outros intervenientes comunitários que sejam relevantes para o bom sucesso do caminho que passam a trilhar, frequentemente na transição para a vida adulta, o que coincide com o arregar de novas liberdades e responsabilidades individualmente e perante a sociedade.

A amostra presente nesta pesquisa deu-nos conta que sua saída do acolhimento aconteceu de uma de duas formas: a) como opção individual, fazendo, ou não, parte de um projeto de vida desenhado pela instituição; b) como opção não individual, fazendo, ou não, parte de um projeto de vida desenhado pela instituição.

Os casos, de que são exemplo Angélico, Benito, Branca, Hipólito, Jamila, em que a saída da instituição teve a configuração de um projeto de vida desenhado pela instituição, parecem-nos ser aqueles que configuram a forma de saída “ideal” do acolhimento, pois existe a vontade dos jovens percorrerem a restante estrada das suas vidas fora da institucionalização e houve, simultaneamente o envolvimento da instituição na preparação de saídas sustentadas. À exceção de Jamila que se encontra socialmente desintegrada, os restantes casos são de integração social, especialmente Angélico que demonstrou

desenvolver uma atividade ocupacional ascendente e empreendedora.

Outras formas de saída são as que se afiguram como opções individuais dos jovens mas em que a instituição não aparece envolvida na preparação das mesmas, podendo, por vezes ser, mais ou menos, precipitadas o que pode condicionar o sucesso da integração social, pelo menos a breve trecho.

Para ilustrar este tipo de saídas, socorremo-nos dos casos paradigmáticos de Alírio, Íris, Levi, Calvino, Clemente e que se encontram, à exceção dos dois últimos, socialmente desintegrados por motivos de instabilidade profissional ou desemprego. Porém, Calvino e Clemente são casos que desempenham atividades ocupacionais ascendentes e empreendedoras. Consideramos que os três casos de desintegração social (Alírio, Íris, Levi), se relacionam, também, com a forma como os indivíduos deixaram o sistema de acolhimento, embora pesem outros fatores relevantes, como, por exemplo, a escolaridade que limita as oportunidades de inserção e de estabilidade profissional.

Noutro patamar, surgem-nos as situações em que a saída do acolhimento não foi uma opção individual mas pode ter sido, ou não, um projeto esboçado pela instituição de acolhimento.

Alan, Leopoldo; Estrela, Getúlio e Josefa são casos exemplificativos de indivíduos para os quais a saída do acolhimento não foi uma opção pessoal mas sim apenas um projeto da lavra da instituição, devido a terem completado determinado ciclo de estudos, devido à idade ou, por exemplo, por manifestação de problemas comportamentais.

Leopoldo transitou diretamente do LIJ para um centro educativo, não sendo essa transição naturalmente uma opção pessoal, e, quando saiu do segundo, enfrentou dificuldades de integração social mas aparenta estar atualmente integrado apesar de um percurso de vida sinuoso.

Estrela, Getúlio e Josefa estão socialmente desintegrados devido a problemas que se prendem com a inserção e estabilidade profissional, sendo que para nenhum deles a saída do acolhimento constituiu a sua própria opção mas foi uma determinação apenas imposta por via institucional, muitas vezes, recorrendo-se ao argumento do atingimento da maioria embora a sustentabilidade da saída não estivesse solidamente assegurada, por razões individuais ou socioeconómicas.

Por último, evidenciamos as situações em que a saída do acolhimento não foi opção

peçoal dos indivíduos, nem resultado de um projeto de vida desenhado pela instituição de acolhimento.

Enquadram-se neste tipo de saídas, indivíduos como Brígido, Dinis, Camila, Pelágio ou Júlia que se encontram, na atualidade, integrados socialmente e alguns representam caso de empreendedorismo (Brígido; Dinis; Júlia), sendo que consideram que saíram de uma forma pouco sustentada que não foi uma escolha sua nem da própria instituição mas, antes, fruto das circunstâncias em que se encontravam, nomeadamente Júlia por ter uma relação afetiva no LIJ em que estava, o que era absolutamente proibido pelos cânones institucionais, e Camila por se encontrar grávida o que também não era visto com bons olhos.

A saída e a integração social de Camila revestiu-se de dificuldades frisadas porque se sentiu bastante desapoiada nesta fase de clara vulnerabilidade dado que se confrontava com uma gravidez adolescente não planeada.

Saída como opção individual, fazendo parte de um projeto de vida desenhado pela instituição

- *“Foi (opção pessoal). O projeto de vida estava desenhado e foi cumprido mas ele não estipulava datas, por isso não posso dizer que foi estipulado no projeto sair nessa altura.”*
- Jamila, 28 anos

Saída como opção individual, não fazendo parte de um projeto de vida desenhado pela instituição

- *“Foi (opção pessoal). Eles estavam a tentar preparar-me para sair. Eu tinha que cumprir um projeto com eles ao fim do qual eu iria estar pronto para sair, só que eu decidi antecipar a saída por mim próprio, porque eu achei que não havia mais... não havia razão para eu estar no colégio (RAIA).”*
- Levi, 27 anos

Saída não como opção individual, fazendo parte de um projeto de vida desenhado pela instituição

- *“Não. (...) Nós temos de sair como temos de sair de casa, não é? Em casa, enquanto a gente pode estar mais tempo, ali temos... Mas acho que é bom, porque acho que acabamos por crescer mais depressa.”*
- Estrela, 28 anos
- *“Não. Foi porque tinha que ser (saída). Sim, é programado. Portanto, chega aquela idade e eles, ou nos orientam para seguirmos um caminho encaminhado por eles, ou nós já temos a nossa vida mais estável, foi o caso.”*
- Josefa, 29 anos

Saída não como opção individual, não fazendo parte de um projeto de vida desenhado pela instituição

- *“Não (foi opção pessoal). Esteve relacionado com a ida para a faculdade. Não (fez parte de um projeto de vida desenhado pela instituição).”*
- Dinis, 26 anos

- “Não (foi opção pessoal). Não (fez parte de um projeto de vida desenhado pela instituição).”
- Camila, 30 anos

Usualmente, os indivíduos atingem a vida adulta quando ingressam na vida ativa e se emancipam das suas famílias de origem aos níveis socioeconómico e sociofamiliar, o que se traduz no desempenho de uma atividade profissional e construção de família própria, levando, também a um processo de independência habitacional. Porém, este não é um seguimento que prime pela linearidade pois a referida mudança pode ser feita de diferentes formas, na medida em que obedece à maneira como a adolescência é vivida e construído o percurso relacional, podendo este ser marcado por descontinuidades e ruturas mais ou menos evidentes (Gomes et al. 2005).

No caso dos indivíduos institucionalizados a transição para a vida adulta ocorre, muitas vezes, em simultâneo com o seu processo de desinstitucionalização, *“o processo pelo qual indivíduos internados em instituições do estado são devolvidos às suas famílias ou residências comunitárias”* (Giddens 2009: 689).

Preferencialmente, a desinstitucionalização enreda, sempre que possível, a família biológica dos indivíduos mas também pode ter outros desfechos como a autonomização. A saída da instituição pode chegar com a maioria dos indivíduos mas, desejavelmente, pode e deve chegar assim que a família se reestruturar e evidenciar condições para reintegrar a c/j, aumentando desta forma, progressivamente, a responsabilidade da família relativamente ao seu bem-estar e desenvolvimento.

Se o regresso à família não se constituir como uma opção viável para a c/j e os indivíduos lograrem fazer uso dos recursos adquiridos ao longo do seu percurso institucional, podem empreender uma trajetória de autonomia de vida.

O momento da saída é recordado por alguns inquiridos de forma positiva (importante) e, por outros, de uma forma negativa (insignificante), o que demonstra a forma como vivenciaram essa altura de mudança nas suas vidas o que pode ter influenciado a integração social posterior, sendo que *“os sentimentos na saída são contraditórios, onde o jovem identifica a sensação de se libertar do compromisso com a instituição mas, simultaneamente, insiste a sensação de abandono e solidão”* (Gomes et al. 2005: 89).

Bastantes indivíduos não creem que houvesse outras soluções para poderem ter saído mais cedo da instituição. No sentido de melhor abarcarmos a forma como decorreu

para a amostra a saída do acolhimento e que memórias guardam desse tempo, valemo-nos dos testemunhos de alguns entrevistados (Licínio; Mercedes; Orfeu; Querubim; Rosália) que nos ajudam a ilustrar o evento da desinstitucionalização e a consequente integração social no caso desta efetivamente acontecer.

Todos estes indivíduos narram ter lembranças positivas sobre a forma como decorreu o processo de saída e também se encontram integrados socialmente no presente, com especial atenção para Licínio e Querubim por se encontrarem a realizar investimento educativo (o primeiro) e atividades ocupacionais ascendentes e empreendedoras (o segundo).

No campo oposto, encontram-se indivíduos para os quais o momento da saída foi isento de relevância e, por vezes, até guardam do mesmo memórias negativas pela forma como os acontecimentos se precipitaram, por vezes, conduzindo a situações de desamparo físico e psicológico após, nalguns casos, muitos anos de institucionalização em que não receberam o treino de competências pessoais e sociais suficiente para assegurarem a sua autossuficiência.

Samanta; Camila; Getúlio; Júlia; Libânio são casos exemplificativos do que se afirmou anteriormente, sendo que apenas Getúlio está socialmente desintegrado na atualidade, enquanto os outros indivíduos se encontram integrados ao nível social, com saliência especial para Júlia que se perfila entre o grupo de jovens com investimento educativo.

Torna-se relativamente compreensível afirmar que tanto os indivíduos que sentiram de forma positiva a sua saída a instituição como os que a sentiram de forma negativa, tiveram facilidade em se integrarem socialmente, pelo que serão outros fatores, mais do que este, marcantes no sucesso da integração social pós-acolhimento.

Memórias positivas relativamente à saída do acolhimento (momento importante)

- *“Uma mudança de viragem na vida. É quando a gente sai de casa dos pais. Estamos a dar um salto na vida, no fundo... viver sozinho, a nossa independência. Ganhamos o nosso dinheiro para o nosso ganha-pão, não é? Foi uma nova etapa da vida.”*
- Licínio, 27 anos

Memórias negativas relativamente à saída do acolhimento (momento insignificante)

- *“Foi um bocado difícil, não é? Ao início foi difícil, não é? Amigos novos, coisas novas... mas, passados nove anos, fizemos grandes amigos, já éramos uma família. Ao início foi difícil. Gostava de continuar lá mas também foi importante para estar mais perto da minha família, ajudar mais a minha avó no que podia.”*
- Getúlio, 25 anos

A transição para fora dos cuidados deve acontecer de forma sustentada após treino e preparação de competências dos jovens para singrarem na vida adulta mas nem sempre essa é uma realidade, como nos diz este trabalho de investigação realizado nos EUA, “ (...) a cada ano, milhares de adolescentes saíram do acolhimento sem terem um plano ou recursos e estavam completamente despreparados para fazer o seu próprio caminho” (Barth 1990; Mech 1994; Westat 1991, cit. in Propp et al. 2003: 260); “os jovens que saem dos cuidados residenciais enfrentam muitos desafios à medida que se adaptam às novas configurações (...)” (Trout et al. 2010: 67); “ (...) a transição para a independência é um momento difícil para os jovens que abandonam o sistema de cuidados fora de casa” (Courtney et al. 2001: 685.

Tendencialmente, espera-se que os jovens que deixam o acolhimento e transitam para a vida adulta já tenham reunidas as competências necessárias para serem autossuficientes mas muitas vezes não se verifica uma paridade entre essa expectativa e os resultados que os jovens alcançam.

Os indivíduos desta amostra expuseram que se sentiram apoiados pela instituição na preparação da sua saída de formas diversas, tais como as dinâmicas, educação, regras e valores implementados no quotidiano da dinâmica do LIJ e através do apoio técnico prestado na fase em que teve lugar a sua transição para o exterior, porque tal permitiu a sustentabilidade do processo.

A maior parte socorreu-se de técnicos da instituição (educadores; psicólogos; assistentes sociais) para obter apoio individualizado para amparar o seu processo de saída. Os inquiridos referiram-se ao funcionamento institucional como tendo sido um veículo privilegiado para a transmissão de conhecimentos, regras e valores que os prepararam para transitarem para a vida adulta, pelo menos nos aspetos mais funcionais.

No sentido de dar maior ênfase ao que foi dito anteriormente, repescámos alguns exemplos de indivíduos que disseram em que aspetos sentiram que a sua transição para fora dos cuidados foi sustentada. Todos os casos ilustrativos (Ezequiel; Zacarias; Sidney;

Madalena; Ísis), representam pessoas atualmente integradas socialmente, principalmente, Ezequiel e Madalena que se destacam por demonstrarem investimento educativo.

Afigura-se-nos consequente a conformidade estabelecida entre o processo de preparação para a transição, em tempo de institucionalização, e os resultados obtidos mais tarde, ao nível da integração social, pois, em muitos casos, a integração alicerça-se no trabalho feito aprioristicamente.

Preparação da transição para fora dos cuidados

- *“Com as lidas da casa, com a personalidade, controlo de temperamento, o civismo, essas coisas. Tenho um bocado o «sangue quente», que é assim que a minha família diz (impulsivo).”* • Sidney, 25 anos
- *“Em relação a tudo o que me tentaram transmitir, como sejam as regras e os valores, para ser mais fácil a minha integração no exterior. “* • Ezequiel, 26 anos

Em relação ao tempo que antecedeu a saída, isto é, o período de tempo que decorreu entre momento em que souberam que iriam deixar o acolhimento na CPL e a saída em si, este variou entre um dia e um ano, tendo em conta as singularidades, nomeadamente comportamentais e de sucesso escolar, entre outras. A maioria mencionou que se encontrava preparada para deixar o acolhimento, embora alguns dissessem que tal não ocorreu na altura indicada.

Alguns entrevistados (Olegário; Domingos; Olavo; Simão; Osmar) referiram que a sua saída do acolhimento aconteceu na altura certa e foi, por isso, uma oportunidade adequada porque se sentiam preparados para prosseguir uma trajetória pós-acolhimento ou porque não se sentiam bem no acolhimento como é o caso de Simão, que representa o único caso em que não existe integração social, uma vez que os casos remanescentes são de integração social, nomeadamente Olegário (com investimento educativo) e Domingos e Osmar (com atividades ocupacionais ascendentes e empreendedoras). Por outro lado, surgem-nos indivíduos (Madalena; Magnólia; Nicolau; Santiago; Alírio), que pensam que a sua saída do acolhimento não aconteceu na altura mais adequada, na medida em que não se encontravam estruturados para serem bem-sucedidos no exterior da instituição.

Todos estes indivíduos retratam casos de desintegração social na atualidade com a exceção de Madalena que se encontra integrada e tem investimento educativo, pois tem

vindo a revelar bastante resiliência dado ter objetivos de vida bem consolidados e por ser muito determinada na prossecução dos mesmos.

Parece-nos plausível afirmar que o tempo de preparação para deixar o acolhimento e a (in)oportunidade da saída são fatores a ter em consideração quando se fala de (des)integração social porque existe uma relação causa-efeito que pode condicionar o êxito da transição para fora dos cuidados e, muitas vezes, para a vida adulta.

Principalmente, a precipitação das saídas, mais do que o seu retardamento, afigura-se como sendo nocivo para a desejável integração social porque existe, tal como afirmado por vários entrevistados, falta de estruturação psicológica, sociofamiliar e socioeconómica que garanta o sucesso do seu projeto de vida.

Tempo de preparação para deixar o acolhimento e a oportunidade da saída (adequação)

- *“Sim, sim. Foi na altura certa.”* • Olegário, 21 anos
- *“Sim, se calhar, até mais cedo. Em casa é melhor... estava cansado de estar lá.”* • Simão, 21 anos

Tempo de preparação para deixar o acolhimento e a inoportunidade da saída (desadequação)

- *“Não, não me encontrava, de forma nenhuma. Precisava de mais apoio e de maior acompanhamento.”* • Madalena, 24 anos
- *“Não. Eu acho que faltava um pouco de estrutura, não sei... alguma preparação, não é? Faltava um bocadinho de estrutura... também tinha 17 anos, tinha acabado de sair da escola, arranjado um emprego, não é? Ainda não tava bem estruturado para sair.”* • Alírio, 25 anos

A dimensão *avaliação do confronto entre as expectativas e a realidade*, pela abordagem dos “sonhos” em tempo de acolhimento, a realizar posteriormente, ajudam-nos a perspetivar o indivíduo a médio e a longo prazo e fornecem-nos uma panorâmica mais abrangente sobre a sua forma de estar e de ver o mundo. Nesta altura alguns tinham sonhos/aspirações que gostavam de concretizar e outros referiram que não sonhavam (ambicionavam) nada em especial nessa altura, embora, nalguns casos, essa realidade seja diferente na atualidade pois a integração social fê-los ter objetivos a concretizar.

Na amostra encontramos indivíduos que referiram ter tido sonhos naquela época e outros que não se permitiam ter aspirações. De entre aqueles que nos revelaram quais eram

os seus objetivos alguns estão atualmente em situação de integração social e outros de desintegração social.

Servimo-nos de alguns exemplos para melhor retratarmos esta vertente da personalidade dos entrevistados, havendo um traço geral que é comum aos indivíduos que mencionaram os seus desejos nessa fase: a estruturação (familiar; escolar; profissional; etc.). Assim, Pelágio, Aldair, Isaura e Juliano representam casos de integração social, sendo que Juliano pode ser considerado um caso com atividade ocupacional ascendente e empreendedora.

Estrela ilustra os casos dos indivíduos que embora tivessem “sonhos”, enquanto estavam em acolhimento, não os concretizaram e encontra-se numa situação de desintegração social o que se prende com o facto de estar desempregada.

Noutro campo, surgem-nos os indivíduos que referenciaram não ter quaisquer “sonhos” a concretizar na fase de pós-institucionalização.

Auxiliamo-nos dos exemplos dos entrevistados Olegário; Querubim; Domingos, Getúlio e Simão, no sentido de estabelecermos uma analogia, tal como fizemos anteriormente, entre os “sonhos” em tempo de acolhimento e a integração social posterior. Desta forma, os primeiros três sujeitos encontram-se socialmente integrados e perfilam-se nos casos com investimento educativo (Olegário) e com atividades ocupacionais ascendentes e empreendedoras (Querubim e Domingos).

Num outro plano, situam-se Getúlio e Simão que são casos de desintegração social devido a instabilidade profissional/desemprego.

Não consideramos ser plausível estabelecer uma relação de causa-efeito entre os “sonhos”/aspirações que os indivíduos tinham (ou não) em acolhimento, que gostariam de concretizar numa fase posterior, e a sua situação atual de (des)integração social, e até de empreendedorismo, uma vez que os circunstancialismos vários, nomeadamente a escolaridade que possuíam, eventuais relações de *mentoring* com os cuidadores, as relações familiares mantidas no decorrer do acolhimento, entre outros aspetos vieram a regular rumos diferenciados que conduziram a diferentes processos de integração ou de desintegração social.

Com “sonhos”, na altura de acolhimento, a realizar posteriormente

- *“Eu pensava que ia conseguir ir seguir a escola normal, que ia, depois, conseguir arranjar um trabalho bom, viajar e essas coisas assim, mas a vida nem sempre é cor-de-rosa como nós a imaginamos, não é? Somos crianças, temos uma imaginação que nos leva longe, mas, depois...”*
- Isaura, 22 anos

Sem “sonhos”, na altura de acolhimento, a realizar posteriormente

- *“Não tinha sonhos nenhuns. Não sonhava com nada. Sempre fui uma pessoa de pés na terra e sempre é dia a dia... é um dia de cada vez e, pronto, logo se vê. Não tinha assim grandes sonhos. Não sonhava em ser, tipo, nenhum mega artista, nem ser um jogador da bola, nunca sonhei com nada disso.”*
- Domingos, 30 anos

No decurso desta pesquisa julgámos adequado saber a apreciação da amostra, que iríamos posteriormente entrevistar presencialmente, sobre o que teriam alterado na sua passagem pelo acolhimento na CPL ao nível do seu comportamento pessoal e ao nível da resposta institucional, pelo que colocámos esta questão aquando dos contactos telefónicos de *follow-up* diretos. Assim, identificámos sensibilidades positivas, negativas e conciliadas, como podemos confirmar pelas frases provindas de alguns dos nossos inquiridos que escolhemos para exemplificar.

Sensibilidades positivas

Sobre a decisão de ingresso em acolhimento Sobre o percurso em acolhimento

- | | | |
|---|---|--------------------|
| • <i>“ (...) acho que foi bom (...) ”</i> | • <i>“Contribuiu para a formação da minha personalidade e para não andar pelas ruas. Foi positivo.”</i> | • Aldair, 24 anos |
| • <i>“Sinceramente, eu acho bem.”</i> | • <i>“Deu-me mais conhecimento do mundo em geral e relacionamentos com pessoas de vários extratos sociais. Foi positivo.”</i> | • Brígido, 28 anos |

Sensibilidades negativas

- | | | |
|----------------------------|---|---------------------|
| • <i>“ (...) não sei.”</i> | • <i>“A educação deveria ser menos rígida e menos violenta. Quando saí do lar da Casa Pia fui para o centro educativo.”</i> | • Leopoldo, 24 anos |
|----------------------------|---|---------------------|

- “Achei correto.”
- “Tinha estudado mais. Senti-me abandonado pela Casa Pia.”
- Quirino, 24 anos

Sensibilidades conciliadas

- “Para o meu bem e das minhas irmãs.”
- “Correu tudo bem. Mudava a forma de agir de alguns educadores.”
- Mercedes, 24 anos
- “Acho bem... mas não gostei (...)” (quando entrou)
- “Foi positivo porque tinha amigos no lar. Foi negativo porque ficava triste quando a minha mãe não me ia buscar ao fim de semana.”
- Otoniel, 19 anos

Encerramos esta hipótese afirmando que não obstante as experiências em meio natural de vida que precederam o acolhimento, este viabilizou a integração social sequente da generalidade dos indivíduos pelo papel preponderante que teve na sua estruturação e preparação para uma vivência cidadã.

3. Hipótese III: A correspondência entre as eventuais relações de *mentoring* em acolhimento e a integração social

- As ligações significantes (re)criadas com os prestadores de cuidados (*mentoring*), em contexto de acolhimento influem ulteriormente na integração social.

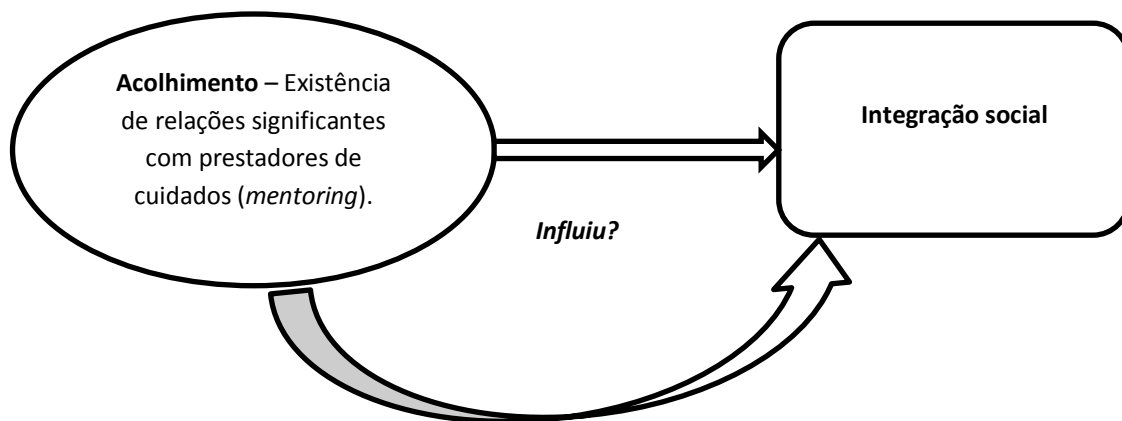


Fig. 25 – Hipótese III

A hipótese III postula que as relações que os indivíduos (re)criaram com os prestadores de cuidados em acolhimento (*mentoring*), e de que forma é que essas relações influíram, ou não, na integração social em fase de pós-institucionalização.

Regressamos à dimensão *percepção e práticas da vida social/relacional (perfil dos amigos/relações, sentimentos, atividades e práticas quotidianas)*, mais concretamente ao papel desempenhado pelos *técnicos da instituição*, uma vez que as relações privilegiadas das c/j com os cuidadores durante o tempo de institucionalização asseguram o bem-estar geral para as c/j e permitem que façam a transição para fora do sistema de cuidados com serenidade e de forma acautelada, uma vez que se sentem apoiadas e seguras.

Estas relações de *mentoring* afiguram-se como pilares na construção das trajetórias de vida na medida em que permitem constância. Porém, essas relações não devem ser instituídas burocraticamente porque se encontram dependentes de fatores como a estabilidade no acolhimento e a empatia entre os cuidadores e as c/j, sendo que este é um percurso que se constrói no quotidiano e assenta no compromisso de ambas as partes.

Com frequência, com o findar do tempo de acolhimento, extingue-se o tempo de intervenção dos profissionais, sentindo-se os jovens desapoitados e em situação de fragilidade emocional e social se não tiverem suporte familiar que lhes permita aceder a um processo de edificação do seu percurso, o que acontece múltiplas vezes dado, por vezes, o afastamento familiar em tempo de acolhimento.

Essencialmente, é a duração do tempo de contacto entre as c/j e os cuidadores que permite garantir a continuidade relacional uma vez que muito pode ser partilhado e o conhecimento é recíproco. Nesta partilha e conhecimento mútuo apoiante assentam as bases que levam ao envidar de percursos consistentes e à verdadeira integração social.

Vários investigadores afirmam aspetos relevantes sobre o papel das relações de *mentoring* em acolhimento institucional tendo em conta a positividade deste tipo de relação para as c/j em desenvolvimento, pois se tiverem modelos de sucesso poderão vir a empreender percursos escolares de sucesso no sentido de terem carreiras profissionais mais específicas (Creed et al. 2011). Todavia, na medida em que os prestadores de cuidados são fundamentais no estímulo e acompanhamento das c/j, investem pouco na sua escolaridade; “os prestadores de cuidados devem «colocar os esforços para assegurar que as crianças obtêm a melhor educação que puderem»” (Kendrick 1998: s/p); “ (...) terem relações de

apoio, terem alguém para acreditar neles e incentivá-los (...)”, (Tilbury et al. 2009: 10); “ (...) ter alguém de referência a quem recorrer” (Rácz 2010: 167); “o desenvolvimento nutritivo é fomentado por cuidadores envolvidos positivamente – criação de relações de vinculação que potenciam a resiliência” (Holden et al. 2010: 137); “as interações das crianças e jovens com os prestadores de cuidados podem ser determinantes para os resultados obtidos nos seus percursos” (Strolin-Goltzman et al. 2010: 48); “há exemplos de boa recuperação da desvantagem educacional das crianças em acolhimento se tiverem um cuidador disponível ou professor que invista” (Welbourne e Leeson 2012: 136).

O apoio individualizado pode ser de grande utilidade e o acolhimento deve ocorrer num ambiente familiar, onde haja relações estreitas entre os jovens e os prestadores de cuidados (Gharabaghi 2011).

A relação que os indivíduos estabeleciam com os prestadores de cuidados era positiva, *“bastantes relataram ter relações positivas com os seus cuidadores (...)”* (Courtney et al. 2001: 699); *“a proximidade das relações entre adultos e crianças e jovens foi vista como um claro benefício para a qualidade dos cuidados e para a prática pedagógica”* (Cameron 2004: 145); *“os jovens apreciam muito os cuidadores que os ouvem e valorizam os seus pontos de vista (relações de confiança; apoio e amizade)”* (Bessell 2011: 498), e a maioria referiu que essa relação era mais estreita com alguns em particular, frequentemente devido ao facto da equipa educativa se manter estável por um período de tempo longo, o que permitia uma maior proximidade relacional, *“destaca-se a importância da sensibilidade e da disponibilidade dos adultos com os quais se relacionam, podendo resultar numa importante fonte de organização interna dos afetos”* (Mota e Matos 2010: 247).

As conexões que as c/j estabeleciam com os seus cuidadores em acolhimento ajudam a compreender o seu universo relacional nessa época.

Usualmente as relações privilegiadas entre as c/j e os cuidadores prendiam-se com a estabilidade institucional de uns e de outros dado que lhes permitia usufruir de conhecimento e de respeito mutuo uma vez que era possível aos cuidadores acompanharem as várias fases do crescimento e do desenvolvimento das c/j.

No âmbito das perceções e práticas da vida social/relacional, o que engloba o perfil dos amigos/relações, sentimentos, atividades e procedimentos quotidianos durante o período de institucionalização, a generalidade dos entrevistados assumiu ter tido uma

relação positiva com os técnicos que operavam no lar, nomeadamente educadores, sendo que consideravam alguns (um, dois ou três) mais próximos de si durante o período de acolhimento.

Segundo o que nos foi dito, com frequência estas relações de apego, entre educandos e cuidadores, eram construídas informalmente (não impostas) ao longo do tempo de institucionalização e algumas perduram na atualidade, sendo facilitadoras de melhor integração social.

Na amostra são bastantes os casos que referiram ter um bom relacionamento com os cuidadores, tendo referido com alguns uma ligação com maior proximidade. Neste âmbito, socorremo-nos dos exemplos de Alan, Alírio, Anabela, Olegário e Rosália como casos que referiram ter uma boa afinidade com os cuidadores, em particular com algum(ns) deles.

Em termos de integração social posterior ao acolhimento, para além de Alírio, que se enquadra numa situação de desintegração social, por razões ocupacionais, os indivíduos remanescentes encontram-se socialmente integrados, principalmente Anabela (com atividade ocupacional ascendente e empreendedora) e Olegário (com investimento educativo).

No caso concreto de Olegário, os cuidadores aparentam ter sido modelos de referência que contribuíram para a construção do seu futuro através do incentivo e apoio prestado, pelo que guarda excelentes recordações. Por outro lado, Anabela, que também ela personifica um caso de sucesso, sentiu-se algo descurada no LIJ por ter bom comportamento e não ter uma atenção muito dirigida dado que o ratio c/j-cuidadores era desequilibrado. Desta forma, consideramos que as relações de *mentoring* informais se configuram em oportunidades de sucesso para os indivíduos, as quais em nada beneficiam se forem impostas, na medida em que brotam de sentimentos de empatia entre as duas partes e da oportunidade de haver espaços e tempos propícios ao desenvolvimento de relações de compromisso.

Simultaneamente, poderão existir mais do que uma figura de referência na unidade de acolhimento dependendo da estabilidade verificada e das personalidades dos agentes.

O relacionamento com os cuidadores em acolhimento

- *“Eu dava-me bem com os adultos. Era responsável... aprendi a ser responsável, não é? Sim, sim. Um educador (era mais próximo).”*
- Alírio, 25 anos

As práticas desenvolvidas pelos prestadores de cuidados de primeira linha são relevantes para a colmatação das dificuldades, *“o mentoring constitui-se como uma forma de ajudar os jovens de forma continuada nas áreas familiar e social, desempenho escolar e atividades de lazer, e como forma de reduzir os sintomas de stress traumático”* (Johnson et al. 2011: 51); *“o mentoring de grupo poderia ser usado ainda em acolhimento para apoiar as necessidades dos jovens em risco, devido a fatores como o baixo desempenho escolar e a presença de problemas emocionais e comportamentais”* (Williams 2011: 69); *“a capacidade de uma criança maltratada formar um relacionamento positivo com um cuidador está associada com problemas de comportamento mais baixos e maiores níveis cognitivos”* (Robinson et al. 2012: 85).

Por outro lado, salienta-se a importância da relação de *mentoring* como coadjuvante na transição para fora dos cuidados e, inerentemente, para a vida adulta, *“no âmbito da resiliência, as crianças e jovens que passaram por traumas conseguiram ter apoio social e ter relações encorajadoras com, pelo menos, um adulto significativo, o que se manifestou como sendo um fator protetor importante”* (Southwell e Fraser 2010: 223). Nesta medida, os entrevistados deram alguns exemplos de ações desenvolvidas por parte dos cuidadores que consideram ter sido importantes para a preparação do seu futuro a médio e a longo prazo.

Ao longo do percurso de acolhimento algumas ações estimuladas e/ou desenvolvidas pelos cuidadores são determinantes ou contributivas para as trajetórias de vida dos indivíduos naquela fase ou porque, mais tarde, veem a reconhecer a importância de alguns incentivos, nomeadamente escolares e profissionais que concorreram para que a sua transição para a vida adulta fosse bem-sucedida.

Vários indivíduos constituintes da amostra, presentes nesta investigação, referiram ações deste género, pelo que nos auxiliámos de alguns destes casos (Angélico; Íris; Madalena; Brígido; Joceline) para ilustrar esta perspetiva. Com a exceção de Íris, que se encontra em situação de desintegração social, devido a desemprego, os indivíduos sobranes estão integrados socialmente e são casos claros de indivíduos que desenvolvem atividades ocupacionais ascendentes e empreendedoras (Angélico e Brígido), e outros demonstram ter investimento educativo (Joceline e Madalena), sendo que valorizam ensinamentos, normas e encorajamentos em fase de acolhimento que lhes foram ou estão a ser uteis na vida escolar

e/ou profissional.

Ações/incentivos em acolhimento determinantes para a fase de pós-institucionalização

- *“Por exemplo em relação ao curso que eu tirei, «técnico de ótica ocular», lembro-me que na altura até foi o X P que disse: «tu vais para ótica. Tens jeito, é um bom curso, tem boas saídas e tal». (...) foi uma boa escolha da parte dele, sim senhor, fiquei satisfeita.”*
- Íris, 27 anos
- *“Obrigaram-me a ir ter aulas de ballet. Eu não queria ter e fui, e hoje estou muito grato porque (...) trabalho em teatro musical (...) mas foram eles que realmente deram um “empurrão” (...) A Casa Pia proporcionou-me aulas de voz, também... portanto, eles ajudaram-me muito na minha formação profissional e pronto... e agradeço.”*
- Angélico, 29 anos

Relativamente à terceira hipótese de investigação, observamos que as ligações significantes (re)criadas com os prestadores de cuidados (*mentoring*), em contexto de acolhimento não influem particularmente na integração social porque os indivíduos, tendencialmente, encaram os cuidadores como uma equipa não individualizando muito as relações, nomeadamente se forem impostas a nível institucional.

4. Hipótese IV: A relação com as famílias de origem, durante a institucionalização, e a integração social

- As relações significativas (familiares ou outras), mantidas no exterior da instituição, durante o acolhimento, favorecem a integração social posterior.

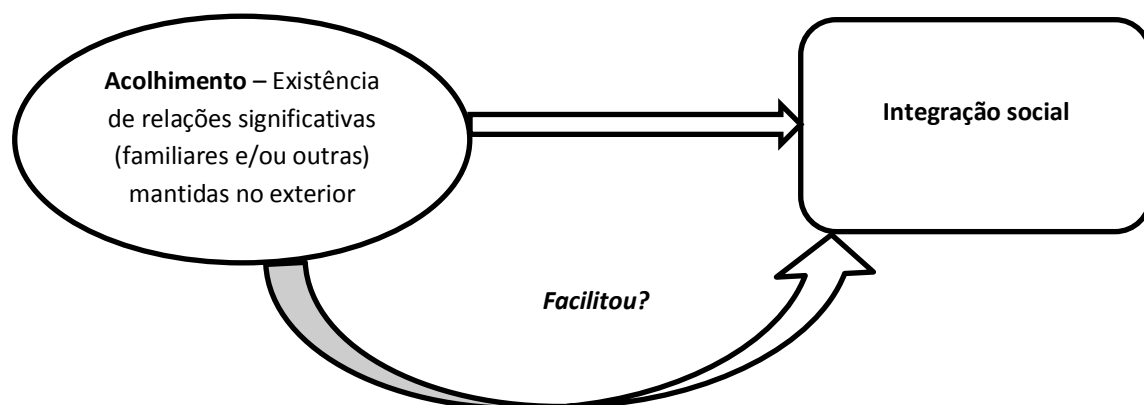


Fig. 26 – Hipótese IV

No âmbito da hipótese IV, considerámos pertinente apreender se as relações familiares, que os entrevistados mantinham durante o período de acolhimento, teriam facilitado a sua integração social.

As famílias, usualmente, constituem o universo relacional privilegiado das c/j em acolhimento, independentemente do tipo de vivências experienciadas em tempo de pré-institucionalização.

Genericamente, apesar das situações de perigo a que as c/j foram votadas pelas famílias antes de serem acolhidas e do tipo de relacionamento que mantêm durante o tempo de acolhimento existe, para a maioria, um referencial intocável que é, muitas vezes, idealizado, podendo, ou não, ser correspondido. Para elas, as suas famílias são as melhores mesmo que as evidências comportamentais e técnicas refiram o oposto. Assim, a manutenção dos contactos familiares, desde que não seja impedida por determinação judicial, é desejável e nutritiva porque permite o contacto com o universo familiar extra instituição e facilita a integração social em fase posterior.

Quando se verificava a admissão de fratrias, genericamente, estas ingressavam na mesma resposta social, sendo poucos os casos em que os irmãos eram separados. Porém,

nalguns casos, isso aconteceu devido à disparidade de idades ou por razões comportamentais que determinaram essas decisões técnicas. Verifica-se que os inquiridos valorizaram o facto de poderem contar com a presença física dos irmãos no espaço dos LIJ.

A não separação das fratrias no decorrer do ingresso no sistema de acolhimento é representada como uma mais-valia positiva para o enquadramento das c/j nos novos espaços em que passam a viver uma vez que na sequência do processo de acolhimento sofrem ruturas com as comunidades e com os meios familiares de origem. Assim, a presença de irmãos nas mesmas unidades de acolhimento funciona, na maioria dos casos, embora existam exceções, como um conforto e um apoio, dado que são as pessoas com quem os indivíduos mais se identificam por partilharem laços de sanguinidade, experiências de vida e proteção, tendo reforçado, alguns indivíduos, a ideia de “união familiar” e de maior facilidade de integração no LIJ em que passaram a viver.

Usualmente o relacionamento com os irmãos com os quais partilharam esta fase das suas vidas é manifestamente relevante para a integração social posterior porque a proximidade é mantida e, nalguns casos, estende-se para além do acolhimento.

Vários autores partilham a importância da manutenção das relações familiares no decorrer do tempo de acolhimento (Mendes 2012), sendo que é valorizada a participação das famílias dos educandos (relações significativas) durante o mesmo, porque lhes transmitem segurança e competências que lhes permitem um bom desenvolvimento e uma boa transição (Holden et al. 2010); *“é importante manter os laços com as famílias de origem durante o período de acolhimento”* (Jones 2008: 260); *“o contacto prolongado com os irmãos, amigos e família são tipicamente interrompidos, (...)”* (Creed et al. 2011: 1720).

Nazaré, Quirino, Samanta, Júlia e Olegário são casos exemplificativos do que foi dito uma vez que todos consideram ter sido importante para o seu percurso contarem com a presença dos irmãos na mesma unidade de acolhimento. Nazaré, Samanta, Júlia e Olegário são casos de integração social, sendo que os dois últimos se revelaram indivíduos com investimento educativo.

No campo oposto situa-se Quirino que se enquadra numa situação de desintegração social, embora tenha referido que mantém, na atualidade, uma relação positiva com os irmãos.

Nesta sequência, registámos os sentimentos dos entrevistados relativamente ao facto de terem partilhado as unidades residenciais com os seus irmãos, sendo que tal se revestiu de bastante importância para os mesmos.

- “Claro. Fazem parte da minha vida. Sem eles não era a mesma coisa.”
- Quirino, 24 anos
- “Muito... muitíssimo. (...) é sempre bom termos alguém que... que nos conhece. (...) dá o seu contributo para um ciclo de interajuda (...)”
- Olegário, 21 anos

Revisitando a dimensão *percepção e práticas da vida social/relacional (perfil dos amigos/relações, sentimentos, atividades e práticas quotidianas)*, no ponto *visitas*, apuramos que a manutenção e estreitamento dos laços familiares são de suprema importância para o desenvolvimento equilibrado das c/j e, simultaneamente, para a “boa saúde” do ambiente familiar, tal como é veiculado pela maior parte dos pesquisadores, pois leva a um maior sucesso das c/j quando deixam o acolhimento, o que também acontece mais rapidamente, segundo Massinga e Pecora (2004).

Outros autores, como Dworsky e Courtney (2009), defendem ser importante a manutenção dos laços familiares de forma a assegurar a continuidade do apoio após a transição, na medida em que muitos jovens demonstram dificuldades em estabelecerem relações positivas com prestadores de cuidados, mas permanecem os contactos com as famílias de origem.

Diversos autores “ (...) têm colocado grande ênfase na qualidade das ligações entre a criança, o ambiente residencial, e a família” (Whittaker 2000: 61); “os cuidadores deverão estimular os contactos das crianças com as famílias (...)” (Cameron 2004: 148); “a ligação com os pais de nascimento ou com outros membros da família é, muitas vezes, prioritária para muitas crianças em acolhimento” (Bessell 2011: 499); “deve haver entrosamento entre as famílias e os prestadores de cuidados pois as relações familiares podem ser protetoras” (Gharabaghi 2011: 79).

Para a larga maioria dos indivíduos, durante o tempo de acolhimento, o contacto com os familiares e amigos era frequente (semanal ou quinzenal), ocorrendo, basicamente, as deslocações a casa dos familiares, ou as visitas no LIJ, aos fins de semana ou em períodos de férias, desde que combinado e autorizado pelos técnicos.

Nalguns casos o retomar dos contactos familiares foi acontecendo gradualmente. Desde que seja possível, a manutenção dos laços familiares durante o tempo de acolhimento reveste-se de importância para o bem-estar e desenvolvimento das c/j no espaço institucional e fora deste, ao mesmo tempo que permite, nalguns casos, encurtar o tempo de acolhimento e facilita a transição para fora dos cuidados e reintegração no meio sociofamiliar. Para que tal aconteça é de toda a utilidade proporcionar e estimular o envolvimento dos familiares de referência no quotidiano e/ou nos momentos importantes e marcantes para a c/j.

A maioria dos entrevistados mantinha contactos familiares enquanto esteve em acolhimento sendo que nuns casos estes eram mais frequentes do que noutros o levava os indivíduos a experienciar diferentes sentimentos.

Considerem-se os casos particulares de Aldair, Brígido, Sidney, Madalena e Isaura que mantiveram contactos frequentes com os seus familiares, os quais eram gratificantes para os indivíduos, não se verificando uma dissidência muito acentuada com o meio familiar de origem. Estes indivíduos, na sua totalidade, fazem parte do grupo daqueles que se encontram socialmente integrados, sendo de referir que Brígido e Madalena revelaram, respetivamente, atividades ocupacionais ascendentes e empreendedoras (Brígido) e investimento educativo (Madalena), pelo investimento que têm vindo a fazer nas suas trajetórias de vida.

Por outro lado, perfilam-se os entrevistados que não mantinham ou mantinham contactos esporádicos com os seus familiares enquanto estiveram acolhidos, o que lhes provocava sentimentos de ansiedade e angústia. Nessa situação encontravam-se, por exemplo, Branca, Dinarte, Santiago, Olegário e Libânio. Excetuando o caso particular de Santiago, que não se encontra socialmente integrado, os restantes indivíduos podem-se considerar casos de integração social, nomeadamente Dinarte (com atividade ocupacional ascendente e empreendedora) e Olegário (com investimento educativo).

Independentemente de terem muito, pouco ou nenhum contacto com os familiares de origem, durante o período de acolhimento, a generalidade dos indivíduos reintegrou-se na família posteriormente ao acolhimento, com a exceção de Branca, Libânio e Madalena que preferiram seguir um percurso de autonomia de vida, sendo que os dois primeiros,

pouco tempo depois de deixarem o acolhimento constituíram as suas próprias famílias e Madalena divide casa com amigos, sendo esta a família que escolheu.

Sentimentos experienciados ao nível dos contactos frequentes com as famílias

- *“Todos os fins-de-semana, feriados, férias, estava sempre com a família.”*
- Isaura, 22 anos

Sentimentos experienciados ao nível dos contactos não frequentes com as famílias

- *“Triste, porque via as outras pessoas a ir eu não ia.”*
- Libânio, 22 anos

De acordo com diversos investigadores, o envolvimento das famílias das c/j em acolhimento no seu percurso educativo, muitas vezes, não é estimulado (Freundlich e Avery 2006), sendo que é dada pouca ênfase às questões educacionais das c/j que se encontram institucionalizadas e nota-se pouco envolvimento das famílias (Gharabaghi 2011); *“é necessário mudar a atitude dos prestadores de cuidados para com as famílias das crianças em acolhimento – os pais devem deixar de ser vistos como parte dos problemas das crianças, mas sim como parte das soluções, pois devem ser envolvidas no crescimento e desenvolvimento das crianças e jovens”* (Grupper e Mero-Jaffe 2008: 44); *“a intervenção deve visar a construção de relações mais fortes dentro da família e a melhoria do ambiente educativo em casa”* (Robinson et al. 2012: 86).

É relevante a manutenção dos laços familiares durante o acolhimento e na transição para fora do sistema de cuidados, pois, genericamente, os jovens continuam ligados às famílias (Collins et al. 2010). Pelo contrário, noutros casos, é referido que *“houve uma preocupação em assegurar a proximidade dos jovens com as suas famílias enquanto estão acolhidos”* (Southwell e Fraser 2010: 211).

Durante o tempo de acolhimento, alguns LIJ, mais do que outros, fomentavam a manutenção das relações familiares das c/j falando com elas sobre a forma como se relacionavam e sobre as expectativas que tinham nomeadamente ao nível da construção do seu projeto de vida.

Sensivelmente, metade dos indivíduos da amostra (n=50) referiu que lhe falavam, no LIJ, sobre a sua família/situação familiar no sentido de estimular as relações familiares ou de promover o afastamento, de acordo com as unicidades dos casos, mas outros referiram que não existia a abordagem dessa temática. Recorremos a alguns casos exemplificativos

para ilustrar as percepções dos indivíduos relativamente à forma como a questão familiar era abordada. Assim, nos casos de Calvino, Osmar, Jamila, Dinis e Nazaré a família era um assunto conversado no LIJ com os técnicos em funções mas os indivíduos, à exceção de Nazaré, não regressaram ao meio familiar de origem quando transitaram para fora dos cuidados, tendo constituído a autonomização uma alternativa de vida. De salientar que, na atualidade, estes elementos, à exceção de Jamila, se encontram socialmente integrados, podendo os indivíduos masculinos ser considerados como desempenhando atividades ocupacionais ascendentes e empreendedoras.

Por outro lado, apresentam-se exemplos representativos da amostra de como não era abordada a relação familiar entre os técnicos e os indivíduos, sendo esses os casos concretos de Mercedes, Quirino, Zacarias, Nicolau, e Licínio. Desta forma, é de referir que Quirino, Zacarias e Licínio não regressaram aos seus meios familiares de origem, enquanto Mercedes e Nicolau o fizeram em fase pós-institucional.

Quanto à possível relação que se ofereça estabelecer relativamente à abordagem da temática familiar com os indivíduos durante o acolhimento e o sucesso da integração social posterior, consideramos que tal não é exequível na medida em que também neste segundo grupo de indivíduos, dois deles (Quirino; Nicolau) incorporam a categoria desintegração social, e os restantes três (Licínio; Mercedes; Zacarias) estão agregados à categoria da integração social sendo que Licínio se perfila como um indivíduo com investimento educativo que tem cumulação ocupacional e deseja obter mais formação académica e profissional.

Também, no que concerne a esta questão em particular, pensamos que são os fatores endógenos relativamente à forma como cada um dos indivíduos vive singularmente a sua relação familiar, a par com fatores exógenos como, por exemplo, a localização geográfica da habitação, os modos de vida dos familiares que conduzem ao regresso à família em fase de pós-institucionalização, principalmente se a saída dos cuidados acontecer em simultâneo com a transição para vida adulta.

A família e a relação familiar como assunto recorrentemente abordado no LIJ

- *“De vez em quando a gente falava...Como cada família, temos os nossos problemas e a gente tinha que falar com alguém. Se não fosse com elas (educadoras) também não era com mais ninguém, não é? Então, a gente tinha*
- Nazaré, 25 anos

que falar com elas e elas tentavam-nos ajudar da melhor maneira que conseguiam, porque, também, não estavam lá ao fim de semana para perceber o que é que se passava, mas a gente falava com elas e elas indicavam o caminho mais correto ou mais cómodo.”

A família e a relação familiar como assunto não recorrente abordado no LIJ

- “Não, não havia necessidade... eu falava com eles.”
- Zacarias, 27 anos

No que concerne à quarta hipótese de investigação, o resultado dos dados recolhidos empiricamente confluem no sentido de concluir que as relações significativas (familiares ou outras), mantidas no exterior da instituição, durante o acolhimento, favorecem a integração social posterior uma vez que a maior parte dos indivíduos manteve esses mesmos contactos durante o tempo de acolhimento e quando deixou a institucionalização retornou à família de origem.

5. O processo de integração social

A saída das c/j do espaço físico da instituição, na maior parte das vezes, não significa (não deve significar) o cercear das relações com a instituição de acolhimento e a desresponsabilização da mesma, na medida em que as b.p./p.t. precedem, com frequência, as b.d./p.s.

O tempo que medeia a b.p./p.t. é basilar no acompanhamento das c/j, quer se reintegrem nos seus núcleos familiares ou empreendam trajetórias de vida autónomas porque, em qualquer um dos casos, passam a ter experiências diferentes das que estavam habituados, enquanto viviam em instituição, e passam a confrontar-se com potencialidades e dificuldades.

Nesta senda, a interdependência configura-se, nesta fase, como uma meta mais pragmática na prossecução dos resultados do que a autossuficiência até porque, nem sempre, a transição para fora dos cuidados é coincidente com a maioridade. Assim, o apoio económico e tipo *mentoring* de que possam usufruir durante este período constitui-se como estruturante no seu processo de integração social porque lhes permite maior

acompanhamento no processo de transição para a vida adulta atenuando os sobressaltos e as inexperiências próprias de quando se iniciam novos percursos.

Uma boa prática de acompanhamento na transição para fora dos cuidados e para a vida adulta foi a possibilidade, que alguns entrevistados da amostra tiveram, de experienciar o apoio do RAIA ou da AIF que incidiam no treino de competências pessoais e sociais. Porém, se estas experiências foram gratificantes para uns, não o foram para outros, que se expressaram num outro sentido, isto é, como não tendo sido projetos que acrescentaram mais-valias ao seu processo de maturação e integração social.

Inicialmente, considerámos verosímil, de acordo com a literatura temática consultada, que as experiências preludiais de maus-tratos, que (co)ocorreram anteriormente à entrada das c/j no sistema de proteção infanto-juvenil, pudessem estar diretamente ligadas com a sua integração social posterior à institucionalização, tal como é defendido por Gomes (2010), *“(…), as experiências de maus-tratos, negligência e abandono vivenciados pelas crianças e jovens, durante a sua infância, constituem uma ameaça ao seu bem-estar, podendo fomentar dificuldades de integração social, bem como problemas de desenvolvimento que lhes deixem sequelas, que podem ser muitas vezes inexcedíveis”* (p. 353).

Na fase de pós-acolhimento os indivíduos lembraram quais eram as expetativas que tinham ainda em acolhimento face ao futuro, sendo que alguns alcançaram os seus objetivos e outros fantasiaram em demasia e o percurso de vida não permitiu a concretização desses ideais.

Segundo muitos indivíduos, na atualidade, mantêm relações de amizade com técnicos da instituição e com amigos criados nessa época embora nem sempre sejam revestidos de proximidade física devido a diversos fatores tais como a dispersão geográfica. Noutros casos o corte foi incisivo e foi criado um corte evidente na relação que tiveram com a instituição e com pessoas afetas à mesma.

No presente socorrem-se de familiares para os ajudarem nalgumas dificuldades embora alguns se afirmem sozinhos para fazerem face às adversidades.

O pós-acolhimento é marcado pelo regresso aos meios familiares de origem. Porém, alguns autonomizaram-se. Nos dois casos as opções habitacionais podem, ou não, ter sido apenas dos indivíduos ou ter sido fruto das conjunturas, sendo que alguns, em pouco tempo,

contaram diversas transições habitacionais.

Foi afirmado que, no regresso às famílias de onde haviam partido, registaram a não alteração das mesmas embora mencionassem mudanças pessoais que se haviam operado em acolhimento. Apesar de alguns indivíduos não terem regressado aos meios familiares de origem, foram mantendo contacto com os mesmos.

Alguns assumiram que gostariam de mudar determinados aspetos nas suas famílias e consideram, no presente, que a “verdadeira família” é mais abrangente, sendo que, por vezes, inclui escolhas dos indivíduos tais como os amigos ou a família dos companheiros(as).

A maternidade/paternidade precoce não se verifica de forma acentuada na amostra e a generalidade pretende vir a ter filhos ou mais filhos pretendendo vir a dar-lhes uma educação igual ou diferente da sua, tendo alguns referidos que a educação deverá ser compósita entre aquilo que foi a sua própria educação e outros aspetos exógenos.

Muitos não interromperam o percurso escolar após a saída do acolhimento, alguns ainda permanecem apenas estudantes, outros acumulam escola e emprego e vários ponderam vir a retomar os estudos assim que tal lhe for possível a nível económico. Normalmente a razão apontada para voltar à escola é a obtenção de qualificações para progresso profissional.

Os cursos de formação profissional, que muitos frequentaram, foram, algumas vezes, importantes para a obtenção de emprego em determinada área profissional, o que permitiu uma transição mais sustentável para a vida adulta dado que a autossuficiência se encontrava garantida, embora nalguns casos tal tivesse sido precoce tendo em consideração a tendência dos seus pares da população em geral que permanecem durante mais tempo em casa da família.

A generalidade não teve experiências profissionais ainda em acolhimento pelo que a transição para fora do sistema de acolhimento aconteceu simultaneamente com a transição para a vida adulta, dado que foi estabelecida uma conexão com o mundo laboral. Tendencialmente, o acesso ao primeiro emprego não foi difícil porque se encontravam motivados na busca do mesmo. Todavia, é de registar que nem sempre se sentiram satisfeitos com o mesmo visto terem passado por situações de dificuldades remuneratórias e de precariedade laboral. O facto de terem começado a trabalhar afastou alguns indivíduos do seu trajeto escolar e, a outros, fê-los consciencializarem-se sobre a importância de

investirem mais nesse mesmos trajeto como forma de poderem, posteriormente, aceder a profissões mais qualificadas e remuneradas.

A institucionalização pode ter tido influência, positiva ou negativa, no acesso ao mercado de trabalho ou não ter tido qualquer, de acordo com os indivíduos, qualquer relação.

Ao longo da trajetória profissional alguns contam com transições a este nível, com ou sem épocas de desemprego, e referem que as atividades têm ido ao encontro das suas expetativas, sendo que apreciam o que fazem atualmente. Os indivíduos que se encontram desempregados contam com apoios institucionais e/ou familiares.

Os tempos livres da maioria dos indivíduos é ocupado com algum tipo de prática desportiva.

Genericamente sentem-se bem no seu quotidiano mas, alguns, gostariam de mudar determinados aspetos, pelo que revelam projetos para o futuro tanto individuais como familiares. A felicidade predomina entre os entrevistados, os quais admitem que se sentem nessa condição atualmente.

5.1 As expetativas face à desinstitucionalização

Repescámos a dimensão *avaliação do confronto entre as expectativas e a realidade*, para afirmar que em acolhimento, as c/j tendencialmente perspetivam o futuro como é usual acontecer com qualquer indivíduo, quer viva institucionalizado ou não. Assim, alguns partilharam que tinham expectativas elevadas que conseguiram, ou não, atingir, enquanto outros não encontram diferenças na forma como pensaram que a vida ia correr na fase de pós-institucionalização e o que veio efetivamente a acontecer.

Retomámos os casos de alguns entrevistados (Domingos; Querubim; Ezequiel; Juliano; Hipólito), enquanto exemplos de indivíduos que referiram que não encontram diferenças entre a forma como perspetivavam a sua vida posteriormente ao acolhimento e o que de facto veio a acontecer. Os cinco indivíduos encontram-se socialmente integrados, com destaque para Domingos, Querubim e Juliano que se perfilam entre os casos de indivíduos com atividades ocupacionais ascendentes e empreendedoras e Ezequiel que

constitui m caso de investimento educativo.

No polo oposto escolhemos os exemplos de outros indivíduos (Nicolau; Magnólia; Levi; Olavo e Orfeu), na medida em que encontram diferenças na forma como previam que fosse o seu futuro pós-acolhimento e o que de facto veio a acontecer. Nicolau, Magnólia e Levi configuram casos de desintegração social e Olavo e Orfeu encontram-se estabilizados profissionalmente e socialmente integrados.

A forma como encaravam o futuro, de forma mais ou menos realista, assumindo ou refutando as dificuldades, tem alguma ligação com o processo de integração social posterior. Os indivíduos mais pragmáticos tiveram uma melhor integração social pois tinham objetivos mais concretizáveis e menos quiméricos.

Não encontram diferenças

- *“Não, não houve diferenças. Eu não sou muito de pensar no futuro, é um dia de cada vez, não noto diferenças.”*
- Hipólito, 19 anos

Encontram diferenças

- *“É diferente. Eu nunca pensei que quando saísse do lar me visse tão aflita e tão amargurada. Eu no lar era mais feliz. Estava com pessoas que eu gostava e tratavam-me bem, não me faltava nada e aqui «matam-me» com medicação, com injeções... e é o meu irmão que não me tira daqui.”*
- Magnólia, 25 anos

Quando deixaram de viver em acolhimento (LIJ/RAIA), a generalidade dos inquiridos sentiu-se bem no seu novo ambiente pois a saída foi ao encontro da sua vontade. Contudo, para alguns, este processo de saída da instituição não foi fácil e representou algumas angústias. Os indivíduos apontaram os aspetos em que tiveram maiores dificuldades e aqueles que correram melhor aquando da sua desinstitucionalização, a qual, em muitos casos, ocorreu simultaneamente com a transição para a vida adulta. Desta forma, recolhemos informação quanto aos primeiros tempos imediatamente após a saída (1.º ano), às dificuldades sentidas e formas de resolução que os indivíduos encontraram para as colmatar, uma vez que uns tiveram experiências positivas e outros enfrentaram algumas adversidades.

Por outro lado, registámos os aspetos que correram melhor e as dificuldades sentidas, consideradas a médio prazo após a saída do LIJ/RAIA. Indivíduos como Ísis, Pelágio,

Calvino, Levi e Simão incluem-se no grupo daqueles que sentiram a saída do acolhimento como tendo sido um momento positivo porque poderiam, a partir daquela altura, esboçar o seu trajeto de via de forma completamente livre ou porque retornavam à família, sendo isso a concretização de um desejo acalentado, por muitos, durante muitos anos. Assim, Ísis, Pelágio e Calvino são indivíduos que se encontram integrados socialmente, com destaque para a atividade ocupacional ascendente e empreendedora desenvolvida pelo último (Calvino) devido ao seu investimento e progresso profissional. No entanto, Levi Simão podem-se considerar socialmente desintegrados por motivo de instabilidade profissional.

Por outro lado, alinham-se entrevistados (Leopoldo; Camila; Nazaré; Júlia; Magnólia), que são exemplos de casos para os quais a saída do acolhimento se ornou de sentimentos negativos pela mudança de ambiente, pela transferência de instituição, pela falta de apoio, entre outros aspetos que se lhes afiguraram de uma forma negativa. Leopoldo, Camila, Nazaré e Júlia são casos que se encontram socialmente integrados nos dias de hoje, salientando-se o caso específico de Júlia que, pelo seu investimento académico e profissional, se pode observar como apostada no investimento educativo. Magnólia desagrupa-se deste nicho porque se encontra desintegrada socialmente devido a perturbação psiquiátrica e por não contar com nenhuma atividade ocupacional.

A saída revestiu-se de sentimentos de positividade

- *“Excelente! (a saída). Sim (foi ao encontro do que desejava)”*
- Calvino, 25 anos

A saída revestiu-se de sentimentos de negatividade

- *“Senti-me mal, que horror! (quando saiu). Não (a saída não foi ao encontro do que desejava).”*
- Magnólia, 25 anos

5.2 A experiência da desinstitucionalização a curto/médio prazo: dificuldades e resoluções

Voltamos a explorar a dimensão *avaliação do modo e processo de integração fora da instituição (primeiros momentos)*, porque o primeiro ano após deixarem o acolhimento é aquele que se afigura como sendo o mais difícil para os indivíduos pois têm que proceder a

uma (re)adaptação ao novo meio em que se passam a movimentar, nomeadamente a família, a comunidade, e os seus serviços, ou os pressupostos de uma vida autónoma. Nesta nova fase com que têm que lidar, muitas vezes os indivíduos sentem uma espécie de isolamento e solidão que se deve ao facto de partilharem o seu quotidiano com muitas outras pessoas em acolhimento e passarem a estar com um grupo restrito de pessoas (família/amigos) ou sozinhos, nos casos dos que prosseguem uma trajetória de vida de completa autonomia.

Quando deixaram o acolhimento, durante, sensivelmente, o primeiro ano pós institucionalização, os inquiridos depararam-se, naturalmente, com algumas dificuldades em várias dimensões das suas vidas que tentaram (ou não) resolver e ultrapassar para atingirem determinado grau de estabilidade e de bem-estar.

Colocámos em conexão alguns indivíduos que assumiram algumas dificuldades, no decorrer do primeiro ano, e a forma como tentaram resolvê-las, estabelecendo, em simultâneo, uma ponte entre os casos e o processo de integração social ulterior.

Alan, Libânio e Pelágio são casos de integração social (com estabilidade profissional) que referiram a solidão e a falta de uma rotina pré-estabelecida, à semelhança da que vigorava em termos institucionais, como sendo aspetos difíceis que ultrapassaram com o apoio de familiares, através da constituição de uma família ou baseando-se nas regras e valores que haviam apreendido em acolhimento.

Por outro lado, surgem-nos os casos de Jamila e de Nicolau que são de desintegração social, os quais mencionaram como principais dificuldades, a gestão financeira e outras (não especificadas) que Jamila ultrapassou recorrendo ao que havia aprendido em acolhimento, nomeadamente no programa RAIA, e que Nicolau disse não ter resolvido.

Podemos considerar que as diferentes formas como os indivíduos lidam com as suas principais dificuldades no primeiro ano pós-acolhimento podem ser preditoras do sucesso da sua integração social, na medida em que se deparam com dificuldades diversas que têm que resolver para serem bem-sucedidos e integrados.

Quando, neste primeiro ano, os indivíduos não conseguem reunir os instrumentos necessários para vencerem as adversidades que se lhes colocam, dificilmente se conseguem integrar socialmente ou ser-lhes-á mais difícil do que aos seus pares.

As principais dificuldades sentidas

- “Não lhe sei explicar... tive tantas!”
- “Saudades. Falta daquela rotina.”

Resoluções encontradas

- “Não resolvi.”
- “Foi ir à procura dessa rotina... criei a minha família.”
- Nicolau, 22 anos
- Pelágio, 25 anos

Por esta ordem de ideias, é relevante fazer eco dos aspetos que correram melhor na vida dos entrevistados e das principais dificuldades com que se confrontaram a médio prazo quando deixaram de estar acolhidos. Nesta sequência, tentamos compreender se se pode estabelecer uma relação entre os fatores que correram melhor, em cada caso individual, as dificuldades sentidas e o processo de integração social decorrente.

Fizemo-nos auxiliar por alguns casos representativos da amostra (Aldair; Branca; Calvino; Juliano; Madalena), os quais partilharam as referidas configurações das suas vivências. Estes indivíduos são todos casos de integração social na atualidade, entre os quais se evidenciam Juliano, por desenvolver uma atividade ocupacional ascendente e empreendedora, e Madalena por apresentar investimento educativo.

Enquanto alguns indivíduos (Branca e Juliano) se referiam a aspetos escolares, outros mencionaram aspetos familiares (Aldair; Calvino) e, por fim, outro (Madalena) referenciou a autodeterminação, como sendo aqueles que correram melhor a médio prazo quando deixaram, o acolhimento institucional.

No que concerne às dificuldades que sentiram a médio prazo, alguns indivíduos falaram sobre a ausência da aquisição de competências (pessoais e sociais) (Branca; Calvino; Juliano; Madalena) em acolhimento, nomeadamente escolares (Aldair), sendo que esta despreparação lhes dificultou uma rápida integração social. Porém, Juliano referiu que já em fase de pós-institucionalização contou com o apoio dos ex-cuidadores afetos à instituição.

A capacidade que os indivíduos demonstraram para ultrapassarem as adversidades é reveladora de resiliência na medida em que foram impulsionados para a integração social em virtude de terem conseguido traçar um trajeto consistente tanto em acolhimento como posteriormente.

Os aspetos que correram melhor

- “Ter terminado os estudos. Não ter desistido. Ter terminado o

As principais dificuldades sentidas

- “A dificuldade maior foi talvez, ao início, a adaptação, porque a gente
- Branca, 27 anos

último ano que faltava, não me lembro quantos meses faltavam... o mais importante foi mesmo isso.”

estuda... chega ao lar, tinha tudo feito. Quando saí, estudava e quando chegava a casa e tinha tudo para fazer.”

Nesta senda, a interdependência configura-se, nesta fase, como uma meta mais pragmática na prossecução dos resultados do que a autossuficiência até porque, nem sempre, a transição para fora dos cuidados é coincidente com a maioridade. Assim, o apoio económico e tipo *mentoring* de que possam usufruir durante este período constitui-se como estruturante no seu processo de integração social porque lhes permite maior acompanhamento no processo de transição para a vida adulta atenuando os sobressaltos e as inexperiências próprias de quando se iniciam novos percursos.

Uma boa prática de acompanhamento na transição para fora dos cuidados e para a vida adulta foi a possibilidade, que alguns entrevistados da amostra tiveram, de experienciar o apoio do RAIA ou da AIF que incidiam no apoio económico e no treino de competências pessoais e sociais. Porém, se estas experiências foram gratificantes para uns, não o foram para outros, que se expressaram num outro sentido, isto é, como não tendo sido projetos que acrescentaram mais valias ao seu processo de maturação e integração social.

Quando deixaram de viver em acolhimento (LIJ/RAIA), a generalidade dos inquiridos sentiu-se bem no seu novo ambiente pois a saída foi ao encontro da sua vontade. Contudo, para alguns, este processo de saída da institucionalização não foi fácil e representou algumas angústias.

Os indivíduos apontaram os aspetos em que tiveram maiores dificuldades e aqueles que correram melhor aquando da sua desinstitucionalização, a qual, em muitos casos, ocorreu simultaneamente com a transição para a vida adulta. Desta forma, recolhemos informação quanto aos primeiros tempos imediatamente após a saída (1.º ano), às dificuldades sentidas e formas de resolução que os indivíduos encontraram para as colmatar, uma vez que uns tiveram experiências positivas e outros enfrentaram algumas adversidades.

Por outro lado, registámos os aspetos que correram melhor e as dificuldades sentidas, consideradas a médio prazo após a saída do LIJ/RAIA.

Indivíduos como Ísis, Pelágio, Calvino, Levi e Simão incluem-se no grupo daqueles que sentiram a saída do acolhimento como tendo sido um momento positivo porque

poderiam, a partir daquela altura, esboçar o seu trajeto de via de forma completamente livre ou porque retornavam à família, sendo isso a concretização de um desejo acalentado, por muitos, durante muitos anos. Assim, Ísis, Pelágio e Calvino são indivíduos que se encontram integrados socialmente, com destaque para a atividade ocupacional ascendente e empreendedora desenvolvida pelo último (Calvino), devido ao seu investimento e progresso profissional. No entanto, Levi e Simão podem-se considerar socialmente desintegrados por motivo de instabilidade profissional.

Noutro polo, alinham-se entrevistados (Leopoldo; Camila; Nazaré; Júlia; Magnólia), que são exemplos de casos para os quais a saída do acolhimento se ornou de sentimentos negativos pela mudança de ambiente, pela transferência de instituição, pela falta de apoio, entre outros aspetos que se lhes afiguraram de uma forma negativa. Porém, Leopoldo, Camila, Nazaré e Júlia são casos que se encontram socialmente integrados nos dias de hoje, salientando-se o caso específico de Júlia que, pelo seu investimento académico e profissional, se pode observar como empreendedora.

Magnólia desagrupa-se deste nicho porque se encontra desintegrada socialmente devido a perturbação psiquiátrica e por não contar com nenhuma atividade ocupacional.

A saída revestiu-se de sentimentos de positividade

- *“Era um ambiente que não me era estranho. Quando saí do lar fui para casa da minha avó, estava com a minha família. Com o tempo... acabei por sair da casa da minha avó, e fui ao encontro da vida que mais se adequava a mim. Entrei na Marinha... a Marinha é uma instituição também, as regras são, praticamente, idênticas. Portanto, uma pessoa que se habituou à Casa Pia e viveu a Casa Pia de uma maneira como eu vivi, automaticamente, refugiei-me naquilo que sou hoje, à procura daquilo que eu já era. Eu, desde os meus 7 anos, que eu vivo em instituição... diferentes, neste momento, mas dos 7 até aos dias de hoje, sempre vivi em instituição... numa instituição.”*
- Pelágio, 25 anos

A saída revestiu-se de sentimentos de negatividade

- *“No centro educativo, no início, chorei muito. Senti que não tinha culpa dos atos que tinha feito. Senti vontade de querer estar com a minha mãe, com o meu irmão, foi o que eu senti. Nunca na vida (a saída não foi ao encontro do que desejava)”.*
- Leopoldo, 24 anos

O processo de saída ocorreu sem dificuldades para uma margem larga de sujeitos o que permite concluir que a preparação institucional foi ao encontro das necessidades dos mesmos, embora se verificassem casos em que essa transição não foi fácil.

Uma margem substancial de sujeitos afirmou que não poderia ter sido ajudada de outra forma pela CPL quando deixou o acolhimento. Alguns auscultados disseram que poderiam ter tido mais apoio social; outra parte referiu a importância de ter tido maior apoio financeiro e, por fim, poucos indivíduos aludiram à necessidade de terem podido usufruir de apoio psicológico.

Após terem cessado o acolhimento na CPL, a generalidade dos jovens referiu não ter precisado de recorrer ao apoio de outras instituições. Em contraponto, alguns foram apoiados institucionalmente após deixarem LIJ/RAIA.

Entre os indivíduos que mencionaram ter precisado de apoio institucional após deixarem a CPL podemos enumerar o tipo de apoio prestado: apoio financeiro; apoio psicológico; apoio social; outro tipo de apoio não especificado.

Os jovens que consideram que se tratou de um momento sem importância, referem o seguinte: porque a saída não foi a sua escolha; porque não teve qualquer significado; porque ainda lá gostavam de estar; porque iniciaram uma nova etapa de vida; porque tiveram que sair por se encontrarem grávidas.

Bastantes auscultados não acreditam que houvesse outras soluções para poderem ter saído mais cedo da instituição. Alguns pensam que as soluções existentes para terem saído mais cedo da instituição não eram as mais indicadas.

A maior parte da amostra considera que foi apoiada na preparação da sua autonomia através das dinâmicas, educação, regras e valores quotidianos do lar, tendo salientado aspetos como o apoio individual e/ou familiar - aspetos materiais e/ou financeiros; em géneros alimentares; preparação progressiva; na procura de emprego; pela saída gradual; pelo suporte emocional; pelo suporte social; apoio técnico (AIF / RAIA) o qual valoriza. Ainda no âmbito da preparação da sua autonomia os jovens referiram que contaram com o apoio de técnicos da CPL (educadores / assistentes sociais / psicólogos) e de colegas e familiares.

Alguns jovens disseram que souberam que iam sair quando sentiram que se encontravam preparados para tal e, outros, referiram que a saída foi gradual. Muitos

entrevistados historiaram espaços de tempo entre um dia e um ano antes de se efetivar a sua saída do LIJ/RAIA.

No que diz respeito aos aspetos que correram melhor na organização da vida diária dos indivíduos desde que deixaram a instituição de acolhimento, destacam-se os seguintes: a reaproximação familiar; o apoio que receberam na altura da transição; o facto de terem mais liberdade; terem conseguido conciliar estudos e trabalho; terem construído família; terem estabelecido outras relações sociais; terem mais responsabilidade, maturidade e autonomia/independência; terem mantido as rotinas do LIJ/RAIA; terem sido admitidos numa instituição militar; terem tido sucesso escolar; terem relações afetivas sólidas; terem desenvolvimento pessoal e social.

Por outro lado, existiram áreas em que os sujeitos não foram bem-sucedidos nos primeiros tempos que passaram fora do LIJ/RAIA, embora um subgrupo significativo tivesse afirmado não ter tido quaisquer dificuldades nos primeiros tempos de integração.

As áreas em que sentiram maiores dificuldades foram: dificuldade de adaptação; dificuldade em conciliar estudos e trabalho; dificuldade em encontrar trabalho; dificuldades de organização financeira; dificuldades habitacionais; dificuldades relacionais com familiares; o percurso escolar; processos judiciais; abandono; ter de contribuir para a economia doméstica; ter falta de competências práticas; ter falta de suporte emocional.

5.3 Relações sociofamiliares e transições habitacionais

Socorremo-nos da dimensão *avaliação do modo e processo de saída da instituição* porque, de acordo com Gomes et al. (2005), quando ocorre a saída do acolhimento existe, simultaneamente, a tendência para uma rutura mais, ou menos acentuada, sendo que “ (...), a instituição «desaparece» das suas vidas (...) ” (p. 92). Esta situação acontece mais nas instituições de grande dimensão, do que nas pequenas, “ (...) existe uma verdadeira separação, uma rutura, com o espaço físico, com os técnicos e com os colegas” (idem).

Embora a CPL seja uma instituição de grande dimensão, no caso da amostra em estudo, desde que saiu do acolhimento, a maioria dos indivíduos mantém contactos com técnicos/pessoal afeto à instituição e/ou com amigos que amigos que lá deixaram, embora,

genericamente, tenham referidos que esses contactos são espaçados no tempo.

Alguns disseram que os melhores amigos são os seus contemporâneos na instituição. Quando é necessitam de algum tipo de apoio recorrem à família (nuclear; alargada; compósita), aos amigos e a instituições. Alguns declararam que contam apenas consigo próprios para fazerem face às adversidades do quotidiano.

Quando deixaram o acolhimento (LIJ/RAIA), alguns indivíduos regressaram às famílias de onde haviam originado à data em que tinham ingressado em acolhimento, podendo ser nucleares, alargadas reconstruídas ou adotivas. Porém, outros seguiram por uma via de autonomização de vida, tendo passado a viver sozinhos, com amigos ou construído a sua própria família. As escolhas habitacionais foram, ou não, escolhas dos indivíduos ou das suas circunstâncias. Alguns indivíduos tiveram, até ao momento das entrevistas presenciais, de zero a quatro transições habitacionais. As transições habitacionais dos indivíduos são demonstrativas da sua integração social na medida em que demonstram a sua estabilidade e vinculação a pessoas e a locais. Auxiliámo-nos de alguns casos que representam estas transições habitacionais, sendo que uns estão socialmente desintegrados (Alírio e Aurora) e outros integrados (Mercedes), havendo casos de indivíduos que realizam atividades ocupacionais ascendentes e empreendedoras (Dinis e Querubim). Parece-nos que as transições habitacionais, em fase de pós-acolhimento, desde que sejam sustentadas, não estão relacionadas com processos de desintegração social, assim como o facto de não existirem essas mesmas transições, não significa que exista integração social porque essa inércia habitacional poderá ser uma tendência anómica que leva os indivíduos ao desinvestimento, nomeadamente na sua qualidade de vida.

A maior parte dos inquiridos referiram que na atualidade ainda se relacionam com as famílias com as quais viviam antes de ingressarem na resposta LIJ da CPL; outros dizem que não se relacionam e uma pequena parte fá-lo pontualmente. Nesta senda, foi possível apurar que parte da amostra vive atualmente com a família de origem, a maior parte vive com a família construída; alguns vivem com a família alargada; outros vivem sozinhos; uma pequena parte vive com amigos e casos residuais vivem em instituição.

- *“Fui viver para casa da minha mãe, com o meu padrasto e com as minhas irmãs... com as minhas irmãs, não, com a minha irmã, porque a Ísis ficou a residir ainda no lar. Sim (quando saiu do acolhimento tratou-se de uma*
- Mercedes, 24 anos

opção pessoal.) Primeiro com familiares (viveu com.) Depois, juntei-me com o pai da minha filha, tenho uma filha de quatro anos... juntei-me, estive seis anos com essa pessoa, mas sempre em contacto com a minha mãe, com a minha irmã, com o meu padrasto, com amigos e também pessoas da Casa Pia, com muita gente que eu já não via há muito tempo. Agora vivo com o meu namorado (uma segunda relação.) Sim (as transições habitacionais têm sido uma escolha pessoal)."

Quando deixou o acolhimento, a maior parte dos indivíduos voltou a coabitar com a sua família de origem, tendo experimentado, nessa ocasião, sentimentos gratificantes. Alguns sentiram diferenças nas famílias quando passaram a dividir o mesmo espaço habitacional mas, na apreciação de outros, as famílias permaneciam inalteradas. Na opinião de alguns inquiridos, eles próprios haviam mudado durante o tempo de acolhimento.

Relativamente aos jovens que saíram do LIJ/RAIA e não foram viver com as suas famílias, esta decisão deve-se ao seguinte: à inexistência de relação parental; por mágoa; por quererem empreender estilos de vida independente; as famílias continuavam sem condições adequadas; as famílias haviam sido reconstruídas durante o período de acolhimento; porque não queriam reviver o passado (pré-institucionalização); por sentirem que com eles não era o seu lugar; porque tinham autonomia laboral e financeira. Porém, parte dos auscultados seguiu um itinerário de autonomização, não tendo constituído o meio familiar de origem uma opção viável na altura de transição para a idade adulta por razões diversas que marcaram a sua infância e juventude. Apesar disso, alguns foram mantendo contacto com os familiares.

A forma como os indivíduos se sentiram aquando do seu regresso às famílias de onde haviam saído, anos antes, para integrarem o acolhimento, pode ser preditiva do seu processo de integração social, pois, nalguns casos, as famílias haviam-se reestruturado e assumido uma função cuidadora ou mais presente na vida dos indivíduos mas noutros casos isso não aconteceu. Assim, afiguram-se, entre a amostra, casos de indivíduos que regressaram à família (Getúlio; Josefa; Júlia; Leopoldo; Rosália), e outros não o fizeram (Jamila; Magnólia; Olavo; Orfeu; Dinis), pelo que nos socorremos de alguns elementos representativos de ambas as situações e estabelecemos uma comparação entre o aspeto referido e o seu posicionamento relativamente à integração social. Getúlio e Josefa são casos de desintegração social, por razões socioprofissionais, mas que se sentiram bem e felizes

quando puderam regressar ao seu núcleo familiar de origem. Leopoldo, Rosália e Júlia representam casos de integração social que, igualmente, se sentiram felizes quando voltaram a viver com os seus familiares, sendo que Júlia faz parte dos casos específicos de jovens empreendedores. Daqui depreendemos que o facto de os indivíduos regressarem às suas famílias de origem e de sentirem bem no convívio com as mesmas não é, por si, impeditivo de existir desintegração social porque a mesma se pode dever a outros fatores como a instabilidade profissional ou desemprego/desocupação.

Noutra perspetiva, temos os indivíduos que são representantes do grupo que, quando saiu do acolhimento (LIJ/RAIA), não quis ou não pôde regressar à coabitação com a sua família de origem passando a viver de forma autónoma. Esses são os casos de Jamila e Magnólia que não regressaram às suas famílias por uma questão geográfica ou por se sentirem desamadas e que se encontram desintegradas socialmente na atualidade, por questões que se prendem com a instabilidade profissional da primeira e com a doença mental da segunda. Olavo, Orfeu e Dinis seguiram um trajeto de autonomização, após a desinstitucionalização, por não terem proximidade relacional ou por terem optado por modos de vida diferentes dos das suas famílias de origem. Porém, estes três elementos encontram-se socialmente integrados, sendo que Dinis constitui um caso que tem vindo a desenvolver atividades ocupacionais ascendentes e empreendedoras devido à sua declarada resiliência.

Concluimos que também nos casos dos indivíduos que seguiram percursos de vida autónomos, quando deixaram o acolhimento, e não regressaram às famílias de origem, não parece ser correto falar da existência de uma relação deste aspeto com a integração social porque outros fatores exógenos à relação familiar se perfilam e levam à desintegração social como seja o caso das dificuldades profissionais.

No entanto, nestes casos também pode existir integração social se os indivíduos estabilizarem e/ou progredirem noutros campos das suas vidas, nomeadamente na esfera profissional o que lhes garante a autossuficiência.

Se houve regresso à família de origem

- *“Senti-me bem, feliz, realizada (quando regressou à família). Para lhe ser sincera, eu não tive tempo para sentir muitas diferenças (na família), porque eu saí de casa com 19 anos, portanto, não vivi muitos anos com a minha mãe. No*
- Rosália, 26 anos

regresso a casa da minha mãe foi mais a questão de se adaptar (mãe) a que as filhas já estavam jovens e já tinham outra maneira de ser.”

Se não houve regresso à família de origem

- *“Por opção, também, e já tinha estipulado isso no meu projeto (não regressou à família). Nunca quis ir viver com a minha família. Com uma parte (manutenção dos contactos familiares). Não era viável (o regresso à família), porque a minha avó, pronto, já estava muito velhota e vivia com uma tia minha, irmã do meu pai, filha dela, pronto, vivia com ela e nós não nos dávamos e era totalmente impossível para mim conviver com aquela pessoa. Em relação à minha mãe, vivia em Coimbra... eu não queria, de todo, sair daqui de Lisboa, porque era um meio que eu conhecia e sempre vivi aqui, e ir para Coimbra. E, depois, também, porque, apesar de ser minha mãe, nunca senti aquela afinidade com ela, pronto, devido ao nosso passado.”*
- Jamila, 28 anos

Auxiliámo-nos da dimensão *percepção e práticas da vida pessoal e social/relacional* para dizer que a família dos indivíduos nem sempre é fácil de descortinar, pois outras formas de família se podem afigurar ao logo das trajetórias de vida para além das famílias de origem. Para muitos casos, as verdadeiras famílias dos sujeitos são as que eles construíram as quais podem, ou não, incluir a família de origem.

Noutras situações a verdadeira família é composta pelos amigos do acolhimento ou exteriores a este. O relacionamento com as famílias de origem, posteriormente ao acolhimento, com ou sem coabitação, significa, geralmente, a manutenção dos laços familiares durante o período de tempo que durou a institucionalização, o que pode, ou não, conduzir ao reagrupamento familiar como vimos anteriormente quando abordámos as opções habitacionais quando os indivíduos saíram do acolhimento.

Os indivíduos da amostra referiram quem é para eles, na atualidade, a verdadeira família, como é que esta é constituída, qual o tipo de relacionamento que têm no presente e a forma como ajudam a família.

Metade da amostra veiculou que gostaria de mudar alguns aspetos na sua vida familiar, embora a outra metade tivesse dito que aprecia a sua família tal como se lhe apresenta. Assim, solicitámos aos entrevistados que partilhassem como é constituída a sua família na atualidade, ao mesmo tempo que tentámos estabelecer uma relação entre a constituição familiar e o processo de integração social em fase de pós institucionalização.

Escolhemos cinco exemplos (Otoniel; Isaura; Anabela; Estrela; Nicolau), no sentido de ilustrar a constituição familiar, respetivas formas de relacionamento e de interajuda que acontecem no seu seio, sendo que as relações intrafamiliares são reconhecidamente positivas e estreitas ou vacilantes. Otoniel, Isaura e Anabela são casos de integração social, com relevo para Anabela que é um caso que tem vindo a desenvolver atividades ocupacionais ascendentes e empreendedoras. Por seu turno, Estrela e Nicolau são casos de desintegração social por motivos psiquiátricos e ocupacionais (Nicolau) e por motivos apenas profissionais (Estrela).

Alguns indivíduos (Isaura; Mercedes; Domingos; Júlia; Getúlio), disseram apreciar a sua família tal como ela é, mas outros (Angélico; Clemente; Ezequiel; Dinarte; Ísis), assumiram que gostavam de ter famílias diferentes. Enquanto Isaura, Mercedes, Domingos e Júlia são casos de integração social, sendo que os dois últimos (Domingos e Júlia) são representativos, respetivamente, de desenvolvimento de atividades ocupacionais ascendentes e empreendedoras e de investimento educativo, Getúlio é um caso de desintegração social que estima a sua família tal como esta se lhe apresenta.

Noutro plano, assomam os indivíduos que gostariam de ter famílias diferentes que são ilustrados por casos de integração social, quase todos com atividades ocupacionais ascendentes e empreendedoras (Angélico; Clemente; Dinarte) e com investimento educativo (Ezequiel).

Aparentemente, o facto de não valorizarem as suas configurações familiares pode levar os indivíduos a investir redobradamente nos seus percursos individuais porque aprenderam a contar apenas com o seu esforço e não desejam reproduzir os seus paradigmas familiares.

O facto de existir um bom relacionamento familiar não expressa, necessariamente, a presença de integração social, tal como um mau ou inexistente relacionamento familiar, no caso de um determinado indivíduo, pode não significar desintegração social. Isto equivale a afirmar que a integração social pode ocorrer em conjunto com relações de proximidade ou de afastamento às famílias, nomeadamente às famílias de origem em fase de pós-acolhimento, porque outros fatores coocorrem simultaneamente, nomeadamente as situações ocupacionais individuais.

- *“A minha irmã, a minha mãe (a verdadeira família). Moro só com a minha mãe (constituição familiar). Umas vezes dou-me bem, outras vezes dou-me mal (relacionamento familiar). (...) não sei... gostava que a família fosse diferente. Não lhe sei explicar. Nem tudo pode ser um mar de rosas, portanto, não lhe sei explicar. Neste momento não estou a ajudar (a família).”*
- Nicolau, 22 anos

Gosta da família tal como é

- *“Não. Gosto dela como está. Não há assim nada. Gosto como tá.”*
- Domingos, 30 anos

Gostava que a família fosse diferente

- *“Sim, gostava que a minha mãe tivesse sido mais presente, o meu pai também, o resto dos meus familiares também tivessem sido e, hoje, atualmente, é só a minha mãe que é mais presente, mas... Com o meu pai tenho pouco contacto... tenho algum agora... já tenho mais do que tinha antigamente. Antes não tinha muito. Quando sai de lá não tinha muito, hoje tenho mais. Mas gostava que a minha família, antigamente e atualmente, tivesse sido mais presente e fosse mais presente.”*
- Dinarte, 25 anos

Segundo a literatura consultada, maioritariamente estudos internacionais, na área da transição para fora dos cuidados, a qual acontece, muitas vezes, em simultâneo com a transição para a vida adulta, um traço comum que se edifica é a existência de maternidade/paternidade precoce, anterior aos dezoito anos de idade. Todavia, a amostra que corrobora esta pesquisa, contradiz estes resultados na medida em que apenas uma margem ínfima experimentou a parentalidade antes de ter chegado à maioridade, embora alguns sejam atualmente pais/mães, tendo tido o seu primeiro/único filho com dezoito ou mais anos.

Quanto ao estado civil da amostra, a maioria dos jovens contactados permanecem solteiros, muitos vivem em união de facto e uma pequena parte referiu ser casada. No decorrer das entrevistas presenciais alguns indivíduos disseram já serem pais/mães e 68% ainda não haviam passado por essa experiência.

De entre os indivíduos que já eram pais/mães, apurámos que um grupo havia-o sido antes da maioridade e uma parte expressiva havia passado por essa experiência com dezoito ou mais anos. A generalidade tinha apenas um filho e outros tinham dois ou mais filhos.

Quanto ao número de filhos de cada indivíduo, apurámos a maior partes não tinha filhos e que outros tinham um, dois ou três filhos. Ainda no âmbito familiar, mas no que concerne à construção da sua própria família, coligimos que cerca de um terço dos inquiridos é pai/mãe à data da entrevista presencial.

Passaram por essa experiência, pela primeira vez, com idades entre os dezassete e os vinte e oito anos. Do cômputo total, bastantes entrevistados têm o desejo de ser, ou de voltarem a ser, pais/mães.

Os entrevistados dão, ou preveem vir a dar, aos seus filhos uma educação que pode ser igual, diferente ou uma mistura entre a educação que tiveram em acolhimento e outros aspetos que consideram importantes, sendo que as opiniões sobre esta temática se apresentam dispares. Pareceu-nos relevante tentar apreender que tipo de pais são os indivíduos, ou pretendem vir a ser, isto é, se pretendem vir a repetir os seus próprios modelos educativos (familiares e/ou institucionais) ou se pretendem inovar nesta área das suas vidas pessoais.

Em simultâneo, tentamos estabelecer uma conformidade com a sua situação atual no que concerne ao processo de integração social. Apurámos, através das entrevistas presenciais, que de entre os indivíduos que já experimentaram a parentalidade ou projetam vir a ter esse tipo de experiência, alguns consideram vir a dar aos filhos uma educação semelhante à que tiveram, nomeadamente ao nível das regras e dos valores que lhes foram transmitidos institucionalmente, embora alguns tenham valorizado a importância de acompanharem presencialmente o crescimento/desenvolvimento dos filhos, dado que sentem falta desse apoio parental nos seus casos individuais.

Alguns casos (Samanta; Zacarias; Licínio; Benito; Brígido), ilustram o desejo de proporcionar aos seus filhos uma educação semelhante à que tiveram, sendo que todos são casos de integração social, destacando-se os casos de Brígido (com atividades ocupacionais ascendentes e empreendedoras) e de Licínio (com investimento educativo).

Num outro patamar, agrupamos os casos dos indivíduos que desejam vir a proporcionar aos filhos que já têm, ou esperam vir a ter, uma educação diferente da que tiveram, tendo, genericamente, estes referido a importância dos seus filhos não virem a ser institucionalizados, pois desejam acompanhar a sua infância e, ao mesmo tempo, esperam poder proporcionar-lhes um meio familiar não violento.

Estas referências correspondem a casos como os de Josefa, Simão, Santiago, Aurora

ou Sidney que se perfilam todos, com a exceção de Sidney, em situações de desintegração social.

Por último, abordamos os casos dos indivíduos que esperam vir a dar aos seus filhos uma educação inspirada nas suas próprias experiências, nomeadamente institucionais, e noutros fatores que considerem pertinentes, sendo que alguns entrevistados (Levi; Branca; Olavo; Joceline; Ezequiel), são representativos do grupo de indivíduos que pensa desta forma. Com a exceção de Levi, que constitui um caso de desintegração social, devido à sua instabilidade profissional, os casos remanescentes são de manifesta estabilidade profissional, com relevo para Joceline e Ezequiel que evidenciam investimento educativo. Desta forma, consideramos que existe uma relação de causalidade entre a desintegração social, presente nalguns casos individuais, e o desejo que estes sujeitos têm de não virem a reproduzir nos seus filhos os modelos educativos de que usufruíram na medida em que isso lhes parece ter sido pernicioso e não ter levado à integração social.

Por outro lado, a integração social apresenta-se fortemente representada junto dos indivíduos que consideram ser importante dar aos filhos uma educação semelhante à sua, pelo que o facto de se encontrarem socialmente integrados se lhes afigura como um modelo a reproduzir descendentemente na medida em que parece conduzir ao sucesso e à qualidade de vida. Também neste sentido vão as opiniões dos indivíduos que consideram que a educação dos filhos pode ser o resultado de uma fusão entre as suas próprias experiências e outros fatores que considerem ser pertinentes, os quais se encontram integrados socialmente e esperam que os filhos usufruam de uma educação heterogeneizada.

Proporcionarão aos filhos uma educação semelhante à que tiveram

- *“Há de ser semelhante. Mais não seja, porque hei de, consciente ou inconscientemente fazer as coisas que eu achei bem e as coisas que não achei bem não fazer ou focar. Portanto, acho que vai influenciar... faz todo o sentido que influencie.”*
- Brígido, 28 anos

Proporcionarão aos filhos uma educação diferente da que tiveram

- *“Espero dar-lhes uma educação melhor do que eu tive e que não tenham que passar por nenhum colégio.”*
- Santiago, 23 anos

Proporcionarão aos filhos uma educação que seja uma mistura da sua própria educação e de outros

fatores que considerem relevantes

- *“Na educação, a diferença é que espero que eles tenham uma família. Pelo menos ter a minha presença, a presença da mãe, mas nunca deixa-los ir para um colégio (lar), porque aí corta muito a relação entre pais e filhos. Só que vou tirar muito partido daquilo que aprendi no colégio, pelo menos de regras.”*
- Levi, 27 anos

5.4 Posicionamento face à escolaridade e à formação profissional

Relativamente à dimensão *percurso escolar* outro fator relevante, que é fortemente referenciado na literatura internacional sobre o acolhimento institucional de c/j, é o seu fraco resultado escolar em fase de acolhimento e na altura em que transitam para fora do sistema de acolhimento, sendo que muitos deixam de estudar, o que pode dificultar o seu processo de integração social. Neste âmbito, verificámos que no caso da amostra que colaborou nesta pesquisa, após a desinstitucionalização, a maioria dos indivíduos continuou a estudar, sendo que alguns ainda são estudantes, embora outros não o tenham feito. Todavia, à data dos contactos presenciais, alguns referiram que pretendem retomar os estudos assim que lhes seja possível, dado que têm objetivos diversificados que gostariam de atingir, nomeadamente ao nível da obtenção de melhores qualificações profissionais; outros não pretendem empreender esse percurso por considerarem que mais escolaridade não lhe será de utilidade.

Dada a importância da escolaridade para a integração social, do ponto de vista educacional e formativo, e como forma de aceder a ocupações profissionais diferenciadas, agrupámos os entrevistados em função de se encontrarem a estudar, à data das entrevistas, ou de considerarem vir a fazê-lo, sendo esse um primeiro grupo, e, também, em função de não se encontrarem a estudar e de tal não se encontrar nos seus planos, pelo que constituem um segundo grupo.

Os indivíduos que estudam ou que pretendem regressar aos estudos encontram-se socialmente integrados e são representados pelos casos de Hipólito, Rosália, Olegário, Osmar e Anabela, sendo que os três últimos são, notoriamente, empreendedores por investirem na sua formação académica e/ou profissional de forma continuada e bem-sucedida. Refira-se que Anabela, à semelhança de outros entrevistados, é um caso de cumulação ocupacional,

dado que trabalha e estuda em simultâneo, e Olegário encontra-se a frequentar o ensino superior sem registar qualquer reprovação, situação incomum entre os jovens que transitam pelo sistema de acolhimento, sendo isto também mencionado na literatura nesta área. Estes cinco indivíduos encontram-se a estudar e/ou desejam obter mais formação académica.

Num outro patamar, referimos os indivíduos (Benito; Samanta; Domingos; Estrela; Josefa), que não estudam nem pretendem voltar a ter essa ocupação por desmotivação, incapacidade económica, ou por acharem que não é compensatório a nível profissional. Três destes casos (Benito; Samanta; Domingos), são indivíduos que se encontram socialmente integrados (com estabilidade profissional) e não desejam granjear mais formação académica, e os restantes dois casos (Estrela e Josefa) representam situações de desintegração social e declinam a hipótese de regressar aos estudos, respetivamente por razões económicas e familiares.

No cômputo geral da amostra (n=50), verificamos que apenas uma minoria (dez elementos) não estuda nem considera essa hipótese, sendo que metade destes se encontra desintegrada socialmente.

É possível estabelecer uma relação entre a escolaridade dos indivíduos e a sua integração social na medida em que quanto menos habilitações escolares tiverem, maiores dificuldades terão para se integrarem, nomeadamente ao nível profissional.

Estudam ou pretendem voltar a estudar

- *“Sim, ainda continuo (a estudar embora tenha a matrícula congelada). Porque, profissionalmente, preciso, porque profissionalmente eu gosto e dá-me muito jeito aquilo que eu estou a tirar que é «Direção e Gestão Hoteleira». Neste momento eu sou chef de cozinha, com apenas 22 anos, acho que é um feito. Se eu estudar, se eu tiver licenciatura, como espero alcançar, não sei daqui a quantos anos, mas espero alcançar, eu não quero ser cozinheiro a minha vida toda, quero ser gestor hoteleiro, é para isso que eu estou a estudar e é esse o meu objetivo.”*
- Osmar, 23 anos
- *“Quero, pronto, tirar o 12.º, depois tentar entrar na universidade para entrar... para tirar na área da psicologia.” (Na atualidade encontra-se a estudar).*
- Hipólito, 19 anos

Não estudam nem pretendem voltar a estudar

- *“Não, já não (pretende voltar a estudar). Acho que não vale a pena.”*
- Benito, 29 anos
- *“De momento não (pretende voltar a estudar). Voltei a pensar nisso quando*
- Estrela, 28 anos

saí do lar... neste momento não penso nisso. Porque sem dinheiro é impossível estar na faculdade.”

A formação profissional, como um meio para completar a escolaridade de uma forma alternativamente mais rápida, configura-se, também, numa maneira de aceder mais rapidamente a vivências adultas por via do ingresso no mundo do trabalho e, assim, tentar assegurar a autossuficiência, nomeadamente para os jovens que não regressam às famílias quando saem do acolhimento institucional. Neste sentido, é possível aos jovens acolhidos em LIJ na CPL seguirem uma via profissional se esse for um rumo concertado entre eles, as famílias e os serviços socioeducativos que os acompanham.

Uma parte significativa dos auscultados frequentou/concluiu cursos de formação profissional. Para muitos os cursos frequentados foram importantes devido às aprendizagens realizadas; porque lhes deram bases para evoluir profissionalmente; porque lhes permitiu experiência prática; porque se sentiram incentivados a serem bons profissionais. Para outros, os cursos não foram importantes para os seus percursos profissionais porque ainda não trabalharam na área que estudaram; porque optaram por outras áreas; porque quando se trata de cursos de nível II são pouco valorizados no mercado de trabalho.

Alguns entrevistados frequentaram cursos de formação profissional, sendo que o seu percurso escolar decorreu por essa via, e também como forma de conseguirem emprego mais rapidamente e, assim, efetivarem a transição para a vida adulta de uma forma independente mais cedo do que os seus pares da população em geral.

Nalguns casos (Zacarias; Libânio; Licínio; Querubim; Josefa), os cursos frequentados/concluídos foram importantes dado que trabalharam/trabalham nas áreas em que se formaram mas, noutros casos (Alírio; Quirino; Iris; Brígido; Madalena), isso não foi relevante porque não conseguiram empregos condizentes com a área de formação, ou porque a área de formação não era do seu agrado. Os indivíduos que ilustram os casos em que os cursos profissionais frequentados foram importantes para se encontrarem a trabalhar na área em que se formaram, estão integrados socialmente, em particular Licínio (com investimento educativo) e Querubim (com atividades ocupacionais ascendentes e empreendedoras)m, uma vez que continuam a apostar na sua formação enquanto mantêm atividades profissionais. No entanto Josefa está desintegrada socialmente na medida em

que, por se ter tornado mãe, não tem outra ocupação para além de cuidar da família, embora o curso profissional frequentado já lhe tenha sido de utilidade.

Noutro polo, estão os indivíduos que exemplificam os casos em que os cursos profissionais frequentados não se verificaram importantes para a sua inserção profissional. Constatamos que Alírio, Quirino e Íris são casos de desintegração social, exatamente por razões profissionais pois a formação adquirida não lhes trouxe proveitos ao nível do emprego.

Outra situação é a que se coloca a indivíduos como Brígido e Madalena que se encontram a trabalhar e, por essa via, estão socialmente integrados devido a terem atividades ocupacionais ascendentes e empreendedoras (Brígido) e investimento educativo (Madalena) mas, no entanto, não desempenham funções nas suas áreas de formação, sendo que demonstram persistência e capacidade de adaptação às circunstâncias.

Podemos rematar, afirmando que, usualmente, a frequência de cursos de formação profissional se afigura como uma mais-valia para os indivíduos na altura em que fazem a transição para fora dos cuidados dado que lhes pode facilitar uma inserção profissional mais rápida e, inerentemente, a integração social. Todavia, nem sempre assim é, pois os indivíduos podem frequentar formação profissional e não ter oportunidade de trabalhar na área em que se formaram nem numa outra, pelo que podem estar desintegrados socialmente.

Os cursos de formação profissional foram importantes para a integração social

- *“É o meu ganha-pão hoje em dia. Tenho trabalhado sempre na área.”*
- Querubim, 24 anos
- *“Fiz curso de cozinha. Sim, foi muito importante porque embora não pratique, trabalho na área da restauração.”*
- Libânio, 22 anos

Os cursos de formação profissional não foram importantes para a integração social

- *“Frequentei um curso na área administrativa. Não foi importante, porque ainda não trabalhei nessa área.”*
- Quirino, 24 anos
- *“Fiz curso «técnico de administração e comércio» e «técnico de informática de gestão». Não foram importantes para o meu percurso profissional.”*
- Brígido, 28 anos

5.5 Situação ocupacional e tempos de lazer

A dimensão *percurso profissional* é de análise relevante na medida em que o treino de competências, nomeadamente profissionais, afigura-se como importante para os indivíduos em idade adolescente porque os faz sentir mais responsáveis e participantes no meio social ao mesmo tempo que adquirem novos conhecimentos e despertam potencialidades. Assim, quando é possível aos indivíduos fazerem uma aproximação ao mundo do trabalho, nomeadamente em férias escolares, tal é benéfico e gratificante para os jovens.

Como vimos anteriormente, quando abordámos o percurso em acolhimento, muitos indivíduos não trabalharam enquanto estiveram nessa condição, embora alguns o tenham feito com idades entre os dezassete e os vinte anos. Assim, constatamos que a tendência é para que os sujeitos tenham iniciado a sua vida profissional na fase pós-institucional. Nesta senda, a esmagadora maioria não teve dificuldade em encontrar o seu primeiro emprego nesta nova fase da sua vida, usualmente porque eram persistentes na busca e pouco seletivos quanto à oferta do mercado.

Genericamente, consideram que a experiência do primeiro emprego, bastantes vezes trabalho precário e mal remunerado, foi satisfatória, embora tenhamos verificado a existência de casos adversos.

Por outro lado, há que registar que em algumas situações, o facto de terem começado a trabalhar afetou o percurso escolar dos indivíduos, sendo que nos foram relatados casos em que essa interseção foi positiva. As primeiras experiências profissionais dos indivíduos podem ter-se revelado boas ou más experiências, dependendo da forma como os indivíduos as vivenciaram.

Alguns casos (Olavo; Mercedes; Dinis; Dinarte; Levi), são paradigmáticos relativamente à recordação do primeiro emprego como um evento positivo. Olavo, Mercedes Dinis e Dinarte encontram-se socialmente integrados, sendo que os dois últimos (Dinis e Dinarte) são indivíduos que desempenham atividades ocupacionais ascendentes e empreendedoras.

Na singularidade do caso de Dinarte, a sua primeira experiência laboral foi importante no sentido de posteriormente se aplicar mais no percurso escolar uma vez que

constatou que tinha pouca formação escolar pelo que era considerado um trabalhador indiferenciado com baixa remuneração, o que faz aplicar-se mais ao nível escolar para atingir um outro patamar.

Finalmente, Levi configura-se como um caso de desintegração social, embora também lhe tenha agradado muito a sua primeira experiência de trabalho dado que ocorreu no estrangeiro e foi bem remunerado.

Noutros casos, os indivíduos não guardam boas memórias das suas primeiras experiências laborais como ilustram Anabela, Angélico, Júlia, Joceline e Nicolau, principalmente porque não gostaram da área laboral em que desenvolveram funções, mesmo que isso tivesse sido por um breve espaço de tempo.

Esses foram os casos de Anabela, Angélico, Júlia e Joceline que se encontram socialmente integrados e são claramente empreendedores devido aos percursos profissionais (Angélico e Anabela) e por se encontrarem em situação de investimento educativo (Júlia e Joceline).

Situação diferente é representada por Nicolau que está desintegrado socialmente, devido a doença psiquiátrica e total desocupação, e que, também, não se identificou com o seu primeiro emprego.

Podemos epilogar este aspeto referindo que tanto os indivíduos que guardam boas memórias como os que guardam más recordações do seu primeiro emprego, se encontram integrados socialmente e assim sendo, a primeira experiência profissional não influi negativamente no processo de integração social porque os jovens se encontram em fase de maturação em várias perspetivas.

Memória positiva da primeira experiência laboral

- *“Sim, sim. Foi muito satisfatória até. Foi satisfatória para ver a realidade da diferença de trabalho e escola ou de escola-trabalho. Neste caso escola vou englobar, tipo, o básico, a primaria não, mas o básico, o secundário e a faculdade. Mas sim, foi satisfatório para ver a diferença e a dificuldade que é trabalhar... que é muito doloroso, não é?”*
- Dinarte, 25 anos

Memória negativa da primeira experiência laboral

- *“Não (foi satisfatório). Não lhe sei explicar... para mim foi péssimo. Não me devia ter agarrado aquele trabalho nem a nenhum trabalho. Devia continuar o*
- Nicolau, 22 anos

meu sonho que era jogar futebol. Foi uma má experiência.”

Uma discussão que se coloca nalgumas situações de jovens adolescentes, principalmente institucionalizados, ao terem a sua primeira experiência laboral, é de que forma é que esse primeiro emprego pode afetar, positiva ou negativamente, o seu percurso escolar, uma vez que sendo provenientes, maioritariamente, de famílias em que a carência socioeconómica é, quase sempre, relevante e transversal à maioria das situações que ingressam em acolhimento (como tivemos oportunidade de ver anteriormente), poderão ser, mais do que os seus pares que se encontram junto das famílias, desafiados a abandonarem os estudos para ganharem dinheiro mais rapidamente.

Por outro lado, também pode acontecer que, por experimentarem uma determinada atividade laboral, fiquem mais motivados para se focalizarem no seu percurso escolar investindo para obterem mais formação. Seguidamente, apresentamos exemplos dois tipos de situações que acima referenciámos.

Indivíduos como Clemente, Sidney, Samanta, Íris e Jamila referiram que a sua primeira experiência de trabalho afetou negativamente o seu percurso escolar a nível económico e de gestão do tempo. Contudo, estes indivíduos, com a exceção de Iris e de Jamila, por razões de desemprego e de instabilidade profissional, encontram-se socialmente integrados, sendo relevante o caso de Clemente que tem vindo a desenvolver atividades ocupacionais ascendentes e empreendedoras, desafiando as adversidades, ao mesmo tempo que investe no seu projeto de vida.

Noutro sentido, deparamo-nos com indivíduos que afirmaram que a sua primeira experiência profissional não afetou o seu percurso escolar, como é o caso de Ezequiel, Leopoldo, Orfeu, Nazaré e Getúlio, por motivos diversos que se prendem com a gestão ocupacional do tempo ou com o desinteresse escolar que sentiam.

Ezequiel, Leopoldo, Orfeu, e Nazaré são casos de integração social, mormente Ezequiel por ser um caso de investimento educativo. Num outro sentido, temos Getúlio que configura um caso de desintegração social devido a encontrar-se em situação de desemprego.

Parece-nos, de forma conclusiva, que não é possível fundamentar uma relação de fusão entre as primeiras experiências profissionais e a integração social posterior, uma vez que a maior parte dos indivíduos se encontra em situação de integração social, pelo que este

tipo de experiências são benéficas para a autoconstrução individual, nomeadamente ao nível da autoestima.

A experiência profissional afetou o percurso escolar

- *“Sim. Porque os meus pais sempre tiveram dificuldades e uma maneira que eu vi de os ajudar foi ir trabalhar para os ajudar. Influenciou porque, se calhar, o dinheiro ou o fundo que eu estava a ganhar para ajudar os meus pais, se calhar, podia ter juntado para evoluir profissionalmente... a minha formação, para ter mais conhecimentos em certos pontos que eu queira. Ou, por exemplo, ter alguns pertences que eu queria e não tenho porque estou a ajudar ou estou a trabalhar para isso.”*
- Clemente, 25 anos

A experiência profissional não afetou o percurso escolar

- *“Não. Esses trabalhos que eu fiz... não posso dizer, completamente, que fiz por necessidade porque, se eu dissesse isso, estaria a ser injusto com n pessoas, como familiares com laços sanguíneos, como aqueles que me acolheram, família de acolhimento. Fi-lo porque eu sou um pouco teimoso, gosto de fazer as minhas coisas, gosto de ter o que é meu, não gosto de suplicar às pessoas: «ajude-me, ajude-me». Não gosto. Então, pronto, fiz porque sabia que tinha aquele tempo livre, durante o verão, não tinha nada a fazer, em vez de passar o tempo a ir para a praia, em casa ou sentado no sofá, fi-lo, desportivamente.”*
- Ezequiel, 26 anos

A institucionalização pode ser estigmatizante para os indivíduos que têm um percurso de passagem pelo sistema de acolhimento de c/j, nomeadamente escolar, sendo isso mencionado em vários estudos internacionais que consultámos.

Considerámos relevante apreender se essa hipotética estigmatização se alargava à inserção dos indivíduos no mercado de trabalho, em fase de pós-institucionalização, o que poderia constituir um indicador interessante de integração social se se verificasse uma influência negativa (ou demasiado positiva) no processo de acesso e manutenção dos postos de trabalho.

No entender de muitos entrevistados, terem um percurso de vida que passou pelo acolhimento institucional teve, ou não, influência (positiva/negativa) nas suas oportunidades de inserção no mercado de trabalho, sendo que alguns referiram que não se apresenta plausível estabelecer qualquer tipo de relação entre os dois factos, dado que defendem que

não existem interligações.

Para alguns indivíduos (Aldair; Benito; Ísis; Benito; Estrela), que representam os casos que consideram que a institucionalização teve influência na inserção no mercado de trabalho, esta posição existe do ponto de vista positivo, na medida em que consideram que a educação e os valores que receberam em acolhimento foram estruturantes na forma como passaram a relacionar-se ao nível interpessoal o que facilitou a integração profissional.

Os indivíduos mencionados anteriormente, com a exceção de Estrela, que é um caso de desintegração social, precisamente por motivos profissionais, uma vez que se encontra desempregada há algum tempo, são casos de integração social.

No entanto, outros entrevistados (Santiago; Levi; Branca; Camila; Domingos), expressaram que consideram não existir qualquer ligação entre o facto de terem estado institucionalizados e a inserção no mercado de trabalho até porque, usualmente, não expõem inicialmente esse facto das suas vidas.

Alguns destes casos (Branca; Camila; Domingos) são de integração social, especialmente Domingos que se encontra entre os indivíduos com atividades ocupacionais ascendentes e empreendedoras. Por outro lado, Santiago e Levi encontram-se em desintegração social por motivos de desemprego e de instabilidade profissional.

Na realidade, Santiago saiu do acolhimento bastante novo, muito antes da maioridade, pelo que essa saída precoce não lhe permitiu usufruir de alguns aspetos que poderiam ter sido relevantes para o seu processo de integração social. Assim, terminamos partilhando que a institucionalização foi, genericamente, nutritiva, de uma forma direta ou indireta, para o processo de integração social dos indivíduos, uma vez que foram investidos pelos cuidadores e lhes foram transmitidos padrões formativos e relacionais que lhes permitiram ser bem-sucedidos aquando da desinstitucionalização.

A institucionalização teve influência na inserção no mercado de trabalho

- *“Influenciou muito, claro, positivamente... o saber estar nos vários tipos de ambiente, socializar e a respeitar os outros... isso faz tudo parte... é a educação!”*
- Pelágio, 25 anos
- *“Foi positiva, porque eles deram-me... acho que nos deram a educação certa para isso acontecer.”*
- Estrela, 28 anos

Não existe interligação entre a institucionalização e a inserção no mercado de trabalho

- “Não influenciou em nada. ”
- Domingos, 30 anos
- “Não, não fez mesmo diferença. Não influenciou eu estar no colégio ou não. Quando procuro trabalho nunca ponho que estive num colégio (lar) ... toda a gente parte do princípio que eu venho de uma família normal. Mais tarde, quando alguém me pergunta sobre a minha vida, eu nunca minto e digo sempre que estive num colégio e tudo mas isso nunca influenciou minimamente.”
- Levi, 27 anos

A situação face ao emprego dos indivíduos adultos que passaram pelo acolhimento institucional é um forte indicador da forma como decorreu o processo de integração social e, nesse sentido, avaliamos igualmente as transições profissionais dos indivíduos para compreendermos qual o seu posicionamento nesta matéria.

No encalço daquilo que tem sido o percurso profissional dos indivíduos após deixarem as respostas sociais (LIJ/RAIA), registámos que a maioria já teve uma, ou mais, transições profissionais mas sem períodos de desemprego.

Um grupo mais pequeno de inquiridos, também tem mudanças profissionais mas já passou por épocas em que estiveram desempregados. Na perspetiva de muitos sujeitos as atividades profissionais que têm exercido vão ao encontro das suas expetativas e gostam do que fazem na atualidade, considerando-se este um aspeto importante de integração social. Todavia, surgiram casos adversos. Nalguns casos que listámos, nomeadamente, Simão, Alan, Calvino, Juliano e Osmar, as atividades profissionais que têm vindo a desempenhar vão ao encontro das suas expetativas e assumem apreciar aquilo que fazem na atualidade.

Para além de Simão, que é um caso de desintegração social, na medida em que tem vindo a contar com instabilidade profissional, os elementos remanescentes são casos de integração social, particularmente Calvino Juliano e Osmar por desenvolverem atividades ocupacionais ascendentes e empreendedoras, pelo que se inserem no grupo dos onze empreendedores detetados nesta amostra (n=50) no decorrer da pesquisa.

Num outro extremo, arrolámos casos de indivíduos cujas atividades profissionais não vão ao encontro das suas expetativas mas que apreciam, ou não, as atividades que executam atualmente, nomeadamente porque se habituaram ao desempenho das mesmas. Esses são os casos ilustrados por indivíduos como Samanta, Rosália, Ísis, Leopoldo ou Nazaré, qualquer um deles em situação de integração social na atualidade devido à sua estabilidade

profissional.

Findamos, afirmando que as atividades profissionais podem ir mais, ou menos, ao encontro das expectativas dos indivíduos mas, passado algum tempo, verifica-se a existência de uma habituação ou identificação com as tarefas que são executadas, pelo que a maioria acaba por se esforçar por manter os empregos, representando, por esta via, casos de integração social.

As atividades profissionais vão ao encontro das expectativas e apreciam o que fazem atualmente

- *“Mais ou menos (o que faz vai ao encontro das expectativas). Queria fazer, se calhar, algumas coisas mais elaboradas e tenho tido... principalmente este último emprego, um bocadinho... um bocadinho monótono. Sim, sim. Acho que sim (gosta do que faz atualmente).* • Alan, 28 anos
- *“As duas primeiras não correram muito bem. Agora, onde eu estou a trabalhar neste momento, sinto-me realizado e concretizado. Sim (gosta do que faz atualmente).”* • Juliano, 23 anos

As atividades profissionais não vão ao encontro das expectativas e (não) apreciam ou habituaram-se ao que fazem atualmente

- *“Ao encontro das nossas expectativas nunca vão. Porém, dentro do possível, sim. Posso dizer que gosto, porém, habituei-me a fazer o que faço.”* • Rosália, 26 anos
- *“Não era aquilo que eu desejava mas, como também já estou efetiva, é deixar estar. Já gostei menos. Agora, até não é mau, de todo (gosta do que faz atualmente).”* • Ísis, 21 anos

A duração do tempo de desemprego importa para a apreensão da intensidade da desintegração de social pois quanto maior é o tempo de desemprego mais aumenta a desintegração social porque os indivíduos vão, gradualmente, perdendo a ligação às atualizações e inovações profissionais na sua área de intervenção, pelo que maior dificuldade terão em conseguir arranjar emprego à medida que o tempo vai passando.

Por outro lado, veem-se obrigados a depender de terceiros, nomeadamente instituições, para fazer face às suas necessidades, nomeadamente aquelas que são mais básicas como é o caso da renda de casa ou da alimentação.

A duração do tempo de desemprego, dos indivíduos que se encontram nesta situação, vai de escassos meses até três anos. O principal meio de vida destes entrevistados

é a ajuda familiar e/ou o recurso a trabalhos pontuais que ajudam a fazer face às suas necessidades do quotidiano. Nalguns casos beneficiam de apoios sociais concedidos pela segurança social. Estas situações indicam visivelmente a desintegração social dos indivíduos.

Os casos de que nos socorremos (Nicolau; Alírio; Aurora; Estrela; Josefa), para fazer eco desta realidade, representam os treze casos que consideramos serem de desintegração social na amostra (n=50) que estudámos. Nestas situações ilustrativas, tal como nas restantes oito, a desintegração social é uma realidade acentuada na medida em que existe efetivamente dependência e subalternização face aos familiares que os apoiam, tal como nos esclareceram os entrevistados.

- *“Para aí seis meses (duração do desemprego). Agora vivo do «desemprego» e do trabalho do meu marido.”*
- Estrela, 28 anos
- *“Já estou desempregada... vai fazer dois anos em junho. É o emprego do meu marido. Neste momento é só.”*
- Josefa, 29 anos

A dimensão *práticas de lazer* também se manifesta como relevante nas trajetórias de vida individuais porque a ocupação dos tempos livres afigura-se como um bom indicador de integração social na medida em que nos informa quais são os interesses dos indivíduos para além das suas ocupações formais (trabalho/estudos), ou mesmo o que fazem quando não se encontram ocupados convencionalmente, em casos de desemprego e consequente desintegração social.

No que diz respeito às atividades de tempo livre e lazer em que os indivíduos se ocupam, quando não se encontram a estudar ou a trabalhar, estas apresentam-se diversificadas, incidindo sobre algum tipo de prática desportiva, e também indicam, por si, se existe ou não integração social. Assim, constatámos que bastantes indivíduos não têm atividades de tempo livre às quais sejam fiéis, mas que a existência destas, quando são uma realidade, estão em correspondência, tendencial, com os casos de integração social e, eventualmente de empreendedorismo, embora alguns indivíduos, em situação de desintegração social, também tenham atividades de lazer.

Neste sentido, para exemplificar estas propensões, servimo-nos dos casos específicos de Ezequiel, Olegário, Rosália, Orfeu e Quirino, sendo que os quatro primeiros se encontram socialmente integrados e o último (Quirino) está desintegrado socialmente por

via profissional mas, no entanto, pertence a um movimento cívico o que parece minorizar os efeitos da desintegração social.

- *“Sou Testemunha de Jeová, ensino a Bíblia às pessoas, é um lazer... jogo à bola, gosto de viajar, viajo sempre que posso. Pelo menos uma ou duas vezes por ano, por aqui pela Europa mesmo. É isso o meu lazer.”*
- Orfeu, 26 anos

5.6 O quotidiano e as perspetivas de futuro: na rota do bem-estar e da felicidade

Por fim, a última dimensão analisada são os *projetos pessoais para o futuro*, pois a forma como os entrevistados vivem o seu quotidiano é demonstrativa da maneira como se integraram socialmente quando deixaram o acolhimento institucional. De registar que, sensivelmente, metade dos entrevistados referiam que gostavam de mudar alguma coisa no seu dia-a-dia nas áreas integrantes da sua vida, o que revela a forma como se sentem e posicionam face à sua vida individual e social.

Os casos de que nos fizemos auxiliar no sentido de apreender que mudanças gostariam os indivíduos de implementar no âmbito das suas vivências diárias são elucidativos os seus sentimentos e aspirações face ao dia-a-dia e espelham a sua integração social. Estas mudanças passam por aspetos familiares, profissionais, sociais e motivacionais, como são os casos ilustrados por Branca; Mercedes e Zacarias (integração social) e por Getúlio e Magnólia (desintegração social).

- *“Talvez... a vontade de sair mais de casa para procurar trabalho ou voltar a estudar. Às vezes falta a vontade.”*
- Getúlio, 25 anos
- *“O que eu gostava era de fazer era um curso... acabar o 12.º ano e trabalhar, ou fazer uma formação que desse equivalência a ter trabalho.”*
- Magnólia, 25 anos

Não obstante as arduidades, a amostra, de uma forma geral, aludiu a projetos que deseja vir a concretizar, pelo estão patentes investimentos individuais no processo de integração social, embora esta perspetiva se afigure mais difícil de esboçar no caso daqueles que estão atualmente em desintegração social.

A generalidade dos entrevistados referiu que vive o seu quotidiano mas que acalenta projetos para o futuro, sendo que uma margem residual de indivíduos, a qual se enquadra numa situação de desintegração social, não se perspetiva no futuro.

Num horizonte de médio (cinco anos) e longo prazo (dez anos) os sujeitos alvitram como gostariam que a sua vida estivesse, tendo muitos referido aspetos pessoais e familiares.

Por um lado, destacam-se os indivíduos (Angélico; Brígido; Dinarte; Licínio; Sidney), que abordam o futuro de uma forma positiva e construtiva acreditando que o amanhã vai ser melhor e, por isso, envidam esforços resilientes.

Por outro lado, surgem-nos indivíduos (Quirino; Magnólia; Alírio; Getúlio; Otoniel), que, fruto da forma como têm vindo a vivenciar a sua vida, demonstram ter um posicionamento negativo e/ou passivo face a caminho que falta trilhar.

Os indivíduos que acreditam que o seu futuro pode vir a ser melhor, a médio e a longo prazo, embora vivam o seu dia-a-dia, investem mais na autoconstrução e demonstram níveis mais elevados de resiliência do que os indivíduos descrentes e desistentes, que estão muito ou completamente focalizados no seu quotidiano e para os quais a vida vai acontecendo sem ser planeada, por vezes, de uma forma apática e sem objetivos.

Os primeiros indivíduos que referimos são casos nítidos de integração social, principalmente quando realizam atividades ocupacionais ascendentes e empreendedoras (Angélico; Brígido; Dinarte) e apresentam investimento educativo (Licínio).

O segundo grupo mencionado (Quirino; Magnólia; Getúlio; Alírio), com a exceção de Otoniel, são casos de desintegração social, pois demonstram baixa autoestima e não se conseguem perspetivar de forma positiva no futuro. Neste sentido, concluímos que o processo de integração social também se constrói enquanto contributo prestado por fatores endógenos e exógenos aos indivíduos, na medida em que se trata de um processo que pode ser influenciado de uma forma diversificada e multidimensional.

Estaremos em presença de integração social dos indivíduos, com uma trajetória de vida que passou pelo sistema de acolhimento de c/j, sempre que estes, desde cedo, foram investidos e investiram, nomeadamente no âmbito escolar (relevante enquanto fator de proteção), mas também ao nível da saúde, da comunidade e da família, pelos cuidadores e também quando os indivíduos demonstram disponibilidade interior para serem cuidados e

ajudados, sendo isso que os faz objetivar a vida e não se tornarem amorfos perante as suas circunstâncias reconhecidamente árduas.

Posicionamento positivo/constutivo face ao futuro

- *“Vivo o dia-a-dia mas também tenho projetos para o futuro, claro. Eu acho que é um bocado isso... um bocado de cada. Continuar a trabalhar. Ter sempre trabalho, que é difícil nesta área, mas hoje em dia é em todas, mas, continuar a ter trabalho, pronto, e ter uma carreira o mais longa possível. Ah, eu acho que tenho o futuro pela frente, mal de mim se não tivesse alternativas de vida. (a médio/longo prazo) Ou estarei ainda fazer espetáculos e televisão, gostava de fazer mais televisão, ou então estarei a estudar, a tirar o tal curso.”*
- Angélico, 29 anos
- *“Todo o projeto no futuro tem que se viver no dia-a-dia por isso, logo, vivo o dia-a-dia, mas penso no futuro, obviamente. É poder dar uma educação mais correta sempre... não é a melhor, porque não sou melhor do que ninguém, nem ninguém é melhor do que eu, por isso é sempre dar a educação mais correta ao meu filho, e poder fazer com que o meu filho se estruture e se torne uma pessoa boa e com um grande futuro. Sim, tenho o futuro pela frente. Sou uma pessoa lutadora e com objetivos por isso logo tenho um futuro. Um bocado mais velho. Espero continuar a ter uma vida estável, uma vida boa, sem problemas económicos e com tudo aquilo que ambiciono.”*
- Sidney, 25 anos

Posicionamento negativo/passivo face ao futuro

- *“Vivo o dia-a-dia. Não (sabe como será a sua vida no futuro). Não sei como me hei de explicar... mas isto está muito complicado! Não sei... acho que vai ser igual... (a sua via a médio/longo prazo).”*
- Magnólia, 25 anos
- *“Hoje em dia tenho que viver o dia-a-dia. Não posso fazer muitos projetos. Tenho que viver o dia-a-dia, não há outra maneira (...) Não. Eu agora não tenho planos para o futuro. Basicamente, vou vivendo o dia-a-dia. Eu tenho alternativas de vida mas não tenho muitas oportunidades. Não sei. Não tenho como prever (a sua via a médio/longo prazo).”*
- Alírio, 25 anos

A forma como os indivíduos se interpretam a si próprios é significativa para a análise do seu processo de integração social. Considerámos importante apreender se se encontram, ou não, felizes, e o que consideram que seria importante conseguirem para se sentirem felizes.

A maior parte dos indivíduos entrevistados considera que é feliz na atualidade, enquanto outros mencionam um ou mais aspetos que contribuiriam para que alcançassem a felicidade ou aquilo que consideram ser a felicidade plena.

Independentemente de estarem, ou não, integrados socialmente os indivíduos podem sentir-se felizes com base nos seus recursos, principalmente internos, embora o facto de se encontrarem integrados, nomeadamente a nível profissional, seja veiculado como uma manifestação de bem-estar/felicidade.

Repescámos alguns exemplos de indivíduos (Benito; Hipólito; Nazaré; Osmar; Íris) que dizem sentir-se felizes na atualidade, sendo que alguns estão integrados e outros desintegrados socialmente. Neste grupo, quatro indivíduos (Benito; Hipólito; Nazaré; Osmar), encontram-se integrados socialmente (com estabilidade profissional), com destaque para o caso de Osmar que é um caso que desenvolve atividades ocupacionais ascendentes e empreendedoras, e o quinto elemento (Íris) encontra-se desintegrado mas, no entanto, considera-se feliz derivado do uso que faz dos seus recursos internos.

De salientar a singularidade do caso de Nazaré por ser um caso de evidente resiliência, dado que se tem vindo a confrontar com adversidades acentuadas, às quais tem vindo a fazer face sem se subjugar, lutando por um projeto de vida melhor a cada dia que passa.

Por outro lado, indagámos os sujeitos para que nos dessem as suas perceções sobre o que gostariam que acontecesse para se considerarem felizes uma vez que, derivado dos múltiplos desafios com que se confrontaram no decorrer das suas trajetórias de vida, as suas aspirações de bem-estar/felicidade são importantes para a análise e interpretação das suas histórias de vida. Desta forma, socorremo-nos de alguns casos (Libânio; Dinis; Jamila; Levi; Santiago), no sentido de melhor ilustrar o que nos foi veiculado pelos indivíduos.

Os anseios dos indivíduos para conquistarem a felicidade e o bem-estar passam, genericamente, por aspetos familiares como se quisessem restituir ao presente qualquer coisa que lhes faltou inicialmente na extensão familiar mas, agora, sob a forma de família construída ou resolução de problemas da família de origem.

Libânio e Dinis são casos de integração social, principalmente Dinis por desenvolver atividades profissionais ascendentes e empreendedoras, que referem, respetivamente, o

reagrupamento com a família de origem e a construção da sua própria família como aspetos importantes para se sentirem felizes.

Noutra linha, temos indivíduos como Jamila, Levi e Santiago, que se encontram desintegrados socialmente, mas que também se focalizam na família construída, e na estabilidade profissional no caso concreto de Jamila, ou a construir (Santiago e Levi) como estruturas que lhes permitem sentir-se felizes.

Concludentemente, parece-nos verosímil declarar que, independentemente da situação atual de integração ou de desintegração social, os aspetos familiares sobressaem como fatores estruturantes para o bem-estar/felicidade dos indivíduos, em muitos casos, nesta fase, sob a forma de família construída, tentando não repetir nem sujeitar os filhos às problemáticas que coocorreram e conduziram indivíduos da amostra ao acolhimento institucional de c/j em perigo.

Consideram-se felizes

- *“Nada. Já sou feliz... já tenho tudo. Mesmo com todos os problemas, é o que a minha assistente social diz: «tu tens tantos problemas rapariga, mas estás sempre a sorrir, estás sempre bem-disposta»... eu não vou chorar para nada, não vale a pena... tenho que sorrir! Se eu não sorrir, o mundo também não sorri...”*
- Nazaré, 25 anos
- *“Nada. Acho que sou feliz agora. Acho que o que tenho, apesar de ser pouco, ou o suficiente para viver e sobreviver, faz-me feliz. Sempre vivi com pouco. Tudo aquilo que eu tenho a mais faz-me feliz, porque eu trabalhei para isso... valorizo muito aquilo que tenho. Portanto, quero sempre mais, mas acho que sou feliz como sou, assim.”*
- Osmar, 23 anos

O que almejam conseguir para se considerarem felizes ou mais felizes

- *“Agora, neste momento, ter o meu pai ao pé de mim, mais nada.”*
- Libânio, 22 anos
- *“Era voltar a estudar, acabar o meu curso e, também, em relação ao meu filho, que ele tenha um bom desenvolvimento e, pronto, acho que é isso... e que ele seja feliz que eu sou feliz também.”*
- Jamila, 28 anos

5.7 Integração social e saída

A maioria dos indivíduos da amostra, trinta e sete (n=50), o que equivale a 74%, apresenta, à data das entrevistas presenciais, integração social dividindo-se em três grupos: indivíduos com estabilidade profissional, indivíduos com investimento educativo e indivíduos com atividades ocupacionais ascendentes e empreendedoras.

Considerámos terem *estabilidade profissional* os indivíduos que se encontram a trabalhar de forma constante, sendo essa a sua principal ocupação no quotidiano. Nessas circunstâncias encontram-se dezasseis indivíduos.

1. Alan	2. Benito	3. Branca	4. Camila
Funções administrativas	Reparação automóvel	Auxiliar de ação médica	Auxiliar geriátrica
5. Ísis	6. Leopoldo	7. Nazaré	8. Orfeu
Funções comerciais	Restauração	Limpezas	Empregado fabril
9. Pelágio	10. Sidney	11. Libânio	12. Mercedes
Funções militares	Artes gráficas	Restauração	Restauração
13. Olavo	14. Rosália	15. Samanta	16. Zacarias
Funções militares	Funções comerciais	Restauração	Ótica ocular

Quadro 5 - Indivíduos com estabilidade profissional

Observámos que demonstravam *investimento educativo* os indivíduos que apenas estudavam ou que combinavam, de forma cumulativa, ocupações estudantis e laborais, sendo trabalhadores-estudantes. Verificámos que dez indivíduos se encontravam a investir na sua formação académica.

1. Aldair	2. Ezequiel	3. Hipólito	4. Isaura
Estudante no ensino profissional	Estudante no ensino superior e funções administrativas	Estudante no ensino profissional	Estudante no ensino profissional
5. Joceline	6. Júlia	7. Licínio	8. Madalena
Estudante no ensino superior e funções comerciais	Estudante no ensino superior e funções comerciais	Estudante no ensino superior e manutenção elétrica	Estudante no ensino superior e funções comerciais
9. Olegário	10. Otoniel		
Estudante no ensino superior	Estudante no ensino secundário		

Quadro 6 - Indivíduos com investimento educativo

O empreendedorismo permite às sociedades inovar e avançar. Como pudemos apreender através da consulta de algumas obras (Cochran 1968; Casson 1996; Martinelli 2001)⁴⁰, o empreendedorismo, expressão aplicada por Joseph Schumpeter, implica resolver um problema ou uma situação complicada, o que também significa identificar oportunidades que possam surgir ao longo do trajeto, ao mesmo tempo que agregam valor.

Ser empreendedor refere-se à adoção de um estilo de vida e refere-se a indivíduos que não estagnam à espera que as coisas aconteçam mas que têm uma atitude proactiva, propulsionando o desenvolvimento dos acontecimentos o que compreende um elevado grau motivacional e uma crença acentuada nas suas potencialidades.

Simultaneamente, os indivíduos com atividades ocupacionais ascendentes e empreendedoras apresentam versatilidade e criatividade enquanto buscam por novos caminhos e soluções, sendo que isso depende mais dos comportamentos individuais do que dos conhecimentos técnicos. As principais particularidades destes indivíduos são: a iniciativa; a concentração; o comprometimento; a organização; a coragem; a autoconfiança; a determinação; a persuasão; a superação.

Ainda no que concerne à integração social, deparámo-nos com os casos de

⁴⁰ Cf. *The Social Science Encyclopedia*, 2nd edition, edited by Adam Kuper & Jessica Kuper, Routledge London and New York, 1996, pp. 249-250; *International Encyclopedia of the Social Sciences*, 5 and 6, (ELEC to HUME), David L. Sills editor, vol. V, The Macmillan Company & The Free Press, New York, 1968, pp. 87-90; *International Encyclopedia of the Social & Behavioral Sciences*, vol. 7, editors Smelser, N. J. & Baltes, P. B., Elsevier, 2001, pp. 4545-4555.

indivíduos com *atividades ocupacionais ascendentes e empreendedoras*, ou seja, pessoas que têm vindo a progredir profissionalmente desde que começaram a trabalhar, o que lhes tem valido usufruírem gradualmente de melhores condições de vida e lhes prediz um futuro bem-sucedido.

1. Anabela	2. Angélico	3. Brígido	4. Calvino
Funções comerciais	Artes dramáticas	Música	Ótica ocular
5. Clemente	6. Dinarte	7. Dinis	8. Domingos
Restauração	Telecomunicações	Telecomunicações	Artes visuais
9. Juliano	10. Osmar	11. Querubim	
Restauração	Restauração (<i>Chef</i>)	<i>Personal trainer</i>	

Quadro 7 - Indivíduos com atividades ocupacionais ascendentes e empreendedoras

Relativamente à desintegração social, verificamos os casos de treze indivíduos, o que corresponde a 26% da amostra (n=50), que se encontram nesta situação, dado estarem com uma situação ocupacional pontual/precária ou sem qualquer ocupação que lhes ocupe o dia-a-dia.

Desta forma, observámos seis casos individuais que têm uma *situação ocupacional pontual/precária* na medida em que trabalham esporadicamente, de forma instável e, usualmente, apenas durante períodos de tempo reduzidos.

1. Getúlio	2. Íris	3. Jamila	4. Levi
Funções indiferenciadas	Funções comerciais	Hotelaria	Artes visuais
5. Santiago	6. Simão		
Funções indiferenciadas	Restauração		

Quadro 8 - Indivíduos com situação ocupacional pontual/precária

Por último, surgem os sete casos individuais de participantes na amostra que se encontram *sem ocupação* no seu dia-a-dia, pelo que configuram os casos mais pronunciados de desintegração social.

1. Alírio	2. Aurora	3. Estrela	4. Josefa
Desempregado há quatro meses	Desempregada há dezoito meses	Desempregada há seis meses	Desempregada há vinte e quatro meses
5. Magnólia⁴¹	6. Nicolau⁴²	7. Quirino	
Não especifica a duração a duração do período de desemprego mas é de longa duração	Não especifica a duração a duração do período de desemprego mas é de longa duração	Não especifica a duração a duração do período de desemprego mas é de longa duração	

Quadro 9 - Indivíduos sem ocupação

⁴¹ Com patologia psiquiátrica; residente em unidade hospitalar.

⁴² Com patologia psiquiátrica.

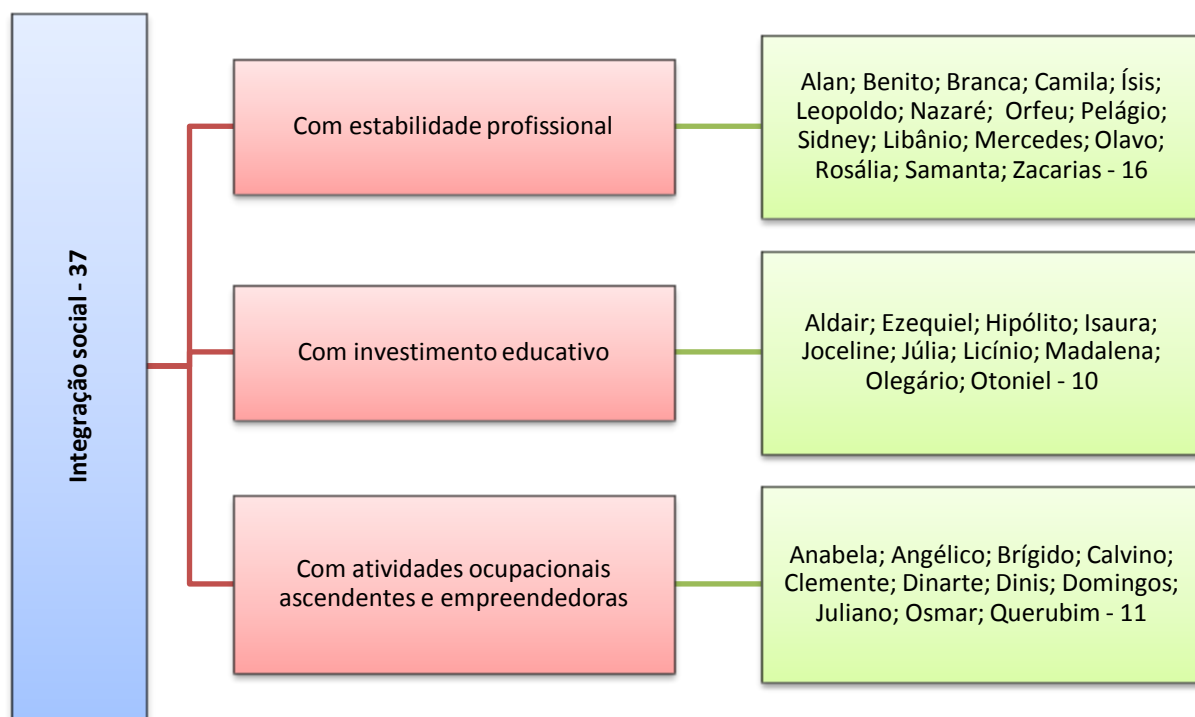


Fig. 27 – Casos de integração social

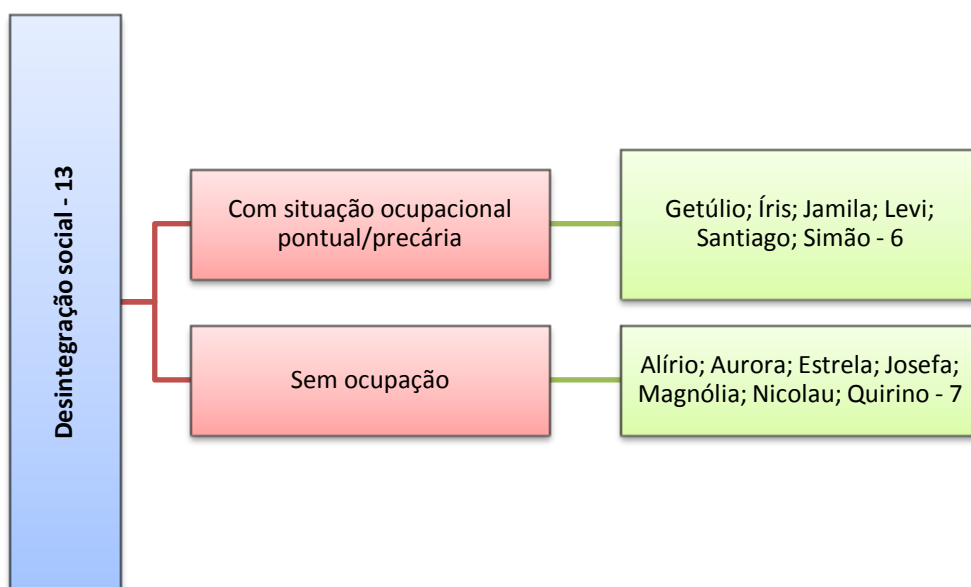


Fig. 28 – Casos de desintegração social

Síntese

Este capítulo teve início com a apresentação dos resultados empíricos relativos às quatro hipóteses de investigação.

Relativamente à primeira hipótese, apurámos que a generalidade dos indivíduos da amostra se encontra socialmente integrada e alguns revelaram atitudes empreendedoras, pelo que a hipótese não se confirma, uma vez que as problemáticas vivenciadas em meio natural de vida, em fase de pré-acolhimento, não impediram, na maioria, a integração social em fase pós-institucional, exceto, parcialmente, no caso particular dos maus-tratos, dado que alguns indivíduos que os sofreram ulteriormente à sua institucionalização não vieram a ser bem-sucedidos encontrando-se entre os casos de desintegração social.

No que diz respeito à segunda hipótese, concluímos que o acolhimento, pela sua forma e filosofia de funcionamento, viabilizou a integração social dos indivíduos, uma vez que promoveu capital humano individual e social de melhor qualidade. O apoio prestado na reta final do acolhimento constituiu-se como uma mais valia na sustentabilidade de uma trajetória que se inicia com a saída da instituição. Consideramos que existe um efeito relacional entre a (des)preparação e a (in)oportunidade da saída relativamente ao (in)sucesso da integração social. A precipitação das saídas podem ser prejudiciais para a integração social por (in)existir estruturação.

No âmbito da hipótese III, aclarámos que em situação de acolhimento institucional, é muito importante para as c/j saberem que podem contar com adultos de referência comprometidos (*mentoring*), com os quais estabeleçam relações consistentes de apoio, que acreditem neles e os incentivem a recuperar de situações de desvantagem social, potenciando a resiliência, a quem saibam que podem recorrer, embora seja difícil, nestas circunstâncias, estabelecerem relações personalizadas e obterem segurança emocional. Concludentemente, tendo em conta esta hipótese de estudo, consideramos poder afirmar que as relações de *mentoring* podem ser facilitadores do processo de integração social embora outros fatores possam coocorrer simultaneamente e levar a trajetórias de desintegração.

Por último, tendo em conta a hipótese IV, verificamos que a manutenção das relações familiares durante o período de acolhimento, desde que não interdita por ordem

judicial, é um fator importante para o bem estar e equilíbrio das c/j e facilitam a integração social posterior à institucionalização. As famílias devem ser apoiadas no desenvolvimento de competências comportamentais antes das c/j regressarem ao seu convívio a tempo inteiro. Com frequência se apreende que existe pouco envolvimento das famílias durante o período de institucionalização, sendo que cabe aos prestadores de cuidados um maior investimento nesta área. Os jovens obtêm melhores resultados e manifestam-se mais satisfeitos com o sistema de acolhimento quando, durante o mesmo, existiu uma relação de proximidade com as famílias de origem.

O acompanhamento das c/j na transição para fora dos cuidados é essencial para o sucesso da sua integração social. A interdependência afigura-se, nesta fase, mais importante do que a autossuficiência, ressaltando, no caso específico da CPL, o papel importante que desempenham as equipas técnicas AIF e RAIA.

No que concerne às expectativas que os indivíduos tinham quanto à sua desinstitucionalização, é-nos dado verificar que os mais pragmáticos tiveram uma melhor integração social.

No âmbito da experiência de desinstitucionalização a curto/médio prazo, considerando-se as dificuldades com que os indivíduos se depararam e as resoluções que encontraram, verifica-se uma incidência maior de dificuldades a curto prazo (1.º ano pós acolhimento) e, posteriormente, uma adaptação, sendo frequentes as transições profissionais e habitacionais.

No que confere às relações sociofamiliares e transições habitacionais, os indivíduos referiram que sofreram alterações comportamentais durante o tempo em que estiveram em acolhimento, o que os preparou melhor para a transição. Porém, as famílias não haviam mudado ou haviam mudado pouco durante esse mesmo período. Em muitos casos passaram a viver a família quando deixaram o acolhimento mas, algum tempo depois, fizeram outra opção habitacional.

O posicionamento dos indivíduos face à escolaridade e à formação profissional contraria as tendências veiculadas pela literatura internacional, na medida em que bastantes indivíduos continuaram a estudar após deixarem o acolhimento e outros ainda pretendem voltar a fazê-lo, o que é um indicador de integração social, pois quanto menos habilitações escolares tiverem, maiores dificuldades terão em se integrarem, nomeadamente a nível

socioprofissional. A formação profissional revela-se importante na integração socioprofissional dos indivíduos porque lhes permite aceder com maior facilidade ao mercado de trabalho.

Sobre a situação ocupacional e tempos de lazer, parece-nos, de forma conclusiva, que não é possível fundar uma relação condicionadora entre as primeiras experiências profissionais e a integração social. Constatámos que bastantes indivíduos não têm atividades de lazer às quais sejam fiéis, mas que a existência destas, quando são uma realidade, estão em ligação, tendencial, com os casos de integração social e, eventualmente, de empreendedorismo, embora alguns indivíduos, em situação de desintegração social.

Alguns indivíduos, para além de se encontrarem socialmente integrados, distinguiram-se no grande grupo da amostra (n=50), por serem particularmente empreendedores, na medida em que têm vindo a demonstrar um percurso escolar/profissional ascendente, muitas vezes a dispêndio de acumulação ocupacional.

Encontramo-nos em presença de integração social de indivíduos, com uma trajetória de vida que passou pelo sistema de acolhimento de c/j, sempre que estes, desde cedo, foram investidos e investiram, nomeadamente no campo escolar (relevante enquanto fator de proteção), mas também ao nível da saúde, da comunidade, e da família, pelos cuidadores e também quando os indivíduos demonstram disponibilidade interior para serem cuidados e ajudados, sendo isso que os faz objetivar a vida e não se tornarem apáticos perante as suas circunstâncias reconhecidamente árduas.

Notas finais

1. Relativas às trajetórias de vida⁴³ e à política social

É tempo de retirar algumas notas conclusivas relativamente ao percurso analítico que sustentou a investigação.

Na génese do acolhimento das c/j, em tempo pré-institucional, encontram-se famílias que não tiveram circunstâncias pessoais e sociais para cuidar da infância, a qual é socialmente considerada vulnerável e digna de especial atenção protetora. Nesta senda, coocorrem frequentemente situações de maus-tratos, que vitimizam as c/j, e carência socioeconómica que, isoladamente ou em conjunto, criam as condições necessárias para se poder considerar que existem situações de risco/perigo, pelo que é necessário proporcionar bem-estar aos mais desprotegidos através de uma intervenção social que seja integrada e sustentável. É neste enquadramento que se configura o acolhimento institucional de c/j, nomeadamente em LIJ, o qual visa oferecer conjunturas de educação e de desenvolvimento integrado numa lógica sistémica em que os indivíduos são considerados nas suas múltiplas facetas.

Ao nível da proteção às c/j em situação de risco/perigo, que é devida pela agência social do Estado e da sociedade civil, cumpre-nos abordar a temática longitudinalmente (pré-institucionalização; institucionalização; pós-institucionalização), porque essa é a trajetória de vida dos indivíduos que, em idade infanto-juvenil, apresentaram vulnerabilidades e desproteção em relação àqueles que deveriam assegurar o seu bem-estar e desenvolvimento e que, posteriormente à desinstitucionalização, se vão encontrar socialmente integrados ou desintegrados. Desta forma, este trabalho de investigação desenvolve-se ao longo de duas partes e de cinco capítulos estruturantes que permitem um enquadramento da temática.

O primeiro capítulo (família, condições de vida e institucionalização: para um debate teórico), focou-se, num momento inicial, sobre a família e a infância, na medida em que são aspetos indissociáveis que se tocam continuamente na esfera do social. Neste seguimento, abordaram-se fatores como a carência socioeconómica, os maus-tratos e as

⁴³ As trajetórias de vida podem ser consultadas nos anexos.

situações de risco/perigo em que as c/j podem coocorrer enquanto vítimas de desproteção sociofamiliar.

No segundo capítulo (acolhimento institucional de crianças e jovens: contributos internacionais e a experiência da Casa Pia de Lisboa), abordámos o significado concetual das instituições, enquanto espaços de funcionamento em que se desenvolve parte importante das trajetórias de vida dos indivíduos com um percurso de institucionalização, e o campo de ação da política social e da intervenção social, porque são estes dois aspetos que ajudam a compreender a forma como a sociedade se organiza para dar resposta às necessidades das c/j em situação de risco/perigo, ao mesmo tempo que promove a sua integração social. Neste contexto, a forma como entram no acolhimento, como este decorre e como saem do mesmo, são condições que nos permitem compreender a (des)integração social posterior à desinstitucionalização. O último aspeto sobre o qual nos detivemos, ainda no âmbito deste capítulo, foi a experiência da Casa Pia de Lisboa como laboratório de educação na área específica do acolhimento de c/j em risco/perigo, dado ser a instituição matriz em que se desenvolve a investigação.

O terceiro capítulo debruçou-se sobre a estratégia de investigação e metodologia a que recorremos no desenho e no desenvolvimento da pesquisa. Assim, esboçámos um modelo de análise tendo por base quatro hipóteses de investigação. Utilizámos métodos mistos e técnicas diferenciadas como a pesquisa bibliográfica e documental e os inquéritos por entrevista. A amostragem incidiu sobre uma população de 500 indivíduos, de entre os quais seleccionámos uma amostra (n=50), após os contactos telefónicos de *follow-up* (n=137). O protocolo metodológico que construímos contribuiu para a organização e otimização da investigação. Os dados foram analisados com a recorrência a meios informáticos (spss e maxqda). Deparámo-nos com alguns constrangimentos ao estudo, nomeadamente a gestão de tempo, que consideramos que conseguimos contornar.

O quarto capítulo destacou o percurso da população e da amostra: do risco ao acolhimento e à desinstitucionalização. Numa primeira oportunidade, realizámos uma observação atenta da população em estudo (n=500), que havia tido descarga efetiva do sistema de acolhimento num período de dez anos (2002-2011), pelo que construímos uma base de dados no sentido de correlacionar as informações recolhidas nos processos psicossociais dos indivíduos. Esta fonte documental permitiu-nos aceder, essencialmente, às

fases de pré-institucionalização e institucionalização e, também, à fase de pós-institucionalização na medida em que são abordados nos processos psicossociais os procedimentos relativos às transições para fora do sistema de proteção, tendo sido a informação tratada quantitativamente. Num segundo momento realizámos contactos telefónicos de *follow-up* (n=137) e procedemos à seleção da amostra (n=50) que entrevistámos presencialmente, sendo que a informação recolhida, de cariz qualitativo, se focalizou, igualmente, sobre as três fases componentes das trajetórias de vida individuais: pré-institucionalização, institucionalização e pós-institucionalização.

Por último, o quinto capítulo (trajetórias de vida e integração social de jovens pós-institucionalizados) abarcou as quatro hipóteses de investigação e destacou a integração social como elemento comum e unificador às mesmas. O ponto denominado “integração social” tratou de aspetos como as expectativas face à desinstitucionalização, a experiência da desinstitucionalização a curto/médio prazo (dificuldades e resoluções), as relações sociofamiliares e as transições habitacionais, o posicionamento face à escolaridade e à formação profissional, a situação ocupacional e os tempos de lazer (os empreendedores) e o quotidiano e as perspetivas de futuro (na rota do bem-estar e da felicidade).

A CPL, enquanto instituição relevante na área da formação e da proteção infanto-juvenil em Portugal atravessou dois centenários e adapta-se, num movimento ininterrupto, às necessidades sociais que apelam a uma melhor intervenção social a este nível porque se as necessidades já não são as mesmas é, por isso, necessário adequar as respostas aos problemas sociais contemporâneos. Neste sentido, a CPL tem vindo a reestruturar-se desde 2003, optando por um modelo de acolhimento em que as c/j se sintam integradas, dando ênfase ao relacionamento interpessoal, na perspetiva da construção positiva da personalidade e da inclusão.

Atualmente, as respostas sociais desta natureza são, tendencialmente, de menor dimensão e a visão da prestação de cuidados de proximidade ao abrigo de ambientes familiares facilitadores de relações harmoniosas. Em Portugal, a lei 147/99 emoldura a proteção devida às c/j e, mais recentemente, o Manual dos Processos-Chave dos LIJ enuncia as linhas operacionais em unidades desta índole, uniformizando procedimentos que se pretende que sejam a garantia de atenção permanente às necessidades individuais e grupais.

Como nos elucida Gomes (2010), é necessário fazer corresponder as necessidades das c/j do presente com respostas sociais que se matrimoniem no sentido de permitir às suas necessidades, *“importa também criar uma rede de respostas de acolhimento residencial, que se redefinam num sistema especializado onde a par de um acolhimento regular surjam respostas de cariz terapêutico, capazes de dar uma resposta eficaz e de qualidade às variadas necessidades que as crianças e jovens necessitados de acolhimento residencial apresentam”* (pp. 357-358).

Os abusos infantis e a concomitante ausência de outras respostas que se considerem constituir alternativas mais sustentáveis para as c/j, determinam a opção pelo acolhimento institucional, nomeadamente em LIJ, numa tentativa de as proteger e promover o seu desenvolvimento harmonioso e bem-estar.

A estabilidade nas colocações é relevante para os progressos educacionais das c/j uma vez que as ruturas e a constante mudança de cuidadores é conducente a problemas comportamentais e, por vezes, escolares das c/j que se sentem afastadas do grupo e dos cuidadores com que haviam estabelecido vinculação.

A conservação das relações familiares, sempre que tal seja possível, com as famílias de origem, o treino de competências individuais e sociais, nomeadamente a criação e a manutenção de uma relação estreita com a comunidade envolvente (transferência de *empowerment*), o acompanhamento à saúde e ao estudo, as relações privilegiadas com cuidadores de referência (*mentoring*), que se encontrem comprometidos com a agência de desenvolvimento individual, são, em conjunto, aspetos que se constituem como relevantes para o sucesso do acolhimento e ajuda na estruturação dos sujeitos.

Conclui-se que o processo de preparação da saída do acolhimento deve ser organizado imediatamente após o ingresso institucional e a institucionalização deve durar somente o tempo considerado necessário, de acordo com cada caso individual, para a estruturação do indivíduo e do seu agregado familiar, daí a importância do envolvimento das famílias ao longo do processo garantindo-lhes um contacto direto com as c/j ao mesmo tempo que se repensam e reorganizam para os receber. Neste processo as famílias dependem, essencialmente, de ajuda técnica que lhes permita uma reaproximação positiva e consistente.

Por outro lado, estão os indivíduos que, por algum motivo, não têm possibilidade de se reintegrarem ao nível familiar. Para estes, a fase em que deixam o acolhimento e um estilo de vida em que são notoriamente dependentes, pode representar uma época de grande exposição ao risco, embora maioritariamente se trate de jovens adultos. Usualmente a desinstitucionalização acontece, em muitos casos, de forma contemporânea com a transição para a vida adulta. Assim, concluímos que a saída da instituição não deve ser balizada a nível etário pois, muitas vezes, as saídas aos dezoito anos revelam-se precoces e ocorrem numa altura em que os indivíduos não se encontram suficientemente preparados emocionalmente e economicamente para prosseguir por uma vida autónoma, sendo que socialmente lhes é exigido que se tornem rapidamente independentes e autossuficientes.

Observamos que as ligações destes jovens adultos com cuidadores comprometidos com o seu bem-estar, que sejam disponíveis e participantes, no seu processo de integração social constituem uma mais-valia para a sustentabilidade da autonomização desde que a base seja a da interdependência. É de salientar que os indivíduos que são detentores de percursos escolares de sucesso em acolhimento se encontram melhor preparados para a integração posterior.

A habitação, a par com a garantia de cuidados de saúde, são aspetos relevantes para o êxito da integração social em fase de pós-acolhimento pois permitem estabilidade e inclusão social em situações em que são inexistentes meios familiares de suporte. Nesta senda, consideramos igualmente importante que os jovens não se vejam obrigados a deixar de estudar em idades precoces e em fase de pós-institucionalização, por terem que se autossustentar, pelo que nos parece, e também de acordo com a literatura abordada sobre esta temática, que deverão estar previstos apoios económicos e habitacionais que permitam dar continuidade aos percursos escolares individuais em casos considerados congruentes.

Optámos por construir uma tipologia de integração social no sentido de agrupar os indivíduos da amostra e demonstrar os resultados da investigação de uma forma mais fidedigna e congruente com as hipóteses iniciais.

O relevo é atribuído à situação ocupacional dos indivíduos, sendo que da amostra (n=50), trinta e um indivíduos encontravam-se a trabalhar ou a estudar à data dos contactos presenciais, embora outros aspetos também fossem considerados, tais como a situação habitacional, a situação familiar ou a ocupação dos tempos livres.

Em particular, alguns destes entrevistados são indivíduos com atividades ocupacionais ascendentes e empreendedoras e perspetivam-se a médio e longo prazo em várias dimensões vivenciais, tendo objetivos que gostariam de vir a alcançar, sendo que identificámos seis indivíduos que, para além de se encontrarem bem integrados socialmente, apresentam características de forte empreendedorismo e de manifesta resiliência. Estes indivíduos trabalham e estudam em simultâneo, lutando contra as adversidades quotidianas dado que têm objetivos bem delineados para o seu futuro, nomeadamente profissional.

Por outro lado, apresentam-se os indivíduos (treze) que considerámos, de acordo com os critérios esboçados anteriormente, desintegrados socialmente. Esta categorização justifica-se, essencialmente, porque se trata de indivíduos que não estudam nem trabalham (sete) ou que trabalham de uma forma muito pouco consistente do ponto de vista contratual (seis), isto é, desempenham esporadicamente funções não especializadas, precárias, pontuais e com baixa remuneração.

Tendo em conta as premissas iniciais que guiaram esta investigação, é de referir que, genericamente, não encontrámos uma relação causa-efeito entre as problemáticas que levaram ao acolhimento e a integração social posterior, exceto, parcialmente, no caso específico dos maus-tratos, uma vez que alguns indivíduos que os sofreram demonstraram desintegração social. Foi manifestamente relevante o papel do acolhimento e das regras institucionais na formação individual e no processo de reintegração social subsequente.

Em bastantes casos a manutenção das relações familiares durante o acolhimento permitiram minorar os efeitos da reaproximação em fase posterior, nomeadamente ao nível da coabitação e da garantia de suporte familiar integrador. Mais do que as relações de *mentoring* individualizadas, foram as relações positivas recriadas com o “corpo” (equipa) de cuidadores que permitiram a adesão dos indivíduos a referências paradigmáticas adultas, as quais ajudaram a sustentar a transição para a vida adulta e a integração em fase de pós-institucionalização.

Foi a carência socioeconómica, muitas vezes agregada com maus-tratos e negligência, que conduziu os indivíduos ao acolhimento institucional, provindos do meio familiar nuclear, alargado ou compósito. Os indivíduos opinaram no sentido de que o seu acolhimento foi uma decisão que influenciou positivamente as suas trajetórias de vida,

embora a entrada em acolhimento, nalguns casos, tivesse sido difícil, devido à a habituação às regras que não conheciam.

Tendencialmente, a integração social destes indivíduos foi considerada, pelos mesmos, um processo positivo tendo demonstrado apreço pelo desenrolar dos acontecimentos a este nível.

Seguimos, ao logo do processo investigativo, quatro hipóteses de permitiram aferir a fiabilidade do estudo e chegar a resultados consistentes. Assim, a primeira hipótese: *quanto mais precárias foram as condições vivenciadas em meio natural de vida, conducentes ao acolhimento, maiores foram as dificuldades de integração social subsequente*, não se confirma na maioria dos casos, uma vez que, apesar dos motivos que conduziram as c/j a acolhimento, estas conseguiram integrar-se socialmente encontrando-se no presente a estudar, a trabalhar ou a acumular as duas atividades. De salientar que no caso específico dos indivíduos que foram alvos de maus-tratos, a hipótese é, parcialmente, confirmada porque muitos apresentam desintegração social na atualidade. Logo, concluímos que as problemáticas vivenciadas anteriormente ao acolhimento (ausência ou instabilidade do suporte familiar; maus-tratos; carência socioeconómica; doença e comportamentos aditivos dos cuidadores), ou a coocorrência de duas das categorias anteriormente expostas, podem ter, em muitos casos, um peso manifesto nas atitudes e comportamentos das c/j, nomeadamente no decorrer do acolhimento, mas não determinam, por si, o sucesso da integração social posterior, com a ressalva do caso especial da ocorrência de maus-tratos, a que aludimos anteriormente. Esses são, por exemplo, os casos concretos de Calvino, Camila e Querubim.

No que concerne à segunda hipótese: *não obstante as experiências em meio natural de vida que precederam o acolhimento, este viabilizou a integração social sequente*, confirma-se o papel do acolhimento na integração social dos indivíduos dado que por lá adquiriram regras e valores que os fortaleceram e tornaram estruturados para fazerem face às adversidades em momentos posteriores quando deixaram a instituição. Neste aspeto temos como indicador a perceção dos indivíduos relativamente às regras institucionais a que foram sujeitos em acolhimento e a ações específicas concretizadas pelos cuidadores e que tiveram um significado importante para os indivíduos na preparação do seu futuro. Em ambos os casos, um número esmagador de indivíduos veiculou que as regras foram

importantes na sua formação e na construção da sua personalidade e deram exemplos ações desenvolvidas por parte dos técnicos/pessoal afeto à instituição que consideraram ter sido importantes para a preparação do seu futuro.

Muitos consideraram que o modo de organização do LIJ se assemelhava a uma família padrão embora com nuances diferentes, tal como o elevado número de indivíduos em coabitação. Estas constatações permitem-nos afirmar que os indivíduos se sentiam estáveis e seguros no ambiente do LIJ. De forma paradigmática, podemos recorrer às trajetórias de vida de indivíduos como Angélico, Dinarte ou Rosália.

Relativamente à terceira hipótese: *as relações significativas (familiares e/ou outras), mantidas no exterior da instituição, durante o acolhimento, favorecem a integração social posterior*, a mesma confirma-se uma vez que, durante o tempo em que esteve institucionalizado, um largo número de indivíduos manteve contactos com as suas famílias de origem (nuclear; alargada; compósita) periodicamente em alturas previamente determinadas, tais como fins de semana (semanal ou quinzenalmente) e férias escolares.

Genericamente, também podiam ser visitados pelos familiares no LIJ, embora isso não acontecesse com uma porção significativa de entrevistados. O assunto “família” era abordado pelos cuidadores com os indivíduos, muito no sentido da manutenção e estreitamento das relações familiares, embora uma margem residual de inquiridos tenha referido exatamente o contrário, ou seja, era encorajado a não seguir os comportamentos de familiares que se encontravam em situação de desvio.

Na saída do acolhimento (LIJ/RAIA), muitos foram viver com as famílias de onde eram provenientes mas nem todos por opção pessoal, sendo, antes, por falta de alternativa residencial, tendo feito, posteriormente, outras transições habitacionais que se prenderam com escolhas individuais.

Entendemos que o facto dos jovens adultos não regressarem às famílias de onde originavam antes de serem acolhidos, ou de concretizarem transições habitacionais em fase posterior, não significa, por si só, desintegração social desde que outros aspetos se verifiquem tais como a integração em atividades ocupacionais (escola; emprego) e a existência de uma habitação com carácter fixo. No sentido de aclarar as nossas afirmações poderemos consultar os percursos de indivíduos como Brígido, Ísis ou Juliano.

Por fim temos a quarta e última hipótese: *as ligações significantes (re)criadas com*

os prestadores de cuidados (mentoring), em contexto de acolhimento, influem ulteriormente na integração social. Tal como afirmámos relativamente à segunda hipótese, concluímos, através da análise da quarta hipótese, que a generalidade dos entrevistados obteve integração social pelo investimento global que foi concretizado em período de acolhimento, mais do que por razões privilegiadas que tivessem (re)criado com um cuidador específico e que se tenham afigurado como “ganchos afetivos” promotores de resiliência. Isto porque os entrevistados atribuíram maior relevância ao tempo que permaneceram com determinados cuidadores, sendo, em muitos casos, duas ou três pessoas, e não apenas uma a funcionar como referência, pelo que não se centram apenas numa figura.

Nesta perspetiva integram-se como referências os cuidadores que receberam as c/j no LIJ e permaneceram estáveis nas respostas sociais, o que contribuiu para a apropriação de sentimentos de segurança e de bem-estar por parte dos indivíduos enquanto permaneceram em acolhimento, facilitando, naturalmente a transição para fora dos cuidados institucionais e para a vida adulta.

Talvez mais do que os cuidadores em si, foi a assimilação das regras de organização pessoal e de convivialidade que permitiram aos indivíduos vir a integrar-se posteriormente. Sem prejuízo de alguns (poucos) indivíduos terem referido que possuíam uma relação particularmente boa com um cuidador em especial, consideramos que a integração social, em fase de pós acolhimento, se deve a uma apropriação de princípios, valores e regras transmitido pelo corpo educativo mais do que por indivíduos com funções educativas de referência, hipoteticamente, ou “desejavelmente”, com uma maior proximidade de determinadas c/j em particular. Nesta vereda, casos como os de Domingos, Olegário e Pelágio ajudam a consubstanciar as nossas conclusões.

Vários inquiridos podem ser considerados particularmente resilientes e empreendedores, uma vez que tendo um passado marcado por acentuadas desvantagens sociais antes de serem acolhidos, à semelhança dos restantes sujeitos entrevistados, e apesar das dificuldades experienciadas no percurso institucional, encontram-se a investir em si próprios, conjugando trabalho e formação académica, como forma de colmatarem as dificuldades a que estavam votados.

Estes indivíduos são trabalhadores estudantes e encontram-se determinados em construir o seu próprio sucesso destronando as adversidades numa fuga para um futuro

melhor. Neste trilha, a título exemplificativo, destacamos os casos específicos de Joceline; Licínio e Júlia.

Nesta linha de investigação, concluímos cinco aspetos que consideramos relevantes:

a) Embora “pesadas”, as problemáticas vivenciadas em meio natural de vida, antes do acolhimento institucional, não impediram a integração social posterior da maioria porque os indivíduos demonstraram resiliência. Porém, refira-se o caso específico dos indivíduos que sofreram maus-tratos na medida em que apresentam uma maior propensão para a desintegração social pós-institucionalização;

b) Apesar das experiências negativas pelas quais os indivíduos passaram em antes de serem acolhidos, o acolhimento teve um papel preponderante na estruturação pessoal e social dos indivíduos, pelo que contribuiu para a sua integração social, porque adquiriram regras, instrução, valores e autodeterminação;

c) A manutenção dos laços familiares durante o período de acolhimento possibilitou a integração social na fase de pós-institucionalização porque, em muitos casos, a família foi um suporte necessário e, mais ou menos presente, no enquadramento dos indivíduos nesta fase de vulnerabilidade;

d) Não se verificou a existência de relações de *mentoring* que, por si, fossem promotoras de processos positivos de integração social dado que não foram relatadas experiências de relações de referência de um para um. Por outro lado, verificou-se que a continuidade e a qualidade das relações que os indivíduos estabeleceram com as equipas educativas, enquanto grupo de adultos cuidadores, são importantes, a par com a estabilidade no acolhimento, para o processo de integração social, dado que permitem segurança e bem-estar na maior parte dos casos; são, por isso, formativas e integradoras.

e) A integração social é visível relativamente a grande parte da amostra, dado que os indivíduos se encontram a trabalhar, a estudar ou a acumular as duas atividades. Podem encontrar-se a viver com a família de origem, alargada, reconstruída, construída ou compósita ou com amigos, mas não se verificam casos de desabrigo nem de indigência. Entre os indivíduos que não preenchem os indicadores de integração escolar, essencialmente a nível ocupacional, como são os casos ilustrativos de Alírio, Aurora e Estrela, também não se verificam situações degradantes mas, antes, concluímos que nestes casos se deveria ter

prestado apoio institucional mais dilatado no tempo, no sentido da existência de um “porto de abrigo” a que os jovens soubessem que podiam recorrer em caso de necessidade. Verifica-se que os apoios prestados são demasiados estanques no tempo e não permitem um movimento de interdependência que, por si, possa ser securizante e permitir algum amparo biopsicossocial

A institucionalização de c/j em risco/perigo ocorre no âmbito das políticas sociais de proteção à infância e juventude, deliberadas pelo Estado português e, como tal, tratam-se de políticas públicas.

As políticas sociais, tal como as outras políticas públicas, são germinadas sob a proteção de contexturas legais e institucionais nas mais díspares conjunturas, sistemas e regimes políticos, na dimensão em que quase sempre sobrevivem de efeitos sociais mais ou menos organizados que, sensivelmente, disseminam a sociedade de forma plena. Nesta ótica, as políticas sociais integram-se no campo de ação das ciências sociais e surge a proteção à infância através da intervenção social do Estado, a qual atua em vários níveis da estrutura social, e visa a integração social das c/j privadas de ambientes familiares padronizados promotores de bem-estar e equidade social.

Concluímos, sublinhando uma afirmação de Torres e Marques Lito (2008): “(...), o contexto social marca a trajetória individual. Quantos mais recursos económicos, sociais e culturais possuir o indivíduo, maiores serão as suas possibilidades de recuperação (...)” (p.43), na medida em que os que singram não são, necessariamente, os mais fortes, mas os que demonstram ter maior capacidade de adaptação às suas circunstâncias adversas de vida e conseguem tornear as dificuldades. É essa, também, a função da política social: criar as condições de sucesso para os que têm, inicialmente, desvantagens sociais, proporcionando-lhes os instrumentos para inverterem o rumo das suas trajetórias de vida e promover a integração social.

2. Relativas a possíveis percursos de investigação

O investigador sueco Johansson (2012), refere-nos que as sociedades dependem das crianças para existirem, ao mesmo tempo que as crianças dependem dos adultos para

sobreviverem. Porém, numa perspectiva individual, os adultos não são dependentes das crianças. A dependência das crianças dos adultos tem implicações na agência de ambos e na forma como é construída a vida adulta, pois, esta última, compreende tudo o que a infância não é (maturidade; cultura; trabalho; racionalidade; etc.), sendo que a responsabilidade pela vida das crianças e a interpretação das suas ações se encontram nas mãos dos adultos.

A investigação nesta área dificilmente se poderá considerar encerrada, tais são os matizes que se perfilam quando se abordam temáticas com esta dimensão. A proteção infanto-juvenil surge com um relevo acentuado quando se pugna por uma sociedade mais justa em que exista igualdade de oportunidades real e equidade social.

Assim, no âmbito da institucionalização de c/j, a investigação que pode sustentar a ação representa uma mais-valia para a adequação das políticas sociais enquadradoras. Consideramos serem relevantes as seguintes linhas de investigação, através do conhecimento da realidade nacional atual dos LIJ a diferentes níveis:

a) Os fatores de (in)satisfação para os educandos, nomeadamente ao nível do seu envolvimento no processo de tomada de decisões.

b) Os fatores de (in)satisfação na perspetiva dos interventores sociais que prestam cuidados/educam as c/j institucionalizadas, nomeadamente na forma como procedem ao acompanhamento na saúde, escolar, familiar e de treino de competências pessoais e sociais.

c) Pesquisar se, e em que medida, o acolhimento institucional de longa duração aponta para resultados dissemelhantes na integração social dos indivíduos sob o ponto de vista dos modos de vida adotados e da mobilidade social.

d) Investigar se o processo de saída direto do acolhimento de longa duração, sem fase de transição, é decisório do trajeto de integração social dos indivíduos.

e) Procurar saber de que forma a burocratização do sistema de acolhimento, materializada no quotidiano institucional, interfere (negativa/positivamente) na relação educativa e no acompanhamento ao crescimento e desenvolvimento.

f) Implementar um projeto de investigação-ação num modelo que permitisse a intervenção técnica em ambientes familiares no sentido do treino de competências parentais e da gestão doméstica sem que fosse necessário separar fisicamente as c/j dos seus progenitores e consequente avaliação dos resultados obtidos, o que poderia ser

desenvolvido em meio natural de vida mediante a responsabilização das partes e compromisso de envolvimento no processo.

g) Investigar se o processo de saída direto do acolhimento de longa duração, sem fase de transição, é decisório no trajeto de integração social dos indivíduos, ou seja, através desta linha de pesquisa relacionam-se duas formas de saída institucional (direta e com apoio na fase transição, isto é, com e sem apoio/suporte institucional) e escora-se nas percepções dos indivíduos e nos registos processuais e de *follow-up* a realizar.

h) Desenvolver estudos de investigação de cariz comparativo entre as várias realidades nacionais, fomentando a proximidade e a partilha de saberes entre técnicos.

Referências bibliográficas

- Alves, S. N. (2007). *Filhos Da Madrugada. Percursos Adolescentes Em Lares De Infância E Juventude*. (Vols. 1-1). Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Universidade Técnica de Lisboa.
- Amado, J. et al. (2003). *A escola e os alunos institucionalizados*. (Vols. 1-1). Lisboa: Departamento de Educação Básica; Ministério da Educação.
- Amaro, F. (2006). *Introdução À Sociologia Da Família*. (Vols. 1-1). Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Universidade Técnica de Lisboa.
- Ander-Egg, E. (1999). *O Léxico Do Animador*. (Vols. 1-1). Amarante: Edições ANASC.
- Arad, B. D. e Wozner, Y. (2001). The Least Detrimental Alternative: Deciding Whether to Remove Children at Risk from Their Homes. *Sage Publications Ltd.; International Association of Schools of Social Work; International Council of Social Welfare; International Federation of Social Workers*, pp. 229–239. United Kingdom.
- Avery, R. J. (2011). The Potential Contribution of Mentor Programs to Relational Permanency for Youth Aging Out of Foster Care. *Child Welfare League of America, Inc.*, pp. 9–26. Washington - EUA.
- Backett-Milburn, K. e Harden, J. (2004). How Children and Their Families Construct and Negotiate Risk, Safety and Danger. *Sage & Norwegian Centre for Child Research*, pp. 429–448. London - UK; Thousand Oaks; New Delhi.
- Baker, A. J. L., e Curtis, P. (2006). Prior Placements of Youth Admitted to Therapeutic Foster Care and Residential Treatment Centers: The Odyssey Project Population. *Child & Adolescent Social Work Journal*, Vol. 23, N.º 1, pp. 38–60. New York - EUA; Netherlands.
- Barata, O. S. (2004). *Introdução Às Ciências Sociais*. (7.ª ed., Vols. 1-2, Vol. 2). Lisboa: Bertrand Editora.
- Barata, O. S. (Coord.). (1998). *Política Social 1998*. (Vols. 1-1). Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Universidade Técnica de Lisboa.
- Barata, O. S. (Coord.). (2010). *Política Social E Sociologia*. (Vols. 1-1). Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Universidade Técnica de Lisboa.
- Bardin, L. (2009). *Análise De Conteúdo*. (4.ª ed., Vols. 1–1). Lisboa: Edições 70.

- Bastos, A. e Machado, C. (2009). Child Poverty: A Multidimensional Measurement. *Emerald Group Publishing, Limited*, pp. 237–251. Bradford - UK.
- Berger, P. L. e Luckmann, T. (2004). *A Construção Social Da Realidade. Um Livro Sobre a Sociologia Do Conhecimento*. (2.^a ed., Vols. 1-1). Lisboa: Dinalivro.
- Bessell, S. (2011). Participation in Decision-Making in Out-of-Home Care in Australia: What Do Young People Say? *Children and Youth Services Review*, Vol. 33, pp. 496–501.
- Bourdieu, P. (2003). *Questões de Sociologia*. (Vols. 1-1). Lisboa: Fim de Século.
- Bowlby, J. (2001). *Formação E Rompimento Dos Laços Afectivos*. (3.^a ed., Vols. 1-1, Vol. 33). S. Paulo: Martins Fontes.
- Bradshaw, K. M. et al. (2011). Examination of the Relationship Between Parental Satisfaction and Child Maltreatment Potential While Considering Social Desirability. *Springer Science & Business Media*, pp. 545–549. New York - EUA; Netherlands.
- Brandon, P. D. (2001). State Intervention in Imperfect Families: The Child, the State, and Imperfect Parenting Reconsidered from a Theory of Comparative Advantage. *Sage Publications*, pp. 285–303.
- Brazelton, T. B. e Greenspan, S. I. (2004). *A Criança E O Seu Mundo. Requisitos Essenciais Para O Crescimento E Aprendizagem*. (4.^a ed., Vols. 1-1). Lisboa: Editorial Presença.
- Bruto da Costa, A. (Coord.). (2011). *Um Olhar Sobre a Pobreza. Vulnerabilidade E Exclusão Social No Portugal Contemporâneo*. (2.^a ed., Vols. 1-1). Lisboa: Gradiva.
- Burawoy, M. (2009). *Cultivando Sociologias Publicas nos Terrenos Nacional, Regional e Global* in *Revista de Sociologia Política*. (Vol. 17), n.º 34, pp. 219-230.
- Caeiro, J. C. (2010). *Política Social E Estado Providência*. (Vols. 1–1). Lisboa: Universidade Lusíada.
- Calheiros, M. M. e Monteiro, M. B. (2000). Mau Trato E Negligência Parental. Contributos Para a Definição Social Dos Conceitos. *Revista Sociologia – Problemas e Práticas*, (34), 145–176.
- Calheiros, M.^a M. et al. (Org.). (2011). *Crianças Em Risco E Perigo. Contextos, Investigação E Intervenção*. (1.^a ed., Vols. 1-2, Vol. 1). Lisboa: Edições Sílabo.
- Cameron, C. (2004). Social Pedagogy and Care: Danish and German Practice in Young People's Residential Care. *Sage Publications*, pp. 133–151. London - UK; Thousand Oaks; New Delhi.

- Campos, B. P. (Coord.). (1990). *Psicologia Do Desenvolvimento E Educação De Jovens*. (Vols. 1-2, Vol. 2). Lisboa: Universidade Aberta.
- Canha, J. (2003). *Criança Maltratada. O Papel De Uma Pessoa De Referência Na Sua Recuperação. Estudo Prospectivo De 5 Anos*. (2.^a ed., Vols. 1-1). Coimbra: Quarteto Editora.
- Cansado, T. (s/d). *Institucionalização de crianças e jovens em Portugal continental: o caso das instituições particulares de solidariedade social*. (Projecto de tese de doutoramento). Évora: Universidade de Évora.
- Carmo, H. (1999). *Desenvolvimento Comunitário*. (1.^a ed., Vols. 1-1). Lisboa: Universidade Aberta.
- Carmo, H. (2010). *Cultura politica e educação para a cidadania in Estudos da cultura em Portugal e no Brasil*. Porto: Afrontamento (no prelo).
- Carmo, H. (2011). *Teoria Da Política Social (um Olhar Da Ciência Política)* (Vols. 1-1). Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Universidade Técnica de Lisboa.
- Carmo, H. (Coord.). (2001). *Problemas Sociais Contemporâneos*. (1.^a ed., Vols. 1-1). Lisboa: Universidade Aberta.
- Carmo, H. e Ferreira, M.^a M. (1998). *Metodologia Da Investigação. Guia Para Auto-Aprendizagem*. (1.^a ed., Vols. 1-1). Lisboa: Universidade Aberta.
- Carneiro, M.^a do R. (Coord.). (1997). *Crianças De Risco*. (Vols. 1-1). Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Universidade Técnica de Lisboa.
- Carneiro, R. (Coord.). (2005). *Casa Pia De Lisboa. Um Projecto De Esperança. As Estratégias De Acolhimento Das Crianças Em Risco*. (1.^a ed., Vols. 1-1). Cascais: Principia.
- Cashmore, J. et al. (2007). The Educational Outcomes of Young People 4-5 Years After Leaving Care. an Australian Perspective. *Adoption & Fostering*, Vol. 31, N.^o 1, pp. 50–61. London-UK.
- Casson, M. (1996). Entrepreneurship. In *The Social Science Encyclopedia* (Edited by Adam Kuper & Jessica Kuper - 2nd edition, pp. 249–250). London and New York: Routledge.
- Cochran, T. C. (1968). Entrepreneurship. In *International Encyclopedia of the Social Sciences* (David L. Sills Editor, Vol. V, pp. 87–90). New York-EUA: The Macmillan Company & The Free Press.

- Collins, M. E. (2004). Enhancing services to youths leaving foster care: Analysis of recent legislation and its potential impact. *Children and Youth Services Review; Vol. 26*, pp. 1051–1065. Boston - EUA.
- Collins, M. E. et al. (2010). Supporting Youth in the Transition from Foster Care: Formal and Informal Connections. *Child Welfare League of America, Inc.*, pp. 125–43. Washington - EUA.
- Corby, B. C. (2003). Supporting Families and Protecting Children: Assisting Child Care Professionals in Initial Decision-Making and Review of Cases. *Sage Publications*, pp. 195–210. London - UK; Thousand Oaks; New Delhi.
- Costa, D. (2005). *Percepção Social Mulher Vítima De Violência Conjugal. Estudo Exploratório Realizado No Concelho De Lisboa*. (Vols. 1-1). Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Universidade Técnica de Lisboa.
- Courtney, M. E. et al. (2001). Foster Youth Transitions to Adulthood: A Longitudinal View of Youth Leaving Care. *Child Welfare League of America, Inc., Vol. 80, N.º 6*, pp. 685–717. Washington - EUA.
- Creed, P. et al. (2011). The Career Aspirations and Action Behaviours of Australian Adolescents in Out-of-Home-Care. *Children and Youth Services Review*, pp. 1720–1729. United Kingdom.
- Cuche, D. (2003). *A Noção De Cultura Nas Ciências Sociais*. (3.ª ed., Vols. 1–1). Lisboa: Fim de Século.
- Cyrułnik, B. (2003). *Resiliência. Essa Inaudita Capacidade De Construção Humana*. (Vols. 1–1). Lisboa: Instituto Piaget.
- Dale, N. et al. (2007). Characteristics of Children in Residential Treatment in New York State. *Child Welfare League of America, Inc., Vol. 86, N.º 1*, pp. 5–27. Washington - EUA.
- Dias, F. N. (2003). *Educação E Projecto De Vida. Antes E Depois Da Toxicodependência*. (Vols. 1-1). Lisboa: Instituto Piaget.
- Dias, I. (2004). *Violência Na Família. Uma Abordagem Sociológica*. (Vols. 1-1). Porto: Edições Afrontamento.
- Dworsky, A., e Courtney, M. E. (2009). Homelessness and the Transition from Foster Care to Adulthood. *Child Welfare League of America, Inc.*, pp. 23–56. Washington - EUA.

- Eggertsen, L. (2008). Primary Factors Related to Multiple Placements for Children in Out-of-Home Care. *Child Welfare League of America, Inc., Vol, 87, N.º 6*, pp. 71–90. Washington - EUA.
- Emond, R. (2003). Putting the Care into Residential Care: The Role of Young People. *Sage Publications*, pp. 321–337. London - UK; Thousand Oaks; New Delhi.
- Espírito Santo, P. do. (2010). *Introdução À Metodologia Das Ciências Sociais. Gênese, Fundamentos E Problemas*. (1.ª ed., Vols. 1–1). Lisboa: Edições Sílabo.
- Farmer, E. M. Z. et al. (2008). Use and Predictors of Out-of-Home Placements Within Systems of Care. *Sage Publications*, pp. 5–14. Austin - EUA.
- Fernandes, E. (1990). *Psicologia da adolescência e da relação afetiva*. (1.ª ed.). Porto: Asa.
- Ferreira de Almeida, J. (1993). Integração social e exclusão social: algumas questões. *Revista Análise Social*, pp. 829–834. Lisboa.
- Figueiredo, B. et al. (2001). História De Abuso Durante a Infância. *Revista Análise Psicológica*, (3 (XIX)), 365–387.
- Foddy, W. (1996). *Como Perguntar, Teoria e Prática da Construção de Perguntas em Entrevistas e Questionários*. Oeiras: Celta.
- Forrester, D. et al. (2009). What Is the Impact of Public Care on Children's Welfare? A Review of Research Findings from England and Wales and Their Policy Implications. *Cambridge University Press*, pp. 439–456. Cambridge - UK.
- Fowler, P. J. et al. (2009). Pathways to and from Homelessness and Associated Psychosocial Outcomes Among Adolescents Leaving the Foster Care System. *American Journal of Public Health, Vol. 99, N.º 8*, pp. 1453–1458. Washington - EUA.
- Fowler, P. J. et al. (2011). Emerging Adulthood and Leaving Foster Care: Settings Associated with Mental Health. *Springer Science & Business Media*, pp. 335–48. New York - EUA; Netherlands.
- Freundlich, M. e Avery, R. J. (2006). Transitioning from Congregate Care: Preparation and Outcomes. *Springer Science & Business Media*, pp. 503–514. New York - EUA; Netherlands.
- Gabel, M. (Org.). (1992). *Crianças Vítimas De Abuso Sexual*. (Vols. 1–1). S. Paulo: Summus Editorial.

- Gharabaghi, K. (2011). A Culture of Education: Enhancing School Performance of Youth Living in Residential Group Care in Ontario. *Child Welfare, Vol. 90, n.º 1*, pp. 75–91. Washington - EUA.
- Ghiglione, R. e Matalon, B. (1993). *O Inquérito, Teoria e Prática*. Oeiras: Celta.
- Giddens, A. (2009). *Sociologia*. (7.ª ed., Vols. 1-1). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, Serviço de Educação e Bolsas.
- Gil Marta, S. M. P. (2004). *A Educação pelo Trabalho segundo Padre Américo: Sua Influência em Residentes da Casa do Gaiato – Um estudo de Caso*, Dissertação de Mestrado em Relações Interculturais, Lisboa: Universidade Aberta.
- Gil, A. C. (1999). *Métodos E Técnicas De Pesquisa Social*. (Vols. 1–1). Atlas.
- Gomes, I. (2010). *Acreditar No Futuro*. (1.ª ed., Vols. 1–1). Alfragide: Texto Editores.
- Gomes, M. P. (Coord.). (2005). *Percursos De Vida Dos Jovens Após a Saída Dos Lares De Infância E Juventude*. (Governamental) (p. 134). Lisboa: Instituto da Segurança Social, IP.
- Griffith, A. K. et al. (2009). Youth Departing from Residential Care: A Gender Comparison. *Journal of Child and Family Studies, Vol. 18, N.º 1*, pp. 31–38. New York - EUA; Netherlands.
- Grupper, E., e Mero-Jaffe, I. (2008). Residential Staffs Changing Attitudes Toward Parents of Children in Their Care: Rationale and Healing Effects on Children, Parents, and Staff. *Child Youth Care Forum, Vol. 37*, pp. 43–56. New York - EUA; Netherlands.
- Hagaman, J. L. et al. (2010). Risk Profiles of Children Entering Residential Care: A Cluster Analysis. *Journal of Child and Family Studies, Vol. 19, N.º 4*, pp. 525–535. New York - EUA; Netherlands.
- Hammond, W. R. (2003). Public Health and Child Maltreatment Prevention: The Role of the Centers for Disease Control and Prevention. *Sage Publications & American Professional Society on the Abuse of Children*, pp. 81–83. EUA.
- Hartley, C. C. (2002). The Co-Occurrence of Child Maltreatment and Domestic Violence: Examining Both Neglect and Child Physical Abuse. *Sage Publications & American Professional Society on the Abuse of Children*, pp. 349–358. Iowa - EUA.
- Henry, D. L. (1999). Resilience in Maltreated Children: Implications for Special Needs Adoption. *Child Welfare League of America, Inc.*, pp. 519–40. Washington - EUA.

- Hill, M. M. e Hill, A. (2005). *Investigação por Questionário*. Lisboa: Edições Sílabo.
- Hodgson, G. M. (2006). What are Institutions? *Journal of Economic Issues*, Vol. 50, N.º 1, pp. 1–25.
- Holden, M. J. et al. (2010). Children and Residential Experiences: A Comprehensive Strategy for Implementing a Research- Informed Program Model for Residential Care. *Child Welfare League of America, Inc.*, Vol. 89, N.º 2, pp. 131–149. Washington - EUA.
- Hong, J. S. et al. (2011). An Ecological Understanding of Kinship Foster Care in the United States. *Springer Science & Business Media*, pp. 863–872. New York - EUA; Netherlands.
- Hummer, V. L. et al. (2010). Innovations in Implementation of Trauma-Informed Care Practices in Youth Residential Treatment: A Curriculum for Organizational Change. *Child Welfare League of America, Inc.*, Vol. 89, N.º 2, pp. 79–95. Washington - EUA.
- Instituto de Segurança Social, IP. (2007). Manual de processos-chave - Lar de Infância e Juventude. ISS, Lisboa.
- Instituto de Segurança Social, IP/Departamento de Desenvolvimento Social / Unidade de Infância e de Juventude / Sector para a Qualificação do Acolhimento. (2006). *Plano De Intervenção Imediata. Relatório De Caracterização Das Crianças E Jovens Em Situação De Acolhimento Em 2005*. (Governamental) (p. 58). Lisboa: Casa Pia de Lisboa; Centro de Segurança Social da Madeira; Centros Distritais do Instituto da Segurança Social, IP; Instituto de Ação Social dos Açores; Santa Casa da Misericórdia de Lisboa.
- Instituto de Segurança Social, IP/Departamento de Desenvolvimento Social / Unidade de Infância e de Juventude / Sector para a Qualificação do Acolhimento. (2007). *Plano De Intervenção Imediata. Relatório De Caracterização Das Crianças E Jovens Em Situação De Acolhimento Em 2006*. (Governamental) (p. 89). Lisboa: Casa Pia de Lisboa; Centro de Segurança Social da Madeira; Centros Distritais do Instituto da Segurança Social, IP; Instituto de Ação Social dos Açores; Santa Casa da Misericórdia de Lisboa.
- Instituto de Segurança Social, IP/Departamento de Desenvolvimento Social / Unidade de Infância e de Juventude / Sector para a Qualificação do Acolhimento. (2008). *Plano De Intervenção Imediata. Relatório De Caracterização Das Crianças E Jovens Em Situação De Acolhimento Em 2007*. (Governamental) (p. 101). Lisboa: Casa Pia de Lisboa; Centro de Segurança Social da Madeira; Centros Distritais do Instituto da Segurança Social, IP; Instituto de Ação Social dos Açores; Santa Casa da Misericórdia de Lisboa.

- Instituto de Segurança Social, IP/Departamento de Desenvolvimento Social / Unidade de Infância e de Juventude / Sector para a Qualificação do Acolhimento. (2009). *Plano De Intervenção Imediata. Relatório De Caracterização Das Crianças E Jovens Em Situação De Acolhimento Em 2008*. (Governamental) (p. 102). Lisboa: Casa Pia de Lisboa; Centro de Segurança Social da Madeira; Centros Distritais do Instituto da Segurança Social, IP; Instituto de Ação Social dos Açores; Santa Casa da Misericórdia de Lisboa.
- Instituto de Segurança Social, IP/Departamento de Desenvolvimento Social / Unidade de Infância e de Juventude / Sector para a Qualificação do Acolhimento. (2010). *Plano De Intervenção Imediata. Relatório De Caracterização Das Crianças E Jovens Em Situação De Acolhimento Em 2009*. (Governamental) (p. 67). Lisboa: Casa Pia de Lisboa; Centro de Segurança Social da Madeira; Centros Distritais do Instituto da Segurança Social, IP; Instituto de Ação Social dos Açores; Santa Casa da Misericórdia de Lisboa.
- Instituto de Segurança Social, IP/Departamento de Desenvolvimento Social / Unidade de Infância e de Juventude / Sector para a Qualificação do Acolhimento. (2011). *Plano De Intervenção Imediata. Relatório De Caracterização Das Crianças E Jovens Em Situação De Acolhimento Em 2010* (Governamental) (p. 67). Lisboa: Casa Pia de Lisboa Centro de Segurança Social da Madeira Centros Distritais do Instituto da Segurança Social, I.P. Instituto de Ação Social dos Açores Santa Casa da Misericórdia de Lisboa.
- Instituto de Segurança Social, IP/Departamento de Desenvolvimento Social / Unidade de Infância e de Juventude / Sector para a Qualificação do Acolhimento. (2012). *CASA 2011. Relatório De Caracterização Anual Da Situação De Acolhimento das Crianças E Jovens*. (Governamental) (p. 75). Lisboa: Casa Pia de Lisboa; Centro de Segurança Social da Madeira; Centros Distritais do Instituto da Segurança Social, IP; Instituto de Ação Social dos Açores; Santa Casa da Misericórdia de Lisboa.
- Instituto para o Desenvolvimento Social (IDS). (2000a). *Lares De Crianças E Jovens. Caracterização E Dinâmicas De Funcionamento*. (Governamental) (p. 157). Lisboa: Instituto para o Desenvolvimento Social / Ministério do Trabalho e da Solidariedade.
- Instituto Para o Desenvolvimento Social (IDS). (2000b). *Lares De Crianças E Jovens. Caracterização Sociográfica E Percursos De Vida*. (Governamental) (p. 95). Lisboa: Instituto para o Desenvolvimento Social / Ministério do Trabalho e da Solidariedade.

- James, S. et al. (2006). Children in Out-of-Home Care: Entry into Intensive or Restrictive Mental Health and Residential Care Placements. *Sage Publications*, pp. 196–208. Austin - EUA.
- Jenks, C. (1994). Child Abuse in the Postmodern Context: An Issue of Social Identity. *Sage & Norwegian Centre for Child Research*, pp. 111–121. London-UK.
- Johansson, B. (2012). Doing Adulthood in Childhood Research. *Sage & Norwegian Centre for Child Research*, pp. 101–114. Gothenburg - Sweden.
- Johnson, S. B et al. (2011). The Role of Therapeutic Mentoring in Enhancing Outcomes for Youth in Foster Care. *Child Welfare League of America, Inc.*, pp. 51–69. Washington - EUA.
- Jones, L. (2008). Adaptation to Early Adulthood by a Sample of Youth Discharged from a Residential Education Placement. *Child & Youth Care Forum*, Vol. 37, pp. 241–263. New York - EUA; Netherlands.
- Katz-Gerro, T. Lifestyle in Ritzer, G. (2007). *The Blackwell Encyclopedia of Sociology*. (Vol. VI). Oxford: Blackwell Publishing.
- Kazdin, A. E. e Buela-Casal, G. (2001). *Conduta Anti-Social. Avaliação, Tratamento E Prevenção Na Infância E Na Adolescência*. (Vols. 1-1). Amadora: McGrawHill.
- Kendrick, A. (1998). Education and Residential Care: A Brief Review., pp. 45–69.
- Leal, A. da S. (1985). *As políticas sociais no Portugal de hoje* in *Revista Análise Social*, Vol. XXI (87-88-89), 3.ª, 4.ª-5.ª, pp. 925-943
- Limbos, E. (1976). *Animação Sociocultural. Prática E Instrumentos*. (Vols. 1-1). Lisboa: Editora Livros Horizonte.
- Lúcio, A. L. et al. (2001). *Marginalidade, Risco E Delinquência*. (1.ª ed., Vols. 1-1). Caldas da Rainha: Universidade Autónoma de Lisboa e Livraria Nova Galáxia.
- Maclea, K. (2003). The Impact of Institutionalization on Child Development. *Cambridge University Press*, pp. 853–884. Canada.
- Marquis, R. A. et al. (2008). The Relationship of Child Neglect and Physical Maltreatment to Placement Outcomes and Behavioral Adjustment in Children in Foster Care: A Canadian Perspective. *Child Welfare League of America, Washington DC*, pp. 5–25. Washington - EUA.

- Martin, P. Y., e Jackson, S. (2002). Educational Success for Children in Public Care: Advice from a Group of High Achievers. *Child & family social work*, Vol. 7, pp. 121–130. London-UK.
- Martinelli, A. (2001). Entrepreneurship. In *International Encyclopedia of the Social & Behavioral Sciences* (Edited by Smelser, N. J. & Baltes, P. B., Vol. VII, pp. 4545–4555). Elsevier.
- Martins, J. R. M. (2006). *A Vivência Em Internato (A Experiência De Educandos E Educadores À Luz Das Suas Percepções Sócio-Educativas E Sócio-Profissionais) Um Estudo De Caso*. (Dissertação de Mestrado.). Universidade Aberta, Lisboa.
- Marujo, H. A. e Neto, L. M. (2004). *Optimismo E Esperança Na Educação. Fontes Inspiradoras Para Uma Escola Criativa*. (1.^a ed., Vols. 1–1). Lisboa: Editorial Presença.
- Marvão, F. e Coelho, T. (2000). *220 anos. Casa Pia de Lisboa. Instruir, educar e amparar. Síntese histórica (1780-1999)*. Lisboa: Centro Cultural Casapiano.
- Massinga, R. e Pecora, P. J. (2004). Providing Better Opportunities for Older Children in the Child Welfare System. *Princeton University*, pp. 150–173. Princeton - UK.
- McClung, M. e Gayle, V. (2010). Exploring the Care Effects of Multiple Factors on the Educational Achievement of Children Looked After at Home and Away from Home: An Investigation of Two Scottish Local Authorities. *Child & family social work*, pp. 1–23. Glasgow City Council-UK.
- McWey, L. M. et al. (2008). Parental Rights and the Foster Care System: A Glimpse of Decision Making in Virginia. *Sage Publications*, pp. 1031–1050. Beverly Hills-EUA.
- Mendes dos Santos, M. A. (2010). *O Acolhimento Institucional Prolongado De Jovens Em Risco – a Experiência Passada De Institucionalização E O Seu Significado Actual Para Os Sujeitos Adultos*. (Dissertação de Mestrado.). Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação. Universidade de Coimbra., Coimbra.
- Mendes, P. (2012). Examining the Experiences of Young People Transitioning from Out-of-Home Care in Rural Victoria. *eContent Management*, pp. 198–209. Maleny - Australia.
- Mennen, F. E. e Trickett, P. K. (2011). Parenting attitudes, family environments, depression, and anxiety in caregivers of maltreated children. *National Council on Family Relations*, pp. 259–271. Minneapolis - EUA.

- Mondragón, J. e Trigueros, I. (2002). *Intervención Con Menores. Acción Socioeducativa*. (Vols. 1-1). Madrid: Narcea Ediciones.
- Morin, E. (1991). *O Paradigma Perdido. A Natureza Humana*. (5.^a ed., Vols. 1-1). Mem-Martins: Publicações Europa-América.
- Mota, C. e Matos, P. (2010). Adolescentes Institucionalizados: O Papel Das Figuras Significativas Na Predição Da Assertividade, Empatia E Autocontrolo. *Revista Análise Psicológica*, (2 (XXVIII)), 245–254.
- Myers, D. G. (2004). *Exploraciones De La Psicología Social*. (3.^a ed., Vols. 1-1). Madrid: McGrawHill.
- Núncio, M.^a J. (2010). *Introdução Ao Serviço Social. História, Teoria E Métodos*. (Vols. 1-1). Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Universidade Técnica de Lisboa.
- Nunes de Almeida, A. et al. (1999). Sombras e marcas: os maus tratos às crianças na família. *Revista Análise Social*, Vol. XXXIV(150), 91–121.
- O'Reilly, R. et al. (2010). The Efficacy of Family Support and Family Preservation Services on Reducing Child Abuse and Neglect: What the Literature Reveals. *Sage Publications & Association of British Paediatric Nurses*, pp. 82–94. New South Wales - Australia.
- Olmstead, S. B. et al. (2011). In the Child's Best Interest: Terminating the Rights of Fathers with Children Care. *Sage Publications*, pp. 31–54. Florida State University, Tallahassee, FL, USA.
- Pais, J. M. (2005). Jovens E Cidadania. *Revista Sociologia – Problemas e Práticas*, (49), 53–70.
- Pappámikail, L. (2004). Relações Intergeracionais, Apoio Familiar E Transições Juvenis Para a Vida Adulta Em Portugal. *Revista Sociologia – Problemas e Práticas*, (46), 91–116.
- Peixoto, C. et al. (2009, June). Autonomia De Vida E Desenvolvimento De Competências Nos Jovens Em Acolhimento Institucional. *Revista Pretextos*, (34), 3–5.
- Pereirinha, J. A. (2008b). *Política Social. Fundamentos Da Actuação Das Políticas Públicas*. (1.^a ed., Vols. 1–1). Lisboa: Universidade Aberta.
- Perret-Clermont, A.-N. et al. (2005). *Integração Social. Aprendizagem E Interação Na Adolescência E Juventude* (Vols. 1-1). Lisboa: Instituto Piaget.
- Pestana, M.^a H. e Gageiro, J. N. (2005). *Análise de Dados Para Ciências Sociais. A Complementaridade do SPSS*. (4.^a ed.). Lisboa: Edições Sílabo.

- Pires, R. P. (2007). Árvores Conceptuais – Uma Reconstrução Multidimensional dos Conceitos de Acção e de Estrutura. *Revista Sociologia, Problemas e Práticas*, (53), 11-50.
- Poirier, J. et al. (1995). *Histórias de Vida, Teoria e Prática*. Oeiras: Celta.
- Postic, M. (2008). *A Relação Pedagógica*. (1.^a ed., Vols. 1–1). Lisboa: Padrões Culturais Editora.
- Propp, J. et al. (2003). Independence or Interdependence: Rethinking the Transition from “ward of the Court” to Adulthood. *Families in Society: The Journal of Contemporary Social Services*, Vol. 84, n.º 2, pp. 259–266.
- Quivy, R. e Campenhoudt, L. V. (2008). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva.
- Rácz, A. (2010). From Child Protection to Higher Education. Endogenous and Exogenous Factors Influencing Participation in Higher Education of Young Adults Brought up in Public Child Care. *Studia Universitatis Babes-Bolyai*, pp. 155–174. Cluj-Napoca; Romania.
- Raymond, I., e Heseltine, K. (2008). What Does It Mean to Be an Adult? Perceptions of Young Men in Residential Care. *Child & Youth Care Forum*, Vol. 37, N.º 4, pp. 197–208. New York - EUA; Netherlands.
- Reis, V. (2009). *Crianças E Jovens Em Risco (Contributos Para a Organização De Critérios De Avaliação De Factores De Risco)*. (Tese de Doutoramento em Psicologia Clínica). Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação. Universidade de Coimbra, Coimbra.
- Robinson, L. R. et al. (2009). Relations Between Emotion Regulation, Parenting, and Psychopathology in Young Maltreated Children in Out of Home Care. *Springer Science & Business Media*, pp. 421–434. New York - EUA; Netherlands.
- Robinson, L. R. et al. (2012). The Good Enough Home? Home Environment and Outcomes of Young Maltreated Children. *Springer Science & Business Media*, pp. 73–88. New York - EUA; Netherlands.
- Rodrigues, F. (Coord.). (2003). *Acção Social Na Área Da Exclusão Social*. (1.^a ed., Vols. 1-1). Lisboa: Universidade Aberta.
- Rosado, A. et al. (2005). Casa Pia de Lisboa. Concretizar Um Projecto De Esperança. Casa Pia de Lisboa.

- Sá, E. et al. (2005). *Abandono E Adopção*. (Vols. 1-1). Coimbra: Edições Almedina.
- Sampaio, D. et al. (Coord.). (2011). *Crianças E Jovens Em Risco. A Família No Centro Da Intervenção*. (Vols. 1-1). Cascais: Principia.
- Sampieri, R. H. et al. (2006). *Metodologia de Pesquisa*. S. Paulo: McGraw Hill.
- Scourfield, J. e Welsh, I. (2003). Risk, Reflexivity and Social Control in Child Protection: New Times or Same Old Story? *Sage Publications*, pp. 398–420. London - UK; Thousand Oaks; New Delhi.
- Silva, A. S. (2006). *A Sociologia E O Debate Público. Estudos Sobre a Relação Entre Conhecer E Agir*. (Vols. 1-1). Porto: Edições Afrontamento.
- Silva, C. e Vieira, D. (2009, June). Residências De Autonomização. Um Passo Para O Futuro. *Revista Pretextos*, (34), 10–12.
- Silva, L. F. da (Org.). (2001). *Acção Social Na Área Da Família*. (1.^a ed., Vols. 1-1). Lisboa: Universidade Aberta.
- Silver, H. *Social Exclusion* in Ritzer, G. (2007). *The Blackwell Encyclopedia of Sociology*. (Vol. IX). Oxford: Blackwell Publishing.
- Slack, K. S. et al. (2004). Understanding the Risks of Child Neglect: An Exploration of Poverty and Parenting Characteristics. *Sage Publications & American Professional Society on the Abuse of Children*, pp. 395–408. United Kingdom.
- Smith, K. (2012). Producing Governable Subjects: Images of Childhood Old and New. *Sage & Norwegian Centre for Child Research*, pp. 24–37. Dublin - Ireland.
- Southwell, J. e Fraser, E. (2010). Young Peoples Satisfaction with Residential Care: Identifying Strengths and Weaknesses in Service Delivery. *Child Welfare*, pp. 209–228. Washington - EUA.
- Spencer, R. et al. (2010). Mentoring for Young People Leaving Foster Care: Promise and Potential Pitfalls. *Oxford University Press*, pp. 225–34. New York-EUA.
- Staudt, M. (2007). Treatment Engagement with Caregivers of at-Risk Children: Gaps in Research and Conceptualization. *Springer Science & Business Media*, pp. 183–196. New York - EUA; Netherlands.
- Stein, M. (2006). Research Review: Young People Leaving Care. *Child & Family Social Work*, Vol. 11, N.º 3, pp. 273–279.

- Strecht, P. (2003). *À Margem Do Amor. Notas Sobre Delinquência Juvenil*. (2.^a ed., Vols. 1–1). Lisboa: Assírio & Alvim.
- Strecht, P. (2005). *Vontade De Ser. Textos Sobre Adolescência*. (Vols. 1-1). Lisboa: Assírio & Alvim.
- Strobl, R. *Social Integration and Inclusion* in Ritzer, G. (2007). *The Blackwell Encyclopedia of Sociology*. (Vol. IX). Oxford: Blackwell Publishing.
- Strolin-Goltzman, J. et al. (2010). Listening to the Voices of Children in Foster Care: Youths Speak Out About Child Welfare Workforce Turnover and Selection. *Social Work*, Vol. 55, N.º 1, pp. 47–53. New York-EUA.
- Thomas, M. et al. (2005). A Resilience-Based Model of Reunification and Reentry: Implications for Out-of-Home Care Services. *Alliance for Children and Families*, pp. 235–243. New York-EUA.
- Tilbury, C. et al. (2009). Perspectives of Young People in Care About Their School-to-Work Transition. *Australian Social Work*, Vol. 62, N.º 4, pp. 476–490. Oxford-UK.
- Torres, A. & Marques Lito, A. (Org.). (2008). *Consumos De Drogas. Dor, Prazer E Dependências*. (Vols. 1–1). Lisboa: Fim de Século.
- Torres, A. (Coord.). (2008). *Estudo de Diagnóstico e Avaliação das Comissões de Proteção de Crianças e Jovens – Relatório Final* (Universitário) (p. 220). Lisboa: CIES - Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa.
- Trilla, J. (Coord.). (2004). *Animação Sociocultural. Teorias, Programas E Âmbitos*. (Vols. 1–1). Lisboa: Instituto Piaget.
- Trout, A. L. et al. (2010). The Departure Status of Youth from Residential Group Care: Implications for Aftercare. *Journal of Child and Family Studies*, pp. 67–78. New York - EUA; Netherlands.
- Trujillo Ferrari, A. (1982). *Metodologia da Pesquisa Científica*. S. Paulo: McGraw-Hill.
- Tyler, K. A. (2006). A Qualitative Study of Early Family Histories and Transitions of Homeless Youth. *Journal of Interpersonal Violence*, pp. 1385–1393. Beverly Hills-EUA.
- Ungar, M. (2004). The importance of parents and other caregivers to the resilience of high-risk adolescents. *Blackwell Publishing Ltd.*, pp. 23–41. Rochester - UK.
- Vala, J. et al. (Org.). (2003). *Valores Sociais: Mudanças E Contrastes Em Portugal E Na Europa*. (Vols. 1-1). Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

- Vinnerljung, B., e Sallnäs, M. (2008). Into Adulthood: A Follow-up Study of 718 Young People Who Were Placed in Out-of-Home Care During Their Teens. *Child & Family Social Work, Vol. 13, N.º 2*, pp. 144–155. Oxford-UK.
- Weber, P. (2011). *Dinâmicas E Práticas Do Trabalhador Social*. (Vols. 1-1). Porto: Porto Editora.
- Welbourne, P. e Leeson, C. (2012). The Education of Children in Care: A Research Review. *Journal of Children's Services, Vol. 7, N.º 2*, pp. 128–143. Hove-UK.
- Whittaker, J. K. (2000). The Future of Residential Group Care. *Child Welfare, Vol. 79, N.º 1*, pp. 59–74. Washington - EUA.
- Williams, C. A. (2011). Mentoring and Social Skills Training: Ensuring Better Outcomes for Youth in Foster Care. *Child Welfare League of America, Inc.*, pp. 59–74. Washington – EUA.
- Wyness, M. et al. (2004). Childhood, Politics and Ambiguity: Towards an Agenda for Children's Political Inclusion. *Sociology*, pp. 81–99. London-UK; Thousand Oaks; New Delhi.
- Yampolskaya, S. et al. (2011). Children Placed in Out-of-Home Care: Risk Factors for Involvement with the Juvenile Justice System. *Springer Publishing Company*, pp. 231–45. New York-EUA.
- Zetlin, A. et al. (2010). Caregivers, School Liaisons, and Agency Advocates Speak Out about the Educational Needs of Children and Youths in Foster Care. *Oxford University Press*, pp. 245–54. New York-EUA.

Referentes à legislação

Decreto-lei 11/2008, de 17 de janeiro.

Decreto-lei 2/1986, de 2 de janeiro.

Lei n.º 147/99, Lei de proteção de crianças e jovens em perigo, de 1 de setembro.

Lei da Segurança Social n.º 28/1984, de 14 de agosto.

Referentes a documentos institucionais

“A Carta” da Casa Pia de Lisboa (2007).

Estatutos institucionais da Casa Pia de Lisboa (2007).

Lei orgânica da Casa Pia de Lisboa, de 31 de dezembro de 2007.

Modelo socioeducativo da Casa Pia de Lisboa, de 4 de setembro de 2007.

Revista da Casa Pia de Lisboa, n.º 1, 1988.

Revista da Casa Pia de Lisboa, n.º 8, 1991.

Referentes a fontes eletrónicas

<http://www4.seg-social.pt/familia-de-acolhimento-de-criancas-e-jovens>.

http://www.unicef.pt/docs/pdf.../convencao_direitos_crianca2004.pdf

<http://www.sdh.gov.br/assuntos/criancas-e.../pf/SinasePrincipiosdeRiade.pdf>

Outras fontes

Revista, *Jornal Expresso*, de 2013.07.06

Setembro 2015